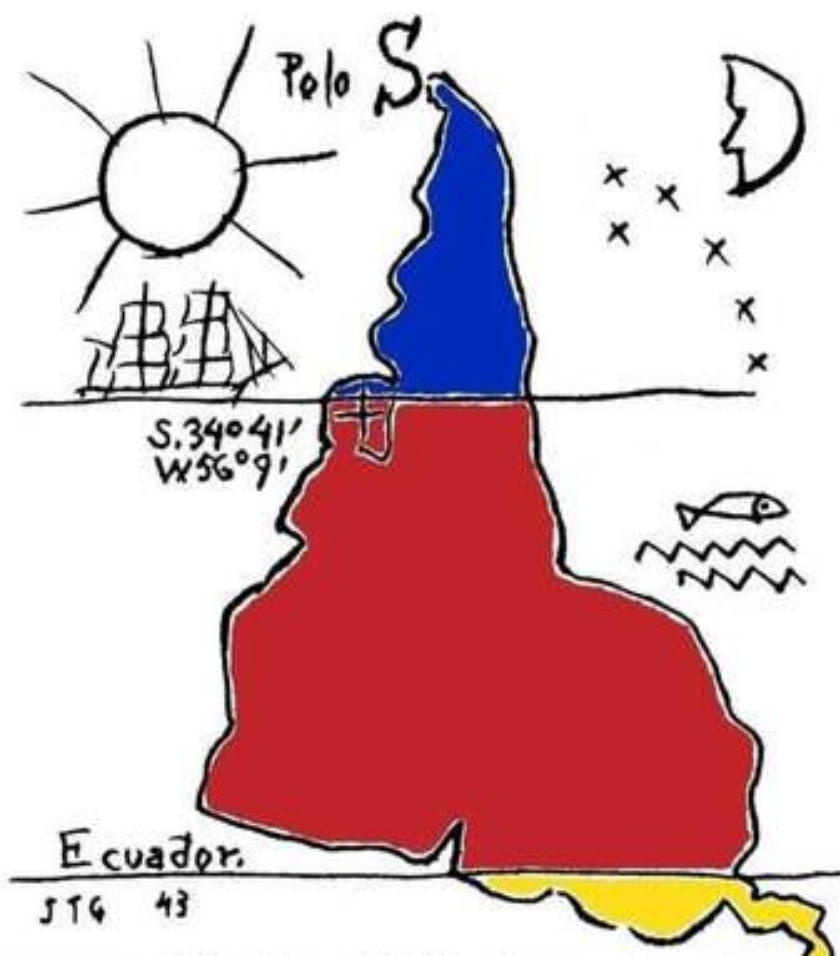


CADERNO DE RESUMOS

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE



COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
23, 24 E 25 DE MARÇO DE 2021 (ONLINE)

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Bernardo Ternus de Abreu
Débora Priscila Graeff
Fabrício Cardoso da Silva
Jefferson Aldemir Nunes
Maira Damasceno
Marcelo Augusto Maciel da Silva
(Organizadores)

CADERNO DE RESUMOS
COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS
LATINO-AMERICANOS

Democracia e Educação em Tempos de Crise

IV CEHLA – 23, 24 e 25 de março de 2021

Programa de Pós Graduação em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Unisinos

ISSN 2763-5317

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

CADERNO DE RESUMOS DO COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS

Imagem da capa: TORRES-GARCIA, J, 1936. La presente Revista. In: Circulo e quadrado. Revista de la asociacion de arte constructivo. Nº1, Montevideo, p.2

Periodicidade: Bianaual.

ISSN 2763-5317

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS UNISINOS

Reitor

Prof. Dr. Marcelo Fernandes de Aquino

Vice-reitor

Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora

Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins

Organização do caderno: Bernardo Ternus de Abreu, Débora Priscila Graeff, Fabrício Cardoso da Silva, Jefferson Aldemir Nunes, Maira Damasceno e Marcelo Augusto Maciel da Silva

Editoração: Maira Damasceno

Comunicação: Kalinka de Oliveira Schmitz, Ketlin Quinhones Wons e Norton Neves

Certificados: Ketlin Quinhones Wons e Maurício Pereira

Tesouraria: Rogério Machado de Carvalho

Relações institucionais: Júlia Leite Gregory e Lisiane Ribas Cruz

Os textos e ilustrações são de responsabilidade de seus autores. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte

COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS, 4, 2021, São Leopoldo. Caderno de resumos: IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos: democracia e educação em tempos de crise. Organizadores Bernardo Ternus de Abreu et al. São Leopoldo: UNISINOS, 2021.

C719 Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos (4: 2021: São Leopoldo).

Caderno de resumos: IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos: democracia e educação em tempos de crise / Bernardo Ternus de Abreu ... [et al.] (organizadores). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2021. 224 p.

Realização: Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. ISSN 2763-5317

1. História – Congressos. 2. História – Resumos. 3. Estudos latino-americanos – Congressos. 4. Democracia e educação. I. Abreu, Bernardo Ternus de.

CDU 94(7/8)
CDD 980

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Comissão Organizadora do IV CEHLA – 2021

Bernardo Ternus de Abreu

<http://lattes.cnpq.br/9234153102615950>

Ma. Débora Priscila Graeff

<http://lattes.cnpq.br/1053751274158759>

Fabício Cardoso da Silva

<http://lattes.cnpq.br/3970541264130238>

Jefferson Aldemir Nunes

<http://lattes.cnpq.br/6063192735895936>

Ma. Júlia Leite Gregory

<http://lattes.cnpq.br/1584109978048473>

Ma. Kalinka de Oliveira Schmitz

<http://lattes.cnpq.br/2166317217077589>

Ketlin Quinhones Wons

<http://lattes.cnpq.br/7181806958548587>

Ma. Lisiane Ribas Cruz

<http://lattes.cnpq.br/8938277327452656>

Ma. Maira Damasceno

<http://lattes.cnpq.br/4704076171769241>

Me. Marcelo Augusto Maciel da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2804586396043828>

Maurício Pereira

<http://lattes.cnpq.br/7497968506366840>

Norton Neves

<http://lattes.cnpq.br/7230739893224719>

Rogério Machado de Carvalho

<http://lattes.cnpq.br/9519182221231046>

Comissão Científica:

André Barbosa Fraga	Douglas Souza Angeli
Mayra Coan Lago	Júlia Leite Gregory
Kalinka de Oliveira Schmitz	Adriana Picheco Rolim
Júlio Cesar da Rosa	Maira Damasceno
Dorvalino Refej Cardoso	Gabriel Chaves Amorim
Luciana da Costa de Oliveira	Carolina Martins Etcheverry
Ketlin Quinhones Wons	Jefferson Aldemir Nunes
Juliana Aparecida Camilo da Silva	Helenize Soares Serres Bernardes
Breno Ampáro Alvares Freire	Icaro Bittencourt
Leandro Braz da Costa	Estela Denise Schütz Brito
Milene Moraes de Figueiredo	Eduardo Cristiano Hass da Silva
Bernardo Ternus de Abreu	Rogério Machado de Carvalho
Guilherme Pereira Ordoque	Letícia Sabina Wermeier Krilow
Pricila Niches Müller	Fabício Cardoso da Silva
Deivid da Silva Ferreira	Paulo Eduardo Fasolo Klein
Thaíze Ferreira da Luz	Pâmela Chiorótti Becker Souza
Priscilla Almaleh	Daniela Adriana Garces de Oliveira
Andressa de Rodrigues Flores	Amilcar Aroucha Jimenes
Cinara Isolde Koch Lewinski	Rodrigo Luis dos Santos
Marcos Alesandro Neves dos Santos	Camila de Almeida Silva
Vinícius de Oliveira Masseroni	Luisiane da Silveira Gomes
Fábio Roberto Wilke	Bárbara Tikami de Lima
Guilherme Nicolini Pires Mais	Paola Natália Laux
Lívia Amarante Gallo	Vicente da Silveira Detoni
Eduardo Relly	Marcos Rogério Kreutz
Janaíne Trombini	Wellington Augusto Blume
Norton Neves	Cibele Caroline da Rosa
Jéssica Fernanda Arend	Matheus Batalha Bom
Vitor da Silva Costa	Bruna Letícia de Oliveira dos Santos

Site:

<https://cehla-unisinos.weebly.com/>

Realização:

Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Programação Geral

Dia 23 de março

(9h às 11h - sessão virtual)	
Mesa	<i>Bruna Letícia de Oliveira dos Santos (NEFIG/UNISINOS)</i> <i>Priscilla Almaleh (NEFIG/UNISINOS)</i> “Mulheres movendo a política - nossas condições de existência, história e democracia”
(13h30 às 16h30 - sessão virtual)	
Simpósios Temáticos	Apresentações em Simpósios Temáticos
(19h às 21h -- sessão virtual)	
Conferências de Abertura	<i>Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)</i> “Os movimentos anticomunistas e outros obstáculos à democracia no Brasil” <i>Monika Dowbor (UNISINOS)</i> “Desmontes e horizontes da democracia”

Dia 24 de março

(9h às 12h - sessão virtual)	
Minicursos	MC 01 – Documentários e Ensino de História: aproximações e distanciamentos. MC 02 – Avaliando a pesquisa na área das Migrações e processos migratórios: Entre conexões transnacionais e diaspóricas MC 03 – História das políticas indigenistas no Brasil Republicano MC 04 – História Oral: Relação entre teoria e prática MC 05 – <i>Uma questão de Gênero</i> : a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira e sua relação com o ensino de História – Sessão ½
(13h30 às 16h30 - sessão virtual)	
Simpósios Temáticos	Apresentações em Simpósios Temáticos
(19h às 21h -- sessão virtual)	
Conferências	<i>Vânia Inês Avila Priamo (Prefeitura de Nova Hartz/RS)</i> <i>Paulo Daniel Spolier (Prefeitura de Novo Hamburgo/RS)</i> “Pesquisa histórica e Educação básica: um diálogo necessário”

Dia 25 de Março

<p>(9h às 12h - sessão virtual)</p> <p>Minicursos</p>	<p>MC 05 – <i>Uma questão de Gênero</i>: a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira e sua relação com o ensino de História – Sessão 2/2</p> <p>MC 06 – Estratégias teóricas e metodológicas para compreender e ensinar a história das sociedades indígenas brasileiras</p> <p>MC 07 – Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e empíricas</p> <p>MC 08 – História Militar: problemas e fontes de pesquisa.</p> <p>MC 09 – No mundo das <i>huacas</i>. A construção do mundo religioso andino a partir das crônicas e outros documentos. Século XVI e XVII.</p>
<p>(13h30 às 16h30 - sessão virtual)</p> <p>Apresentações em Simpósios Temáticos</p>	<p>Simpósios Temáticos</p>
<p>(19h às 21h -- sessão virtual)</p> <p>Conferências de Encerramento</p>	<p>Clarissa Sommer Alves (Historiadora APERS) “História Pública em Arquivos: reflexões a partir da atuação de historiadoras(es) em arquivos públicos estaduais pelo Brasil”</p> <p>Icles Rodrigues (Leitura Obrigatória) “História em meios digitais: YouTube e Podcasts”</p>

Apresentação

O Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos (CEHLA) é um evento bianual, promovido e organizado pelo Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e que tem como meta promover um espaço de encontro para acadêmicos interessados em contribuir com a discussão sobre a História da América Latina.

Dessa forma, nosso colóquio busca ser um espaço de diálogo e troca de experiências e conhecimento produzido na academia, para a construção, a mais plural possível, do conhecimento histórico. Esse é o compromisso do corpo discente do PPGH/UNISINOS.

O IV CEHLA, edição de 2021, tem como tema “História, Democracia e Educação em Tempos de Crise”. Pretendemos com isso não limitar os trabalhos e discussões a serem trazidos ao nosso evento, mas antes, colocarmos historiadores - e cientistas sociais em geral - a pensarem a realidade política brasileira e, também, Latino-Americana, sobre as questões da Democracia e como isso se relaciona mais diretamente com a História e Educação nesses Tempos de Crise. Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda “Uma das missões do historiador, desde que se Interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história”.

Além de compartilharmos o crescimento de tendências autoritárias com nossos vizinhos Latino-Americanos, não podemos esquecer um passado que nos aproxima. Seja o genocídio dos povos originários, a escravização das populações africanas trazidas para a América - não esquecendo das diversas resistências desses mesmos grupos - e as Ditaduras Militares que assolaram nosso continente em um passado recente.

Em consequência, estudos históricos cada vez mais tendem a pensar uma história do Brasil conectada a esse amplo contexto latino-americano, o que parece ter alterado uma lógica de recepção quase passiva de modelos sociais vindos da Europa. Nesse sentido, contribuiu para aflorar um maior sentimento de pertencimento a esse espaço e proporcionou a formulação de projetos de sociedade e de expressões voltados à realidade latino-americana.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

SUMÁRIO

Programação Geral	6
Apresentação	8
SUMÁRIO	9
Minicursos	26
MC 01 – Documentários e Ensino de História: aproximações e distanciamentos	26
MC 02 – Avaliando a pesquisa na área das Migrações e processos migratórios: Entre conexões transnacionais e diaspóricas	27
MC 03 – História das políticas indigenistas no Brasil Republicano	28
MC 04 – História Oral: Relação entre teoria e prática	29
MC 05- Uma questão de Gênero: a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira e sua relação com o ensino de História.....	30
MC 06 - Estratégias teóricas e metodológicas para compreender e ensinar a história das sociedades indígenas brasileiras	31
MC 07 – Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e empíricas	32
MC 08 – História Militar: problemas e fontes de pesquisa	33
MC 09 – No mundo das huacas. A construção do mundo religioso andino a partir das crônicas e outros documentos. Século XVI e XVII.....	34
Simpósios Temáticos (STs) - Ementas e Resumos	35
ST 01 - 90 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1930 E 70 ANOS DAS ELEIÇÕES DE 1950: DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	35
AS ELEIÇÕES A PARTIR DE 1932 NO BRASIL: RETROCESSOS OU SOFISTICAÇÃO?.....	36
A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E A REAÇÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO AMAZONENSE NOS ANOS 30	36
O ENTREPOSTO CULTURAL DO NAZISMO NO BRASIL: SÍNODO RIOGRANDENSE (1942-1945)	37
DEMOCRACIA E TRABALHISMO: O PERFIL SOCIAL E POLÍTICO DOS MILITANTES DO PDT DE CAXIAS DO SUL NAS ELEIÇÕES DE 1988	37
OS EMBATES PELA IMPRENSA ENTRE RAUL PILLA E O OPERÁRIO ANTÔNIO EM TORNO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DO GETULISMO (1945).....	38
AS PEÇAS TEATRAIS DE JORACY CAMARGO: A VALORIZAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO BRASILEIRO NO GOVERNO VARGAS POR INTERMÉDIO DO RÁDIO	38

“A VOLTA DO FILHO PRÓDIGO”: GETULISMO E CULTURA POPULAR NOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO EM 1951	39
DOS PATRIOTAS “ÚTEIS E ADAPTÁVEIS” PARA O “GRANDE CHEFE DA NAÇÃO”: AS CARTAS DOS ESTRANGEIROS PARA GETÚLIO VARGAS.....	39
ENTRE A DIPLOMACIA E A REPRESSÃO: ESTADO NOVO, NACIONALIZAÇÃO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO GRANDE DO SUL (1942-1943)	40
OS EMBATES ENTRE O BRASIL E A AMFORP: REAÇÕES DO <i>CAMPUS POLÍTICO AOS SERVIÇOS DE UMA MULTINACIONAL ESTADUNIDENSE. 1936-1965</i>	40
A GUERRA CIVIL DE 1932 FORA DE SÃO PAULO: OS EFEITOS DO COMBATE DO FÃO EM SOLEDADE (RS).....	41
A REPRESENTAÇÃO DO COTIDIANO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO DE JANEIRO: ATRAVÉS DAS PÁGINAS DOS JORNAIS <i>BEIRAMAR E JORNAL DO BRASIL</i> (1942-45)	42
UM SEMANÁRIO “TRABALHISTA”? TRADIÇÕES E LINGUAGENS POLÍTICAS (RE)TRATADAS NA <i>REVISTA DO RÁDIO</i> (1948-1950).....	42
OS IMPACTOS E OS USOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO DE 30 NA ZONA DA MATA MINEIRA: O CASO MANHUMIRIENSE, DE COLUNA INVASORA A EMBATES POLÍTICOS-RELIGIOSOS	43
PATRÕES E EMPREGADOS NA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MANAUS: AS QUERELAS TRABALHISTAS DURANTE O ESTADO NOVO	44
(1941-1943)	44
AS CAMPANHAS ELEITORAIS NA DÉCADA DE 1950 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	44
A BANCADA PROLETÁRIA: TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO AO GOVERNO VARGAS (1934-35).....	45
ST 02 - INTERESSES E AÇÕES NA RECONFIGURAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA: USOS E ARGUMENTOS	46
OS MORGADIOS DOS CARNEIRO DA CUNHA: PROPRIEDADE E PODER NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XVIII.....	47
O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO NAS TERRAS DAS PROPRIEDADES DO ANTIGO TERRITÓRIO DE VACARIA DURANTE A REPÚBLICA VELHA NO BRASIL.....	47
AS “MOÇAS CASADOURAS”: A MULHER IDEAL NA FORMAÇÃO DE NOVAS COLÔNIAS NO BRASIL MERIDIONAL PELA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR A PARTIR DE 1912.....	48
A COLONIZAÇÃO PÚBLICA MISTA NO NORTE-RIOGRANDENSE: AS COLÔNIAS ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1914)	49
USOS E ARGUMENTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE: OS DEBATES EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS 1960	50
TERRAS ALAGADAS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL ATINGIDA PELA UH DE SALTO CAXIAS, PR	50

FONTEIRA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO PRIVADA: O COMÉRCIO DE TERRAS ENTRE OS ARROIOS ALEGRE E ABELHA (1880-1900)	51
A FORMAÇÃO DO COMPLEXO COLONIAL DA COLONIZADORA SERAFIM FAGUNDES & CIA NA REGIÃO DO PLANALTO RIO-GRANDENSE (1898-1899)...	51
OS RETIREIROS NOS VARJÕES DO ARAGUAIA. ENTRE O USO COLETIVO E A EXPROPRIAÇÃO NO SÉCULO XX	52
O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA: MEMÓRIA E TESTEMUNHO DE CAMPONESES E OUTRAS VÍTIMAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO FORÇADA. 52	
CONTROLE, PODER E ECONOMIA: A POSSE DE TERRAS EM SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ (MUCUGÊ – BA, 1844-1871).....	53
A COLÔNIA <i>MORSKA WOLA</i> : A AÇÃO DA COLONIZADORA LIGA MARÍTIMA E COLONIAL DE VARSÓVIA NO BRASIL (1934-1938).....	53
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA MANUTENÇÃO DO <i>STATUS QUO</i> DO AGRONEGÓCIO COMO ENTRAVE À REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	54
A EXPANSÃO DO CAPITALISMO SOBRE O CAMPESINATO: APROXIMAÇÃO DA OBRAS DE VLADIMIR LÊNIN E VANDANA SHIVA.....	55
ST 03 - MINORIAS EXCLUÍDAS: O PROTAGONISMO DAS “RAÇAS INFERIORES” FRENTE AO CONTEXTO COLONIAL E CAPITALISTA A PARTIR DA CONQUISTA NO SÉCULO XVI E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE	56
ENSINO DE HISTÓRIA PARA PESSOAS DESPROVIDAS DE LIBERDADE	57
“JUDÍOS EM LA ARGENTINA”: O ANTISSEMITISMO ARGENTINO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO REGIME DE VIDELA (1978-1980).....	57
A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE LAGUNA: EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX	58
INSUFICIÊNCIAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS	58
PROTAGONISMO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O CONCURSO PÚBLICO: ANÁLISE DA HISTÓRIA DE INCLUSÃO EM UMA IFES NO SUL DO BRASIL: (1999 -2020).....	59
DESDE ABAJO Y A LA IZQUIERDA: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA A PARTIR DA INICIATIVA ZAPATISTA DA OTRA CAMPAÑA.....	59
O PALENQUERO COMO FORMA DE TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA DOS PALENQUE DE SÃO BASÍLIO	60
AS LAVADEIRAS EM PORTO ALEGRE, NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	60
“XAVANTINA É MINHA, É NOSSA, VOCÊS VIERAM DE OUTROS ESTADOS PRA OCUPAR NOSSA TERRA”: XAVANTE E AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA.....	61

ST 04 - HISTÓRIAS OUTRAS EM TEMPOS DE CRISE: ABORDAGENS

DECOLONIAIS 62

A HISTORICIDADE DA EPISTEMOLOGIA DE PAULO FREIRE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DECOLONIALIDADE 63

MODERNIDADE BARROCA LATINOAMERICANA, VALOR DE USO E A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS 63

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA POLÍTICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DECOLONIAL 64

A COLONIALIDADE E A COLONIZAÇÃO: UMA LEITURA KANHGÁG 64

UMA QUESTÃO DE PERSPECTIVA: REFERÊNCIAS DE CRISES SOCIAIS PARA COMUNIDADES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS 65

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE: HISTORICIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS 65

“EU ERA UMA MULHER QUE NÃO CONHECIA NADA”: AS NARRATIVAS SOBRE CUIDADO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO PAREDÃO BAIXO 66

SÃO CIPRIANO: UMA CIRCULARIDADE DO IMAGINÁRIO ENTRE BRASIL E PORTUGAL 67

PSICOLOGIA DECOLONIAL – UMA ATUAÇÃO NAS REDES SOCIAIS 67

OS PROCESSOS DECOLONIAIS NA BOLÍVIA EM PRÉVIA SÍNTESE DA ASSEMBLEIA CONTITUINTE 68

CINEMA DE CASA DE REZA: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE REALIZADORES INDÍGENAS (ASCURI) 68

POR UM DIÁLOGO DECOLONIAL COM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: UMA RELEITURA INVERTIDA DE “RAÍZES DO BRASIL” 69

DESCOLONIZANDO ANÁLISES A PARTIR DE CONCEITOS-CHAVE FEMINISTAS 69

O “ÍNDIO” PERANTE A JUSTIÇA DA AMÉRICA COLONIAL: UMA EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE DO PODER? 70

ST 05 – IMAGENS E HISTÓRIA: FONTES, ACERVOS E NOVAS ABORDAGENS 71

CORES DO BRASIL: A OBRA POLVO, DE ADRIANA VAREJÃO, COMO REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS 72

VERBA IMAGO MUNDI: AS GRAVURAS NADALINAS NA AMÉRICA LATINA... 72

ANTÔNIO CÂNDIDO DE MENEZES: UMA PINTURA BIOGRÁFICA 73

A SIMBOLOGIA DO CARTAZ DE ROSIE, THE RIVETER NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL FEMININA ESTADUNIDENSE 73

SÍMBOLOS SACROS E SANTOS MISSIONÁRIOS: PINTURAS DE ALDO LOCATELLI E EMILIO SESSA NA IGREJA SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS DE PORTO ALEGRE, RS 74

O MURALISMO DE WALTER SOLÓN ROMERO E A HISTÓRIA BOLIVIANA (1952-1989).....	74
HÉLIO CAMPOS MELLO E CRISTIANO MASCARO: A FOTOGRAFIA INFORMATIVA E ARQUITETÔNICA EM DIÁLOGO NO BRASIL DOS ANOS 198075	
O USO DE FOTOGRAFIAS NA PRODUÇÃO DA MEMÓRIA EMPRESARIAL.....	75
FLANANDO POR CANOAS: OS REGISTROS DA CIDADE ATRAVÉS DO OLHAR E DA ATUAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO MUNICIPAL	76
AS IMAGENS COMO FONTE À HISTÓRIA: BREVES COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS	76
NASCE UMA ESTRELA NO PAMPA GAÚCHO: ASPECTOS GERAIS DO CINEMA NA REVISTA DO GLOBO	77
A FAMÍLIA PATRIARCAL BRASILEIRA EM JEAN-BAPTISTE DEBRET: A COLONIALIDADE DE GÊNERO NA NARRATIVA ARTÍSTICA DO SÉCULO XIX .	77
DA LITERATURA AO CINEMA: AS IMPRESSÕES MACUNAÍMICAS E A CULTURA BRASILEIRA COMO REALIDADE MÚLTIPLA.....	78
A INFÂNCIA EM IMAGENS: REGISTROS DO UNIVERSO INFANTIL A PARTIR DA PERSPECTIVA DE DUAS FOTÓGRAFAS IMIGRANTES (MAUREEN BISILLIAT E MADALENA SCHWARTZ)	78
REVELANDO O POTENCIAL MEMORIALÍSTICO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS DE CAXIAS-MA	79
ATRAVÉS DAS LENTES DE BINGHAM: AS RUÍNAS DE MACHU PICCHU REVELADAS	79
A FIGURA FEMININA NO MURALISMO MEXICANO: MULHERES REPRESENTADAS E MULHERES REPRESENTANTES	80
TRAÇOS E TRABALHO: REPRESENTAÇÃO E NARRATIVA DO JANGADEIRO CEARENSE NAS PINTURAS DE RAIMUNDO CELA (1938-1943)	80
O INSTITUTO ANGOLANO DE CINEMA (IAC) E O LABORATÓRIO NACIONAL DE CINEMA (LNC): PROBLEMATIZAÇÕES ENTRE OS ACERVOS ANGOLANOS	81
ST 06 - A COLONIZAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS: JESUÍTAS, MISSÕES E FRONTEIRA (SÉCULOS XVII E XIII).....	82
A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NAS COLÔNIAS DO NOROESTE DO RS.....	83
ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI	83
CONSTRUINDO UMA VIDA POR MEIO DA ESCRITA: ROQUE GONZÁLES DE SANTA CRUZ EM JOSÉ MARIA BLANCO, 1929	84
O PROJETO BOURBÔNICO PARA AS REGIÕES FRONTEIRIÇAS AMERICANAS, O CASO DA PAMPA BONAERENSE NO PERÍODO COLONIAL TARDIO.....	84
A ESTÂNCIA MISSIONEIRA DE YAPEYÚ: OCUPAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO EM UMA PORÇÃO DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI	85

ENTRE AS OBRAS E AS ROÇAS: AS REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS ENTORNO DA CONSTRUÇÃO DA FORTIFICAÇÃO DE SÃO JOSÉ MACAPÁ (1759 – 1765)	85
PARA GARANTIR A BOA ORDEM: A TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA DAS MULHERES AÇORIANAS E O PROJETO COLONIZADOR DO SUL DO BRASIL....	86
EM TEMPOS DE EDIPEMIA: O COTIDIANO DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANIS NO ENFRENTAMENTO DAS EPIDEMIAS DO SÉCULO XVII – XVIII.	86
O IMPÉRIO NAS FRONTEIRAS: AS MISSÕES JESUÍTICAS NA PAMPA BONAERENSE.....	87
A “COLEÇÃO DE ANGELIS”: ESTUDO DA GASTRONOMIA NO TAPE (1615 -1641)	87
RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA PAMPA BONAERENSE: A SOCIEDADE CIVIL HISPANO-CRIOULA E OS DISCURSOS SOBRE OS INDÍGENAS NO PERÍODO TARDO-COLONIAL.....	88
ST 07 - HISTÓRIA E MÚSICA: INTERLOCUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NA AMÉRICA LATINA.....	89
MÚSICA INSTRUMENTAL E DE CÂMARA E DE EVENTOS SÓCIO-POLÍTICOS NO BRASIL NA TRANSIÇÃO ENTRE O SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	90
LINEAMENTOS INICIAIS PARA UM ESTADO DA ARTE EM MÚSICA,	90
HISTÓRIA E TRABALHO	90
A AMÉRICA LATINA NA OBRA MUSICAL DE CHICO MÁRIO (1979-1988).....	90
A BANDA ENGENHEIROS DO HAWAII E A FORMAÇÃO DA CENA MUSICAL ROQUEIRA NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DÉCADA DE 1980.....	91
COLETIVOS FEMINISTAS E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE NO MEIO MUSICAL: ALTERNATIVAS PARA UMA NOVA VIVÊNCIA DA HISTÓRIA DA MÚSICA NO BRASIL	92
UMA ORQUESTRA DE EXCELÊNCIA INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO DO STATUS SOCIAL E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOS MÚSICOS INTÉRPRETES DE SÃO PAULO	92
A CLASSE TRABALHADORA NA/S CANÇÕES ENGAJADAS LATINO-AMERICANAS (1960-1970): BRASIL, ARGENTINA E CUBA.....	93
HISTÓRIA E MÚSICA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO NO BRASIL	93
VIOLONISTAS MULHERES NA PESQUISA FOLCLÓRICA NO BRASIL: ANÁLISE ETNOMUSICOLÓGICA APARTIR DE CARTAS E ENTREVISTAS	94
O OCULTO E A PRÁTICA DA REPRESENTAÇÃO: ANALISANDO OS MEMBROS DO HEAVY METAL ALÉM DOS SHOWS	94
O DESAFIO DO MÚSICO DO RIO DE JANEIRO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS: UM RECORTE DE 1929 A 1941.....	95
A CULTURA DO DELTA BLUES	95
ST 08 - HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E CULTURAS ESCOLARES.....	97

ENTRE CAMINHOS COMPLEXOS: A AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE DE UMA PROFESSORA E SUAS REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MONTENEGRO/RS	98
A EDUCAÇÃO SECUNDARISTA NO BRASIL PELA PERSPECTIVA DECOLONIAL FREIREANA: EDUCAÇÃO DE (QUE) QUALIDADE PARA QUEM?	98
INFÂNCIAS E JUVENTUDES: UM OLHAR A PARTIR DO CONSELHO TUTELAR DE NOVO HAMBURGO (RS)	99
REVISTA POLIVISÃO: A IMPRENSA PEDAGÓGICA DA ESCOLA POLIVALENTE DE ÓSORIO/RS	100
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE JOVENS DO QUILOMBO CHÁCARA DAS ROSAS – CANOAS/RS.....	100
MENTE SÃ, CORPO SÃO: A PRÁTICA ESPORTIVA NA ESCOLA NORMAL EVANGÉLICA (SÃO LEOPOLDO/RS, 1950-1965)	101
A ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (RN): UMA ANÁLISE DO CIVISMO A PARTIR DE FOTOGRAFIAS (1945-1948)	102
A CADERNETA CIRCULAR DE 2ª CLASSE DO CURSO PRIMÁRIO DO COLÉGIO IJUHYENSE E AS ADAPTAÇÕES ÀS POLÍTICAS NACIONALIZADORAS (1938-1941).....	102
A REFORMA EDUCACIONAL NO MÉXICO DURANTE O GOVERNO CÁRDENAS: A EDUCAÇÃO SOCIALISTA (1934-1940).....	103
JOGO, CULTURA, EDUCAÇÃO E UM HÍBRIDO DELES TRÊS: UM PAPEL DOS LIVROS-JOGOS ALTERNATIVOS NO FUTURO.....	104
O MEDIEVO ENSINADO: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA EM LIVROS DIDÁTICOS (2001 - 2010).....	104
PRESCRUTAR CADERNOS DE SABATINAS: PRODUÇÃO INFANTIL, MECANISMO DISCIPLINADOR E PRODUTO DA CULTURA, RIO GRANDE DO SUL (1939 E 1943).....	105
PENSAR O PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO É REPENSAR O PROCESSO EDUCATIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	106
A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: APROPRIAÇÃO DO SAMBA ENREDO HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE	106
COMO RECURSO DIDÁTICO (2019).....	106
O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL DE 1960: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM SUAS IDEIAS PEDAGÓGICAS.....	107
HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CONJUNTO HABITACIONAL DIRCEU ARCOVERDE (TERESINA, 1978-1985)	108
O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO E O ATENDIMENTO AOS MENORES ÓRFÃOS E DESVALIDOS (1944 - 1960).....	108
O TERRITÓRIO DO OUTRO: O ESCOLÃO DO KEPHAS E AS MIGRAÇÕES REGIONAIS PARA NOVO HAMBURGO/RS (1980-2000)	109

HOSPITAL COLÔNIA DE ITAPUÃ: UM ESTUDO SOBRE SUAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES	110
OS REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO E DA DIALÉTICA COMO EXERCÍCIO DA CRÍTICA PARA PENSAR	110
A ESCOLA PÚBLICA EM MINAS GERAIS	110
ST 09 - HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS EM PERSPECTIVAS PLURAIS	112
TUMORES NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI DO SETECENTOS	113
DA MEDICINA AO DIREITO: O CORPO FEMININO E A CRIMINALIDADE	113
O “TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA”: CUIDADOS DESTINADOS À SAÚDE DOS SÚDITOS INFANTIS	114
PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA MEDICINA GAÚCHA NOS ANOS 30: UMA ANÁLISE DAS REVISTAS “HYGIA” E “ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA”	114
UMA ANÁLISE DO BEBER E DO ALCOOLISMO ATRAVÉS DE DISCURSOS MÉDICOS E JURÍDICOS NO JORNAL CORREIO PAULISTANO (1940-1950)	115
ALIMENTAÇÃO E A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NO HOSPITAL SÃO PEDRO (PORTO ALEGRE/RS) NOS ANOS DE 1930	115
QUANDO A HISTÓRIA DAS DOENÇAS ENCONTRA A ARTE E A LITERATURA	116
ESTRATÉGIAS DE COMBATE À PESTE BUBÔNICA NO NORDESTE NA DÉCADA DE 1940	116
AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO: SAÚDE E DOENÇA NA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL COLONIAL	117
ST 10 - HISTÓRIA E IMPRENSA: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS	118
O DISCURSO INDIGENISTA PERUANO NA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO OFICIAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1948-1968)	119
O FLUXO E O CONSUMO DE LOUÇAS EUROPEIAS NOS JORNAIS PORTO ALEGRENSES (1880-1890)	119
SANTA FELICIDADE NOS JORNAIS: A IDENTIDADE ITALIANA E O COMEMORACIONISMO NO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA COLÔNIA – 1978	120
“APRENDENDO A SER MULHER”: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA REVISTA <i>QUERIDA</i> AO LONGO DA DÉCADA DE 1960	120
TORCIDA ORGANIZADA MARÉ VERMELHA E A DITADURA CIVIL-MILITAR: RESISTÊNCIA NAS ARQUIBANCADAS POR MEIO DE UMA TORCIDA “GAY” .	121
O JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO NAS JORNADAS DE JUNHO E NAS MANIFESTAÇÕES PRÓ IMPEACHMENT	121

IMPrensa E PENSAMENTO INTERNACIONAL: APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA SOBRE OS ARTIGOS DE JOÃO NEVES DA FONTOURA NO JORNAL ‘O GLOBO’	122
A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE (2001-2007)	122
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DOS CORPOS CARIOCAS NAS PÁGINAS D’O RIO-NÚ (1898-1916).....	123
O CASO DOS MUCKER: A NARRATIVA DA IMPRENSA ATRAVÉS DAS PUBLICAÇÕES DO JORNAL DO COMMERCIO E DE KARL VON KOSERITZ.....	123
RONDON, SPI, COMISSÃO DE EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS E BANDEIRA PIRATININGA: A QUEM CABE A TUTELA DOS INDÍGENAS? (1938)	124
COLUNAS, NOVIDADES E TENDÊNCIAS: DISPOSITIVOS MIDIÁTICOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	124
O. G. REGO DE CARVALHO E AS NARRATIVAS LITERÁRIAS NA IMPRENSA TERESINENSE DA DÉCADA DE 1950.	125
A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) DO BRASIL (1961-1964) E A SUA REPRESENTAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA.....	126
“NÃO É PRECISO QUEIMAR SUTIÃS EM PRAÇA PÚBLICA”: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER ATRAVÉS DO JORNAL PIONEIRO.....	126
JORNAL AMORIM E IMPRENSA DE INTERIOR: NARRATIVAS SOBRE SAÚDE MENTAL EM SOMBRIO – SC (2014-2016)	127
ST 11 - CORPO, HISTÓRIA E MOVIMENTO: OS ESPORTES ATRAVÉS DE UM OLHAR INTERDISCIPLINAR	128
UMA ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA NÃO ACADÊMICA SOBRE O FUTEBOL PROFISSIONAL DE CAXIAS DO SUL	129
ENTARDECER EM PORTO ALEGRE: SOCIABILIDADE, FUTEBOL E CIDADE NOS ANOS 1950	129
UM OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA NA PESQUISA ESPORTIVA.....	130
MOVIMENTO E HABILIDADE: DISSOLVENDO DICOTOMIAS PERSISTENTES .	130
A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O FUTEBOL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA LEI PELÉ.....	131
ESTÁDIOS DE FUTEBOL E A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASIELIRA	131
ST 12 - HISTÓRIA, POLÍTICA E IMPRENSA	133
“A NOSSA LUTA”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA ESCRITA DO JORNAL A LUTA (1967-1971).....	134
IMPrensa LOCAL, POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA: O JORNAL A LUTA E A DITADURA MILITAR EM CAMPO MAIOR-PI (1967-1979)	134
MEIAS PALAVRAS: A PAUTA POLÍTICA NA IMPRENSA ESCRITA DE TERESINA (1970-1975)	135

RESSENTIMENTO E OPINIÃO PÚBLICA: SUGESTÕES À ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	135
SANTA MARIA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA ATRAVÉS DO JORNAL A RAZÃO (1942-1945).	136
O PARLAMENTARISMO NA CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA “ANÁLISE DE CONTEÚDO”	136
AUTOMOBILISMO, DITADURA E IMPRENSA: A COBERTURA DA CONSTRUÇÃO DO AUTÓDROMO DE BRASÍLIA E DO GRANDE PRÊMIO PRESIDENTE MÉDICI DE FÓRMULA 1	137
LUIS A. COMPAGNONI NO JORNAL <i>PIONEIRO</i> : ENTRE O INTEGRALISMO E AS ENCÍCLICAS PAPAIS DE 1891 E 1931	137
A <i>NEW REPÚBLICA</i> DE BOB CUSPE: A CANDIDATURA DO PERSONAGEM <i>PUNK</i> COMO CRÍTICA AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1985).....	138
OS DEBATES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 1948: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS JORNAL DO BRASIL (RJ) E CORREIO DA MANHÃ (RJ).....	138
A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NA ARGENTINA: JOSÉ ARICÓ E A REVISTA PASADO Y PRESENTE (1963-1973).....	139
A IMPRENSA CATÓLICA E SEU PAPEL CATEQUÉTICO, EVANGELIZADOR E POLÍTICO: ESTUDO DE CASO DO USO DA IMPRENSA PELA DIOCESE DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO	139
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PTB E DO TRABALHISMO COMO LUTA SIMBÓLICA ENTRE CORREIO DA MANHÃ E ÚLTIMA HORA (1951-1954).	140
AS CAMPANHAS PELO PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1963).....	140
ENTRE O ESTADO E A IMPRENSA: MOVIMENTOS SÓCIO-RELIGIOSOS	141
NO RIO GRANDE DO SUL - 1874 a 1938	141
IMPRESSOS DE EXTREMA-DIREITA: A REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA (ARGENTINA, 1973-1975).....	141
NEM UDENISTA, NEM ANTIVARGUISTA: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A UDN NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1951-1954).....	142
O CARÁTER DENUNCISTA DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA E O <i>IMPEACHMENT</i> DE FERNANDO COLLOR DE MELLO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE <i>O GLOBO</i> E <i>O ESTADO DE S. PAULO</i>	143
ST 13 - EXPERIÊNCIAS, CRÍTICAS E FRONTEIRAS ENTRE OS CORPOS	144
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E INDICATIVOS DE GÊNERO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE DISCURSOS CARACTERIZANTES DE PAPÉIS FEMININOS EM LIVROS DIDÁTICOS (1970-1975)	145
“POIS ESSE SERVIÇO ALÉM DE PERIGOSO É PROIBIDO.”: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA ABORTIVA DE JULIETA DOS ANJOS (CANDELÁRIA, 1932).....	145

EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADES: O IMAGINÁRIO DA IDENTIDADE NA NORMA CISHETEROPATRIARCAL E AS SEXUALIDADES NO ENSINO BÁSICO	146
PESQUISA AÇÃO EM CONTEXTO DE PANDEMIA: UM RECORTE DA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+	146
O PAPEL DAS INTUIÇÕES MÉDICAS E JURÍDICAS NA NORMATIZAÇÃO DOS CORPOS: NARRATIVAS QUE DIFERENCIAM E GENERIFICAM O CRIME E A DOENÇA.....	147
HISTÓRIA DA MISOGÍNIA - NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OBRA DE LAIA ABRIL	148
CORPOS INADEQUADOS? GÊNERO E A (IN)VISIBILIDADE QUEER NO CONTEXTO ESCOLAR	148
DONA LEONARDA MARIA DA SILVA VELHO: ASPECTOS DE UM ESTUDO DE GÊNERO NA CORTE IMPERIAL	149
GÊNERO Y RELACIÓN EPISTOLAR: ANNA MELISSA GRAVES Y VICTOR RAÚL HAYA DE LA TORRE (1923-1926).....	149
“NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS”: O ABANDONO DE LAR EM AÇÕES DE DIVÓRCIO (PORTO ALEGRE – 1978/1980).....	150
CATEGORIAS, CONCEITOS E TEORIAS EM QUESTÃO: OLHARES ECOFEMINISTAS E DECOLONIAIS	151
IMPRESSÕES BIO-GRÁFICAS DE CORPO-POLÍTICAS MARCADAS: PERSPECTIVAS SEXUAIS SUBALTERNAS	151
PELOS OLHOS DE UMA MULHER: O SOCIAL E O PESSOAL EM “O QUINZE” (1930), DE RACHEL DE QUEIROZ.	152
ST 14 - HISTÓRIA INDÍGENA	153
INDÍGENAS E EPIDEMIAS NA FRONTEIRA NORTE DO IMPÉRIO DO BRASIL (1850-1863).....	154
“FAZER UMA GRANDE LAVOURA”: PRODUTIVIDADE E CONTRADIÇÕES NA AÇÃO INDIGENISTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL (1941-1967).....	154
OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E O “GIRO DECOLONIAL”.....	155
ARTICULAÇÃO KAINGANG NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985).....	155
OBJETOS, FOTOGRAFIAS E OUTROS REGISTROS “ETNOGRÁFICOS” NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS TUTELARES, ESTÉTICAS INDÍGENAS E ACERVOS CULTURAIS NO CONTEXTO DO SPI.....	156
NAS CANOAS DA HISTÓRIA: FONTES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO AMAZONAS PROVINCIAL 1845-1910.....	157
MUS E FEITICEIROS: ATUAÇÃO DE INDÍGENAS NA AMÉRICA MERIDIONAL (SÉCULO XVII).....	157

VISÕES DE FREI BERNARDINO DE SAHAGÚN ACERCA DAS DEIDADES FEMININAS ASTECAS EM <i>HISTORIA GENERAL DE LAS COSAS DE LA NUEVA ESPAÑA</i> , MÉXICO, SÉCULO XVI.	158
“¿QUIENES SOMOS?”: A POLITICIDADE HISTÓRICA DO INDÍGENA BOLIVIANO A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO KATARISTA	158
A CAPTURA DE CATIVOS ENTRE AS PARCIALIDADES PAMPIANO-PATAGÔNICAS E O PROBLEMA DO “CATIVEIRO” INDÍGENA	159
ONOMÁSTICA COLONIAL E RESISTÊNCIA: HISTÓRIA COMPARATIVA ENTRE O ALDEAMENTO DE ITAPECERICA E O POVOADO INDÍGENA DE HUMAHUACA (BRASIL E ARGENTINA, SÉCULO XVIII E XIX).....	160
RETÓRICAS DA NACIONALIDADE: A EMERGÊNCIA DO INDIGENISMO A PARTIR DA REVOLUÇÃO MEXICANA	160
CONQUISTA E TERRITORIALIZAÇÃO NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE: AS SESMARIAS DE INDÍGENAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII.	161
ST 15 - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO VETORES DE RESISTÊNCIA EM MOMENTOS DE CRISE	162
NOVA PRATA: HISTÓRIA LOCAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	163
E ENSINO DE HISTÓRIA	163
A BUSCA DE UM LOCAL PARA O CENTRO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA FERROVIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL – SÃO LEOPOLDO ENTRA EM CENA	163
A INVENÇÃO DO LEITO DE MORTE DE JULIO DE CASTILHOS	164
ARQUIVOS HÍBRIDOS DA LITERATURA: A MEMÓRIA FEMININA NOS DIÁRIOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MAURA LOPES CANÇADO E CAROLINA MARIA DE JESUS.....	164
AÇÕES PARA O PATRIMÔNIO – EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REMOTO NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS.....	165
O SANTUÁRIO DA SANTA CRUZ DO MONTE SANTO, BA, COMO EXPRESSÃO DA RELIGIOSIDADE POPULAR E DE RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA SERTANEJA	165
O DISCURSO CIVILIZADOR E AS REPRESENTAÇÕES INSERIDAS DA EXPOGRAFIA DE MUSEUS HISTÓRICOS SOBRE IMIGRAÇÃO.....	166
MUSEUS (VIRTUAIS) BRASILEIROS: CONSTRUÇÃO DE ACERVOS DAS MEMÓRIAS DA PANDEMIA DE COVID-19	166
ST 16 - DITADURAS NO CONE SUL DO SÉCULO XX: LUTAS POLÍTICAS EM BUSCA DE DIREITOS	168
“NÓS QUEREMOS QUE O SENHOR NOS VEJA”: FOTOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NAS MARGENS DE PORTO ALEGRE (1970-1975)	169
TRABALHISMO E POPULISMO: UM DEBATE CONCEITUAL E A MATERIALIDADE DA PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA	169

"NADA CONSTA": O ATESTADO DE IDEOLOGIA ENTRE A ABERTURA POLÍTICA E OS FREIOS AUTORITÁRIOS (1975 - 1979).....	170
SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME! TRAVESSIAS, REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA NA PACATA JAGUARÃO.....	170
FEMINISTAS OU POLÍTICAS? MULHERES MILITANTES NA DITADURA CHILENA.....	171
A REPRESENTAÇÃO DAS MADRES DE PLAZA DE MAYO NO JORNAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (1977-1978): LOUCAS OU VÍTIMAS?	172
A CASA DOS ESPÍRITOS: TEMPORALIDADES, VOZES E RESISTÊNCIA.....	172
O ESTADO NOVO E O GOVERNO DE AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO (1937 -1945)	173
ST 17 – AUTORITARISMOS E DEMOCRACIA NO BRASIL REPUBLICANO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS.....	174
<i>A PROFILAXIA MORAL E HIGIÊNICA: O DISCURSO HIGIÊNICO A SERVIÇO DA REPRESSÃO NO RIO GRANDE DO SUL DE VARGAS</i>	<i>175</i>
CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA COMPARADA: OS GOVERNOS MAURICIO MACRI (2015-2019), MICHEL TEMER (2016-2018) E AS DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE A VENEZUELA.....	175
REDEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTO LGBTQ+ E CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - O CAMINHO FEITO ATÉ O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA.....	176
A CARTA-TESTAMENTO DE VARGAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA	176
AS ELITES POLÍTICAS E JURÍDICAS DO PIAUÍ NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964	177
A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO NAZISTA NO AUTORITARISMO BRASILEIRO: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE <i>O ESTADO NACIONAL</i> DE FRANCISCO CAMPOS.....	177
NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	178
“QUEM DISSE QUE SUMIU?” MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (PELOTAS: 1977-1985)	178
EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL: O SNI ATRAVÉS DA INFORMATIZAÇÃO E INTERESSE TECNOLÓGICO	178
MULHERES EM DEBATE: A ESCRITA FEMININA NAS PÁGINAS DA REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA (1940-1945).....	179
HISTORIOGRAFIA DA LUTA ARMADA CONTRA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL.....	179
ST 18 - DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIA MILITAR.....	181
AS PINTURAS DE EDUARDO DE MARTINO E O MUSEU NAVAL	182
“EL ENEMIGO ERA PORTUGAL”: AS ESTRATÉGIAS DAS FORÇAS ESPANHOLAS NAS GUERRAS DO SUL DA AMÉRICA, 1762-1777.....	182

O QUE A BRIGADA MILITAR TEM DE MILITAR?	183
MOTIM DE SOLDADOS NA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MARABITANAS – RIO NEGRO, 1769.	183
UMA INVISIBILIDADE CONVENIENTE: ESPIONAGEM NAZISTA NO BRASIL..	184
MULHERES E GUERRA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE DURANTE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI	184
“UM SÍMBOLO DO PODERIO NACIONAL A SERVIÇO DA PÁTRIA”: OS MILITARES E A HISTÓRIA, PASSADO E FUTURO NO HORIZONTE DA NAÇÃO	185
VIDA E COMBATE: A OCUPAÇÃO DO LIMES ROMANO E SEUS CONTRAPONTO COM O MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS NO BRASIL ...	185
O ESTADO NOVO E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO	186
ST 19 – TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DEBATES E PERSPECTIVAS	187
HISTÓRIA, VERDADE E TEORIA NO PERÍODO INDEPENDENTISTA: REFLEXÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA E O PAPEL DO HISTORIADOR	188
COMO FOI ESCRITA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL NO SÉCULO XX?	188
DO POUCO DE CERTEZA QUE HÁ NA HISTÓRIA: USOS, FALSIFICAÇÕES E DIVULGAÇÃO DO SABER HISTORIOGRÁFICO.....	189
DISCIPLINARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS (1884-1939)	189
A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS DE CONHECIMENTO EM MICHEL FOUCAULT	190
PODE O OFÍCIO HISTORIOGRÁFICO SER PENSADO A PARTIR DO DECOLONIAL? ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA EUROPÉIA E AMÉRICA LATINA	190
LATÊNCIA ATÔMICA: AS MANIFESTAÇÕES INCONSCIENTES DAS BOMBAS ATÔMICAS EM GOJIRA E BOB ESPONJA	191
INTELECTUAIS NEGROS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL (1968 – 1977): BEATRIZ NASCIMENTO, EDISON CARNEIRO, EDUARDO DE OLIVEIRA.	192
REVOLVIMENTOS HISTORIOGRÁFICOS: “PROTOMÁRTIRES DO BRASIL”, USOS DO PASSADO E A HISTÓRIA COMO MITO	192
(DES) COMEMORANDO AS EFEMÉRIDES NACIONAIS: HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS CENÁRIOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1988) E DOS “500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL” (2000).....	193
A ESCRITA DA HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NOS PRIMEIROS ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (1921-1940).....	193

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL E ITÁLIA: UM BALANÇO BREVE DO SÉCULO XIX e XX.....	194
A HISTÓRIA ORAL PARA TRAZER À TONA ASPECTOS DA IDENTIDADE DOCENTE.....	195
O TEMPO DO “ESPECTRO SAQUAREMA”: USOS DO PASSADO NACIONAL, NOVA DIREITA E MOVIMENTOS MONARQUISTAS NO OCASO DA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA	195
ST 21 - HISTÓRIA AMBIENTAL E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES.....	197
FABRICANDO O SUBTROPICAL: HISTÓRIA CLIMÁTICA E OUTROS ANTROPOCENOS	198
ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA JÊ MERIDIONAL: CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES ANTRÓPICAS SOBRE O ESPAÇO NATURAL E A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO DAS PAISAGENS.....	198
OS CURTUMES E O AMBIENTE NATURAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A POLUIÇÃO INDUSTRIAL DOS CURTUMES (1980-1990)	199
TERRAS INDÍGENAS NA MODERNIDADE: A RESTITUIÇÃO DE TERRAS EM TOMÁS DE MERCADO.....	199
A PRESENÇA DA “NATUREZA” EXTRA-HUMANA NAS MISSÕES JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAY, SÉCULOS XVII E XVIII	200
ST 22 – MIGRAÇÕES HISTÓRICAS: HISTORIOGRAFIA, ABORDAGENS E FONTES.....	201
“NÃO O QUEREM PELA RAZÃO DA COR QUE TISNA SUA PELLE”: MASCULINIDADE, RACIALIZAÇÃO E CONFLITOS INTERÉTNICO EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (CAXIAS DO SUL – 1898/1913).....	202
AS DISCUSSÕES SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO A PARTIR DE ABRANTES E ROSALES: UM OLHAR SOBRE A RACIALIZAÇÃO – BRASIL E CHILE – SÉCULO XIX.....	202
EM CARTAS ENVIADAS À POLÔNIA (1890/1891).....	203
DA PRÚSSIA PARA O SUL DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O DIÁRIO DE VIAGEM DE P. SCHWARZER (1862-1864)	203
MIGRAÇÕES FORÇADAS EM TEMPOS DE GUERRA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM PORTO NOVO (SANTA CATARINA, 1942-1943).....	204
TRAJETÓRIA E ASCENSÃO DE UMA IMIGRANTE: ANNA MARIA PAULETTI RECH (1876-1916) E A ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RIO GRANDE DO SUL	205
A PERTINÊNCIA DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS IMIGRANTES CHINESES	205
RACIALIZANDO O BRANCO: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE BRANQUITUDE NA HISTÓRIA SOCIAL DO RACISMO E NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS	206
ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	206

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E AS DISPUTAS NA COLÔNIA “MODELO”: A COMPANHIA COLONIZADORA METROPOLITANA E A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO NOVA VENEZA	207
ST 23 - REDUÇÃO DA ESCALA DE ANÁLISE E HISTÓRIA SOCIAL	208
CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NOS ESTUDOS DE MIGRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA	209
ESTRATÉGIAS ENTRE AS FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ALEMÃES NO FINAL DO SÉCULO XIX (VILA DE SÃO JOÃO DE SANTA CRUZ – RS).....	209
NAS TRAMAS DO IMPÉRIO: ANTONIO DA SILVA VASCONCELLOS E SUA TRAJETÓRIA ENTRE O RIO DE JANEIRO E O RIO GRANDE DO SUL (1850-1889)	210
DEBATENDO A NOÇÃO DE MEDIADOR: ANTONIO JOSÉ DE MELLO BRABO E A AMBIGUIDADE COMPLEMENTAR DE SUAS RELAÇÕES	210
UMA ‘DONA’ ENTRE DOIS MUNDOS: ADMINISTRAÇÃO PARTICULAR, COMPADRIO E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE ENTRE CATIVOS E LIVRES (VIAMÃO, SÉCULO XVIII)	211
A PRODUÇÃO SOCIAL DE LOCALIDADES EM REGIÕES.....	211
DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA	211
FESTEIROS DEVOTOS: PAGADORES DE PROMESSA A SANTOS REIS NA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ	212
COLETÂNEA DE MEMÓRIAS PARA ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL.....	212
“A PRODUÇÃO DA LOCALIDADE”: CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA À COMPREENSÃO DA INSERÇÃO DE IMIGRANTES EM ESPAÇOS URBANOS	213
ENTRE INSTITUIÇÕES E AGENTES: O USO DA VARIAÇÃO DE ESCALAS PARA A ANÁLISE DO CLERO PAROQUIAL NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL.	213
ST 24 – EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM DISCUSSÃO: ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO	214
TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE FAMÍLIAS NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO: A FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA (C. 1849-TEMPO PRESENTE).....	215
EXPRESSÕES OBJETIVAS DE AFETO – A PERSPECTIVA POLÍTICA DA AFETIVIDADE DE MULHERES NEGRAS.....	215
RELAÇÕES CRUZADAS: ESCRAVIDÃO E GÊNERO EM UMA	216
CASA DE POUCOS ESCRAVIZADOS	216
OS ARRANJOS FAMILIARES NA TRAJETÓRIA DE RODOLFO XAVIER	217
O DIREITO CONSUETUDINÁRIO E CONSTITUCIONAL SOBRE A	217
PROPRIEDADE DA TERRA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO NO RIO GRANDE DO SUL	217
PERSEGUINDO A CULTURA NEGRA NO PIAUÍ OITOCENTISTA.....	218
A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE NO SUDESTE DO PIAUÍ (SÉCULO XIX)	219

TRABALHADORES NEGROS E O PÓS-ABOLIÇÃO EM UMA CIDADE INTERIORANA: ALEGRETE/RS 1900-1905.....	219
NOTAS DE PESQUISA: UM ESTUDO RELACIONAL SOBRE AS IRMANDADES LEIGAS DE CACHOEIRA (DO SUL – RS, SÉC. XIX). EXPERIÊNCIAS, IDENTIDADES E DEVOÇÕES.....	220
“ESTIVEMOS DESLIGADOS UNS DOS OUTROS, VIVENDO CADA UM PARA SI, ESQUECIDOS DOS DEMAIS”: EXPERIÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO DE BANCÁROS NEGROS NO PÓS - ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (1920-1940). ..	220
COSTUMES EM COMUM NA FRONTEIRA OESTE: CRIMES RURAIS E SOCIABILIDADES EM ALEGRETE E URUGUAIANA (1888-1910).....	221
UMA ABORDAGEM DE GÊNERO E ESCRAVIDÃO PARA SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	221
FRONTEIRAS DO CATIVEIRO: SIGNIFICADOS TRANSNACIONAIS DE LIBERDADE E ESCRAVIDÃO (BRASIL/URUGUAI, SEGUNDA METADE DO XIX)	222
GOLPES, FURTOS E TRAPAÇAS:	222
LARÁPIOS E GATUNOS PELAS RUAS DE SALVADOR PÓS-ABOLIÇÃO (1889-1920).....	222
OPRESSÃO E EXCLUSÃO NAS MEMÓRIAS DE CAROLINA DE JESUS.....	223
O INVISÍVEL AO OLHAR E ANÁLISE DE CONTEÚDO: A INFERÊNCIA NA ESCUTA DO DOCUMENTO	223

Ecuador.

514 43

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Minicursos

MC 01 – Documentários e Ensino de História: aproximações e distanciamentos

Coordenador

Rodrigo Luis dos Santos (UNISINOS)

O objetivo deste minicurso é possibilitar uma reflexão teórica e metodológica acerca do uso dos documentários no ensino de História e outros campos das Ciências Humanas e Sociais. Simultaneamente, almeja analisar a construção de narrativas e interpretações históricas através destes produtos culturais. Na atualidade, os documentários tem ganhado um espaço significativo de difusão de acontecimentos históricos. Genericamente, em uma percepção e visão mais amplamente divulgada, são atribuídos valores aos documentários que os diferenciam das demais produções fílmicas, especialmente aquelas direcionadas ao cinema comercial, sendo a principal delas calcada na dicotomia ficção/realidade – ou ainda imaginação/verdade dos fatos. Por conta disso, determinadas visões sobre os fatos são repassadas, podendo ser assimiladas pelo público como verdades absolutas, sem questionamentos ou interpretações mais acuradas. No espaço escolar, é um desafio do docente-pesquisador perceber os processos de produção, as intencionalidades e os enquadramentos embutidos nessas construções fílmicas, para, através disso, dinamizar a apreciação crítica e análise investigativa entre os sujeitos sociais envolvidos do processo educacional. Didaticamente, o minicurso estará dividido em duas etapas: a primeira, abordando aspectos conceituais e metodológicos, sobretudo o enfoque nas similaridades e distanciamentos entre documentários e os outros filmes cinematográficos, assim como os principais cuidados necessários para uma análise mais aprofundada deste recurso. A segunda etapa será a análise empírica de dois documentários, abordando uma temática semelhante. Um deles é produzido por um grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, em uma perspectiva mais comemorativa e o outro, de caráter mais formativo, elaborado no espaço acadêmico, em uma universidade também localizada no estado sulino. Busca-se, a partir deste exercício prático, alinhado com o arcabouço teórico abordado, compreender as narrativas construídas, os pontos de aproximação e de afastamento, os tópicos salientados e as possibilidades de uso de documentários similares em sala de aula, no tocante ao ensino e processo de pesquisa.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

MC 02 – Avaliando a pesquisa na área das Migrações e processos migratórios: Entre conexões transnacionais e diaspóricas

Coordenadoras

Caroline Atencio Medeiros Nunes (PUCRS)

Fernanda Trentini Ambiedo (PUCRS)

O ato de migrar pode ser compreendido como inerente ao ser humano, migramos desde os primórdios em um tempo onde não havia história e continuamos a migrar hoje, sob diferentes contextos perspectivas e motivações. Partindo desta ideia, a presente proposta de minicurso tem como expectativa, apresentar ao público diferentes perspectivas nas pesquisas relacionadas às migrações históricas na América Latina, desde aqueles grupos considerados “clássicos” como é o caso dos italianos e alemães e também grupos que ainda carregam na sua migração possibilidades extensas de questionamentos sobre o seu migrar, como o caso dos grupos palestinos no Brasil. Ao avaliar estes casos isolados direcionamo-nos para as inúmeras possibilidades teóricas e metodológicas que a pesquisa no campo da migração pode abranger. Com um atento olhar para os fenômenos contemporâneos, e suas relações com as migrações históricas, evidenciamos as possibilidades de uso de conceitos importantes, como as noções de transnacionalismo e sua atuação em pesquisas de diferentes casos e abordagens, o uso do conceito e a variação do “experienciar” a diáspora em diferentes contextos, a imigração urbana, a imigração interna ao conesul americano. Além disso pretendemos lançar alguns parâmetros ao abordar a questão das relações de gênero e aspectos religiosos inseridos nos estudos sobre migração, colaborando a pensar estas e outras questões enquanto transversais aos estudos na área.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

MC 03 – História das políticas indigenistas no Brasil Republicano

Coordenadores

Andressa de Rodrigues Flores (UNISINOS)

Amilcar Aroucha Jimenes (UNISINOS)

No ano em que a temática do IV CEHLA é “História, Democracia e Educação em Tempos de Crise”, e diante do atual cenário político e institucional, em que os direitos de minorias sociais e étnicas têm sido constantemente ameaçados, entendemos ser de fundamental importância o fomento de discussões debruçadas sobre a relação entre a sociedade brasileira e os povos indígenas. Nesse sentido, sabemos que o alvorecer do período republicano inaugurou um novo momento para a política indigenista, caracterizado pela emergência de novos marcos legais e a criação de instituições especialmente dedicadas a tal missão, como Serviço de Proteção aos Índios (SPI), na primeira metade do século XX, e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O objetivo central deste curso se dá em proporcionar um espaço de diálogo e reflexão acerca da política indigenista brasileira ao longo do século XX e das primeiras décadas do presente século. A proposta é mapear e discutir os múltiplos interesses que constituem a criação dessas políticas, bem como seus efeitos na vida das populações indígenas, sem perder de vista os modos pelos quais esses próprios grupos se propuseram encarar os cenários político-institucionais que emergiram nesse período.

MC 04 – História Oral: Relação entre teoria e prática

Coordenadoras

Simone Gomes de Faria (FURG)

Karen Laiz Krause Romig (UFPEL)

Liziane Nolasco Fonseca (UFPEL)

Desde a Antiguidade ampara-se do uso dos testemunhos orais para trazer à tona aspectos do passado. Assim, é possível afirmar que o seu uso é tão antigo quanto a própria História. É na metade do século XX que ela se torna uma técnica específica de investigação na criação de fontes com vistas a embasar projetos de valorização das tradições subalternas e dos marginalizados da história nos diversos campos disciplinares.

Por meio do movimento de renovação historiográfica e da recuperação democrática, em nosso país, se observa a multiplicação dos trabalhos com este aporte metodológico. Consideramos de fundamental importância a abordagem de algumas questões teóricas e metodológicas ao se utilizar e apropriar das fontes orais. Partindo deste pressuposto justifica-se a realização do minicurso diante do número quantitativo de trabalhos acadêmicos que se validam deste método, que por sua vez, é dotado de distinções epistemológicas que merecem ser esclarecidas. Afinal, quais as distinções entre a História Oral e a História de vida? Tais questionamentos são frequentes por parte dos pesquisadores iniciantes. Assim, pretendemos contribuir para que as pesquisas não sejam somente de cunho quantitativo nos meios acadêmicos como também qualitativa.

Objetivo geral deste é o de introduzir, nos estudantes, em específico, das Ciências Humanas, os principais debates em torno da História Oral, assim como, a utilização técnica do trabalho com os testemunhos. Nas especificidades pretende-se comparar o uso da entrevista da História Oral e a entrevista; aferir as debilidades e fortalezas deste método de investigação social nas variadas temáticas.

O minicurso irá proporcionar a seus participantes a interação com a parte mais prática desta metodologia e ocorrerá em um tempo de três horas, contando com recursos que possibilitem a exposição da temática e sua discussão pelo grupo nos amparando de Alberti e Meihy por tratarem especificamente sobre os procedimentos práticos do método.

MC 05- Uma questão de Gênero: a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira e sua relação com o ensino de História

Coordenadoras

Marluce Dias Fagundes (UNISINOS)

Paula Tatiane de Azevedo (PUCRS)

Nas últimas décadas do século XX ocorreram expressivas mudanças, no que tange às discussões sobre os estudos sobre mulheres e a inserção da categoria de gênero nas ciências sociais e humanas. Sendo consensual entre as/os historiadoras/es que as demandas feministas influenciaram decisivamente nas inquietações acerca da História das Mulheres. Essa articulação entre os feminismos e as transformações da historiografia foi decisiva no processo de estabelecimento de um novo olhar analítico, que compreende a mulher como objeto e sujeito da História. Parte das teóricas dos feminismos e, por sua vez, da História buscaram no conceito de gênero uma alternativa de análise que incorpora às relações sociais e historicamente constituídas entre o feminino e o masculino, suas variações e seus significados, pensando as hierarquizações e assimetrias dessas relações e a intersecção com outros demarcadores sociais. Pensando o movimento dos estudos de gênero no campo da História e as relações de poder imbricadas nesse processo o presente minicurso tem por objetivo abordar a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira através dos percursos de intelectuais brasileiras dedicadas a incorporar a categoria de gênero aos estudos históricos, ao mesmo tempo em que se transformavam, através de sua ação intelectual, em sujeitos de uma mudança de paradigma histórico. As atividades ocorrerão em 2 encontros de 3h e pretendem: problematizar a história da historiografia brasileira por meio do percurso intelectual dessas mulheres que inauguraram um campo de saber histórico; comparar os percursos – nacional/internacional – da incorporação da categoria de gênero aos estudos históricos; problematizar os usos e abusos do conceito de gênero no contexto atual brasileiro, enfatizando a produção acadêmica, e, o retrocesso conservador que tenta barrar esta discussão na sociedade e sua relação com o ensino de História. A proposta foi realizada por membras do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/RS.

MC 06 - Estratégias teóricas e metodológicas para compreender e ensinar a história das sociedades indígenas brasileiras

Coordenadoras

Fabiane Maria Rizzardo (PUC/RS)

Natália Machado Mergen (UNISINOS)

A proposta do minicurso, voltado tanto aos futuros professores quanto aos profissionais que já lecionam no ensino básico, é auxiliar na tarefa de ensinar aspectos da história indígena brasileira, sob o viés das descobertas arqueológicas. Trata-se de uma oportunidade para melhor conhecer a cultura material dos povos indígenas anteriores ao período Colonial e suas especificidades étnicas, desmistificando aspectos da “pré-história” do Brasil. Embora contemple a cultura material a partir de um panorama mais amplo, envolvendo diferentes contextos brasileiros, o enfoque do minicurso estará nas sociedades indígenas pretéritas que ocuparam a região Sul, viabilizando aprofundamentos teóricos e metodológicos capazes de auxiliar os docentes que atuam na região. O recorte espacial e temporal abará desde as sociedades indígenas que, por exemplo, conviveram com animais da megafauna até as culturas associadas aos antepassados de etnias indígenas atuais. Três diferentes momentos estão previstos (carga horária de 3h): a) a discussão teórica acerca dos dados arqueológicos e seu potencial para inferir sobre a história dos povos indígenas pretéritos; b) as metodologias de ensino, a partir de aporte teórico adequado; c) a visita ao Espaço de Memória Indígena (Instituto Anchieta de Pesquisas-UNISINOS), seguido de discussão de encerramento. É esperado que o encontro seja um momento de questionamento e reflexão sobre o ensino da história indígena, com intuito de elaborar estratégias/soluções de enfrentamento aos diversos desafios do cenário atual. Do mesmo modo, é esperado que o minicurso promova a valorização do patrimônio arqueológico brasileiro e rio-grandense, contribuindo para a utilização, manutenção e aperfeiçoamento dos espaços destinados à memória ancestral indígena.

MC 07 – Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e empíricas

Coordenadores

Maira Damasceno (UNISINOS)

Dorvalino Refej Cardoso (UFRGS)

Gabriel Chaves Amorim (UNISINOS)

Esse minicurso traz como objetivo principal apresentar aspectos básicos do pensamento decolonial e algumas possibilidades/repercussões empíricas. A decolonialidade responde a uma corrente epistemológica desenvolvida em final da década de 1990 através do trabalho do Grupo Modernidade/Colonialidade onde pesquisadores de diversas áreas formam a discussão e produzem ampla bibliografia que abrem possibilidades para pensarmos sobre outras perspectivas de entendimento da História e das sociabilidades humanas, principalmente em relação ao sujeito colonizado. Nesse sentido, quais seriam as marcas da modernidade? Nessa proposta apresentamos a colonização, seus projetos e a resultante colonialidade como uma das principais marcas da modernidade determinando, assim, relações econômicas, sociais, educacionais e políticas. Compreendendo como marcos da discussão racial brasileira o Movimento Abolicionista de 1888 e a Constituição Cidadã de 1988, entende-se que a crise do sistema racista é recente e desse modo, trazemos inquietações teóricas de um denso arcabouço filosófico que pretende apresentar e discutir outras perspectivas sobre as relações sociais, históricas, antropológicas e econômicas. Em um segundo momento serão apresentadas possibilidades decoloniais de metodologias de pesquisas e práticas acadêmicas educacionais e de extensão que se relacionem de forma recíproca com os sujeitos e as comunidades. Este curso foi elaborado pelo Coletivo Indígena, grupo formado em 2012 por moradores da comunidade Kanhgág Por Fi Ga em São Leopoldo e estudantes de Pedagogia, Ciências Sociais, História e Filosofia da Unisinos que desde o ano de 2016 atua junto ao Centro de Cidadania e Ação Social (CCIAS/Unisinos), buscando assim, aproximar academia e comunidade através das demandas e perspectivas comunitárias.

MC 08 – História Militar: problemas e fontes de pesquisa

Coordenadores

Bárbara Tikami de Lima (UNISINOS)

Guilherme Nicolini Pires Mais (UFRGS)

Paola Natália Laux (UFRGS)

O crescimento do número de estudos acadêmicos dedicados a História Militar, percebido no aumento de dissertações e teses nesta área, bem como pela criação de Grupos de Trabalhos, estaduais e nacional, na Associação Nacional de História (ANPUH), apontam para a necessidade de novos espaços de discussão sobre esta temática. Nesse sentido, o presente minicurso se alinha às renovações que a disciplina histórica sofreu, distanciando-a de um modelo de escrita comemorativo e laudatório que fomentava a textura ideológica dos estados nacionais, algo comum na chamada História Militar “tradicional”, aproximando-a da perspectiva de uma história problema. Assim, nos propomos a apresentar e discutir as diferentes problemáticas e fontes históricas que podem servir de matéria prima para os/as historiadores/as interessados nesta temática. Nossa metodologia consiste na exposição das discussões em torno dos conceitos de “história militar” e “nova história militar”, junto das discussões acerca do próprio conceito de fonte histórica. Deste modo, poderemos dialogar sobre tipos específicos de fontes que podem ser aplicadas à História Militar e suas metodologias de análise, bem como apresentar alguns estudos de caso. Para tanto esperamos estabelecer uma troca de conhecimento acerca das diferentes maneiras de lidar com as várias linguagens e especificidades trazidas pela matéria prima dos historiadores.

MC 09 – No mundo das huacas. A construção do mundo religioso andino a partir das crônicas e outros documentos. Século XVI e XVII.

Coordenador

Luis Alberto Martin Dávila Murguía (UNISINOS)

Propõe-se através desse curso analisar os diversos sentidos das manifestações religiosas indígenas que giram em torno da categoria huaca, usada pelos índios do Peru e que fora exaustivamente registrada pelos cronistas e missionários espanhóis a partir do século XVI. Entende-se que a análise da categoria de huaca é uma maneira importante para aproximar-se da concepção do religioso e do sagrado entre os índios do Peru. Para isso é necessário partir de como nas crônicas e outros documentos escritos no século XVI e XVII se registraram diversos usos da palavra huaca, mas tendo como fundamento as próprias concepções cristãs. O uso da categoria huaca nos documentos produzidos passaria a relacionar-se com as próprias concepções cristãs, sendo associada à figura do demônio. A partir de uma aproximação crítica às fontes escritas por espanhóis, mestiços e índios, se procura definir melhor a relação entre huaca e o sagrado, tendo como ideia principal a compenetração e simbiose entre a esfera do sagrado e do profano no mundo andino. A partir da ideia de que não existe uma separação entre o profano e o sagrado, nos termos propostos por Mircea Eliade, se propõe analisar a categoria huaca e seu papel de agencia no mundo dos homens. Por último, se analisará a recente produção bibliográfica que discute as crenças e representações religiosas andinas.

Simpósios Temáticos (STs) - Ementas e Resumos

ST 01 - 90 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1930 E 70 ANOS DAS ELEIÇÕES DE 1950: DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

Coordenadores

André Barbosa Fraga (UFF)

Douglas Souza Angeli (UEMG)

Mayra Coan Lago (USP)

O ano de 2020 será marcado por duas importantes efemérides da história política do Brasil contemporâneo: os 90 anos da Revolução de 1930 e os 70 anos das eleições de 1950. Com o objetivo de refletir a respeito desses movimentos e de seus desdobramentos, este simpósio busca reunir pesquisas sobre as transformações significativas ocorridas no Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, quando Getúlio Vargas ocupou a presidência da República. O intuito do ST é o de fomentar a troca de experiências e de conhecimento entre os historiadores que abordam esse período a partir de análises culturais, políticas, econômicas ou sociais. São bem-vindos trabalhos que versem sobre qualquer aspecto relacionado às ações empreendidas pelos governos provisório, constitucional, ditatorial do Estado Novo e democrático de Vargas. Da mesma forma, serão aceitas pesquisas focadas nos reflexos que essas medidas tiveram no âmbito regional dos diferentes estados ou em âmbito internacional. Além disso, poderão participar pesquisadores que estudam as oposições e as resistências aos projetos apresentados pelo grupo político de Vargas, assim como aqueles que analisam as consequências desses governos, algumas que se estendem até os dias de hoje. Este ST é vinculado ao grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos e também ao GT de História Política da ANPUH-RS. Cientes da importância do Regime Vargas para a História do Brasil e certos de que muitos dos acontecimentos desse período influenciaram significativamente o país nas décadas seguintes, convidamos todos que tenham objeto de pesquisa correlato ao simpósio e que queiram se juntar ao debate.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

AS ELEIÇÕES A PARTIR DE 1932 NO BRASIL: RETROCESSOS OU SOFISTICAÇÃO?

Me. Alex de J. Oliveira
(Doutorando em História FGV/CPDOC)¹

O golpe que implantou a República em 1889 reorganizou o formato das eleições no Brasil. Segundo o estudioso Jairo Nicolau com o advento da República o direito ao voto passou a excluir severamente os analfabetos, de modo que, a maioria da população iletrada não participava dos pleitos eleitorais diminuindo a participação popular. Por outro lado, o fim do voto censitário permitiu a participação de outras personagens. Vale ressaltar que na Primeira República, que pese as oligarquias, foi marcada por disputas intestinais nas províncias. Foram disputas políticas acirradas, tanto é que havia muitas fraudes o que demonstra que o poder era disputado por grupos políticos oriundos da mesma oligarquia local. Por outro lado, o resultado das eleições não significava que o *status quo* estava em “jogo”, já que os “partidos” representavam interesses específicos das oligarquias locais e regionais. Era uma disputa pelo Governo local para acessar os cargos públicos a fim de atender aos seus “clientes”. A nível nacional, quase sempre a lideranças regionais estavam alinhadas com as indicações das oligarquias do Sudeste, sobretudo, São Paulo e Minas Gerais. O fato é que as eleições tornaram-se mais complexas com a República, mas isso não significa que se tornaram mais justas, sobretudo, do ponto de vista dos resultados dos pleitos e da participação popular. A questão que se quer discutir neste artigo é entender como as Oligarquias reconstruíram “o jogo político” após o “corte” efetivado pelo golpe de 1930.

A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E A REAÇÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO AMAZONENSE NOS ANOS 30

Me. Amaury Oliveira Pio Junior
(Doutorando em História UFAM)

A criação do Ministério do Trabalho como uma das primeiras ações do novo regime implantado pela Revolução de 1930, foi um ponto sinalizante de que Getúlio Vargas tomaria para si a responsabilidade por atender tanto as pautas operárias quanto patronais, há muito relegadas pelos presidentes anteriores a diversos tratamentos paliativos. No Amazonas podemos perceber os reflexos desta inflexão através de acentuado aumento de grupos e pautas acerca do movimento trabalhista. A exemplo disso nos chama a atenção o surgimento do jornal Tribuna Popular, cujo lema era ser um “Órgão do Partido Trabalhista Amazonense”, propondo agregar em torno de si não só reflexões sobre a situação laboral em Manaus quanto propor uma mobilização em torno delas. Embora controlado por algumas lideranças políticas ligadas as antigas estruturas do sistema partidário da denominada República Velha, o Partido Trabalhista

¹ Desenvolve pesquisa sobre o Integralismo no Brasil e na Bahia nos anos de 1930. É orientando pelo Doutor Sérgio Praça.

do Amazonas tinha por base diversos sindicatos amazonenses, que viam nas páginas do Tribuna Popular um meio divulgar suas pautas. O papel desejado a este novo sindicalismo por parte dos trabalhistas amazonenses estaria profundamente atrelado aos propósitos do próprio Governo Provisório de Vargas, conforme comprovam suas páginas. Posteriormente seria através do surgimento deste novo sindicalismo da década de 1930 que o próprio Estado Novo pactuaria o elo entre si e a classe trabalhadora, dado portanto sua análise em maior atenção e profundidade.

O ENTREPOSTO CULTURAL DO NAZISMO NO BRASIL: SÍNODO RIOGRANDENSE (1942-1945)

Ana Lena Grosse
(Graduanda em História Unisinos)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas de nacionalização empregadas pelo Governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), com foco no período que compreende os anos de participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), para pensar como foram afetadas as comunidades evangélico-luteranas no Rio Grande do Sul. Sabendo que o Sínodo Riograndense, hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), foi instituído por meio dos imigrantes alemães que chegaram ao país a partir do século XIX, procura-se compreender como foram as relações entre o Governo Vargas e o Sínodo Riograndense, considerado pela máquina repressiva como o "entreposto cultural do nazismo". Os pastores, como lideranças dessas comunidades, foram os mais atingidos, tendo sido presos e perseguidos pelo Estado. As fontes utilizadas fazem parte do serviço de *Protección de Intereses Alemanes* do Consulado espanhol, responsável pela assistência dos imigrantes após o encerramento das atividades do Consulado alemão em 1942 com a declaração de guerra do Estado brasileiro ao Eixo, e encontram-se no *Archivo General de la Administración*, na Espanha, que concentra toda a documentação produzida pelo governo central espanhol, dentro e fora do país, e foi digitalizada e disponibilizada para bolsistas vinculados ao projeto "O consulado espanhol e o serviço de proteção aos cidadãos alemães no Brasil - 1942-1945", por meio de uma pasta do Google Drive. A relevância da documentação, portanto, destaca-se tanto pelo quase desconhecimento desta triangulação diplomática, entre Alemanha, Brasil e Espanha, quanto pelo ineditismo das fontes, que serão analisadas de forma qualitativa para entender as relações entre o governo brasileiro e o Sínodo Riograndense.

DEMOCRACIA E TRABALHISMO: O PERFIL SOCIAL E POLÍTICO DOS MILITANTES DO PDT DE CAXIAS DO SUL NAS ELEIÇÕES DE 1988

Anderson Boppsin da Silva
(Graduando em História UCS)

A presente monografia trata das eleições municipais de 1988 em Caxias do Sul, focalizando os postulantes ao cargo de vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). O objetivo é traçar um perfil social, econômico e ideológico desse grupo. A pesquisa se dá por meio da análise do conjunto de 49 questionários respondidos pelos interessados, os quais são compostos por perguntas referentes a dados sociais, como a profissão e grau de escolaridade, como também por concepções ideológicas a níveis municipal e nacional. Para tal análise, utiliza-se das

concepções de partido político de Serge Beinstein, de democracia por Bobbio, Matteucci e Pasquino, e de trabalhismo, por Alberto Pasqualini. Com essa pesquisa, podemos constatar a participação majoritária da classe trabalhadora na composição do núcleo caxiense do PDT, sua ligação com as pautas sociais, especialmente a educação, e a forte influência da figura de Leonel Brizola perante os militantes do partido.

OS EMBATES PELA IMPRENSA ENTRE RAUL PILLA E O OPERÁRIO ANTÔNIO EM TORNO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DO GETULISMO (1945)

Me. Anderson Vargas Torres
(História UFRGS)

O ano de 1945 ficou marcado pelo ocaso do Estado Novo e pelo processo de democratização proporcionada pelas medidas liberalizantes de Getúlio Vargas, especialmente a promulgação do Decreto-Lei nº 7586, de 28/05/1945. Essa lei regulamentou o pleito eleitoral presidencial que ocorreria em dezembro daquele ano, o alistamento eleitoral, a formação dos partidos políticos, entre outras medidas. Se tais ações permitiram a reorganização das oposições ao regime autoritário que se encerrava e ao próprio Vargas, também possibilitava a ascensão, como atores políticos, dos trabalhadores urbanos. Esses foram beneficiados pela legislação trabalhista, construída e consolidada durante os anos de 1930 e 1945, o que os levou a uma adesão maciça ao getulismo – uma adesão que expressava a cultura política desses indivíduos. Tendo esse cenário em vista, o presente trabalho pretende analisar o debate ocorrido nos jornais entre o político antigetulista Raul Pilla e um anônimo sob o pseudônimo de Antônio, entre os meses de junho e agosto de 1945. Inicialmente, Pilla escreveu artigos intitulados *Cartas políticas a um operário* voltados aos trabalhadores. Tais escritos tinham como objetivo convencer os operários de que não teriam obtidos ganhos concretos de fato durante o Estado Novo. Todavia, foi respondido por Antônio – que afirmava ser operário – nas páginas do periódico porto-alegrense *Correio do Povo*. Denominadas *Cartas operárias a um político*, o autor contestava as teses de Pilla sobre legislação trabalhista getulista. Tal embate nos oportuniza refletir sobre as estratégias discursivas dos trabalhadores urbanos para inserirem-se no debate político de forma ativa, interpelando representantes da elite política e posicionando-se frente aos mesmos. Além disso, possibilita analisar como os representantes das oposições ao getulismo e ao nascente trabalhismo buscavam confrontar as crenças e os valores desses setores populares, muito vinculados a Getúlio Vargas e as políticas sociais por ele implementadas.

AS PEÇAS TEATRAIS DE JORACY CAMARGO: A VALORIZAÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO BRASILEIRO NO GOVERNO VARGAS POR INTERMÉDIO DO RÁDIO

Dr. André Barbosa Fraga
(Pós-doutorando em História UFF)

Ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945), houve o investimento acentuado no fortalecimento de um nacionalismo de teor cívico, intensificado após a instauração, em 1937, da ditadura do Estado Novo. A fim de estimular o sentimento patriótico, esse regime político atribuiu a si a responsabilidade de promover a cultura e a identidade nacionais, por meio da

produção de uma série de políticas culturais a cargo dos órgãos de propaganda e censura estabelecidos no período: o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), inaugurado em 1931, passando pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), até chegar ao mais conhecido deles, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundado em dezembro de 1939. Nesse processo, a história e as tradições do país ganharam projeção e importância significativas ao longo do governo Vargas. Sendo assim, o período foi marcado por inúmeras iniciativas governamentais interessadas em atribuir ao passado do Brasil lugar de destaque. Este trabalho pretende analisar uma delas: a irradiação pelo Departamento Nacional de Propaganda, no programa de rádio estatal diário *Hora do Brasil*, das seguintes peças de teatro do dramaturgo Joracy Camargo: *A Lei Áurea*, *O grito do Ipiranga*, *A Proclamação da República*, *A retirada da Laguna*, *O fim do primeiro reinado*, *O Duque de Caxias*, *O consolidador da república* e *Tamandaré*.

“A VOLTA DO FILHO PRÓDIGO”: GETULISMO E CULTURA POPULAR NOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO EM 1951

Dr. Douglas Souza Angeli
(História UFRGS, Docente UEMG)

Enredos alusivos à eleição de Getúlio Vargas em 1950 e ao seu retorno à presidência da República foram apresentados pelas escolas de samba do Rio de Janeiro, então capital federal, no carnaval de 1951. Este é objeto da comunicação, que busca, a partir de fontes diversificadas (letras dos sambas, notícias de jornais e revistas, fotografias e outras), compreender os sentidos do getulismo e do trabalhismo na cultura popular no momento do retorno de Vargas ao poder, em um esforço de compreensão de um aspecto das relações entre política e cultura popular no início do segundo governo Vargas (1951-1954). No carnaval de 1951, homens e mulheres que desciam fantasiados dos trens que os levavam das zonas suburbanas ao centro da cidade desfilaram com suas agremiações cantando sambas-enredos que, em seus versos, portavam elementos do imaginário getulista e da construção ideológica do trabalhismo. Vestígios de uma apropriação do getulismo e do trabalhismo na cultura popular e de valores relacionados ao papel do Estado na sociedade, ao trabalho a uma noção de justiça que estavam naquele momento disseminados

DOS PATRIOTAS “ÚTEIS E ADAPTÁVEIS” PARA O “GRANDE CHEFE DA NAÇÃO”: AS CARTAS DOS ESTRANGEIROS PARA GETÚLIO VARGAS

Ma. Mayra Coan Lago
(Doutoranda em História Social/ USP)

Durante o “Estado Novo” (1937-1945), Getúlio Vargas recebeu milhares de cartas de nacionais e de estrangeiros, provenientes de diversas partes do Brasil, que compartilhavam a condição de serem “verdadeiros patriotas”, que desejavam ser úteis e colaborar com o “novo país”. As cartas foram lidas, encaminhadas a outros Ministérios pelos funcionários estatais e respondidas pela Secretaria da Presidência da República. Nosso objetivo é compreender como os estrangeiros interpretaram e mobilizaram a noção de “pátria”, proposta pelo regime brasileiro, para apresentarem suas aspirações, demandas e reivindicações. A comunicação será realizada com

base na análise das 48 cartas de estrangeiros, com solicitações, projetos e inventos, e nos aportes teóricos dos estudos gerais e específicos acerca das correspondências, como os de Angela de Castro Gomes, Teresa Malatian e Jorge Ferreira. Com esta comunicação esperamos contribuir para as reflexões sobre a questão dos estrangeiros no Brasil estadonovista, no geral, e nas suas variadas estratégias para lidarem com as dificuldades e problemas impostos pelo Estado, em particular.

ENTRE A DIPLOMACIA E A REPRESSÃO: ESTADO NOVO, NACIONALIZAÇÃO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO GRANDE DO SUL (1942-1943)

Dimy José Moreira Dornelles
(Graduando em História Unisinos)

Esse trabalho pretende discutir as ações de viés repressivo da Campanha de Nacionalização efetuada pela Polícia Política durante o Estado Novo, com enfoque no período da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Pretendemos trazer ao centro do debate os desencontros de tais atividades em relação ao discurso adotado pelo Brasil na política externa junto aos Aliados. Para tanto, examinaremos a atuação da Polícia Política do Rio Grande do Sul entre 1942 e 1943, comandada por Aurélio da Silva Py, chefe de polícia entre 1938 e 1943, cujos relatórios publicados, acreditamos, nos permitem pensar o papel político desempenhado pela polícia no período. A pesquisa utiliza também a documentação sobre o serviço de *Protección de Intereses Alemanes* do Consulado espanhol, órgão responsável pela assistência dos imigrantes alemães após o encerramento das atividades do Consulado alemão a partir de janeiro de 1942. As fontes são analisadas de forma qualitativa para entender as relações entre o governo brasileiro, com enfoque nas ações policiais, o consulado espanhol e os imigrantes alemães. Apoiados na bibliografia acerca do tema em questão, pretendemos compreender a constituição das hierarquias de poder no interior do Estado Novo no que se refere à Nacionalização, bem como descortinar os atritos entre essas diferentes instâncias de poder, tendo em vista a autonomia dos órgãos de polícia em relação à determinação de procedimentos de ação em tempos de guerra. Ao confrontarmos tais fontes com as informações contidas na documentação produzida pelo serviço de *Protección de Intereses Alemanes*, pretendemos suscitar uma reflexão capaz de elucidar a hipótese de que a ação da polícia no Rio Grande do Sul, no que diz respeito à Nacionalização, tenha características particulares que vão além do “abrasileiramento” dos “quistos étnicos”, aproximando-se mais contundentemente das práticas de repressão executadas entre 1930-1937, ou seja, ações repressivas motivadas por questões político-ideológicas.

OS EMBATES ENTRE O BRASIL E A AMFORP: REAÇÕES DO CAMPUS POLÍTICO AOS SERVIÇOS DE UMA MULTINACIONAL ESTADUNIDENSE. 1936-1965

Me. Douglas Edward Furness Grandson
(História UFES)

Essa apresentação é dedicada à comparação das reações de seis cidades atendidas por subsidiárias da American & Foreign Power (AMFORP) no período de 1936 até 1962. Após o estudo da publicidade da empresa, representada pelo “Seu” Kilowatt, me dediquei ao esforço

de dar voz aos brasileiros que debateram a AMFORP, empresa multinacional prestadora de serviços de luz, força, transportes e telefonia. Presente em ramos essenciais para o desenvolvimento nacional, o empreendimento gerou sérios entraves para as cidades de Natal, Recife, Vitória, Niterói, Curitiba e Porto Alegre, amostras elencadas por mim para essa pesquisa. E, a partir delas, foi possível compreender alguns traços gerais da estratégia de acumulação de capital promovida pela AMFORP por meio de suas subsidiárias, assim como compreender as distintas reações políticas e sociais que ocorreram contra essa multinacional em diferentes regiões. O escopo desse texto é indicar alguns traços gerais que caracterizaram a coexistência entre um empreendimento estadunidense dedicado ao pagamento de dividendos aos seus acionistas com as elites regionais brasileiras, ciosas por desenvolvimento econômico, industrial e urbano em um país de transição de uma economia agrária exportadora para outra predominantemente industrial. Para tanto, lanço mão da abordagem de Bourdieu, de *Campus Político*, e crio uma via própria de desenvolver essa compreensão para pesquisas histórias extensas, utilizando o conceito de “nós” discursivos. Desse modo, o estudo serial de seis cidades através de jornais permitiu notar a regularidade dos problemas, soluções, dos tipos de reações presentes nas amostras por meio dos “nós”, ou seja, das amarrações que determinados temas geraram nas esferas públicas regionais, na densidade de matérias e vozes distintas que falaram sobre o mesmo assunto e momentos específicos. E, mais do que isso, esses “nós” me permitiram indicar quais cidades e estados demonstraram maior coesão no esforço de garantir a sua industrialização, à revelia da AMFORP.

A GUERRA CIVIL DE 1932 FORA DE SÃO PAULO: OS EFEITOS DO COMBATE DO FÃO EM SOLEDADE (RS)

Dr. Fabian Filatow
(História/ Prefeitura de Esteio)

O presente trabalho busca refletir sobre o local, o regional e o nacional analisando o Combate do Fão, acontecimento político-militar ocorrido no ano de 1932 no município de Soledade (RS). Em 1930 a Frente Única Gaúcha (FUG) apoiou Getúlio Vargas, porém, em 1932, ocorreu uma cisão política, gerando uma crise política no Rio Grande do Sul. Tal ruptura dividiu o estado gaúcho entre florista e getulista versus anti-floristas e anti-varguistas. A Frente Única Soledadense se opôs ao interventor Flores da Cunha quando este permaneceu apoiando Getúlio Vargas na ocorrência da Revolução Constitucionalista de 1932 sob a liderança de São Paulo. O Combate do Fão, muito mais do que defender a constitucionalidade do Brasil, demonstrou a divisão política tanto no âmbito local quanto regional. Questões políticas que levariam ao distanciamento dos antigos aliados ao longo daquela década, na qual ocorreu tanto a deposição de Flores da Cunha do poder do estado gaúcho quanto a instauração do Estado Novo. Neste contexto, o objetivo do trabalho é apresentar o Combate do Fão, refletindo sobre sua memória, sua história e as repercussões políticas do mesmo. Metodologicamente efetivou-se a análise crítica de obras produzidas por historiadores locais e/ou participantes do conflito, obras que assumem, neste texto, o caráter de obras-fontes, devido a seu valor histórico documental sobre este acontecimento ainda pouco pesquisado da história gaúcha, bem como de documentos da administração pública de Soledade. Por fim, apresentaremos alguns dos resultados para a história de Soledade ocasionados pela ocorrência do Combate do Fão e para aqueles que dele participaram.

A REPRESENTAÇÃO DO COTIDIANO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO DE JANEIRO: ATRAVÉS DAS PÁGINAS DOS JORNAIS *BEIRA-MAR* E *JORNAL DO BRASIL* (1942-45)

Lucas de Oliveira Klever
(Mestrando em História PUC/RS)

O presente trabalho pretende discutir a representação do cotidiano do Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial nos jornais *Beira-Mar* e *Jornal do Brasil* (1942-45). Especificamente, pretende-se defender a tese de uma encenação de guerra pelo Estado Novo, como forma de justificar o regime autoritário e os racionamentos. Através de uma análise social das representações construídas pelos dois jornais, também quero demonstrar como os decretos oficiais de racionamento de alimentos, combustíveis, atingiram as classes sociais de formas diferentes. A elite, muitas vezes, reclamava da falta de combustíveis; entretanto, realizava competições de automobilismo e passeios pela capital do país no mesmo período do racionamento. Acredita-se que o Estado Novo colaborou com esta elite, visto que a censura ignorava a venda de cartões de racionamento de combustível nas páginas do *Jornal do Brasil*, possibilitando que o consumidor burlasse as medidas de guerra. Enquanto a população reclamava da falta de alimentos e de capital econômico, a elite esbanjava banquetes, festas e realizava a abertura de lojas de luxo em Copacabana, demonstrando a incompatibilidade com a política governamental. A escolha do *Beira-Mar* se justifica pelo seu público alvo, as elites de Copacabana, Ipanema, Leme. Já o *Jornal do Brasil*, serve como contraponto, possibilitando esta comparação com outras classes. Por fim, o recorte inicial se dá pela ausência de grandes mudanças no cotidiano antes de 1942. O tema é relevante, visto que foi pouco trabalhado sob este olhar e pela escassez de pesquisas dedicadas à capital do país e o cotidiano.

UM SEMANÁRIO “TRABALHISTA”? TRADIÇÕES E LINGUAGENS POLÍTICAS (RE)TRATADAS NA *REVISTA DO RÁDIO* (1948-1950)

Maycon Douglas Vieira dos Santos
(Mestrando em História Social USP)

O principal objetivo deste trabalho consiste em analisar os editoriais da Revista do Rádio, destacando suas orientações políticas, e como a mesma se colocou no debate político de seu tempo, sobretudo nas eleições de 1950. Embora fosse um semanário que se voltasse exclusivamente em noticiar assuntos do universo radiofônico, o mesmo não deixou de participar e de opinar sobre a situação política vivenciada no que ficou conhecido pela historiografia brasileira como “experiência democrática”. Temos por hipótese de que os editores da revista se utilizaram, principalmente quando tratava de candidatos à presidência e campanhas eleitorais, dentre outras questões, de uma linguagem política engendrada ainda na ditadura do Estado Novo: o trabalhismo. Portanto, a proposta é também analisar se esta linguagem política ganhava contornos específicos no universo radiofônico, e como a Revista angariava a linguagem política “trabalhista” para definir e defender suas posições políticas.

OS TRABALHADORES NA FALA DOS OUTROS: A REPRESENTAÇÃO CLASSISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS 1934-1937

Ma. Mônica Renata Schmidt Pegoraro
(Doutoranda PUC/RS)

A legislação trabalhista dos anos 1930 foi objeto de intermináveis polêmicas: enquanto alguns viram no tratamento da questão social as vantagens recebidas pelos trabalhadores, antes desprovidos de leis protetoras, outros preferiram denunciar o caráter autoritário e fascista da nova legislação, com o argumento de que ela servia mais para reprimir do que para beneficiar a classe operária. No período em tela, os trabalhadores aparecem, por exemplo, em textos de órgãos do Estado e de instituições que “cuidavam” dos trabalhadores, como é o caso dos *Diários do Poder Legislativo* de 1934/1937, fonte utilizada nesse estudo. Mas, nem por isso, “pode-se reduzir tais registros oficiais a meros discursos instituídos, homogêneos por sua referência ao poder.” Cabendo ao historiador “fazer visível aquilo que se ocultou, de escutar o que foi emudecido, de entender a dominação como resposta a um interlocutor que pouco aparece porque suas atividades estão obscurecidas, anônimas ou implícitas no texto que as registra” (PAOLI, 1982, p. 21-22). Na “falta do depoimento direto” ou em vista da “fala silenciada”, buscou-se, mediante o exame dos discursos dos deputados classistas, representantes dos trabalhadores, entender dinâmicas de luta, repressão e resistência protagonizadas pelos trabalhadores, envolvendo as formas de participação política, o acesso aos direitos do trabalho e de expressão. Nessa perspectiva, o tema da comunicação remete a aspectos da experiência dos trabalhadores urbanos no contexto do Governo Constitucional, no período em que a Câmara dos Deputados se constituiu num espaço de ressonância dos movimentos sociais, para efetuar denúncias e procurar alianças na luta pelo alargamento de direitos. Entre os objetivos do estudo, pode-se destacar o esforço no sentido de entender a participação dos trabalhadores no contexto de redefinição das lutas por direitos identificada a questão trabalhista, inaugurada após 1930, quando os trabalhadores aparecem com “rosto na paisagem social” de um Estado centralizador e tutelar.

OS IMPACTOS E OS USOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO DE 30 NA ZONA DA MATA MINEIRA: O CASO MANHUMIRIENSE, DE COLUNA INVASORA A EMBATES POLÍTICOS-RELIGIOSOS

Me. Nicodemo Valim de Sena
(Doutorando em História UFES)

A Zona da Mata mineira, no início da década de 1930, passava por um momento de insatisfação política e de forte crise econômica relacionada a baixa dos preços do seu principal produto, o café. A campanha da Aliança Liberal foi bem articulada na região e angariou contundente apoio, de forma que a derrota de Vargas nas urnas não foi bem recebida e os acontecimentos do emblemático 3 de outubro obteve adesão imediata, sobretudo nas cidades de Carangola e de Manhumirim, de onde partiram colunas em direção ao Espírito Santo, Estado no qual as autoridades mostraram-se relutantes em apoiar a Revolução que se iniciava. O objetivo principal deste artigo é o de narrar, por meio de informações obtidas em relatos preservados no jornal local *O Lutador* os impactos ocasionados pela Revolução de 30 na pequena cidade mineira de Manhumirim, fronteira ao estado do Espírito Santo e seus diversos desdobramentos, como a invasão e ocupação de distritos e cidades capixabas e o uso do

momento de convulsão como forma de punir e agredir opositores, como as ações implementadas contra o pároco local, padre Júlio Maria de Lobaerde, que teve seu jornal empastelado e sofreu tentativa de assassinato. Atos de grande repercussão que levaram influentes autoridades católicas, como o bispo da diocese de Caratinga, D. Carlotto Távora (tio de Juarez Távora) a pressionar o líder político da região, Arthur Bernardes (ex-presidente de Minas e também do Brasil) a conseguir a exoneração do prefeito e do delegado de polícia local.

PATRÕES E EMPREGADOS NA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MANAUS: AS QUERELAS TRABALHISTAS DURANTE O ESTADO NOVO (1941-1943)

Pedro Marcos Mansour Andes
(SEDUC/SEC AM)

O presente texto analisa o processo de instalação da Justiça do Trabalho no Amazonas e seus desdobramentos iniciais para as lutas por direitos dos trabalhadores manauaras. Destaco o primeiro ano de atuação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, procuro identificar as principais demandas que foram levadas pelos trabalhadores para julgamento neste novo espaço de luta por direitos e busco verificar como ocorreu o processo de acesso aos direitos garantidos agora por uma legislação federal, pois como sabemos havia certos limites impostos pelo próprio governo para os trabalhadores acessarem estes benefícios. Para a identificação destas disputas e embates que ocorreram entre os trabalhadores, a classe patronal e em alguns momentos com os próprios agentes estadonovistas no Amazonas, as fontes que estão sendo pesquisadas são: as Mensagens dos Interventores Federais e Intendentes Municipais, notícias publicadas nos periódicos e jornais de Manaus sobre as questões trabalhistas que estavam sendo discutidas na cidade e em destaque para a elaboração deste texto me concentrei nas reclamações trabalhistas que foram feitas na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus do período de 1941 a 1943.

AS CAMPANHAS ELEITORAIS NA DÉCADA DE 1950 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rafael Navarro Costa

Neste trabalho, abordaremos as estratégias e as transformações ocorridas nas campanhas políticas durante a década de 1950. A partir do estudo de caso do Estado do Rio de Janeiro, utilizaremos materiais das campanhas eleitorais de 1950, 1954 e 1958 dos candidatos ao governo fluminense e de candidatos aos cargos legislativos. É importante analisar também o papel da imprensa nessas disputas e como repercutia as campanhas políticas e os materiais produzidos pelos partidos e candidatos. Nessas eleições, analisaremos notadamente os jornais “O Estado” e “O Fluminense”, que circulavam na capital do Estado Rio de Janeiro, a cidade de Niterói.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A BANCADA PROLETÁRIA: TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO AO GOVERNO VARGAS (1934-35)

Dr. Thiago Cavaliere Mourelle
(Supervisor de Pesquisa do Arquivo Nacional)

Em julho de 1934, promulgada a nova Constituição, a Constituinte teve seu mandato postergado, passando a ser uma Câmara dos Deputados provisória, até que se realizassem eleições em outubro do mesmo ano. Acompanhamos nesse momento a atuação da chamada “Minoria Proletária” ou “Bancada Proletária”, grupo pequeno porém muito atuante, que defendia intransigentemente os direitos dos trabalhadores e faziam cotidianamente ataques ao governo Vargas, que consideravam fazer interferências indevidas sobre o movimento operário, tirando-lhe a autonomia. Denúncias sobre violências contra os trabalhadores, sobre a má aplicação das leis trabalhistas e da atuação autoritária do Ministério do Trabalho eram constantes. Nesta apresentação, analisaremos a atuação desses representantes parlamentares e apresentaremos exemplos da atuação desse grupo na Câmara – faziam parte da bancada de representantes classistas –, demonstrando especialmente que, antes da ditadura, o presidente era ainda muito questionado e que a sua relação com os trabalhadores teve aproximações e distanciamentos, cabendo-lhe críticas sobre o uso da violência de forma similar à que ocorria na Primeira República.

Ecuador.

514 43

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 02 - INTERESSES E AÇÕES NA RECONFIGURAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA: USOS E ARGUMENTOS

Coordenadoras

Júlia Leite Gregory (UNISINOS)

Kalinka de Oliveira Schmitz (UNISINOS)

A história da propriedade da terra não se refere apenas ao modo como os territórios foram organizados ao longo do tempo, mas sobretudo às vidas humanas que foram/são afetadas por esse processo. A própria concepção de propriedade já possuiu distintos entendimentos; imaginar um uso voltado basicamente para subsistência de uma família ou grupo, sem contato obrigatório com o mercado, não tanto tempo atrás, pode parecer difícil em épocas onde a economia de mercado impera sobre a sociedade. A partir do século XIX, o capitalismo foi avançando sobre as formas de organização humana, provocando mudanças em vários aspectos, inclusive no que diz respeito aos direitos sobre a propriedade agrária. No Brasil, esse processo se deu principalmente com a promulgação da Lei de Terras de 1850, a qual instituiu a compra como único meio de acesso à terra, impactando o processo colonizatório, e principalmente, a situação de indígenas e homens livres pobres que viviam nas matas. No entanto, sabemos que a legislação não é capaz, por si só, de mudar o significado do solo para os indivíduos e nem o modo como estes se relacionam com o mesmo. A privatização fundiária foi um fenômeno que acompanhou a instalação do capitalismo, porém, as populações afetadas por tal fenômeno não se adaptaram (querendo ou não) de pronto; essa diferença entre a privatização fundiária e a adaptação ao novo cenário gerou conflitos e discussões que reverberam até a atualidade. Nesse sentido, queremos convidar todos aqueles que se interessam pelo debate sobre a propriedade da terra, buscando discutir o tema nos mais variados sentidos e englobando diversos lugares e períodos.

OS MORGADIOS DOS CARNEIRO DA CUNHA: PROPRIEDADE E PODER NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XVIII

Ma. Ana Lunara da Silva Morais
(Doutoranda em História/Universidade de Évora)

A família Carneiro da Cunha, originária da pequena nobreza da região do Minho, Portugal, assentou-se em Pernambuco no início do século XVII. Essa família, por meio da contínua associação entre diferentes mercês régias, da atuação em instituições prestigiosas locais e da ativa participação no setor açucareiro, principal atividade econômica desenvolvida no Estado do Brasil, angariou alto *status* social, obtendo brasão de armas e justificação de nobreza na segunda metade do século XVIII. Os membros da família Carneiro da Cunha destacaram-se pela mobilidade geográfica em suas estratégias políticas, sociais e econômicas. Simultaneamente às atividades desempenhadas nas centrais freguesias de Pernambuco, a família passou a atuar em outras capitanias, como Ceará e Rio Grande do Norte, solicitando muitas sesmarias, comprando terras, atuando na pecuária. Em 1749, o engenho Araripe de Cima, situado em Pernambuco, foi vinculado em forma de morgadio por João Carneiro da Cunha, para seu filho primogênito. O herdeiro, além da administração do morgadio instituído pelo pai, herdou a administração de um outro morgadio, localizado em Vila do Conde, Portugal, chamado São Roque e Horta Grande. A trajetória da família Carneiro da Cunha, sobretudo por meio de suas ações políticas e de sua gestão de bens, revela a intensa circularidade dos indivíduos do período colonial. A pesquisa evidencia que a perpetuação de antigas estirpes de Pernambuco, ao longo do período colonial, ocorreu de modo complexo e multifacetado, sendo as rendas de suas diferentes propriedades uma questão fulcral para a ampliação da rede social da família e da dinamização de suas atividades. Este trabalho é fruto de uma pesquisa corrente de doutorado, para a qual se realizou o cruzamento de diversas fontes de variados fundos, sendo algumas delas inéditas, como as existentes no Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC).

O PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO NAS TERRAS DAS PROPRIEDADES DO ANTIGO TERRITÓRIO DE VACARIA DURANTE A REPÚBLICA VELHA NO BRASIL

Andréa Pagno Pegoraro
(UPF)

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de reterritorialização que ocorreu no sul do Brasil na passagem do século XIX para o século XX, através do estudo das fragmentações das grandes propriedades pecuaristas do antigo território de Vacaria-RS. Nosso estudo se inicia através do processo de partilha das fazendas Ausentes, pertencente ao atual município de São José dos Ausentes e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, atualmente tombada como patrimônio histórico de Vacaria. Ambas as fazendas tem origem através de sesmarias, tendo sido a fazenda do Socorro doada em regime de posse ao tropeiro José de Campos Bandemburgo por volta de 1770. A filha de Bandemburgo, Clara Jorge, juntamente com seu marido Manoel Rodrigues de Jesus e seus descendentes são considerados os primeiros povoadores da região. Posteriormente a fazenda foi vendida, pertencendo em 1872 à José Joaquim Ferreira, que não possuía filhos e pretendia deixar toda sua fortuna para o sobrinho Domingos Gomes da Cunha. No entanto as

constantes discussões levaram Ferreira a desistir do acordo com Domingos, resultando em seu assassinato. O inventário *post-mortem* de Ferreira estende-se de 1872 a 1880, envolvendo o processo crime contra os mandantes do crime e as tentativas de Domingos de tomar posse da herança do tio. Ao final os réus são condenados e os direitos da herança passam para o sobrinho do fazendeiro, Luiz Jacintho Ferreira, casado com Ana Ignácia Velho, filha do proprietário da fazenda dos Ausentes, Ignácio Manoel Velho. As duas famílias mantinham estreitos laços de parentescos que ajudavam a reforçar a manutenção do patrimônio dentro de um mesmo grupo social. Porém, aos poucos as terras passam a ser vendidas promovendo a reconfiguração do espaço por elas ocupado além da criação de novas fazendas. Nesse contexto, buscamos entender como aconteceu o processo de fragmentação dessas grandes propriedades e reterritorialização destes espaços.

AS “MOÇAS CASADOURAS”: A MULHER IDEAL NA FORMAÇÃO DE NOVAS COLÔNIAS NO BRASIL MERIDIONAL PELA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR A PARTIR DE 1912

Carlise Schneiders

O século XIX provocou severas transformações na estrutura social do Brasil meridional. As revoluções Francesa e Industrial jogaram seus tentáculos mais ao sul do mundo e o Brasil, dependente e escravagista precisava reagir às novas tendências da organização mundial. Essa reação trouxe ao Brasil um largo número de imigrantes alemães, alguns se estabeleceram em colônias no Rio Grande do Sul e desenvolveram ali comunidades e vilas. Com o aumento da população e o esgotamento fundiário, diversas novas colônias foram criadas para absorver a demanda populacional. A Sociedade União Popular ou Volkverein, idealizada pelo padre Jesuíta Theodor Amstad, foi responsável por organizar diversas colônias com descendentes e imigrantes alemães, com o objetivo de manter uma homogeneidade étnica (alemã) e confessional (católica), que prezava pela manutenção da cultura e das tradições alemãs. Com essa demanda específica de sujeitos para formar novas colônias, objetiva-se investigar qual a figura ideal de mulher dentro das novas colônias, transitando entre o casamento, a manutenção da cultura e o papel socioeconômico esperado pela Volksverein a ser cumprido pela mulher de descendência ou origem alemã. A pesquisa se organiza a partir da análise de periódicos e documentos oficiais, ainda, é importante atentar-se para bibliografias já escritas sobre a Colonizadora. As análises são pautadas na figura feminina, qual papel deve ser desempenhado por uma mulher ideal para constituição da colônia, quais os comportamentos corretos, que tipo de comportamento deve ser priorizado para que a colônia tenha sucesso. Essas pautas são necessárias de análise pois corroboram com a história das mulheres no Brasil e tira a mulher da invisibilidade dos processos de colonização do interior do país.

CONSEQUÊNCIAS DA *MARCHA PARA O OESTE* NO NORTE NOVO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA REVOLTA DE PORECATU (1938-1951)

Ma. Caroline Gonzaga
(Doutoranda UFPR)

Em 1938 o governo de Getúlio Vargas, inspirado no *Homestead Act*, lançou a *Marcha para o Oeste*. Esta iniciativa colonizadora possuía dois objetivos principais: ocupar territórios pouco habitados e propiciar uma produção de alimentos que atendessem às demandas das cidades. Por meio da *Marcha para o Oeste* Manoel Ribas, então interventor do Paraná, convidou os trabalhadores rurais a se deslocarem para a região de Porecatu, onde poderiam adquirir até 200 hectares de terras devolutas mediante o pagamento de parcelas anuais. Porém, a *Marcha para o Oeste* encontrou muitos empecilhos no norte do Paraná devido a expansão cafeeira, os grilos de terras e as concessões em situações irregulares. Esses fatores fizeram com que os posseiros/camponeses e os grileiros/latifundiários se envolvessem em um conflito agrário, denominado como Revolta de Porecatu. Em 1945 o governo Dutra decidiu abandonar a ideia de colonização proposta pela *Marcha para o Oeste*, o que deixou a situação dos posseiros de Porecatu ainda mais delicada. Em 1951 a revolta camponesa foi contida por agentes da polícia e do DOPS, sendo assim, os grandes vitoriosos desses conflitos foram os latifundiários. Considerando as ponderações feitas acima, a presente comunicação tem como objetivo discutir as consequências da *Marcha para o Oeste* no norte novo do Paraná, principalmente no tocante à ocupação de terras. Com isso, espera-se ser possível desvendar os motivos que levaram os camponeses da região a exaltarem Getúlio Vargas, pedindo, inclusive, para que ele intercedesse pelos camponeses que participaram da Revolta de Porecatu.

A COLONIZAÇÃO PÚBLICA MISTA NO NORTE-RIOGRANDENSE: AS COLÔNIAS ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1914)

Ma. Kalinka de Oliveira Schmitz
(Doutoranda em História Unisinos)

Iniciada em 1824, a colonização do território do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus não ibéricos cresceu constantemente, seja com a chegada de novos imigrantes ou com o crescimento populacional das gerações seguintes à chegada ao Brasil. Tal crescimento demográfico aumentou a procura por novas terras para a colonização, num processo denominado por Roche (1969) como enxamagem; com o passar do tempo e o aumento populacional, foi necessário se distanciar do lote original cada vez mais. O crescente interesse pelo mercado da terra e sua valorização evidenciou um problema antigo que havia se fortalecido no interregno entre a lei sesmarial e a Lei de Terras de 1850: a intrusão. A chegada do processo de colonização estadual às terras do norte rio-grandense conta com a valorização da terra, os problemas decorrentes da intrusão, e um novo regime político para organizar tal processo, com novos entendimentos sobretudo, que envolviam a questão de terras e colonização. Ademais de ser expressivo o número de colônias particulares na região, as colônias públicas são mais extensas e contam com toda a infraestrutura necessária, funcionando para a resolução dos problemas de intrusão existentes. Isto posto, é intento deste trabalho compreender a importância e a atuação do Estado e seus projetos de colonização pública nas colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1914), como modelos de imigração espontânea, colonização mista e capitalização das terras públicas, contribuindo para o desenvolvimento dessas zonas coloniais

e para o processo de capitalização das terras da região. Utilizaremos para tal análise, da história comparada, a fim de discutir comparativamente a criação, o projeto e o desenvolvimento destes dois projetos coloniais, a fim de constatar similitudes e diferenças, já que partem de uma mesma ideia, mas possuem atores diferentes que podem alterar o resultado desejado pelo governo.

USOS E ARGUMENTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE: OS DEBATES EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS 1960

Me. Darlan de Farias Rodrigues
(História pela UFPel)

O presente trabalho tem como objetivo analisar os debates entorno questão da propriedade da terra no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da década de 1960. Nesse período, as lutas pela terra ascendem ao primeiro plano do cenário político tanto no Estado como nacionalmente, com a formação das primeiras Ligas Camponesas no Nordeste e com a criação do MASTER no Rio Grande do Sul. Os setores ruralistas e o governo estadual, durante a administração de Leonel Brizola, se debruçaram sobre a questão agrária sul-rio-grandense gerando diversas comissões e grupos de estudos, como também, relatórios e programas para a implementação de uma Reforma Agrária regional. É inserindo-se nesse contexto que o presente trabalho busca abordar a questão agrária sul-rio-grandense e o debate da propriedade privada da terra, problemática que é disputada, no período, por diferentes setores da sociedade. Desses debates iria emergir diferentes proposições acerca do significado de “Reforma Agrária”, desde uma reforma da estrutura fundiária passando por desapropriações de terras à propostas de “Revisões Agrárias” que buscavam formas de “modernização” do modelo de propriedade vinculada ao processo de acumulação capitalista. Com isso, nossa pesquisa busca demonstrar como foram arregimentados os anticomunismos dos setores patronais rurais nos debates entorno da questão agrária sul-rio-grandense.

TERRAS ALAGADAS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL ATINGIDA PELA UH DE SALTO CAXIAS, PR

Me. Fernando Marciniak
(Doutorando em História UNIOESTE)

Dr. Marcos Nestor Stein
(Docente de História UNIOESTE)

Essa comunicação aborda o processo histórico de luta dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, localizada no Rio Iguaçu, entre as regiões Oeste e Sudoestes do estado do Paraná. Essa obra é um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), realizado entre 1995 a 1999, impactou diretamente nove municípios e cerca de 1322 famílias distribuídas entre 52 comunidades interioranas. Nossa investigação objetiva analisar o Programa de Reassentamento da População Rural Atingida pela Usina, documento produzido pelo Grupo de Estudo Multidisciplinar (GEM), formado por órgãos governamentais e não-governamentais que delimitaram as diretrizes e critérios para as indenizações compensatórias para a população rural da área alagada. Nesse documento está implícito os princípios socioeconômicos na construção dos reassentamentos, adequando-os a parâmetros

técnico/capitalistas, que incluem, por exemplo, o tamanho dos lotes, a infraestrutura física das benfeitorias e comunitárias, bem como os processos burocráticos de acesso às terras e a opção pelo reassentamento. As Narrativas presentes nesse documento desconsideram as formas de vida tradicionais da população atingida e enaltecem o desenvolvimento que a hidrelétrica proporcionaria para esta região.

FONTEIRA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO PRIVADA: O COMÉRCIO DE TERRAS ENTRE OS ARROIOS ALEGRE E ABELHA (1880-1900)

Jéferson Luís Schaeffer
(Graduando UNIVATES)

Na segunda metade do século XIX o processo de privatização do solo agrário se intensificou no vale do rio Taquari, sendo resultado das consequências da Lei de Terras de 1850 e do fluxo migratório que se direcionou para esta região. Este foi o caso das terras situadas entre os arroios Alegre e Abelha, afluentes do rio Taquari, adquiridas ou apropriadas por distintos membros da elite fundiária, empresários e imigrantes, que se responsabilizaram, individualmente ou por meio de companhias colonizadoras, do loteamento e comercialização das mesmas. Nestas condições, o estudo tem como objetivo fazer reflexões sobre o comércio de terras empreendido no vale do rio Taquari por meio da colonização privada realizada entre os arroios Alegre e Abelha entre 1880 e 1900. Na metodologia de estudo, fez-se uma revisão bibliográfica, seguida de uma análise quali-quantitativa dos dados levantados, caracterizados por fontes documentais pesquisadas no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e Registro de Imóveis de Lajeado, em Lajeado. Como resultados parciais, pode-se salientar a dinamicidade do mercado de terras no referido recorte espacial, iniciado pelos primitivos comerciantes e intensificado pelos próprios colonos, que por meio da revenda, fracionaram suas propriedades em meios e quartos de lotes. Dessa forma, a busca e oferta de terras se mostrou muito mais intensa do que apresentou a historiografia tradicional e desconstruiu o caráter engessado dos lotes coloniais e seus respectivos ocupantes.

A FORMAÇÃO DO COMPLEXO COLONIAL DA COLONIZADORA SERAFIM FAGUNDES & CIA NA REGIÃO DO PLANALTO RIO-GRANDENSE (1898-1899)

João Vítor Sand Theisen
(Graduando em História UPF)

O presente estudo aborda a atuação da empresa colonizadora *Serafim Fagundes & CIA*, na região do Planalto Rio-grandense, no final do século XIX. A Colonizadora adquiriu, via compra, terras públicas e de particulares para formação de um complexo colonial, denominado Colônia General Osório, situado à margem esquerda do rio Jacuí, no município de Cruz Alta. O artigo está organizado em três pontos: primeiro, delimita-se a temática de pesquisa e as fontes; em seguida, discute-se a formação da propriedade latifundiária em Cruz Alta; e, por fim, buscam-se indícios que expliquem as razões que levaram os proprietários de terras a vendê-las à Colonizadora, bem como a rede social e de parentela em torno dessas propriedades. Portanto, trata-se de uma primeira aproximação das fontes e do tema que aos poucos vai revelando uma extensa e complexa rede social de proprietários de terra na região de Cruz Alta.

OS RETIREIROS NOS VARJÕES DO ARAGUAIA. ENTRE O USO COLETIVO E A EXPROPRIAÇÃO NO SÉCULO XX

Dra. Juliana Cristina da Rosa
(Pesquisadora do NERU/UFMT)

As áreas inundáveis dos rios Araguaia, Xavantinho, Tapirapé são conhecidas como varjões e tem sido utilizadas para a criação de gado bovino desde a década de 1930, quando algumas de suas partes foram apropriadas por Lucio da Luz, familiares, agregados e vaqueiros. Apesar da existência de territórios indígenas consolidados, esses agentes históricos conseguiram se fixar e consolidar o “povoado” Mato Verde que veio a ser demarcado jurídica e administrativamente como município mato-grossense de Luciara. Contudo, Lucio da Luz e seus herdeiros, apesar do deterem poder econômico e político, não conseguiram a regularização fundiária das áreas apropriadas por décadas, tal qual seus antigos vaqueiros e outros agentes históricos que passaram a ser conhecidos e se auto identificar como *retireiros*. Com o processo de venda e grilagem de terras da União, essas áreas passaram a ser consideradas como propriedade privada, foram apropriadas por terceiros e a expropriação atingiu famílias de *retireiros* que viram os varjões serem cercados. Salvo alguns casos em que foi comprovada a falsificação do título, parte significativa dos varjões foi cercado e para tentar permanecer nos varjões, os *retireiros* desenvolveram estratégias de luta que culminaram na proposta de criação da *Reserva Retireira de Biodiversidade do Médio Araguaia* e também da *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho*. Ambas as propostas não se realizaram por diferentes motivos, dentre os quais a oposição de parte significativa de Luciara que, em 2013, participou ativamente de manifestações contrárias à criação de uma reserva e presenciou situações de violência contra lideranças dos *retireiros* e apoiadores. Além da ação de políticos locais e do temor de serem deslocados, essa reação da população de Luciara também pode ser explicada pela naturalização da propriedade privada como única forma de domínio sobre a terra, em detrimento às outras possibilidades de uso e posse coletiva.

O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA: MEMÓRIA E TESTEMUNHO DE CAMPONESES E OUTRAS VÍTIMAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO FORÇADA

Ma. Lorenza Reis Guimarães
(Doutoranda em História UFOP)

As FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, também autodenominadas Exército do Povo, completaram 50 anos em 2014. Foi considerado o maior grupo guerrilheiro do país, seguido pelo ELN, Exército de Libertação Nacional. As FARC chegaram a operar em 242 municípios colombianos. Um decreto assinado pelo então presidente Juan Manuel Santos, em 2017, regulamentou a Lei de Anistia e beneficiou diversos integrantes do movimento, presos no país. O decreto favoreceu apenas guerrilheiros que não cometeram crimes graves, como crimes políticos de rebelião, sedição, levante, conspiração e usurpação. Dois decretos, assinados posteriormente, beneficiaram ex-guerrilheiros, que decidiram entregar as armas. Durante quase seis anos, as negociações foram intermediadas pela Noruega e Cuba e levaram ao acordo de paz assinado em 2016. Fez parte do acordo, a entrega das armas e o retorno dos guerrilheiros à vida civil. O acordo significou um avanço no processo de descriminalização no país, porém, a luta contra o crime organizado na Colômbia demanda ainda uma longa caminhada. As questões agrárias e a falta de equidade na distribuição de terras estão entre os

maiores problemas que o país enfrenta, já que são os cerne do conflito armado. Alguns coletivos e organizações, como a Comissão da Verdade, entidade de Estado que busca esclarecer as causas “*explicativas do conflito armado que satisfaçam o direito das vítimas e da sociedade à verdade*”, têm desempenhado um papel importante no período de transição do processo de paz e descriminalização do país, com a elaboração de diversos documentos memorialísticos, com o fim de não apagar da memória as cerca de 4.200 mortes por ano desde o início da luta armada. Esta proposta busca discutir os problemas concernentes às questões agrárias na Colômbia, por meio de testemunhos apresentados por camponeses e outras vítimas, materializados em forma de vídeos, fotorrelatos, cartilhas, entre outras fontes de pesquisa.

CONTROLE, PODER E ECONOMIA: A POSSE DE TERRAS EM SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ (MUCUGÊ – BA, 1844-1871)

Luiz Alexandre Brandão Freire

No fim da primeira metade do século XIX, relatórios produzidos por viajantes, mineralogistas e autoridades da Província da Bahia revelam que um considerável volume de diamantes passou a ser extraído da região da freguesia de Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê – BA) a partir de meados de 1844. Desde os relatórios da Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia, produzidos desde 1847, as autoridades coadunavam com essas informações, constituindo como objeto de preocupação o controle sobre a produção e a garantia da posse de terra na região. Como é referenciado em pesquisas recentes, as disputas em torno dos terrenos diamantinos e do controle político das Lavras ocupou o cerne das relações sociais desenvolvidas a partir daquela sociedade heterogênea. Sobre essas relações de poder e posse nas Lavras Diamantinas, infere-se em fontes históricas coetâneas a influência e a extensão do poder da família Rocha Medrado, detentora de terras em toda a área que viria a ser constituída como Lavras Diamantinas. Dessa forma, indivíduos que constituíam importantes redes de influência nos sertões da Bahia, como Felisbello Augusto de Sá, Antônio de Souza Spínola e Antônio Botelho de Andrade, compartilhavam de cumplicidade com a família Rocha Medrado. Isto posto, este trabalho pretende discutir as relações de posse, poder e clientelismo entre a família Rocha Medrado e seus apadrinhados, de forma a compreender a constituição das malhas de poder e da propriedade fundiária nas Lavras Baianas oitocentistas.

A COLÔNIA *MORSKA WOLA*: A AÇÃO DA COLONIZADORA LIGA MARÍTIMA E COLONIAL DE VARSÓVIA NO BRASIL (1934-1938)

Dr. Rhuan Targino Zaleski Trindade
(Unicentro-Irati)

Em 1934, a colonizadora polonesa chamada Liga Marítima e Colonial de Varsóvia, criada em 1930 na Polônia, conduziu esforços para a compra de terras no Paraná e, nesta região, introduzir colonos poloneses vindos diretamente da Europa e reemigrantes provenientes dos outros estados sulinos do Brasil. A colonizadora desenvolveu atividades na região conhecida como “Faxinal dos Catanduvas”. Esta colônia foi renomeada informalmente como *Morska Wola* (Desejo Marítimo em polonês). Inserida no contexto da política emigratória do entreguerras polonês, o qual não escapava a desejos e ilusões imperialistas daquele recente Estado independente, pensava a expansão da influência da Polônia a partir da emigração, fosse aquela contínua dos

territórios do país, fosse aquela alocada de reimigrantes presentes desde quatro décadas no Brasil. Ela se misturou aos processos de capitalização da terra e desenvolvimento de projetos de colonização internos no Brasil, particularmente, daquela conduzida por entidades privadas no Paraná, as quais eram importantes naquele estado. *Morska Wola* era um projeto ambicioso, mas que encontrou dificuldades diante do seu pouco desenvolvimento ao longo do tempo, interrompido pela Campanha de Nacionalização. Diante da perspectiva do projeto colonial polonês, inserido na sua política emigratória e do contexto de colonização e concessão de terras no período, nos balizamos na documentação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, em que refletimos sobre a criação e desenvolvimento da colônia. Tais perspectivas inseridas, para além das questões agrárias, no período de desenvolvimento do nacionalismo varguista dos anos 1930, nas disputas de alteridades (nacionalismo x etnicidade) e nas ações polonesas para com seus emigrantes ao longo da metade para o fim da década.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO* DO AGRONEGÓCIO COMO ENTRAVE À REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Samara Pereira Gonzaga dos Santos
(Graduanda em Direito UESC)

Juliana Cunha dos Santos
(Graduanda em Direito UESC)

A terminologia “agronegócio” – oriunda da expressão americana *agribusiness* – passou a ser empregada no Brasil a partir da década de 1990, a fim de mascarar a reputação do sistema latifundiário, historicamente conhecido por seu caráter explorador e escravagista. Nesse sentido, nos últimos anos, tem crescido o apelo midiático que, através de diversos meios, intenta continuar fundamentando a perspectiva redentora desse setor, enquanto pilar imprescindível da economia brasileira. Em contrapartida, tais holofotes acabam ofuscando os efeitos negativos da celebrada prosperidade oriunda do agronegócio. Várias são as implicações intrínsecas à magnitude desse ramo, relacionando-se não apenas a questões ambientais, como os impactos à biodiversidade, mas, também, a problemas eminentemente sociais, como a exploração da mão de obra e os óbices à manutenção da agricultura familiar. Nessa esteira, cabe especial destaque a um dos principais atributos da agroindústria: a concentração de terras. Baseado tradicionalmente na exploração de latifúndios, o agronegócio sustenta-se, ainda hoje, na aglutinação das propriedades nas mãos de poucos produtores, os mais abastados, não obstante a ideia de função social da terra presente na Constituição Federal. Assim, o fortalecimento do agronegócio tem possibilitado o crescimento imponente do *agro* nos três setores da economia brasileira, ensejando, conseqüentemente, o aumento da concentração de terras. Desse modo, há a continuidade da organização latifundiária, perpetuando a supremacia da elite no meio agrário, ainda que, atualmente, grande parte dessas terras sejam improdutivas. Dessa forma, apesar das tentativas de modificar essa realidade no país, os esforços com vistas à realização de uma reforma agrária seguem sendo reprimidos e, a despeito das inúmeras décadas de luta, a consequência mais evidente até então foi a de mortes. Nesse sentido, considerando-se o prisma conservador que circunda a sociedade brasileira e o crescente fomento midiático à visão desenvolvimentista do agronegócio, é notório que ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO SOBRE O CAMPEPINATO: APROXIMAÇÃO DA OBRAS DE VLADIMIR LÊNIN E VANDANA SHIVA

Tamara Juriatti
(Mestranda em História UFSM)

A ideia é expor o impacto do modo de produção capitalista sobre o campesinato, utilizando produções de Vladimir Ilich Lênin e Vandana Shiva. A obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria” de Lênin é publicado originalmente em 1899 e trata sobre a expansão do modo de produção capitalista naquele país. Para fazer a síntese sobre a passagem da agricultura do modo de produção feudal para o capitalista o autor perpassa por: capítulo II- a desintegração do campesinato, capítulo III-a passagem da agricultura baseada na corvéia para a capitalista e capítulo IV-o progresso da agricultura comercial. Portanto se trata de um trabalho onde é possível buscar como ocorreu a expansão capitalista sobre as famílias camponesas. Já Vandana Shiva publica em 1993 “Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia”, no trabalho a autora explora a relação entre o avanço da monocultura da chamada Revolução Verde na agricultura indiana e seus efeitos na biodiversidade. As obras ainda estão sendo pesquisadas, mas já se percebe que apesar da diferente abordagem, das temporalidades distantes em um século e de se tratarem de locais distantes geográfica e culturalmente, a expansão do modo de produção capitalista se faz através da homogeneização e do sufocamento da autonomia camponesa.

Ecuador.

514 43

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 03 - MINORIAS EXCLUÍDAS: O PROTAGONISMO DAS “RAÇAS INFERIORES” FRENTE AO CONTEXTO COLONIAL E CAPITALISTA A PARTIR DA CONQUISTA NO SÉCULO XVI E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE

Coordenadores

Adriana Picheco Rolim (UNISINOS)

Júlio Cesar da Rosa (UNISINOS)

As questões relacionadas à inclusão e a exclusão no cenário social e político brasileiro de determinadas etnias estão muito presentes nos debates atuais, bem como aquelas de gênero e as diferenças de cunho religioso. Pensando na formação social, econômica e política do Brasil desde a conquista em 1500, percebemos narrativas de alguns setores da sociedade que persistem em exaltar um protagonismo tímido de determinadas “raças”, pensando no conceito do período, que fizeram parte da construção da identidade nacional, como os africanos e os indígenas. Nos séculos posteriores a chegada dos portugueses, um número considerável de imigrantes europeus, em sua maioria, cruzou o Atlântico e aportou em terras brasileiras, muitos em busca de condições econômicas melhores ou fugindo das grandes guerras mundiais. Judeus, italianos, alemães, russos, poloneses, ucranianos, entre outros, protagonizaram o cenário brasileiro do século XVII até a primeira metade do XX. Deste modo, com a diversidade étnica no país alguns grupos foram tratados como “sub-raça”, a partir de uma ideologia eugênica e eurocêntrica, como os indígenas e os africanos e outras pela questão religiosa e econômica como os judeus perseguidos durante a Inquisição na Europa. A submissão de determinados povos, perseguições, escravização e extermínio a partir de ideologias eugênicas, religiosas ou econômicas, são percebidos a partir da escalada capitalista legou a diversos povos mudanças significativas nos campos social, cultural e laboral, africanos e indígenas viram-se diante do modelo de trabalho europeu, acomodando-se obrigatoriamente, em um modelo de sociedade, cuja possibilidade de protagonismo nesta estava aquém das querências. Esta proposta busca discutir a construção das diferentes formas de dominação impostas a indígenas conquistados, africanos escravizados e judeus convertidos e suas relações de resistência desde a chegada dos portugueses no século XVI e seus desdobramentos na atualidade.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ENSINO DE HISTÓRIA PARA PESSOAS DESPROVIDAS DE LIBERDADE

Agnaldo Gonçalves e Silva
(Mestrando em Ensino de História Unemat/Cáceres)

Prof. Jairo Luis Fleck Falcão
(Docente Unemat/Cáceres)

Esse artigo pretende analisar o trabalho de Ensino de História para pessoas privadas de liberdade. A pesquisa será realizada dentro do Presídio Osvaldo Florentino Leite (Ferrugem) no Município de Sinop/ MT, localizado a 500 km da Capital, Cuiabá. Portanto será abordada importância do Ensino de História para os privados de liberdade, dando ênfase na autonomia desses sujeitos, cujo o foco é analisar a importância do Ensino de História na construção de um repertório de conhecimentos para a cidadania e a consciência histórica, visando a ressocialização e a recolocação na sociedade. A Pesquisa será de abordagem qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a entrevista de história oral, cujo foco a busca é a percepção dos sujeitos privados de liberdade, que optam e procuram a formação escolar no espaço do presídio, sobre o papel da educação e do ensino de história na sua orientação temporal.

“JUDÍOS EM LA ARGENTINA”: O ANTISSEMITISMO ARGENTINO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO REGIME DE VIDELA (1978-1980)

Ma. Adriana Picheco Rolim
(Doutoranda em História Unisinos)

Este artigo aborda a violação dos direitos humanos básicos e fundamentais e sua relação com as questões étnicas durante a ditadura na Argentina (1976-1983). A abordagem do tema parte das violações destes direitos contra pessoas de origem judaica, compreendendo a questão étnico-racial dentro do contexto ditatorial com influências ideológicas nazistas, resultado da prisão, da tortura, da incomunicabilidade, da destituição de um julgamento legítimo, da abstração de bens e pertences e da execução sumária com um caráter diferenciado. Durante o referido período os “judeus” sofreram um tratamento desumano e cruel pela sua condição, fato que descortina um antissemitismo latente e anterior na Argentina, país de destino de muitos oficiais da Alemanha nazista após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, e sua política de extermínio das ditas “raças inferiores”, ou de “limpeza étnica”. Igualmente a Argentina foi destino de muitos judeus imigrantes e refugiados durante ou após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, a perseguição e a eliminação de indivíduos de origem judaica como um “inimigo” do Estado ditatorial argentino está evidenciada não somente por um posicionamento político frente ao regime de então por parte de alguns indivíduos, mas por uma ideologia de supremacia branca e excludente, culturalmente arraigado no país desde a segunda metade do século XX, deslocado do continente europeu por elementos nazistas que se estabeleceram na Argentina, institucionalizando assim determinadas práticas antissemitas no país.

A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE LAGUNA: EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX

Dr. Júlio César da Rosa
(História Unisinos)

A história da Irmandade do Rosário e das populações de origem africana em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, refletem como a história e memória de africanos e seus descendentes foram negligenciadas e invisibilizadas. Por muito tempo se contou uma única história sobre escravidão, sobre homens e mulheres livres, libertos e em cativo. Por muito tempo a história produzida desumanizou e tornou invisível gente de carne e osso, que diante das vicissitudes, procuravam viver a vida da melhor maneira possível. Retirar a história da Irmandade do esquecimento é devolver dignidade às populações afrodescendentes no passado e no presente. Com os registros desses fragmentos do passado de Laguna, contribuimos para construção de "um equilíbrio de histórias", como diz o escritor nigeriano Chinua Achebe e reparando a dignidade retirada desses homens e mulheres, como assinala Chimamanda Ngozi Adichie. Dialogando com uma bibliografia já consolidada e novos estudos sobre Irmandades Negras no Brasil, e em especial, Santa Catarina, intentamos construir parte da história deste espaço de devoção e sociabilidade, vislumbrando compreender suas dinâmicas organizacionais, quem eram seus membros, em que medida as experiências dos seus fundadores, contribuíram para dar continuidade ou irromper com projetos pensados a partir da confraria. E como tais projetos foram incorporados e/ou esquecidos por estas novas instituições republicanas que empreenderam uma luta antirracista a seu modo durante vigência da escravidão e com seu término pós 1888.

INSUFICIÊNCIAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

Eleonora Jotz P. Fortin
(Bacharel em Direito Unisinos)

Me. César de Oliveira Gomes
(Direito Unisinos)

A forma como vivem e se manifestam os povos indígenas e tribais é imprescindível à formação de sua identidade coletiva e expressão cultural, e sua proteção integra os objetivos de desenvolvimento sustentável traçados pela ONU. Suas peculiaridades étnicas e culturais, porém, os colocam em situação de vulnerabilidade, impondo-lhes especiais dificuldades para exercer com plenitude seus direitos, o que pode ser explicado pela predominância das concepções epistemológicas europeias (teoria dominante de direitos humanos) e a conseqüente incompreensão do sistema de justiça brasileiro a respeito de seus direitos. Assim, objetiva-se desvendar, no âmbito do sistema de justiça, os principais óbices à tutela jurídica adequada dos direitos humanos desses povos, como via a efetivar seu acesso à justiça. Para tanto, analisam-se julgados oriundos dos Tribunais Regionais Federais, datados entre 2018 a 2020, e casos extraídos do sistema da Defensoria Pública da União (SISDPU). Conclui-se, por um lado, que os elementos que obstruem o acesso à justiça por esses povos configuram, essencialmente: na criação de condições que inviabilizam a realização de seus direitos; na ausência de sua participação em processos decisórios que lhes afetam; e no reiterado desrespeito e limitação

dos direitos originários sobre suas terras. Por outro lado, há dificuldades na realização desses direitos no interior do Sistema de Justiça, seja pela carência de controle de convencionalidade em processos judiciais, seja pelo desconhecimento dos profissionais de direito sobre a situação de vulnerabilidade dessas minorias, o que leva a decisões judiciais que lhes são desfavoráveis.

**PROTAGONISMO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O CONCURSO PÚBLICO:
ANÁLISE DA HISTÓRIA DE INCLUSÃO EM UMA IFES NO SUL DO BRASIL:
(1999 -2020)**

Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas
(Mestranda UFPel)

O presente trabalho faz parte de um Projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e busca realizar um estudo sobre a história de inclusão e o protagonismo das pessoas com deficiência no quadro de servidores da UFPel oriundos da reserva de vagas em concurso público no período de 1999 a 2020. O recorte temporal abarca o período de 1999 a 2020 porque no ano de 1999 foi publicado o Decreto-Lei n. 3.298/99, o qual estabeleceu um percentual mínimo de 5% de reserva de vagas em concurso público para as pessoas com deficiência, tecendo assim, um regulamento do disposto na Constituição Federal de 1988 que garantia a reserva, contudo, não estabelecia nenhum parâmetro mínimo nem máximo. Já, em relação a escolha do ano de 2020 como marco final, foi pelo fato de ser o último ano de vigência do Plano Institucional de Acessibilidade 2016-2020 da UFPel. O objetivo geral da pesquisa é a realização de uma análise qualitativa a partir do tempo presente das experiências dos servidores com deficiência na UFPEL por meio de entrevistas de história oral, associando os relatos encontrados com o trabalho desempenhado na Instituição. Em relação a metodologia, é empregada tanto a análise documental como a história oral, essa por meio de entrevistas semiestruturadas. Conforme analisado por THOMPSON (2000), a melhor pesquisa em história oral é a que reúne evidências da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa pois há uma riqueza em potencial que pode ser explorada pela história oral tanto no Brasil quanto internacionalmente e a escuta das pessoas possibilita entendermos melhor os nossos passados e criarmos memórias nacionais mais ricas, construindo assim, um futuro mais democrático, melhor e mais amável.

**DESDE ABAJO Y A LA IZQUIERDA: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA NOVA
POLÍTICA A PARTIR DA INICIATIVA ZAPATISTA DA OTRA CAMPAÑA**

Hannah Alves Alcure e Araújo
(Graduanda em História UFES)

A prática da democracia autônoma é cara à experiência revolucionária zapatista. Com o lançamento da Sexta Declaração da Selva Lacandona, os rebeldes indígenas denunciam o descompromisso social e democrático da política institucional mexicana e convocam a toda sociedade civil a se unir em torno de um projeto horizontal e anticapitalista. A nova iniciativa é um convite a repensar o modo de fazer política tradicional e a inventar uma outra forma de se relacionar com o poder. A partir de 2006, então, o EZLN percorre o México, traçando uma rede de diálogos com outros movimentos sociais, organizações e indivíduos de esquerda, paralelo ao desenrolar das campanhas eleitorais presidenciais, a fim de botar em prática a democracia

direta e a autonomia política, e a partir disso criar novas relações sociais e políticas, situando estas práticas como o eixo central em sua proposta alternativa de poder. Neste trabalho, analisaremos esta experiência de radicalização da democracia a partir dos enunciados do EZLN, durante a fase da *La Otra Campaña*, que dirigem críticas à política tradicional, bem como às relações sociais atravessadas e moldadas pela lógica capitalista. O EZLN, em conjunto com outros movimentos sociais e grupos marginalizados, busca construir uma prática revolucionária ancorada na ideia de democracia autônoma, construindo um outro poder que parta “*desde abajo y a la izquierda*”.

O PALENQUERO COMO FORMA DE TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA DOS PALENQUE DE SÃO BASÍLIO

Hilarino Carlos Rodrigues da Luz
(CHAM, NOVA FCSH/UAC)

A diversidade linguística é uma prova da criatividade humana e cada língua serve para expressar os modos de pensar, atuar, ser e sentir dos membros de uma determinada sociedade. Assim, a língua ri Palenque é uma língua própria e ancestral da cultura palenquera e tem sido um veículo de transmissão da sua memória. Deste modo a língua, em apreço, mostra a memória e a fortaleza cultural desse povo que fora escravizado e que, portanto, teve os seus direitos negados, mormente o de comunicar e transmitir os seus valores culturais na sua língua materna. Tratando-se, pois, de um embargo de uma forma de vida e de exprimir os seus sentimentos, é nosso propósito apresentar uma comunicação sobre a língua ri Palenque, como uma forma de transmissão da cultura palenquera. Refira-se que ela é uma língua de base portuguesa e espanhola, e é falada por um grupo de pessoas em São Basílio de Palenque, Colômbia.

AS LAVADEIRAS EM PORTO ALEGRE, NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria José dos Santos Alves
(Graduanda em Museologia UFRGS)

O presente artigo pretende discorrer sobre os possíveis caminhos percorridos na cidade de Porto Alegre/RS/Brasil, pelas mulheres negras que ocupavam o ofício de lavadeiras, quando eram escravizadas e perdurou pós-escravidão. Trabalho doméstico para a maioria das mulheres negras até a atualidade, que envolvem as questões de raça e classe.

“XAVANTINA É MINHA, É NOSSA, VOCÊS VIERAM DE OUTROS ESTADOS PRA OCUPAR NOSSA TERRA”: XAVANTE E AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Dra. Natália Araújo de Oliveira
(Sociologia UFRGS)

O trabalho apresentado tem como objetivo discutir as políticas nacionais de ocupação da Amazônia Legal Brasileira e seus reflexos para os grupos indígenas que já ocupavam o espaço antes da chegada das frentes de expansão, trazendo como exemplo os Xavante e tendo como suporte pesquisa empírica realizada na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, integrante da região denominada Amazônia Legal Brasileira. Esta cidade tem como marco inicial de políticas oficiais de ocupação a Marcha para Oeste, política do governo Vargas que previa a ocupação de “espaços vazios” (mesmo com indígenas ocupando a área) para o desenvolvimento do país. O projeto de Vargas destacava os Xavante como os autênticos índios brasileiros, considerados valentes e não corrompidos. Porém, para que eles pudessem ser os indígenas modelos que o governo queria, deveriam entregar suas terras e deixar de lado o nomadismo. Como os Xavante não viam em Vargas um líder e pouco se importavam com os valores nacionais, declinaram várias vezes alguma proximidade e apenas após várias mortes o contato pacífico se fez, em 1946, a partir da decisão Xavante de “amansar o homem branco”. Com os indígenas “pacificados” começa uma venda desenfreada, pelo Estado, de suas terras, o que é intensificado no período ditatorial. Naquele momento o governo brasileiro novamente lança mão de políticas de colonização para a Amazônia Legal Brasileira e as terras da região começam a ser usadas para a agricultura em grande escala. Nessa conjuntura, os embates entre os indígenas e os ruralistas se tornam frequentes e as terras indígenas passam a ser demarcadas, no menor espaço possível. É nesse momento que eles começam a frequentar Brasília para fazer pressão na Funai em prol da sua causa. No contexto atual, eles lutam para não terem suas terras invadidas e são alvos de racismo na cidade.

ST 04 - HISTÓRIAS OUTRAS EM TEMPOS DE CRISE: ABORDAGENS DECOLONIAIS

Coordenadores

Maira Damasceno (UNISINOS)

Dorvalino Refej Cardoso (UFRGS)

Gabriel Chaves Amorim (UNISINOS)

Entendendo que desde a colonização da América no ano de 1492 para os Povos Tradicionais Indígenas e posteriormente para os Quilombolas há novas configurações, seguidas de reconfigurações territoriais, políticas, ambientais e sociais. Podemos afirmar então, que para essas sociedades são 520 anos vivendo “tempos de crise” entre trocas, relações, transformações e reconquistas (cidadania, direitos, terras, memórias, histórias...). Também reconhecendo que os estudos sobre os povos tradicionais são primordialmente transdisciplinares, este simpósio pretende reunir pesquisadores desses temas que versem sobre as estratégias, realidades e o cotidiano de lutas vivenciados por esses grupos, contemporâneos ou não, porém, que utilizem metodologias e teorias que considerem o ponto de vista dos próprios sujeitos. Nesse sentido, serão bem-vindos trabalhos com abordagens decoloniais, isto é que considerem as Histórias outras, seja em abordagens históricas, ambientais, sociais, antropológicas, educacionais, jurídicas, de saúde, ou afins, que valorizem, sobretudo, a oralidade, história oral, relatos e também a utilização de fontes ou análises que privilegiam a perspectiva dos sujeitos.

A HISTORICIDADE DA EPISTEMOLOGIA DE PAULO FREIRE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DECOLONIALIDADE

Camila Wolpato Loureiro
(Doutoranda em Educação Unisinos)

Essa pesquisa tem como ponto de partida a atualidade e a relevância do pensamento epistêmico e pedagógico de Paulo Freire para os Estudos Decoloniais. Trata-se de uma análise qualitativa de cunho bibliográfico, que tem por objetivo investigar a dimensão da historicidade na epistemologia de Paulo Freire e como ela tem potencial contribuição para a construção de uma pedagogia decolonial brasileira. Para tanto, toma-se como objeto de investigação duas obras centrais do seu pensamento, historicamente situado no e com os/as oprimidos/as da América Latina, são elas: *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (1992). A partir de tais obras, percebemos que a dimensão da historicidade é elemento chave para a sua análise político pedagógica, ao mesmo tempo em que encontramos ali o próprio Freire reinventando-se no “trem da história”. Sendo assim, o argumento central desta pesquisa dialoga sobre uma possível concepção de historicidade freiriana, tendo em vista que Freire compreende a historicidade em sua dimensão continuada, processual e também transitória, refutando a ideia de um futuro inexorável. Portanto, para Freire nós, oprimidos/as do Sul global, quando conscientes criticamente de nossa historicidade, podemos ler a História como possibilidade, nos sugerindo o desafio de transformar o futuro. E nesse sentido, a produção intelectual freiriana nos permite olhar criticamente para o debate decolonial, promovendo que ele não seja puramente acadêmico, mas também ético-político.

MODERNIDADE BARROCA LATINOAMERICANA, VALOR DE USO E A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS

Me. César Miguel Salinas Ramos
(Doutorando Ciências Sociais Unisinos)

Seguindo o pensamento de Bolívar Echeverría, proponho fazer uma leitura crítica e descolonial, partindo da contradição do valor de uso e do valor de troca, essa contradição nos tempos do capitalismo contemporâneo significa gerar um ethos concreto e particular que nos permite viver objetiva e subjetivamente o fato capitalista. Encontram-se diferentes modernidades que surgem no momento em que as diversas sociedades assumem e vivem a contradição que a hegemonia capitalista nos coloca: modernidade realista, romântica, clássica e barroca. O quarto ethos é o barroco, referindo-se justamente à arte desse nome, que faz como se ela se emancipasse de todas as leis e tivesse criado sua própria lei formal, não decora algo, é apenas decoração. Sem se tornar uma obra diferente e autônoma, ainda pertence à obra de base, embora em uma versão completamente diferente, desenvolve sua própria lei formal dentro da lei central. Se a obra de arte barroca, é definido como uma decorazione assoluta, parafraseá-la como uma teatralidade absoluta, emancipada de qualquer serviço para uma finalidade e teria criado um mundo autônomo. Já não representa e imita o mundo, mas se transforma em encenação e nada mais. No início do século XVII, sob o domínio hispânico, a população das classes baixas (sociedades destruídas, resistindo ao genocídio), principalmente índios, desenvolveu um ethos destinado a resgatar tanto a sua existência como a nova civilização ibero-europeia do perigo de declínio e desaparecimento. Uma resposta à morte e a habilidade de encontrar vida nela. A miscigenação

cultural descrita como messinscena absoluta. Modernidade capitalista caracterizado por um feudalismo modernizado que parece se transformar em uma modernidade feudal. Resistência que tende a um projeto redentor.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA POLÍTICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Clarice Gomes de Almeida
(Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul)

Dulce Mari da Silva Voss
(Universidade Federal do Pampa/Campus Bagé)

Esse trabalho apresenta a pedagogia da alternância como política curricular assentada na articulação da formação de educadores/as do campo com os saberes de comunidades campesinas, o que potencializa o resgate e a valorização dos modos de existência e resistência de povos originários do sul, como as culturas indígenas e africanas presentes na América do Sul antes da colonização europeia e que se mantem presentes ainda na contemporaneidade nas práticas cotidianas de coletividades remanescentes desses povos. Daí decorre o entendimento dessa política com uma estratégia de descolonização do pensamento e de disseminação de conhecimentos múltiplos calcados na pluralidade cultural, capaz de subverter padrões de expressão e de objetivação das subjetividades colonizadas, condenadas a categoria de subculturas iletradas e alijadas pela imposição do modelo de produção de existência que prioriza a acumulação das riquezas, a expropriação do trabalho, a universalização do pensamento moderno europeu como fundamento civilizatório. A educação do campo via pedagogia da alternância organiza-se sob duas formas intercaladas: o espaço/tempo de formação que acontece nas universidades e escolas e o espaço/tempo de atuação nas comunidades, origem dos/as estudantes. Porém, não se trata de transferir para as comunidades os conhecimentos produzidos na universidade ou escola, e sim, aprender com os saberes e fazeres das comunidades, atribuindo legitimidade aos seus modos de existência e fazendo o elo desses saberes na produção de conhecimentos a serem disseminados formalmente. Assim, acontece o fortalecimento dos saberes locais sobre a vida do campo, o que inclui os processos agroecológicos vividos dentro das comunidades, como forma de resistência ao poder do agronegócio. Destaca-se aí as feiras agroecológicas que são realizadas nas cidades, como uma proposta alternativa de produção de alimentação saudável. Portanto, a Pedagogia da Alternância potencializa e dá visibilidade às culturas de grupos e povos originários corroborando na desmontagem do pensamento colonial eurocêntrico.

A COLONIALIDADE E A COLONIZAÇÃO: UMA LEITURA KANHGÁG

Me. Dorvalino Cardoso Refej
(Prof. Kanhgág Por Fi Ga)

Este trabalho tem o objetivo de discutir a colonialidade e a colonização histórica através de um ponto de vista kanhgág. Para tanto se busca na memória dos ancestrais, histórias dos mais velhos, experiências de trajetórias e à história, narrativas que mostram que esses “encontros” entre o mundo do fóg, do branco, com o universo epistemológico do kanhgág foram desiguais

e trouxeram muitos problemas. O índio é tutelado desde os primeiros contatos com os padres e missões religiosas, passando pelo Serviço de Proteção dos Índios (SPI) e Fundação Nacional do índio (FUNAI). Ser tutelado é ser colonizado. A colonização atuou e atua retirando a capacidade de autonomia das populações. Atualmente como educador indígena percebemos o grande desafio que se apresenta para as populações tradicionais, que é a descolonização do ser e do viver. Esse objetivo não pode ser apenas dos professores indígenas, mas dos moradores comunitários, também da sociedade, apoiando com políticas públicas. A proposta pedagógica diferenciada é um começo para se pensar a descolonização dos saberes, mas, o núcleo familiar é importante. Também é importante um projeto de sociedade descolonial, um problema que os fóg tem que enfrentar.

UMA QUESTÃO DE PERSPECTIVA: REFERÊNCIAS DE CRISES SOCIAIS PARA COMUNIDADES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Gabriel Chaves Amorim
(Mestrando em Ciências Sociais Unisinos)

O presente ensaio teórico tem a finalidade de abordar a categoria “crise”, através da perspectiva da colonialidade, como um problema que se manifesta nos projetos-de-vida e sobretudo para populações seccionadas por classe, gênero e raça. A colonização globalizada legou para os povos periféricos uma forma de vida configurável, isto é, que sofre com os arranjos sociais do utilitarismo capitalista moderno. No caso da história do Brasil essa crise se manifesta, para os povos tradicionais indígenas e quilombolas, como: sucessivos ataques ambientais; racismo estrutural e social; atravessamentos científicos eugênicos; relações educacionais desiguais; tutela exclusão e submissão jurídica; políticas de morte. A governamentalidade social não concebe e relega para uma zona abissal as formas *outras* de contar histórias; de explorar o meio ambiente de forma sustentável; de se identificar; de se relacionar com a economia; de educar as novas gerações; de se auto-organizar e governar de forma comunitária. Portanto a etimologia da palavra “*crise*” na perspectiva dos ciclos ideológicos e partidários da Sociedade se diferem do conteúdo e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas trazem consigo. A crise para as populações tradicionais é o momento em que a colonialidade se manifesta como problema em seus projetos-de-vida e provocando um distúrbio no bem viver. Essas crises nas comunidades têm pouco destaque nas agendas sociais, não obstante, as comunidades têm se organizado para fazer emergir uma forma-de-vida que exerça cobrança sobre a sociedade por reparação, justiça e emancipação. Se manifesta como um grave desequilíbrio conjuntural entre a produção de vida e o consumo da subjetividade pela sociedade, acarretando aviltamento da satisfação, aceitação e felicidade do ser.

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE: HISTORICIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Ma. Maira Damasceno
(Doutoranda em História Unisinos)

Através de revisão bibliográfica se apresenta uma discussão epistemológica sobre a significação dos termos história, democracia e educação para as populações que historicamente sofreram com a colonização europeia. Em um primeiro momento, através da psicologia social, se discute

os possíveis significados do termo História para comunidades indígenas e quilombolas. A emergência das correntes chamadas “novas histórias”, ao construir renovações, sobretudo em relação às narrativas oficiais e universais, foi importante, contudo, para as comunidades tradicionais o debate do “fazer historiográfico” continua emergente, sobretudo em suas lutas por reconhecimento, direitos e territórios. Nesse sentido, a história interseccionada por outras disciplinas como as Antropologias do Sul, auxiliam na superação de teorias essencialistas, concepções antiquadas e que destoam da visão dos atores sociais, numa perspectiva empírica. Também auxilia na crítica às práticas, etos, bias e métodos objetificadores, criadoras de falsos problemas ou atenuadores da situação histórica e problemática que envolve as identidades periféricas. Num segundo momento, se produz um olhar sobre a história do Brasil buscando observar a regularidade de que os *povos marginalizados* pela colonialidade buscam na democracia a garantia de que tenham seus Direitos de participação nas Políticas Públicas, principalmente para garantir a autonomia em relação à sociedade afirmando, assim, os direitos comunitários e a auto-determinação. Já a educação, pode ser vista através do paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que exerce inclusão na sociedade, garante o fortalecimento comunitário. Educação pode ser vista como sinônimo de assimilação, opressão cultural, símbolo de distinção e exclusão social. Porém, paradoxalmente, também ser visto como potência emancipadora, uma vez que a educação torna os atores sociais conscientes dos problemas que incidem sobre as suas comunidades. Portanto, concluiu-se que o sentido dos termos podem ser preenchidos com diversos significados se levarmos em consideração o contexto amplo e histórico em que se inserem.

“EU ERA UMA MULHER QUE NÃO CONHECIA NADA”: AS NARRATIVAS SOBRE CUIDADO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO PAREDÃO BAIXO

Ma. Lucilene Athaide
(Ciências Sociais Unisinos)

O presente artigo busca apresentar de forma analítica as narrativas autobiográficas das trabalhadoras domésticas que vivem no quilombo do Paredão Baixo, território situado no município de Taquara, interior do estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é compreender de que forma o trabalho de cuidado, remunerado ou não, está inserido na vida destas mulheres, e como ele faz sentido na vida das interlocutoras da pesquisa, a partir de um enfoque decolonial. A constituição da comunidade do Paredão, localizada em área rural, remonta a cerca de 130 anos de existência. As mulheres e homens que na atualidade vivem no quilombo, em sua maioria, são descendentes diretos de uma população outrora escravizada que formou a árvore genealógica da comunidade que reside no espaço. Sendo assim, apresentar as memórias e trajetórias destas mulheres negras trazendo como eixo de seu ramo de atuação e a sua relação com o cuidado se faz necessário na medida em que contribui para reflexões sobre os processos moderno-coloniais que ainda marcam a sociedade brasileira, principalmente no que tange ao trabalho doméstico e o papel da mulher negra neste contexto.

SÃO CIPRIANO: UMA CIRCULARIDADE DO IMAGINÁRIO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Inês Teixeira Barreto
(Mestranda PUC/SP)

Apresento os hibridismos culturais criados a partir das circularidades do imaginário mágico entre Portugal e Brasil e como crenças e práticas da feitiçaria portuguesas foram absorvidas pelas práticas de matriz africana brasileiras, onde encontraram terreno para sua sobrevivência. Entre esses elementos estão as práticas mágicas envolvendo São Cipriano, especialmente a obra *O Livro de S. Cipriano – o Tesouro do Feiticeiro*, um livro de magia português que se tornou popular na Umbanda e na Quimbanda. Muitos dos mitos e práticas relacionados ao santo circulam em Portugal desde o século XVI. Circulam também pelo Brasil, não somente pela influência dos livros, mas também das tradições orais que chegaram com os colonos portugueses e que foram ganhando terreno entre a população escravizada já no período colonial. Sofrendo modificações ao longo dos séculos, essa devoção chega na Umbanda e na Quimbanda do século XX. Pretendo contextualizar a figura de São Cipriano em Portugal, sua chegada no Brasil e mostrar vestígios dessas práticas entre o final do século XIX e o começo do XX. Uso como fontes o *Tesouro do Feiticeiro* e o trabalho de folcloristas e etnógrafos. Também analiso as músicas rituais das religiões brasileiras e escritos de intelectuais que se dedicaram a pesquisar o tema, como Câmara Cascudo e Nina Rodrigues, entre outros. A partir dos encontros entre catolicismo, religiões africanas, ameríndias e outras influências nasceram os hibridismos entre culturas e práticas mágico-religiosas, que formam um novo elemento, completamente único. Aqui uso as perspectivas descoloniais para analisar esses hibridismos, a partir da conceituação do teórico argentino Nestor Canclini, que define a hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2001, p. 19).

PSICOLOGIA DECOLONIAL – UMA ATUAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Jesse Rodriguez Cardoso
(Mestrando em Psicologia Social UFRGS)

Em contrapartida ao eurocentrismo que constitui os espaços acadêmicos realizo um projeto que busca valorizar o local a partir das redes sociais. Entendendo que o contexto brasileiro é permeado por culturas e saberes que diferem do contexto europeu e que essas culturas são estruturalmente negligenciadas ou silenciadas pelos espaços de poder, dou uma contrapartida valorizando o local ou lendo os autores europeus a partir do nosso cenário. As histórias e as culturas brasileiras entrelaçam o nosso mundo e produzem quem somos. Muito dessa cultura carrega a violência da colonização, que ainda persiste na nossa sociedade de diversas formas. Como exemplo, a colonialidade do poder e do saber que constituem as nossas subjetividades e produzem sofrimentos. Essa colonialidade segrega e exclui aquilo que foge da sua perspectiva, a qual valoriza somente os saberes e modos de ser eurocêntricos, relegando a segundo plano aqueles que não se adequam a essa norma. A partir da psicologia, na intenção de subverter esse eurocentrismo colonizador ao valorizar também saberes locais, afrobrasileiros, indígenas, da Pop. Rua, entre outros, nasce a Psicologia Decolonial. Acredito que é na experiência que a decolonialidade se apresenta em sua máxima potência. Por isso, serão feitas lives em que haverá

troca de saberes com diversos convidados para realizar o giro decolonial na Psicologia, mostrando o quanto a nossa área de atuação está entrelaçada a este país colonizado que chamamos de Brasil. A cada encontro, escolherei uma frase de nossa convidade e a transformarei em post, contando um pouco sobre as temáticas dessa troca. Esse post comporá uma estética singular, diferenciando-se de frases de pessoas mais estabelecidas na cultura. Entendo a Psicologia Decolonial como movimento, como afeta-ção, como a criação de novos mundos. Dessa forma, busco popularizar o conhecimento, difundindo-o nas redes sociais e construindo essa decolonialidade a partir da troca de saberes.

OS PROCESSOS DECOLONIAIS NA BOLÍVIA EM PRÉVIA SÍNTESE DA ASSEMBLEIA CONTITUINTE

Marcelo Soares Mota

(Pós-graduando em Direito Universidade Regional do Cariri)

O hodierno estudo visa escrutinar os processos decoloniais na Bolívia no transcorrer dos períodos iniciais do século XXI até os movimentos decisivos para o desenvolvimento da Constituição Plurinacional de 2009. Outrossim, nos conflitos de poderes da Assembleia Constituinte iniciada em 2007, entre a situação liderada pelo Movimento Ao Socialismo de Evo Morales e a oposição, houve discrepâncias sobre as perspectivas do futuro Estado. Destarte, os debates adentram também no âmbito interno da situação, ensejando em diversos modelos de processos decoloniais. Assim, a presente pesquisa objetiva analisar esses diferentes processos e, por conseguinte, o captado pela Constituição. Portanto, utilizando-se do método dedutivo, histórico e bibliográfico, o estudo estrutura-se em um questionamento se o processo decolonial priorizado pela Carta Magna está sendo efetivamente exercida nas estruturas do Estado em contraposição à instabilidade política contemporânea. Por fim, os conflitos atuais em relação aos processos eleitorais evidenciam uma aceitação da maioria da população em relação ao processo decolonial priorizado na Constituição e, portanto, a manutenção da estrutura que visa romper com o modelo eurocêntrico e priorizar os sujeitos anteriormente marginalizados como os povos indígenas.

CINEMA DE CASA DE REZA: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE REALIZADORES INDÍGENAS (ASCURI)

Ma. Maria Claudia Gorges

(Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR)

A ASCURI é uma Associação Cultural de Realizadores Indígenas em Mato Grosso do Sul, composta por indígenas Terena, Guarani e Kaiowá. Ela foi criada em 2008 e desde então vem realizando filmes e oficinas de formação em audiovisual em aldeias indígenas. Além disso, a ASCURI também se preocupa em adquirir para as aldeias os materiais necessários para a continuidade dos projetos de produção fílmica. Hoje, ela conta com um canal no *Youtube* onde estão disponíveis a maioria de seus filmes, uma página no *Facebook*, no *Instagram* e, a partir de 2020, começou a exibir seus filmes em uma emissora pública de Televisão. A proposta deste texto consiste em refletir sobre as estratégias desenvolvidas pela ASCURI em suas práticas de

produção audiovisual. Uma discussão que será realizada a partir de entrevistas, Lives e textos produzidos por integrantes da ASCURI. Caminho que nos conduz a reflexões sobre como a produção audiovisual se constitui como um espaço de fortalecimento das relações intergeracionais, de fortalecimento do jeito de ser indígena.

POR UM DIÁLOGO DECOLONIAL COM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: UMA RELEITURA INVERTIDA DE “RAÍZES DO BRASIL”

Me. Thiago de Oliveira Thobias
(Ciências Sociais UFRRJ)

Desde o final dos anos de 1980, a razão ocidental vem sendo colocada em xeque pelas chamadas *teorias insurgentes*, uma tendência que tem sido definida como *desobediência epistêmica* e que converge para um movimento mais amplo denominado *giro decolonial*. Essa investida teórico-epistemológica visa, principalmente, deslocar os habituais lugares de enunciação para, assim, refazer a atual geopolítica do conhecimento e superar o *racismo epistêmico*. Dito de outra forma, as perspectivas eurocêntricas estão sendo abandonadas em detrimento das *epistemologias do Sul*. Em consonância com este contexto, o presente trabalho – fruto de minha dissertação de mestrado e das reflexões atuais para o doutorado – aponta caminhos para um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda. A questão central é: o quanto Sérgio Buarque seria afetado por esse diálogo? Formulando de outra maneira, que contribuições decorreriam da *releitura invertida* – da perspectiva da crítica decolonial – de “Raízes do Brasil”? Para responder à questão, aproximo o pensamento de Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”, com o pensamento de Aimé Césaire em “Discurso sobre o colonialismo”, de Albert Memmi em “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” e de Frantz Fanon em “Os condenados da terra”, centrando a análise no *encontro colonial* e na *colonialidade*, bem como em seus desdobramentos na atualidade em termos de continuidade, reprodução e atualização das diferentes formas de dominação sobre indígenas, africanos e mulheres. Trata-se, portanto, de um pequeno esforço teórico e bibliográfico, que utiliza como fontes as obras clássicas desses autores e algumas outras sugestões decoloniais. Por conseguinte, a hipótese é de que aproximá-los contribui para repensar a história e o pensamento social brasileiro, propondo o protagonismo desses sujeitos na elaboração de narrativas outras. A objetivo aqui é apresentar os pressupostos e pistas para uma reflexão mais ampla a partir desse diálogo.

DESCOLONIZANDO ANÁLISES A PARTIR DE CONCEITOS-CHAVE FEMINISTAS

Ma. Fabiane Rizzardo
(Doutoranda em História PUC/RS)

Ma. Priscilla Almaleh
(Doutoranda em História Unisinos)

Uma vez que pensadoras subalternizadas, de diferentes áreas do conhecimento, têm produzido análises capazes de abalar as interpretações feitas pela branquitude acadêmica, é tanto viável quanto pertinente que os historiadores dialoguem com essas produções. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é apresentar reflexões teóricas com potencial para auxiliar na urgente

tarefa de descolonizarmos as nossas metodologias e análises, a partir de diferentes feminismos, produzidos pelas pensadoras subalternizadas.

O “ÍNDIO” PERANTE A JUSTIÇA DA AMÉRICA COLONIAL: UMA EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE DO PODER?

Fabrizio Ferreira de Lema
(Mestrando em História PUC/RS)

O processo de enquadramento das diferentes alteridades com as quais se depararam os colonizadores na América colonial corroborou para a elaboração de um intrincado sistema de classificação, que levava em consideração uma série de fatores para determinar a posição ocupada pelos sujeitos no interior da cartografia social do Antigo Regime. Seguindo as reflexões de Ramón Grosfoguel, nossa proposta é problematizar o processo histórico de configuração destas matrizes de diferenciação social para o caso da constituição da categoria “índio” enquanto um marcador *racial* de diferença entre colonizadores e colonizados, questionando os limites implicados na aplicação da categoria de *Colonialidade do poder* enquanto chave explicativa para a proliferação das diferentes formas de categorização das alteridades não-europeias. Partindo da análise de processos instaurados contra indígenas acusados de crime durante o último quarto do século XVIII, tomaremos a arena da disputa jurídica enquanto *locus* privilegiado na constituição institucionalizada desta forma de diferenciação, que demarcou um lugar específico aos nativos durante o período tardo-colonial, com repercussões posteriores ao início do processo de emancipação dos territórios que compreendiam o antigo Vice-Reino do Rio da Prata.

ST 05 – IMAGENS E HISTÓRIA: FONTES, ACERVOS E NOVAS ABORDAGENS

Coordenadoras

Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS)

Carolina Martins Etcheverry (PUCRS)

Ketlin Quinhones Wons (UNISINOS)

Durante muito tempo, as imagens serviram de elemento ilustrativo tanto aos pesquisadores quanto aos seus trabalhos. Referenciar pinturas, fotografias, esculturas e demais elementos que compõem o campo da visualidade era, na realidade, uma forma de comprovar, visualmente, o que o texto escrito apontava. Uma conclusão por imagens, por assim dizer. Atualmente, frente a diversos estudos que colocam a imagem como fonte e problema de pesquisa, tal objeto tem ganhado espaço e tem sido problematizado a partir de novos questionamentos. O presente Simpósio Temático se propõe debater não apenas os usos e desusos de tais fontes de pesquisa, mas também suas potencialidades e especificidades. Além disso, percebê-las em museus e compondo diferentes acervos, igualmente oportuniza a construção de novos questionamentos. Com isso, propomos um espaço de reflexão e diálogo junto a trabalhos que tenham como fonte pinturas, fotografias, filmes, caricaturas, e demais produções artísticas. Assim, será possível pensar os usos da imagem a partir de seu valor documental, narrativo e representativo na pesquisa histórica e, igualmente, nos espaços de sua salvaguarda como os acervos pessoais, públicos e institucionais. Discutiremos, com isso, as potencialidades e a relevância das fontes imagéticas para se pensar o Brasil e América Latina em tempos de crise de organização, conservação e preservação de acervos visuais.

CORES DO BRASIL: A OBRA POLVO, DE ADRIANA VAREJÃO, COMO REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS

Alice dos Reis De David
(Graduanda em História UCS)

O objetivo desse trabalho é analisar a obra *Tintas Polvo*, da artista plástica brasileira Adriana Varejão, como representação artística de identidades étnico-raciais brasileiras construídas historicamente e de modo a identificar as categorias identitárias, os marcadores étnicos e as concepções de raça, cor e etnia nela contidos. Além disso, buscou-se descrever a obra através de um viés histórico, artístico e cultural que auxiliasse na compreensão da análise em um todo. Para tanto, a pesquisa inicia-se com uma breve contextualização do cenário artístico no qual a obra e artista se inserem, ressaltando aspectos da arte contemporânea e da trajetória da artista em trabalhos com temática semelhante à da obra *Tintas Polvo*. Em seguida, encontra-se contextualizado o cenário político, econômico e social do Brasil em dois períodos: a época da pesquisa populacional que inspira a artista, realizada em 1976, e 2012, ano em que a obra foi produzida, marcos temporais fundamentais para o objeto deste estudo. A análise da obra partiu de reflexões a respeito da identidade nacional e da identidade negra brasileira, além das reflexões sobre os conceitos de mestiçagem e miscigenação, raça, cor, identidade e etnia, e as problemáticas coloniais nas quais esses conceitos estão inseridos. Aspectos a respeito das classificações censitárias do IBGE também foram analisados. Durante toda a pesquisa, foram utilizadas imagens das obras de Adriana Varejão e principalmente da obra *Tintas Polvo*, inseridas como exemplificação e representação da pesquisa realizada.

VERBA IMAGO MUNDI: AS GRAVURAS NADALINAS NA AMÉRICA LATINA

Alice Jungblut Braun
(Graduanda em História UNISINOS)

Integrando a pesquisa *Ad Christi similitudinem*. Formas discursivas e construção da identidade na Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XIX, coordenada pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, o presente projeto se insere na temática da cultura visual na Companhia de Jesus (BAILEY, 1999; DEKONINCK, 2017; LEVY, 2014) a partir das imagens evangélicas de *Evangelicae Historiae Imagines* de Jerônimo Nadal (1593). Esta obra foi a princípio direcionada aos jovens jesuítas iniciantes, pois, composta por 153 gravuras que ilustram a vida e os ministérios de Jesus, propunha um auxílio didático visual às meditações dos exercícios espirituais. Contudo, por sua grande difusão e à medida que serviram de modelo para outros manuais e coleções de meditações ilustradas, as imagens do texto de Nadal abrangeram uma ampla clientela internacional (BOWEN; IMHOF, 2019). A partir disso, este trabalho apresenta-se como um fragmento do projeto e objetiva o alcance da obra para além da Europa, com ênfase à América Latina. Portanto, por meio de análise bibliográfica e documental e sob a perspectiva da circulação de ideias de Pierre Bourdieu (2002), busca-se estudar o uso das gravuras de Nadal, bem como seu papel na produção artística e na evangelização dos indígenas nas Colônias Espanholas.

ANTÔNIO CÂNDIDO DE MENEZES: UMA PINTURA BIOGRÁFICA

Ma. Amanda Mensch Eltz
(Museologia e Patrimônio UFRGS)

Me. Pedro von Mengden Meirelles
(Doutorando em História UFRGS)

O presente trabalho tem por objetivo tracejar a biografia de Antônio Cândido de Menezes. Natural de Porto Alegre (1828 – 1908), era filho de Antônio de Souza Menezes e de Bernardina Cândido Menezes. Entre 1845 e 1854, durante a graduação na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, realizou suas primeiras pinceladas, especializando-se em pintura histórica. Na Capital da Corte constituiu uma vida social e profissional ativa até 1870. Atuou como professor particular e em instituições escolares formais, como no Colégio de Meninos e Colégio de Órfãos (Asilo Santa Leopoldina). Em 1862 e 1864 participou das Exposições de Belas Artes, promovidas pela Academia Imperial, com os quadros “Inocência e Fidelidade”. Retornou à Porto Alegre em 1870. Em solo gaúcho produziu inúmeras pinturas, em especial, retratos para galerias públicas no Estado. Faleceu em 1908, em situação de indigência, e foi sepultado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

A SIMBOLOGIA DO CARTAZ DE ROSIE, THE RIVETER NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL FEMININA ESTADUNIDENSE

Anna Ortiz Borges Coelho
(Mestranda em Ciências Criminais e Graduanda em História PUC/RS)

Gabriela Dias Tironi
(Graduanda em História PUC/RS)

Neste artigo propomos analisar as características da identidade nacional estadunidense através dos cartazes de incentivo ao trabalho feminino criados a pedido do próprio governo americano no contexto da Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista a importância da propaganda no período abordado e a relevância dos símbolos imagéticos para o fomento do sentimento nacionalista, a partir do cartaz com a figura de “Rosie, The Riveter”, podemos refletir como se deu o recrutamento da mão de obra feminina para os esforços da guerra, bem como examinar sua mobilização, guiada pelo sentimento patriótico que alicerça a dinâmica social estadunidense. Nessa perspectiva, o desejo incessante de obter glória para a nação era a plataforma para a criação das imagens das propagandas, elaboradas de acordo com o grupo social que desejasse mobilizar, o que torna as imagens um importante meio para atingir determinado público. Nesse caso, as publicidades retratam a imagem idealizada da verdadeira patriota norte-americana: forte e capacitada para exercer funções geralmente realizadas por homens, mas, ainda assim, feminina e dedicada ao lar, visto que a ideia de convocar as mulheres para o trabalho operário tinha o intuito de afirmar a noção de que elas trabalhariam nos esforços da guerra, mas assim que esta terminasse e suas atividades não fossem mais necessárias, voltariam para o âmbito doméstico. Posteriormente, com o final da guerra e o início dos movimentos de contracultura, por volta dos anos 60, como o movimento black power, hippie, entre outros, o movimento feminista acabou tomando para si a imagem do cartaz de Rosie, sendo este então transformado em um símbolo da autonomia e força do movimento feminista

americano, mostrando como uma imagem criada a pedidos do governo para um determinado fim acaba se transformando em símbolo de uma importante luta social.

SÍMBOLOS SACROS E SANTOS MISSIONÁRIOS: PINTURAS DE ALDO LOCATELLI E EMILIO SESSA NA IGREJA SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS DE PORTO ALEGRE, RS

Ma. Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos
(Doutoranda em História Unisinos)

A presente pesquisa decorre de estudos realizados pelo Instituto Cultural Emilio Sessa (Porto Alegre, RS) na última década, tendo como marco inicial a chegada de Aldo Locatelli e Emilio Sessa ao Rio Grande do Sul, em 1948, como pintores contratados para a decoração interna da catedral São Francisco de Paula (Pelotas, RS). A atuação desses artistas na igreja Santa Teresinha do Menino Jesus de Porto Alegre, entre 1952 e 1957, é o único caso em que eles desenvolveram um trabalho conjunto nesta cidade. Segundo entrevista realizada com Nelson Selbach, pároco atuante no período das obras, foi de Sessa a iniciativa de procurar a paróquia para oferecer seus préstimos artísticos e de Locatelli, propondo, inclusive, mudanças na estrutura arquitetônica da igreja para abrigar um programa decorativo que desse maior visibilidade aos santos evangelistas. Entre as obras de Sessa neste local, consta um painel alusivo aos Mistérios da Eucaristia e da Santíssima Trindade, as pinturas do transepto, as Virtudes Teológicas e Cardeais, os Conselhos Evangélicos e dois conjuntos de palavras dispostos em colunas, formando promessas feitas por Santa Teresinha. Aldo Locatelli, por sua vez, pintou não somente as representações dos quatro evangelistas, mas, também, os sete painéis centrais, que discorrem sobre a vida da santa, a morte e o momento em que Teresa de Lisieux passa a ser celebrada como Padroeira das Missões, numa imagem que integra santos missionários dos séculos XVI e XIX. Para Peter Burke (2004, p. 60), “a ideia de que as pinturas eram as Bíblias dos analfabetos tem sido criticada com base na consideração de que muitas imagens nas paredes das igrejas eram excessivamente complexas para serem compreendidas por pessoas comuns”. Neste sentido, há menções na documentação paroquial sobre o conhecimento de Arte Sacra como componente fundamental da formação de padres atuantes no Rio Grande do Sul.

O MURALISMO DE WALTER SOLÓN ROMERO E A HISTÓRIA BOLIVIANA (1952-1989)

Bruna Nunes de Souza
(Graduando em História UEM)

Apresentaremos uma pesquisa de iniciação científica que analisa a produção muralista do pintor boliviano Walter Solón Romero (1923-1999) em dois momentos chave da história de seu país: a Revolução de 1952, em decorrência da qual se formou um importante movimento muralista na Bolívia, sendo Solón um dos seus mais importantes personagens; e o período de redemocratização do país, após a ditadura militar (1964-1982). Nesses dois contextos da história boliviana, Solón pintou dois dos seus mais importantes murais: Mensaje a los maestros del futuro (1953), pintado no período revolucionário; e El retrato de un Pueblo (1989), que foi realizado quando o artista retornou à Bolívia após ter sido forçado a exilar-se durante a ditadura

militar que assolava seu país. Este último mural, que faz uma representação da história boliviana desde o período colonial, é considerado a obra mais importante do pintor. O trabalho se centrará nos dois murais citados e a análise será realizada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da História Visual e da História Intelectual. Consideramos o pintor como um intelectual-artista que reflete sobre seu tempo e age sobre a história através de sua intervenção artística por meio dos murais, um tipo de arte pública e engajada por excelência, muito marcante na história da América Latina.

HÉLIO CAMPOS MELLO E CRISTIANO MASCARO: A FOTOGRAFIA INFORMATIVA E ARQUITETÔNICA EM DIÁLOGO NO BRASIL DOS ANOS 1980

Caio de Carvalho Proença
(PUCRS/CAPES/SEDUC-RS)

A presente comunicação visa abordar as produções dos fotógrafos brasileiros Hélio Campos Mello (nascido em 17 de março de 1948 em São Paulo) e Cristiano Mascaro (nascido em 20 de outubro de 1944 em Catanduva) na década de 1980. Ambos fotógrafos possuem uma produção visual feita no estado de São Paulo que se complementam, além de trajetórias de vidas que confluíram para seus desenvolvimentos profissionais. Hélio Campos, com formação jornalística, aponta suas lentes para uma visão documental e de registros do cotidiano da capital paulista, enquanto Mascaro, com formação em Arquitetura e Urbanismo, documenta a vida urbana de São Paulo incluindo pessoas em meio às paredes de concreto da cidade. Seus trabalhos foram publicados em Fotolivros nos anos 1980, e fazem parte de publicações ainda desconhecidas pelos pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Tais imagens nos remetem à uma visualidade bastante conhecida nos Estados Unidos, devido ao projeto documental Farm Security Administration (anos 1930 e 1940), documentando momentos de crise neste país, acompanhados pelas produções de Paul Strand, Dorothea Lange e outros(as) fotógrafos(as). Blake Stimson (2004) pondera que tais produções podem ser percebidas de maneira transversal como eixos de visualidades complementares no século XX, dialogando com a arte, arquitetura, jornalismo e comunicação e influenciando fotógrafos de diversas partes do mundo, dentre eles Hélio Campos Mello e Cristiano Mascaro.

O USO DE FOTOGRAFIAS NA PRODUÇÃO DA MEMÓRIA EMPRESARIAL

Claudiani Vargas
(Mestranda PPGMSBC/La Salle)

Moisés Waismann
(Prof. PPGMSBC/La Salle)

A memória não é considerada similar em nenhuma área de conhecimento, mas contempla uma pluralidade de definições (Gondar, 2006) e a memória empresarial vai muito além de apresentar uma reconstrução do passado de uma organização, mas é um marco onde as pessoas revivem e dividem suas experiências e, de certa forma, se aproximam da trajetória da empresa refletindo sobre suas expectativas futuras. (Worcman, 2004). A relevância da memória empresarial está em que “todos os seres humanos, todas as coletividades e todas as instituições necessitam de um passado (...)” (Hobsbawn, 1998, p. 270), para que possam rememorar e impulsionar o devir.

Estes são aportes conceituais utilizados para subsidiar a elaboração de uma publicação, em formato de livro de mesa ou “coffee table book”, como produto final de uma pesquisa de Mestrado, na qual se espera que a instituição Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs) possa obter reconhecimento sociocultural através de sua exibição estratégica (Agamben, 2010.). Esta comunicação tem o seguinte problema de pesquisa: “Como utilizar as fotografias disponibilizadas para produzir a memória da Bagergs - operadora de logística na Região Metropolitana de Porto Alegre?”. Justifica-se a problematização, pois como aborda Assmann (2011, p. 230) “[...] a enxurrada de imagens torna obsoleta a escrita enquanto principal medium da memória; novas tecnologias de armazenamento e informação baseiam-se em um novo tipo de escrita”. Também considera-se como base teórica a fala de Kossoy (2001), visto que a fotografia remete a história, sendo possível refletir sobre o passado e a trajetória da instituição representada na imagem. Assim, espera-se com a comunicação, significar e dialogar sobre as potencialidades, especificidades e possíveis limitações do uso das imagens, em especial a fotografia, na reconstrução da memória social no que diz respeito, ao patrimônio industrial da Bagergs, assim como aproximar-se do debate do seu valor documental, narrativo para a pesquisa.

FLANANDO POR CANOAS: OS REGISTROS DA CIDADE ATRAVÉS DO OLHAR E DA ATUAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO MUNICIPAL

Ketlin Quinhones Wons
(Mestranda em História Unisinos)

Esta pesquisa almeja refletir sobre o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, localizado na cidade de Canoas/RS, como fonte de pesquisa histórica, a partir da atuação dos funcionários que trabalharam na instituição desde a sua inauguração em 1989 até 2016, para pensar as representações da cidade e as suas possibilidades de pesquisas através dos registros realizados. Ao realizar a pesquisa, verificamos diversas ações realizadas pela sociedade canoense em prol da preservação das memórias da cidade através dos registros fotográficos, que culminavam em exposições itinerantes sobre a história da cidade utilizando fotografias antigas doadas e fotografias “atuais” do mesmo local. Portanto, essa pesquisa se propõe a aprofundar esse estudo e discutir a importância da atuação da sociedade civil nas políticas públicas voltadas para a promoção e conservação dos bens culturais, bem como, incentivar a pesquisa a partir de acervos fotográficos na área da História.

AS IMAGENS COMO FONTE À HISTÓRIA: BREVES COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS

Dra. Luciana da Costa de Oliveira,
(História Unisinos)

As imagens, hoje, desempenham papel fundamental em nosso cotidiano. E, na pesquisa histórica, tal perspectiva não é diferente. Considerada importante fonte de trabalho para os historiadores, elas muitas vezes não são exploradas, analisadas e entendidas a partir de suas particularidades. Os desusos ao qual as imagens estão submetidas encontram eco, muitas vezes,

nos anexos e apêndices de teses e dissertações, no corpo de artigos acadêmicos, ilustrando o texto de forma a deixá-lo mais visual. Esse (des)uso, que muitas vezes faz circular uma imagem sem referência, não a percebe como fonte passível de problematizações. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo central tecer breves comentários acerca das possibilidades metodológicas no trabalho com fontes visuais, pontuando questões que ultrapassam o sentido meramente ilustrativo atribuído a elas. Serão apresentadas, portanto, as potencialidades que a imagem-problema tem para a pesquisa histórica.

NASCE UMA ESTRELA NO PAMPA GAÚCHO: ASPECTOS GERAIS DO CINEMA NA REVISTA DO GLOBO

Me. Eduardo Barreto de Araújo
(Doutorando em História UFSM)

Este trabalho busca apresentar pesquisa em andamento a respeito do cinema na Revista do Globo. A pesquisa inclui assuntos relacionados com a representação e imagens, processos de indexação das fontes da pesquisa, crítica cinematográfica, sociabilidades e comportamentos sociais, bem como memória e conservação.

A FAMÍLIA PATRIARCAL BRASILEIRA EM JEAN-BAPTISTE DEBRET: A COLONIALIDADE DE GÊNERO NA NARRATIVA ARTÍSTICA DO SÉCULO XIX

Giovanna Trevelin,
(Mestranda UEL)

O presente trabalho encontra, na construção iconográfica do início do século XIX, um importante debate em torno da consolidação de lugares sociais bem definidos pelo processo de colonização. Acredita-se aqui que a família patriarcal, retratada por Jean-Baptiste Debret – pintor-historiador – seja a expressão da colonialidade do poder e de gênero capaz de nutrir uma ideologia que se encontra em um processo de longa duração e sustenta as bases de uma memória colonizadora a respeito da estrutura familiar e dos papéis de gênero, se referenciando na Europa. Assim, aborda-se neste trabalho, especificamente, o segundo volume do diário de viagem de Debret, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1835), que oferece um entendimento sobre a família patriarcal extensa do período a partir da narrativa artística do pintor viajante, dialogando ainda com as obras de Gilberto Freyre a respeito do século XIX. Encontramos na expressão da colonialidade um aparato significativo de longa duração que provoca um questionamento a respeito da legitimação das obras de Debret enquanto um discurso imagético oficial sobre o Brasil, principalmente no início do século XX. Esse viés teórico nos permite compreender que o imaginário patriarcal pode ainda encontrar forças, por exemplo, a partir da narrativa do pintor francês. Esse horizonte considera seu lugar social bem consagrado dentro de uma hegemonia europeia, e parte também do reconhecimento de um projeto de construção nacional do qual suas obras fizeram parte.

DA LITERATURA AO CINEMA: AS IMPRESSÕES MACUNAÍMICAS E A CULTURA BRASILEIRA COMO REALIDADE MÚLTIPLA

Ma. Josi de Sousa Oliveira
(Letras/Estudos Literários UFPI, SEMED/Timon/MA)

Em 1928 foi publicado o livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade que através de sua narrativa reconstitui temáticas de mitologia indígena demonstrando representações da Amazônia e do resto do Brasil, e propondo que nós importássemos apenas aquilo que há de bom na arte estrangeira. Nesse sentido, devido à grande repercussão da obra, em 1969 *Macunaíma* estreia nas telas cinematográficas e desde então é considerado uma obra-prima do cinema brasileiro. Levando em consideração tais aspectos, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar como fontes vinculadas a arte literária e ao cinema ao serem intercaladas podem nos auxiliar na compreensão de nossa cultura e suas inúmeras faces, além disso pretendemos analisar a partir da obra e do filme *Macunaíma*, como o Brasil muitas vezes deixa de lado nossos costumes e tradições valorizando mais elementos culturais provindos de outros países. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico e cinematográfico, e referenciais teóricos que justificam a pesquisa, destacamos Júlia Favilente Alves (1988), Marilena Chauí (1981) e Peter Burke (2004). Através da pesquisa ficou evidente que tanto a obra de Mário de Andrade bem como o filme sob direção de Joaquim Pedro de Andrade de fato desnudam a realidade brasileira, convidando-nos a (re) pensar a relação que temos com as nossas raízes culturais dotadas de elementos indígenas, africanos, gírias, ditados populares, enfim, múltipla em todos os sentidos.

A INFÂNCIA EM IMAGENS: REGISTROS DO UNIVERSO INFANTIL A PARTIR DA PERSPECTIVA DE DUAS FOTÓGRAFAS IMIGRANTES (MAUREEN BISILLIAT E MADALENA SCHWARTZ)

Ma. Maria Clara Lysakowski Hallal
(Doutoranda em História UFPEL)

O trabalho tem como proposta analisar algumas perspectivas da infância brasileira a partir do registro imagético de duas fotógrafas imigrantes: Maureen Bisilliat e Madalena Schwartz. A primeira de origem inglesa, nasceu em 1931. Seu pai era diplomata e sua mãe era pintora. Sua vida foi pontuada por constantes migrações. A partir da década de 1950 começou a estudar artes plásticas, e na década seguinte passa a se dedicar especificamente para a fotografia. Em 1957 se muda para o Brasil e passa a morar na cidade de São Paulo. A segunda fotógrafa, Madalena Schwartz, nasceu na Hungria, em 1923 e faleceu em 1993. Era de uma família judia e devido as intensificações das perseguições antisemitas, se muda com seus pais para a Argentina, onde se casa e permanece até 1960. Após, para obter melhores condições de vida, emigra para o Brasil. Sendo assim, entendendo que ambas as profissionais passaram por caminhos e trajetórias diversas, e que o ser imigrante pode possibilitar olhar o outro sob uma perspectiva de estranhamento, mas, também de possibilidades de diálogo, o problema de pesquisa se delineia a entender, a partir de seis imagens, realizadas entre o fim da década de 1960 até o início de 1980, como essas fotógrafas registraram a infância brasileira, com todas as suas características e marcas, desde o universo lírico infantil, como brincadeiras, até marcas de abandono. Como resultados preliminares, tem-se, a partir do registro visual, algumas considerações, como a existência de várias infâncias: a necessidade das crianças trabalharem

para ajudar no sustento familiar, mas, também, observou-se a presença do lúdico, das brincadeiras, em muitos casos, mesmo na obrigação do trabalho infantil. Sendo assim, foram registradas várias possibilidades de ser criança.

REVELANDO O POTENCIAL MEMORIALÍSTICO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS DE CAXIAS-MA

Max Mateus Moura da Silva
(CESC-UEMA)

A imagem fotográfica tem se tornado uma importante fonte de pesquisa, sobretudo, àquelas que discutem questões referentes à memória. Nota-se que a fotografia permite (re) encontros com ocorrências de outras épocas, transmitindo informações sobre um determinado tempo e preservando a história. Nesse sentido, tendo como corpus de discussão imagens produzido pelo fotógrafo Sinésio Santos Silva, o presente trabalho focaliza o recurso fotográfico como propiciador da (re)elaboração da memória de Caxias-MA. Para tanto, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade caxiense, objetivando analisar como as fotografias, vinculadas ao depoimento de pessoas que vivenciaram momentos na ocasião em que as fotos foram registradas, servem para construir o discurso de memória. Para subsidiar a pesquisa, buscou-se referencial teórico em Kossoy (2014), Maud (2008), Sontag (2004), Rocha (2019) entre outros. Por meio dessa leituras e entrevistas, foi possível perceber o potencial discursivo das imagens fotográficas. Vale dizer que se busca entender a fotografia para além de uma mera representação visual, uma vez que ela serve como suporte para formulação de narrativas que versam sobre a história da cidade.

ATRAVÉS DAS LENTES DE BINGHAM: AS RUÍNAS DE MACHU PICCHU REVELADAS

Micaela Colombo
(Graduanda em História Unisinos)

A revista National Geographic registrou ao longo de sua história, desde sua fundação, em 1888, até a atualidade, lugares e culturas diferentes, tidas como exóticas ao olhar ocidental. Exemplo disso é a edição de abril de 1913, na qual é apresentada ao seu público leitor a cidade de Machu Picchu, assim como recortes da história e cultura peruanas da época. Esta edição é o resultado maior da expedição chefiada pelo explorador Hiram Bingham, patrocinada pela National Geographic Society e pela Universidade de Yale, a qual visava encontrar as ruínas de Choquequirao e Machu Picchu em meio às montanhas andinas. Nesta edição, dedicada exclusivamente aos resultados da expedição e intitulada In the wonderland of Peru, o leitor encontra 244 ilustrações, entre fotografias e mapas, nas 187 páginas da revista. O sucesso dessa edição deve-se, em grande parte, às fotografias impressas que atçaram a curiosidade do público leitor, divulgando imagens das ruínas de Machu Picchu e contribuindo para a constituição de um imaginário sobre a cultura Inca. Neste trabalho, pretendemos analisar estas fotografias observando características que denotam o olhar imperialista sobre as culturas latino-americanas

a partir das perspectivas lançadas por Pratt (1999), Meneses (2003), Baitz (2004) e Kossoy (2014).

A FIGURA FEMININA NO MURALISMO MEXICANO: MULHERES REPRESENTADAS E MULHERES REPRESENTANTES

Ma. Michele T. Philomena Bohnenberger
(Doutoranda em História PUC/RS)

O Muralismo Mexicano e seus desdobramentos são historicamente percebidos como uma forma de arte feita predominantemente por homens. A esse fator devem-se algumas questões próprias da construção física da obra mural: a pintura muralista é feita em grandes proporções, requer o uso da força, da “virilidade”, traço de masculinidade, é integrada a arquitetura monumental, além de ser feita em grande parte nas ruas que, tradicionalmente, não era um espaço considerado feminino, já que estas estavam fadadas ao ambiente privado, doméstico e íntimo. A representação da figura feminina dentro do Movimento Muralista nas pinturas de Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros, por exemplo, valorizam a sua condição de musa, ou as transformam em mulheres masculinizadas a serviço da revolução e do engrandecimento do sistema político que se estabelecia. Em contrapartida, artistas muralistas pouco evidentes, como é o caso de Aurora Reyes, ao criarem seus murais, pintaram as mulheres sob outra ótica, a partir do ponto de vista da protagonista, revelando situações desconfortáveis e denunciando alguns problemas na consolidação do México pós-revolucionário. O trabalho discute, portanto, como se dá a representação da figura feminina em um pequeno recorte dessas pinturas murais.

TRAÇOS E TRABALHO: REPRESENTAÇÃO E NARRATIVA DO JANGADEIRO CEARENSE NAS PINTURAS DE RAIMUNDO CELA (1938-1943)

Raquel Lopes da Silva
(Mestranda em História e Letras MIHL/UECE)

Durante a década de 1940 o artista cearense Raimundo Cella dedicou-se a representar os jangadeiros do Ceará. Cella produziu pinturas, desenhos e gravuras que retratavam esses trabalhadores em suas atividades coletivas e individuais. Neste mesmo período, vários países viviam a ascensão de regimes autoritários, como é o caso do Brasil, com o governo de Getúlio Vargas. A experiência brasileira com o autoritarismo nos anos 1940 foi marcada pelo ideal de Estado forte, poder centralizado e nacionalismo. No que diz respeito ao nacionalismo, o governo tinha especial interesse na figura do trabalhador, como um dos responsáveis pela construção e manutenção de uma nação forte. Neste trabalho pretendemos analisar a representação dos jangadeiros cearenses na pintura de Raimundo Cella e narrativa visual que ela comporta. Para tanto, utilizaremos o conceito de representação para identificarmos como os jangadeiros foram retratados pelo o artista em suas obras. Também utilizaremos o conceito de narrativa a fim de entendermos como esse trabalho realizado pelos jangadeiros é contado em algumas das pinturas analisadas, como por exemplo, nos quadros Jangada rolando para o mar (1941) e Jangadeiros em palestra (1943). A metodologia que nos auxilia em nossas análises é a de leitura de um quadro de Louis Marin, as categorias comparativas de Heinrich Wölfflin e as

análises e interpretação de obras de arte sugeridas por Aby Warburg. As pinturas produzidas pelo artista na década de 1940 são nosso objeto de pesquisa e nossas fontes, pois acreditamos na potencialidade das pinturas como documento capaz de testemunhar a história de seu tempo. Assim, consideramos que a representação dos jangadeiros de Raimundo Cella criou uma narrativa do trabalho desses sujeitos demonstrando as dificuldades enfrentadas em seu ofício e identificando esses homens como trabalhadores fortes, corajosos e destemidos.

O INSTITUTO ANGOLANO DE CINEMA (IAC) E O LABORATÓRIO NACIONAL DE CINEMA (LNC): PROBLEMATIZAÇÕES ENTRE OS ACERVOS ANGOLANOS

Me. Renata Dariva Costa
(GT África / História SEDUC-RS)

A presente apresentação é uma parcela da pesquisa desenvolvida na dissertação: “Oxalá Cresçam Pitangas (2005/7) e É Dreda ser Angolano (2006/8): Olhares sobre Luanda através do cinema de retomada angolano e do cinema de poeira” defendida no Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A comunicação tem como objetivo estabelecer os distintos acervos de Angola e a respectiva presença brasileira, com influência direta de cineastas como Glauber Rocha, Ademir Ferreira entre outros, além de abordar as frentes cinematográficas de países distintos e a sua relação com a criação dos aparelhos estatais angolanos. O Laboratório Nacional de Cinema tem a sua consolidação logo após a independência de Angola, em 1975. Tal formação foi iniciada por parte da Cooperativa de Cinema Promancine e da Televisão Popular de Angola (TPA). Neste mesmo período diversos cineastas e frentes de cooperativas cinematográficas influenciaram para a criação de um instituto de cinema, o Instituto Angolano de Cinema (que se consolidou em 1977). Cineastas como Ruy Duarte de Carvalho, António Ole, Rogelio Paris, Santiago Alvares, Equipa Angola Ano Zero, Unicité, entre diversos outros influenciaram a criação de um projeto de “angolanidade” a partir da cidade de Luanda. Apesar da ideia comum de criação do LNC e do IAC entre 1975-1977, havia diversos impasses sobre o papel da cidade de Luanda e a construção da “angolanidade” dentro dos aparelhos vinculados ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Essas diferenças não se aplicam apenas no fazer e pensar fílmico dos cineastas a elas vinculados, mas foram decisivas para a manutenção dos diferentes acervos estatais. Esta comunicação abordará as diferenças entre os aparelhos estatais e acervos de Angola, suas equipes, declínios e principais impasses até o decorrer dos anos de 1990.

ST 06 - A COLONIZAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS: JESUÍTAS, MISSÕES E FRONTEIRA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Coordenadores

Jefferson Aldemir Nunes (UNISINOS)

Juliana Aparecida Camilo da Silva (UNISINOS)

Helenize Soares Serres Bernardes (UNISINOS)

Nas Américas portuguesa e espanhola os jesuítas e suas respectivas missões tiveram papel crucial na política colonial, elas eram a “ponta de lança” (Weber,2007) de tal política que tinha o papel de evangelizar e civilizar as populações nativas contatadas. Entretanto, mesmo que de aparência homogênea, esse projeto teve diferentes efeitos, em razão de que, cada sujeito, jesuíta ou indígena, grupo ou região contrapôs de distintas maneiras. Neste sentido, estudos sobre as diferentes ações colonizadoras e suas respectivas consequências, ocupam lugar de destaque nas reflexões, e permitem pensar os díspares contextos envolvidos na expansão dos europeus e da fé cristã. Por este ângulo, análises de trajetórias dos religiosos que entraram em contato com os indígenas podem auxiliar a compreensão das dimensões sociais, culturais e políticas que moviam esses indivíduos. Ademais, experiências não habituais, ou ainda, que transgridam a experiência da missão por redução, como as análises fronteiriças, em estâncias e fortes por exemplo, demonstram as dessemelhantes formas em que os agentes históricos manejaram suas possibilidades na realidade colonial. Á vista disso, este ST tem por objetivo abarcar trabalhos que analisem os projetos colonizadores sob diferentes matizes, entre os séculos XVII e XVIII, como missões, trajetórias, fronteiras, reduções, estâncias, fortes entre outros. Sendo assim, explorar os projetos de colonização perante distintas ópticas é o principal designo deste simpósio.

A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NAS COLÔNIAS DO NOROESTE DO RS

Carla Cristine Spies Stallbaum
(Mestranda em História UPF)

Este trabalho trata-se de uma revisão historiográfica referente ao papel e atuação das Igrejas Luteranas na formação e desenvolvimento das colônias da Região Noroeste do RS. Muitos imigrantes e filhos de imigrantes, já no início do século XX, migraram para regiões ainda despovoadas do Estado, dessa forma, chegando ao território das Antigas Missões Jesuíticas Espanholas. Nestes territórios, geralmente financiados por empresas privadas ou cooperativas, fundaram as novas colônias. Ao serem direcionados para esta região específica do Estado, os colonos utilizaram-se de organizações e associações que foram obras das Igrejas Católicas e Luteranas. A maioria destas novas colônias se baseou na confessionalidade religiosa a fim de organizar-se na comercialização dos lotes de terras para os migrantes e proporcionar um desenvolvimento econômico-social para os habitantes das comunidades. A presença da religiosidade nas vidas desses colonizadores foi um marco regulatório em seus comportamentos e na sua convivência. As regras do padre/pastor eram bastante rígidas e, na maior parte dos casos, seguidas à risca. Este “marco moral” é sempre apontado como causa do sucesso ou fracasso de empreendimentos colonizadores. Toda a vida das pessoas nesses confins girava entorno dos eventos religiosos (festas, casamentos, batizados) e, geralmente, relações amorosas eram permitidas apenas dentro deste círculo fechado que era a comunidade religiosa à qual a família pertencia. Portanto, para entender a dinâmica das colônias novas, é preciso analisar o a influência da religiosidade em sua organização.

ESTÂNCIAS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

Dra.Helenize Soares Serres Bernardes
(História pela Unisinos)

Durante um século e meio, os jesuítas, num processo de avanços e retrocessos, fundaram um conjunto de “pueblos de índios” no âmbito da Província Jesuítica do Paraguai. Neles os padres da Companhia desenvolveram uma “missão por redução”, mas também outras atividades, inclusive de caráter econômico. Uma parte importante destas últimas transcorriam nas estâncias, as quais deviam contribuir com a produção de recursos que ajudassem a sustentar materialmente os povoados aos quais elas estavam relacionadas. As estâncias apresentavam, entre suas estruturas, postos com currais, ranchos, galpões e capelas, sendo habitadas por um número de indígenas que variava durante o ano. As estâncias foram, em boa medida, responsáveis pelo sustento das reduções, uma vez que a criação de gado foi essencial à alimentação de suas populações, situação que as tornava diretamente responsáveis pela viabilidade das missões. Por isso, ao falar em espaço missionário, é preciso considerar tais áreas não “urbanas” como parte importante a que se refere. Considerando isso, o texto aborda as dinâmicas de sua formação e organização, visando entender seu funcionamento bem como sua importância alcançada.

CONSTRUINDO UMA VIDA POR MEIO DA ESCRITA: ROQUE GONZÁLES DE SANTA CRUZ EM JOSÉ MARIA BLANCO, 1929

Jefferson Aldemir Nunes
(Mestrando em História Unisinos)

Roque Gonzáles de Santa Cruz, *criollo* nascido em Assunção, Paraguai, em 1576, foi um expressivo missionário jesuíta, que ajudou na expansão da religião católica entre os indígenas do interior do continente americano. Seu martírio considerado santo pelos católicos da região, nas mãos dos Guarani comandados pelo cacique Ñezú, em 1628, representou o início da construção da sua imagem por hagiógrafos (a maioria da Companhia de Jesus), visando a sua promoção no processo de santificação, que só seria concluído em 1988. Por isso, o presente trabalho visa analisar o texto mais importante a pensar a trajetória de Gonzáles, a obra monumental de José Maria Blanco, de 1929, que reuniu a documentação encontrada no início do século XX na Argentina, e que se acreditava estar perdida. A metodologia é a revisão bibliográfica, e os resultados apontam para a busca, por Blanco, de um texto híbrido, que unisse as formas tradicionais de hagiografia com a ciência histórica cada vez mais legitimadora dos relatos de santos.

O PROJETO BOURBÔNICO PARA AS REGIÕES FRONTEIRIÇAS AMERICANAS, O CASO DA PAMPA BONAERENSE NO PERÍODO COLONIAL TARDIO

Juliana Aparecida Camilo da Silva
(Doutoranda UNISINOS)

No século XVIII havia amplas áreas do Império espanhol nas Américas que se encontravam controladas por índios não submetidos a Coroa. Estes lugares ficaram conhecidos como “fronteiras”, pois se estabeleceram como fonte de preocupação dos administradores borbônicos. Estes últimos inquietavam - se tanto com os indígenas que viviam independentes, quanto com ataques de países estrangeiros nestas regiões. Este trabalho tem por objetivo investigar uma destas fronteiras coloniais: a Pampa sul bonaerense em meados do século XVIII e início do século XIX, período conhecido como colonial tardio. Nesta comunicação ponderaremos o projeto borbônico para esta região, principalmente a partir do vice-reinado de Juan Joseph de Vertiz (1778-1784) que tinha como escopo de sua política a consolidação territorial e a pacificação da fronteira. Para isso, o vice-rei criou um “cordão defensivo”, no qual os blandengues (milícia paga) vigiariam a fronteira por meio dos fortes, bem como seriam o elo inicial para a criação dos povoados defensivos. A metodologia para este trabalho será de leitura da literatura de referência e da pesquisa em fontes primárias.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A ESTÂNCIA MISSIONEIRA DE YAPEYÚ: OCUPAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO EM UMA PORÇÃO DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge
(Instituto Anchietano de Pesquisas Unisinos)
(Docente PPG História Unisinos)

Dr. Pedro Ignácio Schmitz
(Instituto Anchietano de Pesquisas Unisinos)

O trabalho apresenta uma síntese das pesquisas realizadas pelo Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, sobre os remanescentes das estruturas que compunham a grande Estância de Yapeyú, no atual município de Uruguai, RS. A redução de Yapeyú, criada em 1627 na margem direita do rio Uruguai tornou-se, através do tempo, a mais populosa das missões da Província Jesuítica do Paraguai e manteve a maior estância de gado, com sedes em ambas as margens do rio, nos atuais territórios da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Os remanescentes estudados são compostos por estruturas de manejo de gado, moradias e capelas que integravam parte da porção oriental daquela grande estância e que, atualmente, representam fragmentos importantes da história e do patrimônio cultural missioneiro. O enfoque do trabalho está na descrição dessas estruturas, a partir de prospecção arqueológica de superfície, buscando uma visão de conjunto a partir da qual podemos pensar sua distribuição na paisagem e a dinâmica que envolveu o uso e o controle sobre aquele espaço territorial.

ENTRE AS OBRAS E AS ROÇAS: AS REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS ENTORNO DA CONSTRUÇÃO DA FORTIFICAÇÃO DE SÃO JOSÉ MACAPÁ (1759 – 1765)

Leonardo Raiol Junior
(Mestrando em História Social da Amazônia UFPará)

Na segunda metade do século XVIII, a região do Cabo Norte, passou por um processo de transformação urbana devido as mudanças na conjuntura política do vale amazônico. Os esforços para ocupar a região, delimitar as fronteiras e construir vilas e fortificações demandou um complexo reordenamento social, isto é, pessoas foram enviadas para povoar a região e operários para trabalhar. Deste modo, houve a dinamização do cotidiano local, ademais, os fluxos migratórios de colonos e erguimento de prédios administrativos passaram a alterar o cenário. Neste estudo, busca-se entender o contexto ao qual está inserido essa construção, mas, nossa atenção se pauta a respeito dos operários, e qual o papel desses trabalhadores nas obras da vila de Macapá, entre os anos de 1759 – 1765. A hipótese a ser compreendida abarca a sociabilidade e a mobilidade de índios, africanos e homens livres, que estavam envolvidos nas obras da praça, e especialmente, do forte. Notou-se que a maioria dos trabalhos que analisam o contexto e as circunstâncias da construção da fortaleza de Macapá partem de uma ótica militar. Logo, a abordagem do estudo aqui proposto levará em consideração esses trabalhos, mas se distancia em certo grau, pois entende que a historiografia deixou em segundo plano, as práticas cotidianas e a sociabilidade dos operários que estavam inseridos nessa conjuntura colonial. Nesse sentido, o esforço para compreender as relações entre aqueles sujeitos nem sempre é uma tarefa fácil para elucidar, uma vez que essas vozes são, em muitos casos, silenciadas ou até

mesmo tendo sido apropriadas por outros indivíduos; isso fica evidente nas diversas fontes pesquisadas. O objetivo é montar esse quebra-cabeça e tentar elucidar as inúmeras redes de relações sociais, entre as quais estão aqueles agentes sociais, ambos estavam em torno ou na construção da Fortificação da Vila de Macapá.

PARA GARANTIR A BOA ORDEM: A TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA DAS MULHERES AÇORIANAS E O PROJETO COLONIZADOR DO SUL DO BRASIL

Ma. Letícia Braga da Rosa
(Doutoranda FEEVALE)

A imigração açoriana do Sul do Brasil teve início com o edito real de 1746, que estabelecia o programa de colonização com moradores do Arquipélago dos Açores. Entre os documentos que determinavam as condições do transporte, este artigo tem como foco as disposições do Regimento de 5 de agosto de 1747. Visando a proteção das famílias embarcadas, tais providências enclausuravam mulheres e crianças menores de 7 anos em câmaras chaveadas, onde era proibida a presença masculina. Por meio de uma análise interdisciplinar, relacionando sociologia e história, esta investigação tem como objetivo analisar as condições enfrentadas pelas mulheres açorianas durante a viagem transatlântica. A proposta segue os caminhos da Sociologia Compreensiva de Max Weber (1979), que sugere compreender os fenômenos históricos a partir dos indivíduos e suas ações sociais e utiliza como base teórica Simmel (2006), Park (1928), Perrot (2007) e Pesavento (1995). Ao trazer à luz a história das açorianas que foram transportadas para o sul do Brasil, espera-se ampliar a compreensão sobre o papel da mulher no projeto colonizador, apontando as dificuldades enfrentadas pela população feminina nessa travessia.

EM TEMPOS DE EDIPEMIA: O COTIDIANO DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANIS NO ENFRENTAMENTO DAS EPIDEMIAS DO SÉCULO XVII – XVIII

Lucas do Nascimento Rodrigues
(Graduando em História UEM)

Entre os diversos projetos de colonização da América Ibérica estavam as Reduções jesuíticas da bacia do Prata, principalmente após sua consolidação enquanto sistema a partir de fins do século XVII e ao longo do XVIII, que envolviam uma intensa dinâmica e ligação com a sociedade colonial. Com seu cotidiano marcado pelo plano catequético para os indígenas, de doutrinação do corpo e das ações, muitas eram as atividades desenvolvidas na vida reducional, tanto no plano religioso, indo de festas, celebrações e ritos quanto no material, desde a agricultura, pecuária e as oficinas; sendo administradas religiosamente pelos padres jesuítas e civilmente por um cabildo indígena instalado em cada redução. Apesar desse cotidiano planejado e idealizado, muitas foram as interrupções que alteraram a vida reducional, seja por motivos políticos, em que se recorriam as milícias indígenas como força militar das administrações platinas; seja por motivos naturais, como no caso das epidemias que trouxeram diversos danos ao sistema missionário. Este trabalho pretende, a partir dos relatos do Padre jesuíta Antônio Sepp (1655-1733) e das Cartas nuas da Província Jesuítica do Paraguai 1714-

1762, analisar o cotidiano das reduções Jesuítico-guaranis e as alterações causadas pelas epidemias na dinâmica reducional dos povoados, entre 1691-1762.

O IMPÉRIO NAS FRONTEIRAS: AS MISSÕES JESUÍTICAS NA PAMPA BONAERENSE

Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
(PPGH Unisinos)

Esta comunicação visa analisar as missões jesuíticas como instituições de fronteira do Império Colonial Espanhol nas Américas. Centraremos nossa atenção no caso especial do território sul bonaerense no Setecentos, discutindo seu papel como agentes de mediação com as sociedades nativas deste espaço.

A “COLEÇÃO DE ANGELIS”: ESTUDO DA GASTRONOMIA NO TAPE (1615 -1641)

Paula de Oliveira Sant’Ana
(Mestranda UFSM)

Analisar história por meio da alimentação e os preceitos sociais decorrentes dessa prática é algo importante dentro da dinâmica de historiografia mundial. Perceber o alimento como elemento social, cultural e histórico, possibilita a compreensão das diferentes sociedades, a origem e o consumo de insumos distintos. Diante disso, o presente trabalho visa discutir a importância de uma análise sobre os hábitos alimentares dentro dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, no Tape, no período compreendido entre 1615 e 1641. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho é uma breve revisão bibliográfica e análise documental. Tendo em vista que pesquisar acerca da alimentação dentro das Missões, se faz relevante também, pois, oportunizaria um outro olhar as dinâmicas de construção social e permitiria um conhecimento acerca da relação dos alimentos, dos hábitos que os cercavam diante de indígenas e jesuítas, além de perceber as trocas a partir desse encontro. Compreender a dimensão dos significados dados aos alimentos e/ou perceber a história acontecer de modo que esse mecanismo seja o vetor da narração dos fatos, é uma ferramenta importante para a construção de pesquisas que revelem esse espaço. Por isso, a construção de debates acerca da construção da gastronomia de uma região é importante.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA PAMPA BONAERENSE: A SOCIEDADE CIVIL HISPANO-CRIOULA E OS DISCURSOS SOBRE OS INDÍGENAS NO PERÍODO TARDO-COLONIAL

Thaís Macena de Oliveira
(Mestranda em História Unisinos)

A presente comunicação tem como intenção apresentar o projeto de mestrado em desenvolvimento no PPGH Unisinos. O trabalho é uma investigação acerca das ações e discursos construídos nas fontes civis bonaerenses sobre as populações indígenas da pampa-patagônia. O marco temporal da pesquisa compreende fundamentalmente a segunda metade do XVIII, a qual, abrange o período que se inicia com o encerramento das missões jesuíticas junto aos nativos da região, e dá início a um estágio de militarização da fronteira, que se estende até a crise que faz estalar o movimento independentista. As fontes analisadas são os Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires. Os indivíduos que produzem essas narrativas são, além de funcionários administrativos do Cabildo, hispano-crioulos que possuíam interesses socioeconômicos na região, prejudicados pelos sucessivos malones indígenas. Este fator de incidência local, conjecturamos, acaba pautando o discurso depreciativo sobre os nativos nas fontes civis do período. O objetivo desta proposta é apresentar algumas análises e inquietações surgidas até o presente momento de desenvolvimento do trabalho, visando o compartilhamento e a troca de ideias.

ST 07 - HISTÓRIA E MÚSICA: INTERLOCUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores

Breno Ampáro Alvares Freire (PUC/SP)

Icaro Bittencourt (UFPR)

Leandro Braz da Costa (UFSM)

A América Latina pode ser considerada como um território profícuo e frondoso musicalmente, no qual artistas de diversos gêneros da música desempenharam papéis significativos no que diz respeito às experiências vivenciadas ao longo dos séculos, refletindo através de suas produções autorais e (ou) copistas, pluralizadas concepções socioculturais instrumentalizadas pela capacidade de comunicação advinda do conteúdo sonoro - exclusivamente instrumental - e/ou letrado de suas composições. Neste sentido, o objetivo deste simpósio é abordar analiticamente as interlocuções historiográficas e os principais aspectos teórico-metodológicos acerca da história da música latino-americana, bem como, demais temas relacionados ao assunto. Na perspectiva do simpósio, a ideia é contemplar abordagens da música em diferentes facetas: suas características artísticas, suas condições de produção, circulação e recepção, bem como aspectos relacionados às condições de trabalho dos músicos e suas variadas formas de interação com o mercado de bens simbólicos na América Latina. Esperamos receber trabalhos que dialoguem com diferentes temáticas, tais como: música e trabalho; canção e música instrumental; suportes de registro fonográfico; indústria fonográfica e produção independente; tradições, modernidades, conformismos e resistências na música latino-americana; música, culturas e identidades nacionais, música e ensino de História do Brasil e da América Latina, permeadas pelas articulações que compreendem a utilização da música como fonte para a escrita e ensino de História, enfatizando os fazeres e saberes musicais enquanto manifestações artísticas que compõem o complexo e fascinante amálgama de gêneros musicais praticados no território latino-americano.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

MÚSICA INSTRUMENTAL E DE CÂMARA E DE EVENTOS SÓCIO-POLÍTICOS NO BRASIL NA TRANSIÇÃO ENTRE O SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Agata Christie Rodrigues Lima da Silva
(Mestrado em Musicologia UFPB)

Este artigo é parte de uma investigação acadêmica dedicada à pesquisa Aspectos estéticos e estilísticos das Sonatas de Glauco Velásquez que traz questões acerca do desenvolvimento da música instrumental e de câmara brasileira na transição entre o século XIX e início do XX. Com uma linha de raciocínio que parte da chegada da corte portuguesa de D. João VI são alcançados aspectos estéticos ligados a mentalidade do período e a eventos sócio-políticos. Por outro lado, são tratados os gêneros que começaram enquanto expoentes da música instrumental brasileira até alcançar o auge da música de câmara no Brasil. São apontadas as principais tendências de compositores brasileiros ao longo do século XIX e dos principais compositores de música instrumental e de câmara brasileiros. O fio condutor da reflexão sobre aspectos estilísticos está diretamente ligado ao contexto do período, bem como a mentalidade que circulava na época mediante a eventos que influenciaram politicamente a sociedade brasileira do início do século XX.

LINEAMENTOS INICIAIS PARA UM ESTADO DA ARTE EM MÚSICA, HISTÓRIA E TRABALHO

Breno Ampáro
(Doutorando pela PUC de São Paulo)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar, ainda em caráter preliminar, um levantamento historiográfico com a intenção de identificar o estado da arte das pesquisas realizadas em língua portuguesa (Brasil) que tem como enfoque geral a interlocução entre história, música e trabalho no Brasil. Buscando uma revisão sistemática da literatura produzida sobre o tema, espera-se com essa apresentação cumprir duas etapas, a saber i) sistematizar estudos que hoje se encontram dispersos a partir de uma perspectiva interdisciplinar; ii) contribuir para a formação/robustez de um campo analítico de investigação que se encontra em franco desenvolvimento e que congrega os campos da história, música e trabalho.

A AMÉRICA LATINA NA OBRA MUSICAL DE CHICO MÁRIO (1979-1988)

Me. Icaro Bittencourt
(Doutorando UFPR/Prof. IFC)

Durante quase uma década, o cantor, compositor e violonista Chico Mário gravou oito discos de estúdio, tendo lançado cinco deles em vida. Todos os lançamentos de sua discografia foram

feitos de forma independente, pelo selo Libertas, sendo o artista um dos principais músicos que produziram sua obra de maneira independente no Brasil entre o final dos anos 1970 e durante a década de 1980. Em sua obra, marcada por canções mas também e principalmente por música instrumental, buscou traduzir tanto sua defesa da música livre das amarras das grandes gravadoras e do autoritarismo da ditadura militar brasileira quanto sua valorização do que considerava ser uma autêntica música brasileira. No entanto, a sua defesa de uma música brasileira parecia incluir relações com a música de outros países latino-americanos. O compositor apresentou em alguns de seus discos músicas que faziam referência a lugares e temas relacionados à América Latina, como as músicas *Y mi cariño*, *Las Locas*, *Cuba* e *Samba Latino*. Além disso, foi em uma participação no 5º Festival de Oposición, realizado no México em 1981, que, ao ser ovacionado pelo público apresentando música instrumental brasileira, decidiu dedicar sua discografia subsequente a esse gênero musical. Assim, o objetivo principal desta apresentação é analisar como essa aproximação do artista com a história e a cultura latino-americanas relaciona-se com sua trajetória artística independente e com os vínculos entre arte e política mobilizados pelo compositor no período de redemocratização política do Brasil. Para apresentar as principais hipóteses elaboradas até o momento sobre a temática mencionada, serão analisadas como fontes as entrevistas do artista, matérias da imprensa da época e as músicas supracitadas da discografia do compositor.

A BANDA ENGENHEIROS DO HAWAII E A FORMAÇÃO DA CENA MUSICAL ROQUEIRA NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DÉCADA DE 1980

Edemilson Antônio Brambilla
(Mestrando em Letras UPF)

Alexandre Saggiorato
(Doutor em História UPF)

Durante a década de 1980, despontaram no cenário brasileiro, bandas de rock que alcançariam visibilidade nacional por meio dos principais canais midiáticos do centro do país. A crescente popularização do rock em todo o território nacional, fez com que as bandas de rock gaúchas que aos poucos se formavam no Estado, apesar da considerável distância geográfica, também acabassem conseguindo um maior espaço para a divulgação de seus trabalhos, seja através das rádios, ou através de bares e casas de shows voltadas ao público jovem. Dentre os grupos que despontaram nesse cenário, podemos destacar nomes como Engenheiros do Hawaii, Garotos da Rua, Os Replicantes, e Taranatiriza. Este estudo, de um modo especial, busca compreender a formação da banda Engenheiros do Hawaii, atentando para os desafios enfrentados por seus músicos ao buscar estabelecer-se em meio ao cenário musical do período, situados distantes dos grandes centros urbanos e dos principais canais midiáticos brasileiros. Por conta das influências regionais e das dificuldades encontradas em projetar seu trabalho nas regiões centrais do país, a produção artística da banda ganhou traços bastante característicos, e isso se deve, dentre outros fatores, à influência da música regionalista presente no Estado, à precariedade do acesso a instrumentos e meios de gravação com maior qualidade, bem como a outros aspectos ligados às influências culturais desses músicos.

COLETIVOS FEMINISTAS E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE NO MEIO MUSICAL: ALTERNATIVAS PARA UMA NOVA VIVÊNCIA DA HISTÓRIA DA MÚSICA NO BRASIL

Giullia Assmann Knothe
(Graduada em Música pela UNESP)

A junção de esforços entre estudos formais dentro do ambiente acadêmico e a ação diária ocupada com a transformação das realidades cotidianas é prática já muito conhecida por todas as mulheres militantes feministas do meio musical. Seja partindo de nossas vivências para a vida acadêmica em busca de reforços para tais lutas cotidianas, ou compreendendo durante a formação acadêmica a necessidade de trazer isso para nossas vidas, a intenção de poder modificar nossos espaços de existência e atuação estão sempre presentes. A partir dos anos 2000, os estudos de gênero e música no Brasil se proliferaram grandemente (ZERBINATTI et al., 2018), bem como o surgimento, já mais recente, de centros de estudo ligados a universidades (como Sônicas UFRGS ou Sonora USP) e coletivos ou festivais independentes. Tais movimentações se apresentam como alternativas para um ambiente musical registrado pela história, e constantemente reproduzido, como predominantemente masculino e, portanto, de criações, domínio e genialidade masculinas (KOSKOFF, 2014). Correntes alternativas são a manifestação da compreensão de que a música não pode ser dissociada de questões sociais ou tratada como forma de elevação do espírito, discurso ainda muito presente nesse meio musical (GREEN, 1997); é poder criar meios para sustentar práticas além das canonizadas e criar ambientes que sejam favoráveis à criação musical de mulheres e de outros grupos também marginalizados pela história da genialidade musical (GELAIN, 2019). A proposta do trabalho concentra-se então em compreender a importância de tais meios alternativos - entendendo que muitas vezes os meios burocráticos dificultam modificações internas ou mesmo reproduzem estruturas repressoras - para a realidade da criação e vivência musical e para um novo olhar sobre o que entendemos ser a história da música no Brasil, com suas origens coloniais e uma estética e práticas extremamente ligadas à noção de tradição (DOMENICI, 2013).

UMA ORQUESTRA DE EXCELÊNCIA INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO DO STATUS SOCIAL E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOS MÚSICOS INTÉRPRETES DE SÃO PAULO

Júlia Donley
(Mestranda ALL-EHESS)

No ano de 1997, a direção administrativa da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo anuncia a primeira medida de reestruturação da instituição: a reavaliação de seus músicos, obrigatória àqueles que visam a permanência na orquestra. Chefiadas por John Neschling, esta e outras ações que visam atingir um caráter de competência organizacional e um nível de excelência de parâmetros internacionais para o grupo sinfônico têm como principais indivíduos afetados aqueles que constituem parte do processo artístico por definição: os intérpretes. No caso observado, o regente designado pelo Estado tem plenos poderes para instalar um novo modelo de funcionamento institucional que tem influência direta na condição de trabalho dos artistas. Aumento expressivo de salários, hierarquização acentuada da força de trabalho pela

subdivisão das categorias salariais e de funções, readaptação das jornadas de trabalho a lógicas flexíveis e “por serviço”, provável diminuição da carga de trabalho “visível”, contratos de curta duração: estas são algumas das mudanças que propõe Neschling à rotina dos músicos da Osesp, alinhado às novas lógicas de flexibilização da regulamentação das leis trabalhistas e aos valores de excelência próprios ao capitalismo neoliberal e à mundialização de serviços e pessoas. Entendendo que a profissão artística é potencialmente um dos meios de observação e produção de reflexão epistemológica sobre questões cruciais da evolução, não somente do mercado de trabalho artístico, mas do mercado de trabalho de maneira extensa, esta proposição visa um aprofundamento da análise do processo de reavaliação dos intérpretes da orquestra e dos pontos supracitados. Para isto, como principais ferramentas teóricas nos apoiaremos nos conceitos de precariedade do trabalho e do emprego de Paugam (2000) e na observação da realidade social sob a perspectiva do artista-trabalhador de Menger (2002). Como fonte primária do material empírico de análise, utilizaremos documentos oficiais do arquivo da orquestra e artigos da imprensa especializada.

A CLASSE TRABALHADORA NA/S CANÇÕES ENGAJADAS LATINO-AMERICANAS (1960-1970): BRASIL, ARGENTINA E CUBA

Me. Luís Felipe Machado de Genaro

O presente resumo de nossa pesquisa tem como intuito redescobrir a palavra-cantada das canções engajadas, conhecidas como canções de protesto, compostas e cantadas nas décadas de 1960 e 1970 em muitas regiões da América Latina, aqui em especial nos espaços de cultura e política do Brasil, Argentina e Cuba, compreendendo as formas utilizadas pelos indivíduos que compuseram e cantaram estas canções, expressando as vidas, cotidiano, conflitos e toda a subjetividade social e emoções políticas das classes trabalhadoras latino-americanas – o proletariado urbano e um heterogêneo campesinato. Nas palavras-cantadas de Chico Buarque de Hollanda, Milton Nascimento, Mercedes Sosa, Athaulpa Yupanqui, Silvio Rodriguez e Carlos Puebla, entre outros estudados, diferentes versões de ambos os sujeitos coletivos das classes trabalhadoras do “continente do labor” – a América Latina – são construídas e apresentadas aos receptores-ouvintes, tendo em vista os diferentes contextos e situações históricas, em nossos estudos durante o período autoritário das ditaduras civil-militares no Brasil e na Argentina, e após uma revolução política, econômica e social na ilha caribenha de Cuba. A palavra-cantada das canções engajadas vem representar as dores, labuta, sofrimentos, lutas, confrontos, estagnações e, por outro lado, as organizações políticas destas mulheres e homens diversos em uma região marcada pela exploração, o subdesenvolvimento e as subsoberanias. Em contrapartida, os sonhos de uma geração, a sua resistência e também a evidente e aguerrida luta de classes.

HISTÓRIA E MÚSICA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO NO BRASIL

Me. Luís Felliipe F. Afonso
(Doutorando em História Comparada UFRJ)

Por muito tempo, os pesquisadores da História da música no Brasil concentram suas análises nas letras musicais, mostrando-as como importante meio de se entender uma sociedade, ou a relação entre músicos, fãs e mercado. Com isso, a música é ora colocada como o reflexo do

pensamento de certo grupo social, ora é um produto industrial moldado apenas para o divertimento. Apesar de importante, essas formas de pesquisa não aproveitam todo o potencial de pesquisa que a música pode nos fornecer para entendermos nossa sociedade. Nesta apresentação proponho repensarmos sobre essas limitações das investigações acadêmicas sobre a música, deixando de vê-la apenas como algo passivo, mas também como um lugar onde as relações sociais são reformuladas, sendo assim um importante meio de construção social.

VIOLONISTAS MULHERES NA PESQUISA FOLCLÓRICA NO BRASIL: ANÁLISE ETNOMUSICOLÓGICA A PARTIR DE CARTAS E ENTREVISTAS

Maria Fetzer Luca
(Mestranda em Música UFRGS)

O presente artigo objetiva destacar a trajetória de violonistas mulheres que ao mesmo tempo que desenvolvem sua carreira como instrumentistas e cantoras tiveram em paralelo trabalhos voltados a pesquisas etnomusicológicas, destacando os nomes de: Olga Pragner Coelho (1909-2008), Helena de Magalhães Castro (1902-1995) e Stefana de Macedo (1903-1975), cujos trabalhos na área relacionados ao folclore permanecem pouco conhecidos do grande público apesar de terem recebido boas críticas de jornalistas em seu tempo. Partindo de uma pesquisa de bases teóricas-metodológicas de viés histórico-documental, a produção de pesquisa folclórica das mesmas será analisada neste trabalho. Cartas e documentos disponibilizados no arquivo IEB/USP, juntamente com entrevistas, teses e dissertações são a principal fonte para a análise deste artigo, além de publicações em jornais e revistas. Cabe ressaltar que os materiais que serviram como fonte de pesquisa para este artigo são fundamentais para recuperar a história do protagonismo das mulheres como atuantes na pesquisa da música brasileira.

O OCULTO E A PRÁTICA DA REPRESENTAÇÃO: ANALISANDO OS MEMBROS DO HEAVY METAL ALÉM DOS SHOWS

Ma. Muryel Moura dos Santos
(PPGCS/UFCG/PB)

A partir dos estudos realizados desde 2015, para a dissertação, quando atentei aos momentos de sociabilidade dos membros (músicos e audiência) do Heavy Metal em Campina Grande-PB, identifiquei que havia certa tensão na representação social de alguns indivíduos que aspiravam na prática (com)portar-se de modo “verdadeiro” e, ao mesmo tempo, afirmavam que outros membros apenas dissimulavam esta ação, o que equivale para a comunidade local do Metal possuir uma identidade falsa. Neste trabalho demonstro essa percepção dos membros enquanto uma forma de regulação do que é apresentado e o que é limitado de ser visto por eles nos momentos de sociabilidade dos shows, no qual identifiquei existir uma disputa pela representação social. O meu ponto central é explorar a dimensão mística (aquilo que fica oculto ao caráter performativo) para refletir até que ponto os membros podem esconder o que pode afetar a sua reputação na comunidade por práticas que são consideradas como vergonhosas (especialmente, aos homens que desvirtuam a flâmula subversiva). Para isso, recupero algumas situações registradas no caderno de campo em que tais ações se evidenciam e reproduzem as

posições sociais dos indivíduos enquanto um modelo de comportamento apropriado a ser seguido e articulado as performances realizadas nos shows de Heavy Metal.

O DESAFIO DO MÚSICO DO RIO DE JANEIRO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS: UM RECORTE DE 1929 A 1941

Rafael de Oliveira Silva
(Bacharel/FIAM FAAM)

A presente comunicação visa apresentar informações iniciais sobre o desafio dos músicos filiados ao Centro Musical do Rio de Janeiro, diante das transformações tecnológicas nos anos de 1929 a 1941. O trabalho será realizado por meio do acervo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro (SindMusi), que constitui material inédito como fonte de pesquisa. O recorte cronológico foi definido a partir das experiências iniciais do cinema falado no Brasil: iniciando-se em 1929, com a estreia do filme *Broadway Melody*, e irá encerrar o período de pesquisa em 30 de janeiro de 1941, diante do reconhecimento do agora Sindicato dos Músicos, como representante da categoria no município do Rio de Janeiro, oficializando-se com a carta sindical assinada pelo então ministro do Trabalho Waldemar Falcão, disponível em SindMusi (2020). As principais fontes de pesquisa para definição desta pesquisa foram: O livro “Acordes e Acordos: a História do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro 1907-1941”, “Primeiro Ciclo Webinar do SindMusi” e o site oficial do sindicato, diante do levantamento bibliográfico destacaram-se como alguns dos poucos trabalhos publicados com base na análise do acervo do sindicato. A exploração de tais documentos nesse trabalho, tem como objetivo verificar quais eram os desafios enfrentados pelos músicos em tal período temporal, diante de um cenário de transformações tecnológicas disruptivas.

A CULTURA DO DELTA BLUES

Rodrigo Giuli Orlando Santi
(Graduando em História PUC/SP)

A presente pesquisa tem por objetivo a análise do Delta Blues no contexto do Delta do Mississippi nos anos de 1930 e 1940, entendendo como essa prática musical expressou as inquietações dos trabalhadores afro-americanos frente ao mundo material. Pretende-se usar o Delta Blues como fonte para compreender as relações sociais do Delta, também os valores, desejos e formas de resistência no interior da comunidade negra do Sul dos Estados Unidos da América. Especificamente, busca-se fazer uma análise crítica sobre a sociedade de classes e racializada do Delta a partir da cultura, evocando conceitos de E. P. Thompson e Raymond Willians, para entender a dinâmica da luta de classes no Mississippi expressa na música blues. Além disso, partir de Paul Gilroy, Kabengele Munanga e conceitos de teoria musical para realizar uma análise sobre os padrões musicais, melódicos, harmônicos e rítmicos do Delta Blues, entendendo-o como expressão artística inserida no contexto da diáspora africana. As problemáticas da pesquisa estão diretamente relacionadas ao processo de surgimento do blues, o caminho percorrido desde as primeiras manifestações musicais dos africanos escravizados nas Américas, cujo principal instrumento era a voz. As work-songs (canções de trabalho) e field

hollers foram essas primeiras expressões, canções funcionais que serviam para cadenciar o trabalho, cuja marcação rítmica era o instrumento de trabalho (martelo, machado, levantamento de cargas). São nessas canções que se encontram os africanismos musicais que fundaram o blues e o jazz. Refiro-me a polirritmia, a polifonia vocal, padrões musicais como perguntas e respostas, improvisação onipresente, todas características que sobreviveram aos processos de dominação cultural e que se misturaram às harmonias europeias e clássicas escalas, formando um estilo musical original.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 08 - HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E CULTURAS ESCOLARES

Coordenadores

Estela Denise Schütz Brito (UNISINOS)

Milene Moraes de Figueiredo (PUCRS)

Eduardo Cristiano Hass da Silva (UNISINOS)

A História da Educação pode ser compreendida como um campo de investigação multifacetado e pluridisciplinar, que se estabelece na fronteira entre às áreas de História e de Educação. Pensar a História da Educação e os estudos provenientes desse enfoque se fazem especialmente importantes nos tempos atuais, nos quais, discursos políticos de retrocesso, envolvendo educação e cultura, circulam em meio a sociedade sem serem problematizados. Sendo a História da Educação um componente tão importante das práticas culturais e do cotidiano escolar, que nos permite analisar normas e comportamentos inculcados em cada época, ressaltamos nesse período sombrio, a necessidade de pensar a educação numa perspectiva histórica. Nesse sentido, o presente Simpósio Temático tem como objetivo promover um espaço de diálogo, reflexão e compartilhamento entre pesquisadores e demais interessados nos estudos que abrangem a História da Educação. Acolhe estudos que discorrem sobre a temática e que problematizem, dentre outras questões, as instituições educativas, seus acervos, os sujeitos, as culturas escolares e seus desdobramentos: práticas, rotinas, tempos, espaços e rituais, nos seus diferentes níveis de ensino, bem como nos diversos contextos e períodos históricos. Não esquecendo a influência de espaços não formais de ensino, também serão aceitos trabalhos que se insiram nessa temática. Consideram-se estudos que fazem uso de distintas metodologias de pesquisa, dentre as quais a memória oral, a análise documental escrita e imagética, estabelecendo relações passado-presente-futuro, a fim de refletir sobre a educação e suas marcas no contexto da América Latina.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ENTRE CAMINHOS COMPLEXOS: A AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE DE UMA PROFESSORA E SUAS REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MONTENEGRO/RS

Alexandre Ferraz da Conceição
(Mestrando em Educação Unisinos)

A negritude, conceito que abarca o sentimento de pertença à ancestralidade e à cultura africana e afro-brasileira, bem como uma identidade que se afirma, é um elemento que não constitui a subjetivação de todos os negros brasileiros. Entender-se como negro no Brasil está implicado a questões que permeiam a lógica social, política e econômica uma vez que a colonialidade, aqui presente, não descola o sistema colonial do republicano. Esta realidade impressa no Brasil diz acerca do lugar social ocupado pelos negros, portanto, aceitar-se negro é conscientizar-se de que a sua condição é ainda inferior. Desta forma, não entender-se como negro, embora fenotipicamente isso possa ser impossível, consiste em uma possibilidade de não assumir uma natureza aviltada, o que pode acontecer de forma implícita ou explicitamente. Com o intuito de analisar o processo de construção da identidade negra, o presente estudo buscou compreender como se deu a afirmação da negritude em uma professora aposentada do município de Montenegro, Rio Grande do Sul, e as suas reverberações práticas no tocante à Educação. Para isso, utilizou-se como metodologia a História Oral com base em Alessandro Portelli (1997), Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003) e Paul Thompson (2000). Buscou-se analisar o material a partir dos conceitos memória e identidade. Sobre o primeiro, este se compreendeu a partir dos estudos de Antoinette Errante (2000), Maurice Halbwachs (2004) e Michael Pollak (1989). Acerca da identidade social, o estudo se fez à luz do pensamento de Michael Pollak (1992). De acordo com os resultados, a negritude pode ser compreendida como processual e o contexto histórico local assim como o global, são fatores importantes que ajudam na definição positiva em ser negro. O estudo aponta que a partir desta constituição subjetiva, é possível contribuir para que outros sujeitos negros, assim possam também se entender.

A EDUCAÇÃO SECUNDARISTA NO BRASIL PELA PERSPECTIVA DECOLONIAL FREIREANA: EDUCAÇÃO DE (QUE) QUALIDADE PARA QUEM?

Ane Patrícia Viana José de Mira
(Doutoranda em Educação Unisinos)

O presente trabalho, parte de uma pesquisa em andamento, aborda o tema da educação secundarista no Brasil, hoje denominada de Ensino Médio. Seu objetivo é analisar o desenvolvimento da educação secundarista no Brasil e a relação com o modelo colonizador do que é chamado de educação de qualidade pela perspectiva decolonial intrínseca na pedagogia freireana (Freire, 2015, 2016). Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritivo-explicativa, cuja produção de dados tem sido realizada mediante análise documental (Cellard, 2008) em dispositivos legais da educação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), a Lei do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Brasil, 2019) e nos marcos históricos internacionais da Educação elaborados pela Unesco

(Relatório Delors, 1996; Declaração de Incheon, 2015,). Os resultados preliminares, encontrados após análise dos documentos citados, têm indicado um conceito de educação de qualidade que privilegia determinados conhecimentos em detrimento de outros, além de fomentar a competição, a manutenção de um modelo de vida consumista e o aumento nas práticas de injustiça social e plurieducações. Outrossim, as inferências potentes a partir desses resultados sugerem maior ampliação das discussões na busca por políticas públicas que promovam uma educação mais justa em consonância com os direitos humanos e a cidadania plena.

INFÂNCIAS E JUVENTUDES: UM OLHAR A PARTIR DO CONSELHO TUTELAR DE NOVO HAMBURGO (RS)

Bárbara Birk de Mello,
(Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social Feevale)

Prof.º Dr. Norberto Kuhn Junior,
(Professor PPG Feevale)

Quando trata-se dos direitos das crianças e jovens brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem grande relevância, sendo que um dos seus principais aspectos foi trazer a municipalização do atendimento, o que levou à criação de Conselhos Tutelares por todo o Brasil. Tem-se como tema desta pesquisa o projeto de dissertação da autora que aborda o estudo das infâncias e juventudes novo-hamburgueses a partir do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo (RS) desde o início de suas atividades em 1992 até os dias de hoje. Objetiva-se discutir como se deu a construção do projeto de dissertação da autora, que defenderá a dissertação no final de 2021. Busca-se abordar o porquê de trabalhar a partir das concepções de infâncias e juventudes e de ter como foco o Conselho Tutelar de Novo Hamburgo desde sua criação a partir da etnografia da duração. Ademais, explicar o processo de escolha das fontes de pesquisa que são entrevistas não-diretivas, observações participante, análise do Arquivo do Conselho Tutelar, do Arquivo dos Conselhos e do Jornal NH, principal mídia impressa de Novo Hamburgo. Justifica-se a pesquisa na medida em que há falta de estudos que abordem as infâncias e juventudes, principalmente a partir dos Conselhos Tutelares e como se dá a garantia de direitos das crianças e jovens atendidos por estes. Ademais, traz-se à reflexão a dissertação buscando um local para interação com demais pesquisadores e contribuição para o campo de estudos da história da infância. Para atingir os objetivos, tem-se como metodologia principal a etnografia da duração e um estudo bibliográfico acerca das temáticas aqui tratadas. Ao final, acredita-se na importância dos Conselhos Tutelares como objetos de pesquisa para buscar compreender melhor a situação das infâncias e juventudes no âmbito das tecnologias de governo e das políticas públicas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

REVISTA POLIVISÃO: A IMPRENSA PEDAGÓGICA DA ESCOLA POLIVALENTE DE ÓSORIO/RS

Bruna Luiz dos Santos
(Graduanda em Letras Português/Inglês IFRS)

Prof.^a Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
(IFRS Campus Osório RS)

No bojo da pesquisa relativa à história da Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos – Escola Polivalente, em Osório/RS, o presente trabalho dedica-se a analisar as narrativas de quatro ex-professores sobre a Revista Polivisão (periódico produzido pelos docentes na década de 1980). Os relatos foram colhidos no ano de 2019 através da História Oral, com a realização de entrevistas guiadas a partir de um questionário semiestruturado. Tem-se por objetivo compreender como era o processo de redação dos artigos publicados no periódico e quais as influências teóricas que pautavam a escrita dos autores, assim como constatar se havia alguma influência política na produção dos textos, seja partidária ou relacionada ao CEPERS. Conforme Nóvoa (1997, p. 12-13), a Imprensa Pedagógica “constitui uma das melhores ilustrações da extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo”, logo, o seu estudo torna-se muito relevante. Através das narrativas, podemos perceber que o autor interessado em publicar na revista deveria escrever o artigo conforme os temas do periódico e submeter à equipe editorial, a qual, então, fazia a revisão, e, depois, publicava. Quanto as influências teóricas, são citados nomes como Antônio Muniz de Rezende, Chomsky, Dora Bortin, Ezequiel Silva, Freire, José Fernando Miranda, Magda Soares, Gadotti, Piaget, Zilberman, Saussure, Sírio Possenti, Vygotsky e Wallon. Embora a revista tenha sido baseada em ideias pedagógicas com o intuito de mostrar para a comunidade as produções dos alunos e professores da instituição, os entrevistados comentam que a revista possuía um cunho político, reflexivo e contestador, devido ao indivíduo ser político. Assim, os acontecimentos da época eram questionados e os professores se posicionavam diante deles, por acreditarem ter esta responsabilidade, principalmente acerca dos rumos da educação, contudo, o periódico não seguia uma linha partidária e nem era influenciado pelo CEPERS. Em suma, a Revista Polivisão foi um impresso de muito prestígio em sua época.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE JOVENS DO QUILOMBO CHÁCARA DAS ROSAS – CANOAS/RS

Carina Malonn
(Mestranda em Educação Unisinos)

Este trabalho refere-se a um projeto de pesquisa em andamento, que tem como tema os efeitos das políticas educacionais para as relações étnico-raciais na trajetória escolar de adolescentes em idade compatível com o Ensino Médio, utilizando como campo empírico Quilombo Chácara das Rosas, situado no município de Canoas. O objetivo da pesquisa será identificar como as relações étnico-raciais são percebidas pelos jovens quilombolas de Canoas ao analisarem suas trajetórias escolares. Dentro deste objetivo, busca identificar os sentidos atribuídos pelos jovens em relação às ações afirmativas em suas trajetórias escolares, compreender em que medida a

educação étnico-racial pode ser um fator de permanência ou evasão escolar e identificar os impactos das políticas educacionais referentes às relações étnico-raciais a partir da perspectiva de jovens do Quilombo Chácara das Rosas. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, com análise de conteúdo (CELLARD, 2008) da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e em seguida a utilização de entrevistas compreensivas (SZYMANSKI, 2018 e KAUFFMAN, 2013). Os resultados obtidos até o momento decorrem da revisão de literatura já realizada, com o levantamento da produção de conhecimentos a partir de artigos, teses e dissertações publicadas de 2015 a 2020.

MENTE SÃ, CORPO SÃ: A PRÁTICA ESPORTIVA NA ESCOLA NORMAL EVANGÉLICA (SÃO LEOPOLDO/RS, 1950-1965)

Ma. Estela Denise Schütz Brito

O trabalho a ser apresentado é um recorte de uma pesquisa maior que culminou na dissertação de Mestrado em Educação, realizado entre os anos de 2016 e 2017 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A investigação tem como objeto de estudo a Escola Normal Evangélica (ENE), no período em que a instituição se manteve em atividade na cidade de São Leopoldo/RS. Serviu-se como documento de análise, as narrativas de memórias de seis ex-alunos, quatro homens e duas mulheres, que estudaram em regime de internato nesta instituição, entre os anos de 1950 e 1965, recorte temporal em que se delimita a presente pesquisa. O trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as narrativas, no que reflete as práticas esportivas propostas pela instituição, realizadas e evocadas pelos alunos entrevistados. A investigação respalda-se no campo da História Cultural e tem por metodologia a História Oral, valendo-se dos estudos de Roger Chartier (1987; 1991; 2001) e Michel de Certeau (1994), que discutem os conceitos de representação, práticas e táticas; Maurice Halbwachs (2003), Ecléa Bosi (1987; 2003), Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1998) que são referências nos estudos de memória e da metodologia de História Oral. A Escola Normal Evangélica, para além de priorizar a formação docente, o intelecto dos seus alunos, e a prática religiosa de orações e meditações, prezava pelo desenvolvimento do corpo de seus alunos, assim como sugere o título deste texto “mente sã, corpo sã”. Pode-se observar que, dentre outras possibilidades e singularidades narradas, segundo as lembranças dos entrevistados, táticas, resistências e distinções de gênero, ressaltavam-se na prática do esporte nesta instituição de ensino, dentro do período pesquisado.

A ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (RN): UMA ANÁLISE DO CIVISMO A PARTIR DE FOTOGRAFIAS (1945-1948)

Dr. Eduardo Cristiano Hass da Silva
(UFRN)

Rafael de Souza Pinheiro
(Mestrando em Educação UCS)

O decreto n.º 7.566 de 1909, assinado durante o governo do então presidente Nilo Peçanha, decretou a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil. De forma geral, estas escolas tinham o objetivo de fornecer instrução primária de caráter profissionalizante para as chamadas “crianças desvalidas” (PORTAL, 2009). Em 1º de janeiro de 1910 foi fundada a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) de Natal, contando com oficinas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria e funilaria. Após diversas alterações, em 1947, a instituição passou a se chamar Escola Industrial de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o civismo é evidenciado nas atividades escolares da instituição de ensino. As fontes analisadas consistem em um conjunto de 50 fotografias, das quais 18 estão relacionadas a atividades cívicas. Metodologicamente, as imagens foram organizadas e analisadas a partir dos Estudos de Cultura Visual (FISCHMAN, 2004; GUASH, 2005; MENESES, 2005). O recorte temporal justifica-se pela temporalidade das fotografias, que no primeiro momento foram organizadas e analisadas. O estudo se insere dentro do campo da História da Educação (ESCOLANO BENITO, 2017; STEPHANOU, BASTOS, 2005), fundamentando-se na História Cultural, tendo como aporte teórico Roger Chartier (2002), Peter Burke (2005) e Michel de Certeau (1994). Os resultados são iniciais, mas já apontam para a existência de práticas cívicas em momentos diversos da vida escolar, como em desfiles cívicos, datas comemorativas (semana da bandeira ou Proclamação da Independência), celebrações de formatura, entre outros, marcando e caracterizando uma cultura cívica dentro da instituição educativa.

A CADERNETA CIRCULAR DE 2ª CLASSE DO CURSO PRIMÁRIO DO COLÉGIO IJUHYENSE E AS ADAPTAÇÕES ÀS POLÍTICAS NACIONALIZADORAS (1938-1941)

Milene Moraes de Figueiredo
(Doutoranda em História PUC/RS)

Dispositivo por um lado rotineiro e por outro tão pouco lembrado, o caderno escolar se integra a cultura material da escola nos deixando pistas sobre seus autores, as práticas de aprendizagem e escrita, os conteúdos curriculares (cumpridos ou não), ideias e valores disseminados em dado período histórico e por determinada instituição. No bojo da ampliação da noção de documento, esse suporte de escrita passou a ser valorizado como importante objeto ou fonte de pesquisa para os historiadores da educação. A utilização do caderno escolar como fonte de pesquisa nos possibilita encontrar indícios da arte de ensinar e da aventura de aprender que compõem o que Escolano Benito denomina de cultura empírica da escola. O presente estudo analisa uma

caderneta escolar de segunda classe do Curso Primário do Colégio Ijuhyense (atualmente denominado Colégio Evangélico Augusto Pestana) durante os anos de 1938 a 1941. A análise se insere na área de História da Educação e objetiva discutir o potencial dessa tipologia de caderno como fonte histórica. A pesquisa é realizada no Museu Escolar do Colégio Evangélico Augusto Pestana. O recorte temporal integra o início do período estadonovista, quando a escola de origem germânica passava pelos impactos iniciais da política de nacionalização do ensino. Ao longo do tempo a ênfase à disciplina de história do Brasil e aos valores morais e cívicos foi ganhando mais espaço e a disciplina de alemão que estava presente em 1938 deixou de ser mencionada. A análise permitiu identificar importantes mudanças e permanências curriculares e discursivas no cotidiano escolar durante o período analisado.

A REFORMA EDUCACIONAL NO MÉXICO DURANTE O GOVERNO CÁRDENAS: A EDUCAÇÃO SOCIALISTA (1934-1940)

Daiane Aparecida da Rocha
(Graduanda em História UEM)

A pesquisa apresentada é um projeto de pesquisa de iniciação científica que analisa a implantação da “educação socialista” no México durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). A educação socialista mexicana foi um desdobramento do processo revolucionário iniciado em 1910 e buscava construir um modelo de formação educativa baseado na lógica racional-científica, contrária aos elementos religiosos que marcavam a história do México, e por princípios ditos “socialistas”, o que equivalia ao contrário do individualismo. A proposta de reforma da educação nacional mexicana apareceu já no plano de governo do ainda candidato Cárdenas, o Plan Sexenal, de 1933, e foi colocada em prática logo no início de seu governo, através da reforma do Artigo 3º da Constituição mexicana de 1917, que ocorreu em 1934. A pesquisa tem como propósito compreender como se operacionalizou esse processo de reforma educacional, a partir de uma iniciativa política oficial para transformação do universo educacional no México. A análise das fontes e da bibliografia pertinente será realizada em duas etapas: primeiro, analisaremos os documentos oficiais mexicanos que pautaram a reforma (o Plan Sexenal e o texto da reforma do Artigo 3º da Constituição de 1917). Em seguida, faremos uma revisão da bibliografia que nas últimas décadas tem buscado refletir sobre a educação socialista mexicana dos anos 30. O embasamento teórico-metodológicos da pesquisa encontra-se nas propostas da Nova História Política (RÉMOND, 2003). Partiremos do conceito de “política cultural” (URFALINO, 1998) para trabalhar a reforma educativa socialista mexicana.

JOGO, CULTURA, EDUCAÇÃO E UM HÍBRIDO DELES TRÊS: UM PAPEL DOS LIVROS-JOGOS ALTERNATIVOS NO FUTURO

Flavio Panhoca
(USP)

Me. Pedro Panhoca da Silva
(UPM)

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar um tipo de livro interativo conhecido como livro-jogo pode ser um instrumento em sala de aula com potencial para despertar o interesse de jovens leitores por questões sociais da atualidade. Ainda longe de ser conhecido no mercado editorial, este gênero híbrido é formado da combinação da leitura não sequencial com regras do estilo RPG, cujo atrativo é sua grande imersão de leitura por exigir de seu leitor-jogador uma participação ativa, interferindo diretamente em como a narrativa prossegue através de escolhas ramificadas, as quais representam as ações que o protagonista da história deve fazer. Assim, é o leitor-jogador quem decide pelo protagonista e encara as consequências de suas seleções. Para o conceito de livro-jogo será utilizado Silva (2019). Os livros-jogos escolhidos foram *Renascido* (1996) – para retratar o cenário de violência carioca do fim da década de 1990 – e *Cigánylabirintus* (2004) – livro-jogo húngaro que aborda a questão da segregação étnica, utilizando a realidade da migração cigana húngara como exemplo. Tais obras fogem do molde “clássico” da aventura de capa e espada e se desprendem, assim, do historicismo e da ideia de neutralidade histórica (BITTENCOURT, 2008). O objetivo nelas não é reconstituir o passado, mas sim fornecer condições para interpretação e reflexão de seu tempo-espaço, fazendo com que o aluno questione o que aconteceu depois (BENJAMIN, 1987). Esses livros-jogos poderão ser textos interativos que ao mesmo tempo abordam questões sociais presentes na América Latina ao passo que oferecem a seus leitores-jogadores a oportunidade de se sensibilizarem através de uma leitura que exige dedicação lúdica. Com isso, eles, e muitos outros, podem inspirar a criação de novas obras híbridas que promovem o conhecimento do passado e repensar sobre o futuro das questões por eles abordadas.

O MEDIEVO ENSINADO: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA EM LIVROS DIDÁTICOS (2001 - 2010)

Gabriel da Silva Freire
(Graduando em História UFRN)

Laize do Nascimento Fernandes
(Graduanda em História UFRN)

O trabalho em tela consiste no desdobramento de uma pesquisa desenvolvida para o componente curricular História Medieval I, na qual foi feita a análise de um livro didático acerca da maneira como o período medieval era representado. Ao aumentarmos o escopo da investigação através da utilização de outros livros didáticos como fontes para nossa pesquisa, objetivamos analisar quais representações foram sendo mobilizadas pelos manuais didáticos do Ensino Fundamental II entre os anos de 2001 e 2010, com ênfase nas representações passadas pelas imagens contidas nesses manuais, e os possíveis usos dessas representações para a construção/desconstrução de narrativas sobre esse período. O recorte temporal justifica-se pelo

fato de que os referidos anos foram marcos importantes no que tange às políticas do livro didático: em 2001 o processo de avaliação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) consolida-se e no ano de 2010 esse programa, através de decreto do então ministro da Educação, Fernando Haddad, passa a ser uma política de Estado dando, assim, uma maior segurança para a Educação nacional e aqueles agentes nela envolvidos. Destarte, nos apoiaremos na análise documental crítico comparativa entre esses manuais, operacionalizando o conceito de representação, da História Cultural, dentro do campo da História da Educação para entendermos as tensões que esses discursos encerram no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, tendo os livros didáticos enquanto produtos historiográficos e possíveis ferramentas que, ao serem historicizadas, podem nos ajudar a entender as disputas mantidas no campo da Educação. Os resultados são iniciais, mas já apontam contribuições para a história do Ensino de História, em especial da Idade Média, bem como para a História dos manuais didáticos.

**PRESCRUTAR CADERNOS DE SABATINAS: PRODUÇÃO INFANTIL,
MECANISMO DISCIPLINADOR E PRODUTO DA CULTURA, RIO GRANDE DO
SUL (1939 E 1943)**

Dr. Fernando Ripe
(Educação UFP)

Dra. Gisele Belusso
(Educação UCS)

Com a noção ampliada de documento, os cadernos escolares constituem objeto de estudo no campo da História da Educação. Diante disso, a proposta de comunicação tem por objetivo apresentar a análise de dois cadernos escolares de sabatina, datados respectivamente de 1939 e 1943, que pertenceram a alunos de escolas primárias dos municípios de Farroupilha e de Cotiporã, no Estado do Rio Grande do Sul. Os citados cadernos, fazem parte do universo dos cadernos escolares, tomados enquanto fonte histórica permite analisá-los de diferentes perspectivas desde “[...] representações sociais sobre a infância, a escola, a família” até mesmo instrumentos da aculturação escrita; como veículos transmissores de valores e atitudes ou modo de doutrinação ideológica e política. Os cadernos de sabatina, especificamente utilizados aos sábados, concentravam a reunião dos saberes ensinados durante a semana e são aqui considerados como produção infantil, espaço gráfico e produto da cultura. Por ora, foram analisados como suportes de escritas, nos quais os registros individuais demonstraram modos regulares de aparição do discurso do educando. A partir do viés da história da cultura escrita compreendemos os registros de linguagem, de aritmética, geometria e de exercícios de caligrafia, mobilizados por estes alunos, como marcas de um dispositivo escritural guiado por mecanismos disciplinadores e de avaliação, estrategicamente pensados pelos docentes. Defende-se, assim, que os cadernos escolares de sabatina se constituem como um mecanismo disciplinador agenciados por discursos pedagógicos, regulamentações e normativas das instituições educativas e por imperativos da cultura escolar da época.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

PENSAR O PROCESSO DE DECOLONIZAÇÃO É REPENSAR O PROCESSO EDUCATIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dra. Leisi Fernanda Moya
(Ciências da Linguagem IFC/Campus Camboriú)

A história do Brasil nos remete à um país colonizado pelos portugueses em que por longos anos o escravismo foi usado como principal meio de mão de obra e produção. Nesse processo temos os indígenas e africanos como atores principais no que tange a constituição de uma identidade social, econômica e cultural do Brasil. No entanto, vemos na história contada nas escolas muitos apagamentos, especialmente no que se refere a corpos e cultura. Esses apagamentos se perpetuam e se mantêm, em parte, por culpa do processo de escolarização brasileira, que não rompe com a estrutura colonialista e não permite que o processo de decolonização, ou ruptura com um discurso falacioso, pautado em um imaginário construído ao longo desses anos, ocorra de fato. Diante disso elegemos a seguinte problematização como ponto de partida: Como promover um ensino mais crítico sobre a questão da diversidade cultural e o processo de colonização brasileira? Esse relato de experiência tem por objetivo apresentar possibilidades de estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas de modo remoto, devido a pandemia pelo Covid-19. O contexto do relato e a mostra populacional se dão no Instituto Federal Catarinense-Campus Camboriú, especificamente com as turmas do segundo ano do curso Técnico em Hospedagem. A abordagem de ensino se pauta numa proposta interdisciplinar envolvendo as áreas de Arte, Educação Física e Sociologia. Como resultados preliminares temos os relatos escritos dos alunos, que nos permitem destacarmos dois pontos para a discussão: A) Falta de conhecimento sobre a nossa história, especialmente no que tange a história dos povos originários e africanos que foram trazidos como escravos para nosso país. B) Possibilidade de rompermos com apagamentos culturais, preconceitos étnicos raciais e intolerância por meio de um ensino decolonizador e práticas educativas críticas e reflexivas. No entanto, é preciso ampliarmos essas discussões no ambiente escolar.

A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: APROPRIAÇÃO DO SAMBA ENREDO HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE COMO RECURSO DIDÁTICO (2019)

Maria Cecília Albino de Azevedo
(Graduanda em História UFRN)

Maria Eduarda Soares Dias de Medeiros
(Graduanda em História UFRN)

Encontra-se, neste trabalho, o objetivo de analisar como o ensino acerca das minorias brasileiras pode ser explorado a partir do samba-enredo “História para Ninar Gente Grande”, feito para a participação da escola de samba Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019. Propõe-se a problematização de fontes usadas no ensino da História em sala de aula, a participação das minorias nesse âmbito e como as transformações na História da Educação permitiram que esses sujeitos tivessem seu lugar elencado para retratar um ponto de vista outrora ignorado. A partir da análise da fonte mencionada anteriormente, o samba-enredo, sugere-se um mergulho

superficial na construção da historiografia e identidade nacional. Inicialmente o trabalho foi elaborado para uma disciplina do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, posteriormente, pensamos em torná-lo algo maior. Os resultados são iniciais, apontando para a importância do uso de diferentes recursos metodológicos no Ensino de História, bem como para a possibilidade de identificar o processo de construção do histórica do Ensino de História.

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL DE 1960: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM SUAS IDEIAS PEDAGÓGICAS

Ma. Marina da Rocha
(Doutoranda em Educação Unisinos)

Este trabalho é o recorte de meu projeto de tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação, da UNISINOS, iniciado em 2020/1, na linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias. Meu projeto tem como base o projeto maior de minha orientadora, professora Dra. Isabel Aparecida Bilhão, que pesquisa o Movimento de Educação de Base (MEB). De acordo com Fávero (2004, p. 1), “O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país”. Todo o desenvolvimento do Movimento de Educação de Base insere-se em um contexto de desenvolvimentismo, no qual, tanto o Estado, quanto outros setores da sociedade, como a Igreja Católica, acreditavam que o Brasil deveria se desenvolver e, para estes grupos, o conceito de desenvolvimento também estava relacionado à alfabetização e educação, principalmente, dos trabalhadores (as) rurais. Neste mesmo período, desenvolviam-se de maneira expressiva, também no Brasil, Movimentos de Educação e Cultura Popular. A partir desse contexto histórico meu trabalho tem como objetivo inicial verificar quais as aproximações e distanciamentos entre as ideias pedagógicas do MEB e dos Movimentos de Educação e Cultura Popular, no início de 1960. Para tal, a metodologia utilizada será de base documental a partir da análise de materiais didáticos produzidos pelo MEB. Considerando que o projeto ainda está em fase inicial, muito possivelmente tal objetivo se altere, assim como outras perspectivas do trabalho, no entanto, é importante reforçar que o Movimento de Educação de Base e os Movimentos de Educação e Cultura Popular são parte fundamental deste projeto de pesquisa e futura tese de doutoramento.

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CONJUNTO HABITACIONAL DIRCEU ARCOVERDE (TERESINA, 1978-1985)

Mário de Sousa Oliveira
(UESPI/CCM)

Marcelo de Sousa Neto
(UESPI/CCM)

O presente trabalho propõe discutir o processo de instalação e funcionamento das primeiras instituições escolares no conjunto habitacional Dirceu Arcoverde, em Teresina-PI, analisando a influência destas instituições nas transformações sofridas pelo bairro. Desta forma, tendo como ferramentas de trabalho o estudo da memória e os significados atribuídos ao viver no bairro, o estudo tem como objetivo compreender o cotidiano e as conquistas dos primeiros moradores em busca de uma educação digna entre os anos de 1978 e 1985. Como arcabouço teórico metodológico utilizou-se a pesquisa hemerográfica e documental, permitindo uma contextualização valiosa acerca dos eventos que envolviam a formação dessas instituições, além de uma bibliografia auxiliar, podendo ser destacado os escritos, acerca de cidade: Carlos (2001a e 2001b), Sevcenko (1992), Nascimento (2002); sobre memória de Le Goff (2003), Nora (1981), Pollak (1989) e Halbwachs (1990), e ainda estudos que pesquisam Teresina, entre os quais discutem a formação do conjunto Dirceu Arcoverde: Fontineles (2009), Monte (2010), Lima (2003), Ribeiro (2006), Barros (2012) e Gomes (2012). Noronha (2007), Sanfelice (2007), Saviani (2007) no que diz respeito às instituições escolares e Demo (2001), Gonçalves Neto (2002) e Libâneo (2006), para educação. Levando em consideração que a população deva guardar as origens de seus lugares de vivência, e analisando o cotidiano e os desafios enfrentados pelos moradores, podemos perceber os elementos engendradores da implantação das primeiras instituições escolares no bairro, em especial as tensões e contradições que caracterizaram o período. O estudo nos levou a compreender a luta dos moradores em busca de direitos básicos como a própria educação e as transformações tão significativas que as instituições de ensino trouxeram para o bairro, incluindo a esperança de uma vida estudantil digna.

O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO E O ATENDIMENTO AOS MENORES ÓRFÃOS E DESVALIDOS (1944 - 1960)

Maurício Pereira
(Mestrando em História Unisinos)

O presente trabalho faz parte do projeto de dissertação de mestrado que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e tem como principal objetivo realizar uma análise sobre a atuação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo como uma instituição do século XX destinada ao atendimento de menores órfãos, abandonados e provenientes de famílias pobres. Esse estabelecimento teve início em 1944, funcionando como um Patronato Agrícola e posteriormente como um Aprendizado Agrícola, recebendo menores de diversas localidades e proporcionando o ensino de conhecimentos agrícolas. Para sua realização, esta pesquisa faz

uso de fontes documentais localizadas no arquivo da própria instituição de ensino, que incluem ofícios, relatórios sociais, fichas individuais, boletins e livros de matrícula. Esses documentos serão utilizados pelo fato de que proporcionam o acesso a informações sobre menores que foram enviados à instituição (de onde eram provenientes, como era a vida desses indivíduos dentro do estabelecimento e informações médicas sobre suas condições físicas e mentais) e como funcionava o sistema de assistência à infância no qual esse Patronato estava inserido, além de demais informações que possam ser obtidas com a análise desse conjunto documental.

O TERRITÓRIO DO OUTRO: O ESCOLÃO DO KEPHAS E AS MIGRAÇÕES REGIONAIS PARA NOVO HAMBURGO/RS (1980-2000)

Pedro Reinaldo Cipriani Manfroi
(Mestrando em Educação UERGS)

Este estudo investiga as relações escolares de um bairro da periferia da cidade de Novo Hamburgo/RS, sua idealização, construção e as relações de interdependência tensionadas entre os habitantes deste novo lugar e o seu contraponto para com as referências germânicas da cidade. O recorte temporal desta pesquisa está concentrado entre as décadas de 1980 e 2000, período que contempla o auge e posterior declínio dos movimentos migratórios para a cidade de Novo Hamburgo – onde as populações foram atraídas pela grande oferta de empregos no setor coureiro-calçadista da cidade – e abrange o período de construção do Kephass (anos 1980) e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eugênio Nelson Ritzel (1988), o ‘Escolão’. O estudo encontra-se no campo da História da Educação e tem como referencial teórico a História Cultural. Seu objetivo é analisar, identificar e compreender as relações escolares dos moradores originais do Loteamento Kephass, bem como as interdependências geradas na sua relação com o ‘outro’ (migrante) e a memória germanocêntrica da cidade de Novo Hamburgo. O município construiu sua história a partir da colonização germânica, constituindo assim uma ‘germanidade’ cujos aspectos não correspondem à realidade local, que recebe uma população migratória cujo movimento acaba por produzir conflitos relativos ao sentimento de pertença e não aceitação dos novos moradores. Para isso, utilizaram-se dois movimentos centrais: a análise do conteúdo, a partir do referencial teórico de Norbert Elias, de 25 reportagens de 18 edições do Jornal NH, periódico de maior circulação na cidade de Novo Hamburgo, entre os anos de 1979 e 1989, que abordam os movimentos migratórios e a construção do Loteamento Kephass; e a metodologia da História Oral, que entende a memória como documento. A documentação para análise compreendeu as narrativas de memórias de cinco sujeitos que possuem sua trajetória vinculada ao Kephass e à escola: uma ex-professora, um ex-professor, uma ex-aluna, uma moradora original do Kephass e servente da escola e o secretário de habitação no período da construção do loteamento. Foi possível compreender que a instituição desempenhava um papel de centralidade no bairro, para além da sala de aula, pois grande parte das relações entre os sujeitos se constituía nos espaços da escola.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

HOSPITAL COLÔNIA DE ITAPUÃ: UM ESTUDO SOBRE SUAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Rafaela Limberger
(Mestranda em Educação Unisinos)

O presente trabalho tem a intenção de apontar os passos iniciais da dissertação de mestrado em Educação, que tem como objetivo analisar as instituições educacionais que foram presentes ou que tiveram relação com o Hospital Colônia de Itapuã, bem como compreender seus processos educacionais, normas e regras. O Hospital Colônia de Itapuã foi o primeiro hospital no Rio Grande do Sul para pacientes com hanseníase, doença que antes era denominada como Lepra. Fundado em 1940, o hospital foi construído sob o projeto de uma pequena cidade, afastado do convívio social, no município de Viamão-RS que recebia, através da internação compulsória, pacientes de todo o estado. Os chamados “Hospitais Colônias”, foram um projeto executado na “Era Vargas” possuindo na sua estrutura: igrejas, área de lazer, hospital, refeitório, cadeia, moeda própria e incluíam determinado espaço para a moradia e convivência dos pacientes, para moradia ou permanência de funcionários e outro para a administração do local. Com os avanços da ciência sobre a doença, a partir de 1950 não era mais necessária a internação compulsória, porém, a instituição precisou seguir seu funcionamento, pois os pacientes, que ali já haviam criado vínculos de pertencimento ou pelo próprio preconceito em relação a doença, não tinham para onde ir. Até hoje o hospital mantém seu funcionamento, tendo passado por alguns percursos ao longo tempo. Desta forma, em uma investigação prévia constatou-se que existiram duas instituições escolares com relação ao Hospital Colônia de Itapuã: o preventório, conhecido como Educandário Amparo Santa Cruz, e a escola Frei Pacífico que existia dentro do hospital. Por fim, destaca-se a importância dessa pesquisa para a História da Educação, para que através dos estudos destas instituições educacionais possa se refletir sobre as práticas educacionais contemporâneas e para que a história do Hospital Colônia de Itapuã e dos seus sujeitos não seja esquecida.

OS REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO E DA DIALÉTICA COMO EXERCÍCIO DA CRÍTICA PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA EM MINAS GERAIS

Rodrigo Horta de Sousa
(PUC/Minas Gerais)

O presente trabalho vem apresentar e debater uma abordagem didático metodológica desenvolvida em Escolas Públicas tanto Estadual quanto municipal do Estado de Minas Gerais, especificamente na cidade de Contagem, dentro do conteúdo de história, mas também em articulação interdisciplinar com outras disciplinas e áreas do conhecimento. Esta abordagem didático metodológica não pretende ser específica da ciência histórica, mas um instrumento que possa ser utilizado em qualquer área do conhecimento e em suas disciplinas com vista a não reproduzir os princípios de sustentação da pedagogia tradicional, que seriam a memorização, a passividade, a repetição verbal do conteúdo, a reprodução de hábitos, a centralidade do professor e do ensino no verbalismo e a disciplina baseada na obediência. Esta abordagem didático metodológica contém dois instrumentos de organização do trabalho científico, fruto da

observação participante, deste professor no seu dia a dia, no intervalo de anos, no fazer do seu trabalho docente. Um deles é um “Roteiro de Interpretação e Análise do Texto Histórico”, este material é uma lista referente a textos do livro didático, geralmente uma unidade do livro, ou de materiais paradidáticos de literatura específica da ciência histórica, que é dividida em parágrafos, onde se pede para identificar os fatos históricos e os conceitos. Para que o estudante monte estes fatos históricos ele precisa identificar o sujeito, que pode ser individual ou coletivo, uma ação, que seria o verbo ou a palavra que mostra o movimento ou a execução deste sujeito e o complemento. Por outro lado o conceito será identificado nas palavras que o próprio texto lhe coloca a explicação, a sua definição, portanto o estudante deverá identificar a palavra ou expressão que o texto lhe dá o seu significado.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 09 - HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS EM PERSPECTIVAS PLURAIS

Coordenadores

Bernardo Ternus de Abreu (UNISINOS)

Rogério Machado de Carvalho (UNISINOS)

Durante a Idade Média, devido à supremacia da moral cristã, o conhecimento sobre o corpo era algo proibido e acreditava-se que as doenças resultavam da punição divina aos pecadores. Os avanços científicos ocorridos no âmbito do Renascimento, decorrentes, em grande medida, da retomada dos clássicos, da globalização promovida pelas viagens ultramarinas e pelos contatos com outras culturas, propuseram justamente uma mudança nessa forma de pensar. Já o Iluminismo buscou na natureza uma nova compreensão do ser, ao mesmo tempo que o conhecimento científico estabeleceu um novo patamar para os saberes e sua aplicação. O corpo passou, então, a ser visto como uma máquina, o que alterou significativamente a percepção sobre as causas das doenças e os tratamentos que os enfermos deveriam receber. Se, por um lado, as enfermidades não foram mais definidas a partir de pressupostos teológicos, por outro, os procedimentos de cura não foram mais associados à expiação das culpas para salvação da alma ou à combinação de procedimentos próprios de uma medicina mágica e doméstica com pressupostos hipocrático-galênicos. O Setecentos se caracterizou, ainda, por várias inovações teóricas e práticas introduzidas no ensino médico e nas instituições que se dedicavam à formação dos profissionais das artes de curar, bem como nos procedimentos médico-cirúrgicos que passaram a ser adotados a partir de uma outra visão do corpo e de seu funcionamento. Os séculos XIX e XX assistirão a crescente especialização das instituições e dos profissionais da Medicina e o influxo de novas teorias médicas, de novos tratamentos, instrumentos e técnicas, face a necessidade de fazer frente a novas doenças e às realidades distintas enfrentadas pelas populações de todos os continentes. Este simpósio tem por objetivo oportunizar a divulgação de pesquisas ligadas à temática da História da Medicina e da História da Saúde e das Doenças e, ainda, a reflexão sobre os papéis desempenhados pelos profissionais das artes de curar tanto através de suas publicações, quanto de sua atuação prática para a renovação e a circulação de saberes e práticas curativas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

TUMORES NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI DO SETECENTOS

Bernardo Ternus de Abreu
(Mestrando em História Unisinos)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar o projeto de mestrado em desenvolvimento no PPGH da Unisinos. O trabalho é uma investigação acerca dos tratamentos para tumores realizados pelos padres e irmãos jesuítas na Província Jesuítico-Guarani do Paraguai no final do Seiscentos e início do Setecentos. A pesquisa considera menções a tumores em Cartas Anuais e em um manuscrito platino de medicina de 1725, partindo da hipótese de que conhecimentos originais foram produzidos graças às trocas culturais e apropriações de saberes indígenas, bem como de experimentalismos e da leitura de cânones do período. Serão citadas listas de itens vindos de navio da Europa e correspondências entre padres e agentes coloniais para retratar os processos de comunicação para envio de itens de botica e medicina, de modo a comentar que as redes comerciais foram necessárias para que se desse a circulação de conhecimentos, produtos, noções e pessoas. Os tumores compreendem uma ampla gama de enfermidades tratadas de formas particulares, tendo sido observadas: a influência do humoralismo e de outras teorias em debate na Europa; dos saberes Guaranis e das adaptações e formulações locais realizadas pelos jesuítas.

DA MEDICINA AO DIREITO: O CORPO FEMININO E A CRIMINALIDADE

Carolina Wendling Rodrigues
(Graduanda em História Unisinos)

A presente comunicação contempla um recorte do meu trabalho de conclusão de curso intitulado: Justiça e crimes femininos nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul na Primeira República (1890-1930), cujo objetivo principal é analisar de forma qualitativa e quantitativa crimes em que mulheres estão envolvidas como réis e vítimas, tendo como fonte principal os processos-crime. A Primeira República foi marcada por um *boom* de ideias científicas, elaboradas por médicos e juristas. Neste período há um aumento do prestígio médico, devido às ações higienizadoras e maior participação dos profissionais da saúde nas políticas de ordem e controle do Estado. É importante interligar as ideias científicas com as instituições de poder do Estado Republicano que buscava se organizar, uma vez que existe uma interdependência entre elas. Entendendo que no final do século XIX, a ciência médica articulava com o pensamento jurídico, para esta comunicação pretende-se expor as teorias de Cesare Lombroso e Enrico Ferri, principais expoentes da Nova Escola Penal de Direito. A Nova Escola Penal ou Escola Positivista, apoiava-se na ideia de que a conduta do sujeito criminoso estava relacionada às questões hereditárias e sociais deste. Quando a criminalidade se referia às mulheres, os médicos e juristas afirmavam que o sistema nervoso da mulher estava ligado diretamente às funções hormonais. Essa pseudociência a respeito do corpo feminino acreditava que elas eram menos propensas a cometerem delitos mais complexos, a não ser se estivessem acometidas por alguma anormalidade psíquica. A partir da análise dos processos-crime, relacionando-os com as doutrinas médicas e jurídicas, será exposto como a Justiça do Estado

irá atuar juntamente com os médicos, em crimes onde as mulheres são réis e que a saúde mental destas estava em discussão.

O “TRATADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS MENINOS PARA USO DA NAÇÃO PORTUGUESA”: CUIDADOS DESTINADOS À SAÚDE DOS SÚDITOS INFANTIS.

Eduarda Troian
(Graduada em História Unisinos)

Esta comunicação apresenta brevemente o meu projeto de mestrado, que irá analisar a obra “Tratado de Educação Física para os Meninos para uso da Nação Portuguesa”, publicada em Portugal no ano de 1790, pelo médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco. Nossa proposta é identificar a concepção de saúde infantil em Portugal na segunda metade do século XVIII, através da análise dessa obra de medicina doméstica, observando as orientações e recomendações terapêuticas destinadas ao público infantil. Esta obra, que caracteriza-se por ser uma das primeiras a focar os cuidados que demandavam os sujeitos infantis masculinos no século XVIII, foi também a primeira a ser oficialmente assinada pelo seu autor, cuja prática de publicar textos anônimos provocou acusações e denúncias de heresia junto ao Tribunal do Santo Ofício. Esta obra teve um caráter bastante inovador para o período, tendo sido uma das primeiras a abordar os cuidados específicos destinados à educação de meninos saudáveis no reino de Portugal. Ao longo de seus 12 capítulos, Mello Franco aborda o desenvolvimento da criança, contemplando desde cuidados que deveriam ser observados durante a gestação até a prática de exercícios físicos. Vale lembrar que o autor estava nitidamente influenciado pelos princípios iluministas que estavam emergindo na sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII e muitas de suas percepções em relação aos cuidados destinados ao corpo demonstram esse alinhamento. Interessa-nos, portanto, reconstituir a trajetória do seu autor, a fim de compreender as transformações sociais que estavam acontecendo em Portugal e, também, na América Portuguesa no período em que a obra foi publicada, especialmente em relação ao exercício e ao ensino da medicina no decorrer dos Setecentos.

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA MEDICINA GAÚCHA NOS ANOS 30: UMA ANÁLISE DAS REVISTAS “HYGIA” E “ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA”

Felipe Vieira Chiamulera.
(Graduando em História Unisinos)

Dr. Marcelo Vianna
(IFRS)

Com o surgimento da pandemia de COVID-19, instituições de toda sorte tiveram de se reinventar. Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Osório, propôs o projeto “Disseminando o conhecimento histórico da saúde: digitalização e catálogos virtuais de obras raras do Museu de História do Rio Grande do Sul”. Através desse projeto, se busca ampliar as possibilidades de divulgação e preservação dos acervos do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul digitalizando seu acervo e

criando catálogos digitais de pesquisa informativos. Dentre os documentos em processo de digitalização está a revista “Higya: Revista Mensal Popular de Medicina e Educação Sanitária”, em que se encontram artigos escritos por personalidades importantes da medicina regional. O presente trabalho se propõe a contribuir para a compreensão da constituição do campo científico médico do Rio Grande do Sul a partir de uma análise das revistas “Higya: Revista Mensal Popular de Medicina e Educação Sanitária” e “Archivos Rio-Grandenses de Medicina”. Para tanto, inspirado na prosopografia, a pesquisa, que está em desenvolvimento, identificará os agentes sociais envolvidos nas publicações, observará suas formações e verificará os temas recorrentes nas revistas. Até o presente momento, observou-se que personalidades médicas regionais, que faziam parte do corpo editorial dos “Archivos”, também fizeram contribuições na revista “Higya”. Neste último periódico, observou-se publicações de mulheres de diferentes áreas, contrastando com os “Archivos”, em que se encontram apenas publicações feitas por homens e exclusivamente médicos.

UMA ANÁLISE DO BEBER E DO ALCOOLISMO ATRAVÉS DE DISCURSOS MÉDICOS E JURÍDICOS NO JORNAL CORREIO PAULISTANO (1940-1950)

Me. Fernando Tadeu Germinatti
(UNICENTRO)

Esta pesquisa objetiva analisar os discursos referentes ao consumo do álcool, entre as décadas de 1940 a 1950 no jornal *Correio Paulistano*, em edições disponíveis e digitalizadas na plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira, além do uso de obras da historiografia da ciência, e das ciências sociais, em especial da antropologia da saúde e da doença, que serão investigadas as narrativas em torno da simbologia do beber, ao mesmo tempo, em que far-se-á uma leitura crítica ao olhar do saber médico e jurídico e da exposição do mesmo através das páginas de um jornal de alta circulação e influência na cidade e no estado de São Paulo. Importante, para tanto, é assumir uma perspectiva crítica quanto ao olhar do corpo, e como o mesmo, concomitantemente, é percebido, analisado, regulado e vigiado pela medicina e pela leitura jurídica, que juntos, irão compor o quadro repreensivo-discursivo ao consumo alcoólico, fazendo a associação do álcool e do alcoolismo com a loucura e criminalidade.

ALIMENTAÇÃO E A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NO HOSPITAL SÃO PEDRO (PORTO ALEGRE/RS) NOS ANOS DE 1930

Ma. Lisiane Ribas Cruz
(Doutoranda em História Unisinos)

A presente pesquisa busca observar os registros sobre a alimentação disponível para os pacientes no Hospital São Pedro (atualmente Hospital Psiquiátrico São Pedro) em Porto Alegre/RS nos anos de 1930, por meio do livro escrito por Jacintho Godoy e os prontuários médicos sob guarda do Arquivo Público do Estado do RS (APERES). Dessa forma, pretendemos analisar quais foram os alimentos comprados e/ou cultivados na

horta do hospital, bem como a produção, refrigeração e o acesso ao refeitório e quais foram as implicações na saúde desses pacientes, principalmente as crianças e jovens internadas na década mencionada.

QUANDO A HISTÓRIA DAS DOENÇAS ENCONTRA A ARTE E A LITERATURA

Mariana Vieira
(Mestranda UEA-PPGLA/FAPEAM)

Resumo: Para a pesquisa em História, de acordo com Marc Ferro (1989), todo discurso é considerado documento historiográfico de um ou de mais tempos. No entanto, em conformidade com Robert Darnton (2012), a historiografia se atualiza a partir de uma leitura que ultrapassa questões temporais, visto que a temporalidade é apenas a metodologia desta ciência e não seu objeto. A História, para Darnton (2012), firma-se em leituras que estudem, sobretudo, o comportamento dos homens *entre* os tempos, ou seja, seus paralelismos, fronteiras e ciclos. Em meio a esta visão antropológica do estudo em História, vivemos uma pandemia em uma era que costuma acreditar que a partir da tecnologia as fronteiras se destroem. Mas, em rápidas pesquisas mercadológicas, podemos constatar que não são os livros de História das Doenças os que estão entre os mais vendidos à massa populacional. São os livros de Literatura sobre doenças que cresceram no número de vendas, como *A Peste* de Camus, ou *Ensaio sobre a cegueira*, de Saramago. Nossa sociedade, em meio a uma pandemia, buscou em diversas expressões artísticas o apoio e o entendimento sobre o que vive e sente. Talvez seja próxima a esta concepção que Sidarta Ribeiro (2019) nos diz que os sujeitos da Pré-História poderiam não estar apenas retratando seu cotidiano nas pinturas rupestres, mas também sua imaginação, seus sonhos e medos. A Arte, nesta perspectiva, é um espelho das nossas expectativas culturais e sociais como indivíduos e como sociedade. A partir dessa ótica, nossa proposta será a de estabelecer conexões entre autores de literatura brasileira do século XX em diálogo com a formação das favelas do Rio de Janeiro e sua conexão ao cólera e à febre amarela, exemplificando que a Literatura, de hoje e de outros tempos, pode ser lida como um importante documento historiográfico.

ESTRATÉGIAS DE COMBATE À PESTE BUBÔNICA NO NORDESTE NA DÉCADA DE 1940

Simone Evelin F. de S. Luna
(Mestranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

Resumo: o objetivo deste trabalho é analisar as ações do Serviço Nacional de Peste (SNP), instituição criada em 1941, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, na década de 1940. Surgida no Brasil em 1899, durante a terceira onda pandêmica, a peste bubônica atacou primeiramente as cidades portuárias, notadamente Rio de Janeiro e Santos, por serem as mais estudadas. A doença se tornou endêmica na região Nordeste após a sua interiorização, a partir da década de 1910, partindo do litoral por via férrea através das trocas comerciais. A partir desse momento vários surtos ocorreram, gerando a necessidade de intervenções médicas federais, ao longo das décadas, que viriam a

culminar na centralização dos serviços profiláticos de peste no SNP, em 1941, durante o Estado Novo de Vargas no qual medidas centralizadoras e de reforço da autoridade estatal faziam parte da ordem do dia. Essa reforma da saúde na qual o Serviço foi criado viria a coroar os esforços centralizadores do ministro Gustavo Capanema, ensaiados desde 1935. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apontar as rotinas e atividades do SNP associadas ao contexto centralizador e mostrar como o órgão desenvolvia tais atividades, de quais métodos, procedimentos e instrumentos se valiam para a empreitada. Argumento que as estratégias adotadas faziam parte da promoção da presença do Estado no interior e cumpriam o papel de fazê-lo visível e perceptível à população rural. Além disso, numa perspectiva mais abrangente, as atividades do SNP estavam conectadas àquilo que se fazia em outras partes da América Latina em relação à peste, mostrando um intercâmbio científico na região.

AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO: SAÚDE E DOENÇA NA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL COLONIAL

Rogério Machado de Carvalho
(Mestrando em História Unisinos)

A dificuldade de ambientação dos primeiros soldados e colonos no início da colonização do Rio Grande do Sul foi uma das razões para a incidência de inúmeras doenças entre essa população. No caso dos soldados, os treinamentos e as constantes escaramuças com o inimigo espanhol também provocaram doenças decorrentes dos ferimentos. A partir da documentação do Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e da bibliografia de referência sobre o período, buscamos identificar as possíveis doenças que acometiam os colonizadores, levando em consideração as condições de vida dos moradores e soldados e também as climáticas, além dos conflitos bélicos nos quais estavam envolvidos. Para tanto, recorreremos aos trabalhos de João Borges Fortes (1980, 1998 e 2001), Maria Luiza B. Queiróz (1987), Rachel dos Santos Marques (2011) e Martha Daisson Hameister (2006), que nos auxiliam na reconstituição do contexto histórico das primeiras décadas do século XVIII no extremo sul da América portuguesa. Para entendermos as doenças e a saúde do período, foram importantes os trabalhos de Cristina Gurgel (2010), Jean Luiz Neves Abreu (2006; 2007), Bethânia Gonçalves Figueiredo (2008) e Márcia Moisés Ribeiro (1997).

ST 10 - HISTÓRIA E IMPRENSA: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

Coordenadores

Guilherme Pereira Ordoque (UNISINOS)

Letícia Sabina Wermeier Krilow (PUCRS)

Pricila Niches Müller (PUCRS)

Com as transformações nas concepções e nos métodos que foram predominantes até o final do século XX na História, ocorreu uma significativa ampliação, no âmbito historiográfico, das pesquisas que utilizam a imprensa como fonte e/ou objeto. Neste processo, a interdisciplinaridade foi um fator de extrema relevância. A utilização de aportes teóricos e metodológicos de outras áreas do conhecimento, como os da Comunicação, por exemplo, trouxe novos questionamentos e possibilidades de análise sobre a atuação dos veículos informativos. Particularmente relevante na conjuntura atual, é imprescindível que a academia promova debates e trocas de saberes sobre o tema, com o objetivo de aprimorar as pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação. Dessa forma, o Simpósio História e Imprensa tem como objetivo congregar investigações que utilizam a imprensa tanto como fonte quanto objeto de estudo e reunir estudos de variados recortes temporais e temáticos. Sem desconsiderar a inserção social, as lógicas internas e suas vinculações externas, por fim, este Simpósio também visa problematizar as relações da Imprensa com os campos político e econômico.

O DISCURSO INDIGENISTA PERUANO NA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO OFICIAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1948-1968)

Aline Rodrigues Pierobom
(Graduanda em História na UEM)

Este trabalho apresenta os resultados finais da pesquisa de iniciação científica que analisou os artigos publicados por intelectuais peruanos no órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.), a revista *América Indígena* (AI). O marco cronológico da pesquisa vai da criação do Instituto Indigenista Peruano (1948) e até o início do regime militar no Peru, em 1968. O Instituto Indigenista Peruano começou a editar a sua própria revista, *Perú Indígena*, já em 1948. Isso poderia implicar no distanciamento dos peruanos de *América Indígena*, mas observamos que os intelectuais peruanos continuaram muito participantes na revista do I.I.I., mesmo após a criação do seu Instituto nacional. O I.I.I. surgiu em 1940, a partir do Congresso Indigenista realizado na cidade de Pátzcuaro, no México. Seu intuito era reunir intelectuais de todo o continente para discutir a questão indígena em seus diversos países. O Peru participou da instituição continental desde o início e já era um país que tinha destaque internacional no debate sobre o indigenismo, pois era um dos principais espaços de produção intelectual indigenista desde fins do século XIX. O indigenismo peruano era bastante multifacetado, indo de discursos paternalistas e mais conservadores, alinhados à direita política, até propostas revolucionárias ligadas à esquerda socialista. Portanto, a pesquisa buscou compreender qual foi o discurso indigenista predominante entre os intelectuais peruanos que publicaram em AI no período analisado. Os referenciais teórico-metodológicos usados na pesquisa foram os da história intelectual, principalmente na sua relação com as revistas intelectuais (Altamirano, 2010; Sarlo, 1992).

O FLUXO E O CONSUMO DE LOUÇAS EUROPEIAS NOS JORNAIS PORTO ALEGRENSES (1880-1890)

Ma. Ana Paula Gomes Bezerra
(Doutoranda em História PUC/RS)

O fluxo de louças europeias, assim como seu consumo na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul entre os anos de 1880 e 1890, podem ser percebidos através dos jornais, dentre eles: *Gazeta de Porto Alegre* e *A Federação*. Os jornais analisados são aqui utilizados como fonte, onde observa-se a presença de louças proveniente da Europa a partir do rol de mercadorias que chegavam no porto da cidade de Porto Alegre. Para tanto, foram analisados o design dos anúncios, o conteúdo e o discurso, os anúncios e a listagem de mercadorias que desembarcavam no porto da cidade, e a relação entre a cultura material apresentada nos jornais e a encontrada na antiga Pra Rui Barbosa, no centro da cidade, onde foi realizada a segunda escavação arqueológica ocorrida em 2007, o material coletado encontra-se no Laboratório de Pesquisas Arqueológicas MCT/ PUCRS. Foram analisados os jornais e os fragmentos de louça buscando traçar uma trajetória desses objetos e assim entender a formação de uma rede de comércio e consumo existente da cidade.

SANTA FELICIDADE NOS JORNAIS: A IDENTIDADE ITALIANA E O COMEMORACIONISMO NO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA COLÔNIA – 1978

Bruno Ercole
(Mestrando UFPR)

A presente proposta de comunicação tem por objetivo entender como é expressa a identidade italiana da antiga colônia e agora bairro de Santa Felicidade – em Curitiba, PR –, através da imprensa e do comemoracionismo, voltando a análise para o ano de 1978, data na qual celebra-se o centenário de fundação da colônia, fato que não é esquecido pelos jornais da capital paranaense. Foram selecionados para esta comunicação um total de nove artigos publicados entre janeiro de 1978 e janeiro de 1979 que tratam do tema. A apresentação, assim, divide-se em dois momentos: uma análise geral acerca do que as fontes de periódicos – neste caso específico, os jornais de circulação diária disponíveis na capital paranaense –, explorando o que elas representam para o historiador, para entender de que maneira podem ser classificadas como fontes históricas e como elas podem ser utilizadas na pesquisa científica. O segundo momento de análise volta-se, de maneira mais específica, à Santa Felicidade em seu centenário, com enfoque nas questões de identidade e comemoracionismo – conforme observa-se expressas nas fontes –, seguindo as ideias de Stuart Hall, Jöel Candau e Fernando Catroga.

“APRENDENDO A SER MULHER”: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA REVISTA *QUERIDA* AO LONGO DA DÉCADA DE 1960

Cibeli Grochoski
(Mestranda em História na UNICENTRO)

Resumo: A presente comunicação pretende discutir os resultados de uma pesquisa sobre a revista *Querida* na década de 1960. O objetivo é analisar como as mulheres foram representadas na revista, na pesquisa se analisa os papéis de gênero, considerando inclusive o masculino, contudo para a comunicação optou-se pelo recorte apenas das representações femininas. A revista feminina *Querida* foi criada em 1953 no Rio de Janeiro e tinha circulação nacional, publicada num momento em que o Brasil desejava se tornar moderno e as mulheres progressivamente conquistavam espaço nas universidades (MARTINS, 1991). Entretanto, alguns valores e atributos que estavam associados ao papel feminino na sociedade brasileira permaneceram, criando uma tensão entre o moderno e o tradicional no que tange aos comportamentos definidos às mulheres. A modernidade estava mais associada ao consumo de produtos tecnológicos e de beleza, enquanto que a mensagem veiculada pela revista era a de que as mulheres deveriam ser atraentes para conquistar um marido, e para mantê-lo deveria ser exímia dona de casa e mãe.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

TORCIDA ORGANIZADA MARÉ VERMELHA E A DITADURA CIVIL-MILITAR: RESISTÊNCIA NAS ARQUIBANCADAS POR MEIO DE UMA TORCIDA “GAY”

Eduardo Bortolotti Silveira
(Graduando UFN)

O fenômeno de torcedores organizados em torno de um time de futebol profissional no Brasil ocorre desde a década de 1940, segundo Toledo (1996) e Hollanda (2016). Com o passar dos anos, estes grupamentos foram se modificando de acordo com a época que viviam, tendo diversas denominações. Dentre elas, podemos destacar as Torcidas Organizadas. Com esta alcunha surgiu um destes grupamentos na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Unidos em torno do Esporte Clube Internacional de Santa Maria, a Torcida Organizada Maré Vermelha surgiu em 1979, no período final da Ditadura Civil-Militar, em uma cidade interiorana que possuía um grande polo militar. Além disto, marcou presença no Estádio Presidente Vargas por mais de duas décadas, em um ambiente hostil que é o das arquibancadas de estádios. Tudo isso se soma ao fato de a torcida ser constituída por pessoas assumidamente homossexuais, tornando-a uma das “torcidas gays” do Brasil, fenômeno que vinha ocorrendo em diversas cidades do país, segundo Anjos (2018). O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de surgimento e permanência da Maré Vermelha em meio a um período histórico hostil para as minorias sociais, e em um ambiente tradicionalmente preconceituoso, que é o das arquibancadas de futebol. Para tanto, foi utilizado fontes jornalísticas do Jornal “A Razão”, principal periódico da cidade. Luca (2018) fornece discussões sobre como proceder na utilização de jornais como fontes históricas; e Martinelli (2019) afirma que, devido ao abrandamento da Ditadura e dos mecanismos de censura, vários veículos da imprensa abordaram assuntos polêmicos, e isto pode ser notada nas páginas do “A Razão”, sendo encontradas diversas reportagens sobre a Maré Vermelha. Por estas reportagens também é possível abordar como a torcida se organizava frente a todas as dificuldades impostas, além de compreender como se dava seu funcionamento, dentre outras questões.

O JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO NAS JORNADAS DE JUNHO E NAS MANIFESTAÇÕES PRÓ IMPEACHMENT

Guilherme Henrique Piaz Paslauski
(Mestrando em História UNIOESTE)

Em 1962 o jornal Folha de São Paulo é adquirido pelos sócios empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, momento decisivo para a guinada editorial que viria a acontecer no jornal paulista a partir dos anos de 1970, quando começou a aplicar mudanças no jornal para implantar uma nova visão jornalística e empresarial no interior do jornal Folha de São Paulo, implementou no jornal um discurso voltado para o mercado e criou para si uma alta imagem de jornal pluralista e apartidário, estando ali a serviço dos interesses do Brasil, e busca sempre se mostrar como imparcial para seus leitores. Assim, busco investigar se a linha editorial, implementada pela Folha de São Paulo no jornalismo brasileiro prevaleceu e ver se foi realmente seguida. Portanto, a presente pesquisa busca compreender como se dá a atuação da Folha de São Paulo em dois momentos chave da história recente do país, sendo, as Jornadas de junho de 2013 e as manifestações pró-golpe em 2015, quais foram os posicionamentos e discursos adotados pelo jornal nesses dois momentos, como suas notícias apresentam os

movimentos para o público, influenciando a forma como a opinião pública vai compreender os atos.

IMPRENSA E PENSAMENTO INTERNACIONAL: APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA SOBRE OS ARTIGOS DE JOÃO NEVES DA FONTOURA NO JORNAL ‘O GLOBO’

Guilherme Pereira
(Mestrando em História Unisinos)

João Neves da Fontoura atuava como deputado federal e vice-governador do Rio Grande do Sul quando projetou-se no cenário político nacional ao ser um dos articuladores da chamada Revolução de 30, movimento que levou Getúlio Vargas à chefia do poder executivo brasileiro. Ministro das Relações Exteriores do Brasil em duas ocasiões (Governo Dutra e Segundo Governo Vargas), escreveu de maneira intensa ao longo de sua trajetória na política, marcada nos últimos anos de vida pela colaboração com o jornal *O Globo*. Este trabalho objetiva analisar e descrever a maneira como refletiu acerca dos temas vinculados às relações internacionais a partir de seus artigos publicados na imprensa brasileira entre os anos de 1954 e 1963. Para isso, será apresentada uma breve descrição de seu itinerário na diplomacia brasileira, que vai desde 1940 a 1953. A partir disso, em uma segunda parte, o enfoque se desdobrará especificamente para seus artigos publicados no jornal *O Globo*, quando mobiliza suas argumentações para analisar o ‘estar no mundo brasileiro’, os fatos cotidianos da diplomacia, assim como justificar e interagir com as suas atuações no Itamaraty, principalmente as de chanceler. Partiremos da hipótese de que buscou representar-se como defensor das tradições da diplomacia brasileira, sejam elas inventadas ou não, ao discorrer sobre temas como pan-americanismo, inserção internacional e guerra, elaborando um pensamento internacional orientado tanto pelos reflexos da experiência passada como pela necessidade de uma memória cuidada de sua imagem como diplomata. Como corpus de análise, nos valeremos de dezesseis artigos, assim como dos rascunhos desses textos, todos eles encontrados no Arquivo Particular João Neves da Fontoura, abrigado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE (2001-2007)

Ma. Isabella Czamanski Rota
(Doutoranda em História UPF)

A revista *Manchete*, de Adolpho Bloch, foi, na época de seu lançamento, a segunda maior revista brasileira em circulação, posteriormente se tornando a mais vendida do país. Lançada semanalmente entre 1952 e 2000, e de forma irregular até 2007, ela cobriu uma série de acontecimentos e diferentes estilos de vida, fazendo uso, principalmente, do fotojornalismo em combinação com textos de renomados autores, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga e Manuel Bandeira. Dentre os assuntos abordados pela revista é possível encontrar uma

grande gama de temas, bem como biografias de diferentes personalidades. Este trabalho visa apresentar os resultados da aplicação da metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011) fazendo uso de dados coletados nas edições da revista Manchete lançadas entre os anos de 2001 e 2007, onde foram buscadas quaisquer referências a crianças e a infância, seja em texto ou imagem, independente da temática abordada pelas edições, de forma a identificar de quais formas a criança foi representada nas páginas da revista durante seus anos finais, fazendo uso de conceitos de imprensa e história, além da definição de representação proposta por Roger Chartier (1991).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DOS CORPOS CARIOCAS NAS PÁGINAS D'O RIO-NÚ (1898-1916)

Isadora Luiza Francisca Alves Flores
(Doutoranda em História da UNIOESTE)

O presente trabalho pretende tratar da imprensa pornográfica carioca da passagem do século XIX para o século XX, a partir das perspectivas da História Cultural do Imprensa definidas por Chartier (1988;2017). Nesse sentido, propomos tecer algumas considerações sobre o autorreferido “periódico bissemanal cáustico humorístico” O Rio-Nú. Tendo circulado entre 1898 e 1916 na então capital federal pelo preço relativamente acessível de 100 réis, o longo periódico se consagrou como o maior título carioca da chamada “Imprensa de Gênero Alegre”. Diante do fenômeno editorial d'O Rio-Nú, o postulamos como uma privilegiada fonte para a reflexão histórica do seu contexto de produção. De maneira que, pretendemos interrogar o seu malicioso conteúdo, buscando investigar as referências de que se valeram os pornógrafos de sua redação para construir suas operações de significação do organismo humano e seu funcionamento. A abordagem aqui proposta, visa, portanto, explicitar o potencial desse jornal malicioso como ponto de partida para a análise das (re)elaborações representativas dos corpos generificados de homens e mulheres cariocas que permearam tal conjuntura sócio-histórica.

O CASO DOS MUCKER: A NARRATIVA DA IMPRENSA ATRAVÉS DAS PUBLICAÇÕES DO JORNAL DO COMMERCIO E DE KARL VON KOSERITZ

Juliana Daitx Guimarães
(Graduanda em História pela PUC/RS)

O conflito dos Mucker se deu entre 1868 e 1874, entre o grupo de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães denominado Mucker e o restante da comunidade que compunha a antiga colônia de imigrantes de São Leopoldo. Entre 1873 e 1874 o antagonismo entre os Mucker e o resto da comunidade tomou proporções oficiais e vários crimes foram associados aos Mucker. Seguiu-se uma operação militar que culminou na morte de diversos membros do grupo, incluindo Jacobina, e na prisão de outros tantos. O objetivo geral deste trabalho é entender como o episódio de conflito foi apresentado na imprensa do período a partir dos artigos publicados no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Buscou-se também entender como Jacobina Maurer e as figuras femininas envolvidas no conflito são retratadas no Jornal do Commercio pela perspectiva de gênero e verificar se há relação entre as publicações de Karl von Koseritz, jornalista considerado um dos influentes para a construção da imagem dos Mucker que

perpetuou por décadas depois do fim do movimento, e o publicado sobre o caso no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Este trabalho analisa mais de 40 artigos publicados sobre o caso pelo Jornal do Commercio, material inédito e ainda não explorado pelos historiadores que abordam o caso. Observou-se que o Jornal do Commercio apresenta o movimento como negativo e criminoso. Ele apresenta uma indicação do que foi publicado sobre o caso na imprensa local, que alimentava as publicações do Jornal. Aponta-se, nesta análise, a relação entre as narrativas, e a perpetuação do entendimento sobre o caso. Indica-se, também, as relações de gênero e os lugares das mulheres nessa narrativa que conta a história de um grupo liderado por uma mulher: o de vinculação as figuras masculinas, invisibilidade enquanto considerada aceitável, e de escárnio quando autônoma.

RONDON, SPI, COMISSÃO DE EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS E BANDEIRA PIRATININGA: A QUEM CABE A TUTELA DOS INDÍGENAS? (1938)

Leonardo Birnfeld Kurtz,
(Mestrando em História PUC/RS)

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar, a partir da imprensa brasileira, o conflito de interesses ocorrido entre Marechal Rondon, o Serviço de Proteção aos Índios, a Comissão de Expedições Científicas e a Bandeira Piratininga em relação a abordagem dos indígenas Carajás e Xavantes no sertão mato-grossense em 1938, mais especificamente a partir do dia 23 de agosto de 1938. No dia 22 de agosto de 1938, Willy Aureli, líder da Bandeira Piratininga, um grupo de expedição privada que rumou diversas vezes para o Mato Grosso entre 1937-1945, enviou um telegrama para o jornal “Folha da Manhã”, no qual trabalhava. O envio de informações para “as folhas” do jornal paulista fazia parte de um acordo, no qual a expedição de Aureli enviaria os fatos inéditos relacionados a viagem. O evento relatado foi um encontro com Xavantes de desfecho violento, no qual os indígenas, ao se assustarem, atiraram flechas nos bandeirantes. Após a publicação do ocorrido, em 23 de agosto, mais de vinte periódicos em diferentes regiões do Brasil republicaram o evento. A publicidade inédita para a Bandeira atraiu a atenção de importantes atores que lidavam com “a questão indígena” no contexto da época, especialmente Marechal Rondon e o SPI. As cartas abertas de Rondon, membros da Comissão de Expedições Científicas e reflexões acerca do papel do SPI, transformam um pequeno evento em um interessante microcosmos para compreendermos a disputa pela tutela dos indígenas, conceito importante nas obras de Antonio Carlos de Souza Lima. Ressalta-se a importância de observar o exercício da tutela para além da ação estatal, como um movimento mais amplo que abarcou tanto as instituições do governo, quanto as expedições privadas e missões cristãs.

COLUNAS, NOVIDADES E TENDÊNCIAS: DISPOSITIVOS MIDIÁTICOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Letícia Silva Azevedo
(Graduanda em História PUC/Minas Gerais)

A presente comunicação objetiva apresentar alguns resultados de uma pesquisa em desenvolvimento, onde se tem como fonte a Imprensa e como perspectiva analítica a categoria social de gênero. O trabalho se dedica à investigação das posições de gênero mobilizadas na

Revista Bello Horizonte, nas décadas de 1930 e 1940. A categoria analítica de gênero tem sua funcionalidade na sexualização das relações sociais, questionando as relações de poder que não por acaso se despontam nas divisões sexuais das experiências sociais assentadas em argumentos que operam na manutenção de determinismos biológicos. Nesse sentido, essa categoria também se aplica a análise do sistema midiático quando o tomamos por ator ativo na trama social. A nossa proposta é de adentrar no debate da categoria de gênero nas investigações históricas analisando o espaço social engendrado pelo sistema midiático, recortado à Mídia Impressa - Revista, sendo assim, pretende-se contribuir para o debate dos estudos históricos quando da relação entre História e Imprensa. Em termos metodológicos, o material foi submetido primeiramente à leitura panorâmica cujo objetivo foi entender a diagramação da revista e seus espaços de veiculação discursiva dentro da lógica editorial. Feito isso, foi possível considerar alguns agrupamentos analíticos para dar seguimento na investigação, e aqui destaco a característica de “Exclusividade”. Essa dimensão foi encontrada ao perceber algumas matérias e contos que se apresentavam por dizeres como “para a revista Bello Horizonte”, ou seja, autores e autoras que produziram textos especificamente para esse veículo. Assim, pretende-se investigar as posições de gênero que são elencados por esses materiais inéditos publicizados pela lógica da exclusividade. Sendo assim, a problematização dessa fonte versa sobre o questionamento: “Quais são os posicionamentos discursivos da Revista Bello Horizonte que definem os sentidos e performances de homens e mulheres na sociedade belorizontina da década de 1930/1940?”

O. G. REGO DE CARVALHO E AS NARRATIVAS LITERÁRIAS NA IMPRENSA TERESINENSE DA DÉCADA DE 1950.

Natália Ferreira de Sousa
(Mestranda PPGHB UFPI)

O presente estudo tem por objetivo analisar a formação literária de O. G. Rego de Carvalho através de sua atuação na imprensa teresinense da década de 1950. Nesse período de tempo, o autor colaborou com diversos jornais piauienses, entre eles *O Piauí*, *O Dia* e *Jornal do Piauí*, onde chegou a protagonizar polêmicas em suas páginas, além de iniciar sua carreira como escritor, publicando em 1953 seu primeiro livro *Ulisses entre o Amor e a Morte*. O vínculo do escritor com a imprensa da época é também destacado a partir da fundação, junto com Manoel Paulo Nunes e H. Dobar, dois outros escritores piauienses, da revista *Caderno de Letras Meridiano*, publicação que exprimia o entendimento de uma nova geração de literatos sobre novas formas de se fazer literatura. O contexto literário teresinense também será analisado por mostrar as divergências de opiniões e as disputas literárias ocorridas nesse meio. Desse modo, foram analisadas matérias dos jornais *O Piauí*, *O Dia* e *Jornal do Piauí*, bem como entrevistas de O. G. Rego de Carvalho. No referencial metodológico, foram utilizados os estudos de Certeau (1988), Chartier (1998), Negreiros (2015), Pesavento (2006, 2007), Queiroz (2015), dentre outros.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) DO BRASIL (1961-1964) E A SUA REPRESENTAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA

Pricila Niches Müller
(Doutoranda em História PUC/RS)

Esta apresentação tem por objetivo aprofundar o diálogo sobre o projeto de pesquisa de doutorado que está sendo realizado no PPGH da PUCRS e que tem como foco analisar as representações acerca da Política Externa Independente (PEI). A PEI caracteriza-se por ser uma inserção internacional do país de forma global, de forma pragmática e que procurava desprender-se de compromissos ideológicos, idealizada e aplicada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart no início dos anos 1960, período de 1961-1964. Tal análise centra-se na imprensa, por ela significar-se no quadro social como uma grande difusora de opiniões e ideias. Por isso, considera-se a relevância em identificar como os jornais estão se posicionando no debate público da época, por também tratar-se de um período de reorganizações no campo político, onde os princípios ideológicos estavam em alta internamente. Assim, propõe-se o estudo através de três periódicos: *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. Pretende-se comparar o conteúdo da narrativa empregada em cada um dos impressos, procurando identificar divergências e convergências nos seus posicionamentos frente à política externa adotada pelos governantes do período, tanto no que se refere aos princípios doutrinários da PEI, quanto às ações pontuais derivadas dos mesmos, sem deixar de contextualizar e relacionar com a realidade interna do país no período, bem como a externa, considerando a existência de um anticomunismo latente no Brasil e os conflitos relacionados a Guerra Fria.

“NÃO É PRECISO QUEIMAR SUTIÃS EM PRAÇA PÚBLICA”: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER ATRAVÉS DO JORNAL PIONEIRO

Rúbia Hoffmann Ribeiro
(Graduanda UCS)

A este trabalho de pesquisa interessa saber de se o discurso presente no Jornal Pioneiro sobre o Dia Internacional da Mulher contribui ou não para a reprodução e naturalização de relações desiguais entre os sexos, no período de 1992 a 1996. A categoria de gênero é aqui entendida, segundo Joan Scott (1989, p.21) “como um elemento constitutivo das relações sociais, construído a partir de atribuições culturais baseadas nas diferenças entre os sexos. Gênero, portanto é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Assim, ao reproduzir aspectos de gênero em seu discurso o jornal Pioneiro acaba por reforçar relações desiguais entre os sexos. Para a análise das fontes utiliza-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), partindo das contribuições desenvolvidas por Norman Fairclough (2001), que compreende o discurso como uma prática social que contribui para produzir e reproduzir identidades sociais, relações sociais e sistemas de crenças e conhecimento. Nas fontes analisadas, se percebe que no discurso do Jornal Pioneiro a inserção de mulheres no mercado de trabalho é assunto recorrente, muitas vezes vincula-se a isso uma ideia de espaço já conquistado e, portanto essa seria “equivocadamente transformada na bandeira prioritária desta luta emancipatória” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1994, p. 6), embora em algumas publicações o discurso do jornal reconheça a persistência de algumas desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho acaba por naturalizar a dupla jornada de trabalho das mulheres, através de exemplos “positivos” de

mulheres que conciliam atividades domésticas com o trabalho fora do lar. Ao recorrer a um desses exemplos, o jornal afirma: “Não há necessidade de provar nada. Não é preciso queimar sutiãs em praça pública, comprar discussões infrutíferas sobre independência financeira ou virgindade.” (Jornal Pioneiro, 8 de março de 1996, p. 15).

JORNAL AMORIM E IMPRENSA DE INTERIOR: NARRATIVAS SOBRE SAÚDE MENTAL EM SOMBRIO – SC (2014-2016)

Tamiris Serafim de Matos
(Graduanda UFSC)

O Jornal Amorim surge em 1996 resultando de interesses pessoais do empresário Cacai Amorim. Inicialmente chamava-se O Destaque, com circulação semanal, em 1999 além de passar a publicações diárias foi dividido em dois, O Destaque Catarinense e o Destaque Gaúcho, dado que Sombrio localiza-se na fronteira entre SC e RS. Como as assinaturas catarinenses eram maiores o Destaque Gaúcho funcionou até 2004. Em 2008 por questões burocráticas o Destaque Catarinense tornou-se o Jornal Amorim, surgindo assim a Rede Amorim de Comunicação. É nesse contexto que o Amorim se difunde, sendo hoje o mais assinado e popular na cidade. Quanto a isso, vale destacar dois eixos centrais pensando as particularidades do jornal: sua natureza de jornal de interior e sua característica de empresa. Pensar o Amorim através do conceito de imprensa de interior não está ligado unicamente ao fato de estar localizado numa cidade de pequeno porte no interior. Ainda que existam seguimentos comuns que determinam os padrões dos canais de comunicações é fundamental compreender suas peculiaridades. Francisco de Assis (2013) refletindo sobre os conceitos dentro do jornalismo, aponta que pensar o jornal de interior significa que estamos nos referindo a um jornal localizado numa cidade afastada de centros urbanos e nele se sobressai notícias sobre demandas locais. Ele é como uma “saída para os municípios darem vez e voz às suas comunidades, já que à ‘grande imprensa’ interessa apenas os acontecimentos regionais de grande repercussão. No Amorim o maior número de notícias são de conteúdos locais, sendo possível em alguns casos acompanhar a reportagem por semanas seguidas conforme o desdobramento das notícias. Nesse sentido busco refletir são quais as relações do jornal e suas narrativas com o tema saúde mentais; quais narrativas aparecem sobre saúde mental no Amorim e como elas dialogam com a cultura local e suas urgências.

ST 11 - CORPO, HISTÓRIA E MOVIMENTO: OS ESPORTES ATRAVÉS DE UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

Coordenadores

Fabrizio Cardoso da Silva (UNISINOS)

Deivid da Silva Ferreira (UNISINOS)

Cada vez mais cresce o interesse em se discutir nas Ciências Humanas aquilo que comumente denominamos de atividades recreativas do corpo. Se para Huizinga (2011) toda interatividade humana possui um caráter lúdico e social, os esportes se inserem neste amplo cenário onde os estudos historiográficos conseguem dialogar com outras áreas do saber. Assim, tendo como objetivo ampliar a discussão sobre a temática esportiva no ambiente acadêmico, propomos e convidamos a todos para refletirmos diversas leituras sobre o corpo em movimento e suas ramificações. Alabarces (2008), ao falar do futebol inspirado pelas ideias de Sarlo (1997), define esse esporte como uma máquina cultural do século XX e XXI. Se para a América Latina a experiência aglutinadora do futebol se faz visível, estudos como o de Bale (2003) apontam o Beisebol e o Basquetebol como seus análogos nos Estados Unidos. Outros trabalhos apontam para atividades como o ciclismo, o boxe, a patinação. Lugares de sociabilidade, logo as praças esportivas, as ruas, os bares, proporcionam encontros e desencontros, moldando a atividade do grupo a cada vitória ou derrota. Assim, jornais, portais nas mídias eletrônicas, transmissões pela televisão e rádio foram impulsionadas pela prática esportiva, construindo um verdadeiro mundo do trabalho esportivo. Não podemos deixar de mencionar aquelas áreas que, impulsionadas pelos esportes, tiveram importantes avanços técnicos, como a medicina, a farmacologia, a psicologia, dentre outras. O esporte como espetáculo Olímpico ou como negócio, a exemplo da NBA, entrou no cotidiano das pessoas. São as sensibilidades, talvez, o maior exemplo de como a prática esportiva adentrou na vida de boa parte dos sujeitos deste globo, que se emocionam, choram, riem, encantam e criam com a maravilha de um instante, de um tempo único, como Huizinga denominou o tempo do Jogo.

UMA ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA NÃO ACADÊMICA SOBRE O FUTEBOL PROFISSIONAL DE CAXIAS DO SUL

Me. Deivid da Silva Ferreira
(História Unisinos)

A proposta desse trabalho é trazer ao debate algumas das observações feitas durante a pesquisa e escrita da dissertação de mestrado “Os dirigentes dos clubes de futebol em Caxias do Sul: formação e memórias de uma elite regional (1968-1989)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, sobre alguns livros produzidos sobre a história das agremiações caxienses de futebol profissional Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul e Esporte Clube Juventude. Durante a pesquisa, foram separados e analisados quatro livros não acadêmicos que abordam a história desses clubes, sendo dois sobre o Caxias, escritos por Gustavo Côrtes, administrador de empresas de formação e escritor oriundo do Rio de Janeiro, e dois sobre o Juventude, escritos por Francisco Michielin, médico cardiologista e portador do título de historiador oficial do Clube Alvíverde. Dessa forma, propomos explorar alguns dos elementos que transparecem durante a leitura desses livros, como a visão que os autores têm sobre os clubes e sua história e o relacionamento pessoal que ambos nutrem com as agremiações estudadas. Sendo assim, podemos perceber que, através desses livros, cria-se uma espécie de história oficial dos clubes, base das informações que serão buscadas por torcedores e pela imprensa local.

ENTARDECER EM PORTO ALEGRE: SOCIABILIDADE, FUTEBOL E CIDADE NOS ANOS 1950

Fabício Cardoso da Silva
(Mestrando em História Unisinos)

No presente trabalho apresento como o futebol na cidade de Porto Alegre com o surgimento do Estádio Olímpico em 1954 do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense possibilitou um ambiente de experiência de sociabilidade. O estádio como local produz memórias, imagens e afetividades que demonstram as vivências de uma cidade e sua relação com o esporte mais popular do país. Dessa maneira, através de duas fotografias disponibilizadas pelo acervo do clube que datam da inauguração do Estádio Olímpico mergulhamos nesta reflexão do campo das possibilidades da sociabilidade entendidas por Agulhon. Afinal, no caminho ao estádio de futebol, seja a pé como no hino gremista, seja pelas vias rodoviárias, no encontro dos bares próximos, na confraternização da bebida e da comida, na entrada pelos portões definidos a convivência social produz relações inumeráveis. Nas cadeiras sociais ou na arquibancada de concreto, muito do lugar dentro do estádio lhe apresenta no mundo social. Cadeiras elevadas podem significar posições elevadas dentro do clube ou na sociedade, o concreto da arquibancada ao contrário a nivelava entre os vários grupos sociais em questão. O pós-jogo, o futebol transcende o tempo dos noventa minutos, perdura nas rodas de conversa durante a semana, no retorno ao trabalho laboral, nas lojas do comércio, na redação dos jornais. Assim, de fato uma partida nunca termina ela se eterniza no ato contínuo de revivê-la em cada discussão. Como diria Huizinga isso é um rito sagrado do futebol.

UM OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA NA PESQUISA ESPORTIVA

Me. Glauco José Costa Souza
(Doutorando em História UFF)

A historiografia apresenta possibilidades de refletir sobre os desenvolvimentos históricos de maneiras variadas. Ao longo dos anos, a perspectiva exclusivamente política deu lugar a abordagens que permitiram às vozes sociais e culturais serem ouvidas, bem como tecer novos olhares acerca dos processos econômicos. Todos estes processos contribuíram e muito para o crescimento das pesquisas esportivas no Brasil, sobretudo no final do século XX e início do XXI. Atualmente, diversos são os trabalhos que lidam com a história esportiva, permitindo, por exemplo, que não apenas as instituições esportivas sejam objetos de estudos, mas também os esportistas e agentes que não diretamente estão ligados à prática esportiva, mas a ela se associam. Um exemplo deste quadro é o surgimento de estudos que podem se debruçar acerca das empresas que comercializavam materiais esportivos no Brasil, como artigo lançado recentemente por João Manuel Casquinha Malaia Santos e Victor Melo. Outras pesquisas, por exemplo, podem dar atenção a competições outrora sem espaços na academia, como as Ligas Suburbanas do Rio de Janeiro; tal qual também é possível, hoje em dia, se deparar com esboços biográficos profissionais de atletas que sobreviveram a partir dos ganhos financeiros no futebol em um período que, oficialmente, predominava o amadorismo, como nos mostra Walmer Peres. Por aspectos variados, as pesquisas esportivas cresceram e ampliaram o seu campo de visão nas últimas décadas, razão pela qual pretendemos refletir neste trabalho acerca da contribuição da História Econômica, da História Social e da História Cultural para isto.

MOVIMENTO E HABILIDADE: DISSOLVENDO DICOTOMIAS PERSISTENTES

Me. Gustavo Guedes Brigante
(Ciências Sociais)

A presente comunicação visa refletir acerca da prática habilidosa, partindo da apreciação de três atividades aparentemente antitéticas: praticar alpinismo, jogar xadrez e a construção de ninhos pelo pássaro-tecelão. Considerando o contexto do aprendiz e o da praticante habilidosa, evidenciar-se-á que as considerações geralmente tecidas sobre tais temas baseiam-se em sorrateiras dicotomias, danosas à compreensão do que é habilidade e, mais amplamente, do que é habitar o mundo. Avaliando as “cinco dimensões da habilidade”, enfatizadas por Tim Ingold (2000), será argumentado que, em relação à performance, essas atividades não se tratam de ‘técnicas do corpo’, ‘atualização de esquemas mentais’ ou da ação de um ‘agente ativo’ sobre uma ‘passiva matéria bruta’. Em relação ao aprendizado, será evidenciado que não se trata de transmissão de imagens ou esquemas mentais e que o processo não ocorre de cima para baixo, como seria no caso de uma educação entendida como imposição de formas e esquemas culturais sobre mentes novças, mas de baixo para cima. Como será mostrado, longe de universais, essas pressuposições surgem com a emergência da sociedade ocidental moderna, associadas aos seus específicos modos de habitar, e encontram-se em diversos paradigmas notórios, tanto entre as ciências ‘humanas’ (como culturalismo e estruturalismo), quanto entre as ‘naturais’ (como cognitivismo e neo-darwinismo). Explicitando as inconsistências desses pressupostos, mostra-

se que os refinamentos e aprendizagens de qualquer habilidade emergem na história de vida do organismo como propriedades responsivas e relacionais de um “sistema de desenvolvimento” (Susan Oyama, 1990), concernentes ao que James Gibson (1966) chamou de “educação da atenção” e ao que Tim Ingold (2015) chamou de “modelo extrusivo”. Assim, espera-se mostrar que categorias como adquirido/inato, História/evolução, intelectual/mecânico, mente/corpo, cultura/natureza, percepção/ação, superestrutura/infraestrutura, ativo/passivo e assim por diante, muitas das quais surgidas da modernidade e tão cruciais para seus modelos explicativos mais em voga, não se sustentam na prática.

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O FUTEBOL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA LEI PELÉ

Murilo Cuthi Michel
(Licenciado Feevale)

O presente trabalho procura realizar uma análise crítica da presença da racionalidade neoliberal no futebol brasileiro. Especificamente, as transformações apresentadas pela Lei Pelé, a Lei de nº 9.615/98, que é ponto culminante da neoliberalização no esporte. A racionalidade neoliberal apresentada aqui- tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Neste contexto, analisarei quais transformações, a partir da Lei Pelé, os clubes iniciaram em suas estruturas políticas e físicas, objetivando maior competição entre si e empurrados pelas transformações ocorridas no contexto da globalização. As principais novidades trazidas pela nova lei ao futebol brasileiro e a sua modernização estrutural estão relacionadas com os artigos 27 e 28 da lei aqui analisada. Temos, respectivamente, a obrigatoriedade dos clubes que disputam competições profissionais se tornarem empresas dentro do prazo de dois anos e o fim da “lei do passe” três anos após a Lei entrar em vigor. Dessa maneira, apenas poderemos compreender e analisar o processo de modernização, profissionalização e neoliberalização do futebol brasileiro e seus diferentes impasses posteriores a partir da Lei Pele de 1998. A problematização desta lei e seus dispositivos de poder constitui um objeto privilegiado dos diferentes espaços de disputa no contexto do futebol brasileiro e sua inserção em um mercado globalizado.

ESTÁDIOS DE FUTEBOL E A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASIELIRA

Richard Nozário da Silva Prestes
(Mestrando UFSM)

O presente trabalho tem como objetivo debater o processo de construção e nomeação de estádios de futebol durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira e a participação destes processos na disputa pela memória do período. Especificamente será abordado os casos do Estádios Serra Dourada (Goiás, 1975), Estádio Ernâni Sátiro, conhecido como “Amigão” (Paraíba, 1975), outro Estádio Ernâni Sátiro, conhecido como “Almeidão” (Paraíba, 1975) e o Estádio Vivaldo Lima, conhecido como Vivaldão (Amazonas, 1970). Os quatro estádios se assemelham por serem estaduais e terem capacidade superior a 40.000 e possuem envolvimento dos governadores filiados à ARENA no seu planejamento e processo de construção. Para a realização da pesquisa utilizaremos o Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e a

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BNdigital) para acessar nossas fontes, buscando no SIAN os documentos internos da Ditadura Civil-Militar, sobre verbas para a construção, empresas responsáveis e objetivos com a construção, por exemplo. No BNdigital o objetivo é identificar nos jornais locais narrativas sobre a construção do estádio e cruzar informações com os dados que obtivermos do SIAN. Com esta pesquisa buscamos relacionar o esporte, mais especificamente representado pelos Estádios de futebol, no debate sobre a memória da Ditadura Civil-Militar, tendo-se em vista a atualidade de questões como pós-verdade e negacionismo da ciência e da História.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 12 - HISTÓRIA, POLÍTICA E IMPRENSA

Coordenadores

Paulo Eduardo Fasolo Klein (UNISINOS)

Thaíze Ferreira da Luz (PUCRS)

Pâmela Chiorótti Becker Souza (PUCRS)

A História Política reúne atualmente um campo fértil de pesquisas acadêmicas. Acreditamos que para compreender o funcionamento de regimes e instituições, é fundamental estudarmos o campo político e suas implicações sociais e culturais, como parte do processo de consolidação das democracias. Conhecer os elementos que formam e delimitam a cultura política de uma sociedade é tarefa fundamental para compreender como funcionam suas instituições políticas e os fatores que legitimam os agentes políticos que controlam tal sociedade. Nessa perspectiva, o uso dos meios de comunicação de massas para abordar a História Política, torna possível estudar a análise do poder através de outros prismas. Assim, pensando pela perspectiva da renovação dos estudos sobre o tema, verificamos que os veículos de comunicação, acabam sendo um campo de construção intelectual e espaço de disputa. Desta maneira, a discussão de trabalhos que envolvam essa temática se torna muito rica e importante no meio acadêmico, mostrando-se como um momento para a troca de saberes entre estudantes de graduação e pós-graduação. Por essa razão o Simpósio História, Política e Imprensa tem como objetivo reunir pesquisadores com variados marcos temporais e temas, utilizando como fonte/objeto de pesquisa a imprensa.

“A NOSSA LUTA”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA ESCRITA DO JORNAL A LUTA (1967-1971)

Antonio Jeferson de Sousa
(Mestrando em História do Brasil UFPI)

Prof.^a Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles
(Docente PPGHB UFPI)

O presente estudo tem por objeto analisar o jornal *A Luta*, tendo como foco as representações que jornalistas e escritores construíram em torno da atuação do jornal e as mudanças no projeto gráfico. Também questionamos em que medida o jornal dava ênfase a assuntos considerados importantes para a memória e identidade da cidade. Fundado em Campo Maior pelo político e jornalista Raimundo Antunes Ribeiro, o jornal circulou durante o período de 1967 a 1979. O recorte temporal justifica-se por compreender o período da direção de Raimundo Antunes Ribeiro e, posteriormente, do Clube Littero-Cultural Campomaiorense. O recorte final compreende a campanha de construção do Monumento da Batalha do Jenipapo, publicada no jornal, no ano de 1971. A importância atribuída ao jornal deve-se ao fato de esse periódico ter representado um espaço em que seriam defendidos os interesses da sociedade campomaiorense. Nesse sentido, o jornal passou por diversas intervenções no seu projeto gráfico, recebendo a colaboração de jornalistas profissionais. Também notamos a participação de estudantes universitários na assinatura de colunas e a publicação de textos de escritores, entre os quais destacam-se Octacílio Eulálio, Marion Saraiva e Antônio Andrade Filho. Para isso, foram analisados reportagens e textos memorialísticos publicados no noticioso. Também utilizamos como fonte o livro “Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia”, escrito por Reginaldo Miranda. Como interlocução teórico-metodológico para desenvolver a pesquisa, recorreremos aos estudos de Certeau (1988); Chartier (1998); Capelato (2015); Fontineles (2015), Seixas (2003); Barbosa (2007); Agabem (2009); Pollak (1992), Pesavento (2007), dentre outros.

IMPRENSA LOCAL, POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA: O JORNAL A LUTA E A DITADURA MILITAR EM CAMPO MAIOR-PI (1967-1979)

Caio Vinícius Silva Teixeira
(Mestrando em História do Brasil UFPI)

Prof.^a Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles
(Docente PPGHB UFPI)

O presente trabalho tem como objetivo compreender a atuação do jornal *A Luta* como um importante veiculador de discursos glorificadores da Ditadura Militar em Campo Maior(PI), contribuindo assim para que este governo alcançasse grande apoio na cidade. Pretendemos analisar o contexto de emergência deste semanário e sua relação com o cenário social e político em que estava situado. A partir daí, destacaremos o jornal como um vetor da cultura política campomaiorense e sua relação com a política nacional e estadual, uma vez que ele teve uma importante participação na reprodução dessa cultura política durante o período militar. O jornal não só divulgava, como contemplava os feitos do regime e, concomitantemente, noticiava os

embates políticos locais, demonstrando seu posicionamento em relação à política local e nacional. Usaremos como referencial teórico, para analisar as categorias de Imprensa e Cultura Política, Berstein (1997), Motta (2009), Capelato (1988), Peixoto e Cruz (2007), entre outros.

MEIAS PALAVRAS: A PAUTA POLÍTICA NA IMPRENSA ESCRITA DE TERESINA (1970-1975)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota
(Mestrando em História do Brasil UFPI)

O presente trabalho tem por objetivo o estudo de periódicos que circulavam na cidade de Teresina, na primeira metade da década de 1970. Esse período remete ao primeiro mandato de Alberto Silva no governo do Piauí. Desde sua posse, o governador ressaltou a importância de investir nos diversos meios de comunicação, para que estes vigerassem durante o seu governo. Contudo, não podemos desconectar essa aproximação, entre o poder estatal e esses meios, da estrutura política autoritária em pauta no país, sobretudo da censura. Assim, observamos a execução duma política econômica associada a uma imprensa burocratizada. Conscientes dessa leitura passamos a esmiuçar uma série de pautas jornalísticas intimamente ligadas ao plano de governo que foram publicadas na imprensa escrita teresinense. Notamos que parte dos jornalistas e donos de jornal optaram por estar do lado do poder, assim tornando-se tanto agentes como “vítimas” de uma autocensura. Analisamos, portanto, o circuito da imprensa escrita teresinense, a partir dos tradicionais jornais *O Dia*, *O Estado* e *Estado do Piauí*, dando ênfase ao estudo das pautas políticas publicadas nesses periódicos. Esse trabalho tem como principais interlocuções Arendt (2005), Benjamin (2013), Darnton (2016), Fico (2008), Fontineles (2015), Kushnir (2012), Ridenti (2014) e Smith (2000).

RESSENTIMENTO E OPINIÃO PÚBLICA: SUGESTÕES À ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Cibele da Silva Andrade
Mestranda em História do Brasil UFPI.

Prof.^a Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles
(Docente PPGHB UFPI)

Analisamos neste artigo as sugestões enviadas por piauienses à Assembleia Nacional Constituinte por meio do *Projeto Diga Gente- Projeto Constituição*, entre os anos de 1986 e 1987. Visamos compreender como o ressentimento operou nos significados que os missivistas atribuíram à futura Constituição. O referencial teórico adotado baseia-se nos estudos sobre ressentimento de Pierre Ansart (2001), Stella Bresciani (2001) e Márcia Naxara (2001). Além disso, trabalhamos com as considerações acerca da opinião pública realizadas por Jean Jacques Becker (2003) e Pierre Bourdieu (1987). A respeito do uso de cartas como fontes nos baseamos nas análises feitas por Ângela de Castro Gomes (2004) e Maria Helena Versiani (2017). As fontes utilizadas estão depositadas no banco de dados Sistema de Apoio Informático à Constituinte, disponibilizadas em plataformas digitais da Câmara dos Deputados.

SANTA MARIA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA ATRAVÉS DO JORNAL A RAZÃO (1942-1945).

Cyro Porto Martins
(Graduando em História UFSM)

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil presenciou diversos processos que marcaram profundamente a história do país. Processos estes, que estavam ligados diretamente com as fases de beligerância mundial, como também aos acontecimentos que ocorriam no próprio país. O período ficou marcado pela repressão grupos sociais e políticos, pelos controles dos meios de comunicação e centralização do poder na figura de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo (1937-1945). Com base neste contexto, a presente investigação é baseada em uma análise das reportagens alusivas a Segunda Guerra Mundial no Jornal A Razão, da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A análise está direcionada a investigar, de forma qualitativa, a representação da Guerra no periódico santa-mariense, como buscou-se mostrar os acontecimentos do conflito, como também opinião de grupos sociais sobre a Guerra e o papel do Brasil naquele processo. Esta investigação é fruto das discussões do grupo de Pesquisa CNPq/ UFSM História Platina, Sociedade, Poder e Instituições, sob a orientação da professora Dr^o Maria Medianeira Padoin.

O PARLAMENTARISMO NA CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA “ANÁLISE DE CONTEÚDO”

Diego dos Santos
(Mestrando Unisinos)

Após dez anos fechadas, as Assembleias estaduais retomaram as atividades legislativas em 1947 com a atribuição de elaborar novas Constituições para os estados. No Rio Grande do Sul, a constituinte foi marcada pelos debates parlamentares acerca da adoção do parlamentarismo como modelo de governo no estado. A Constituição com dispositivos parlamentaristas chegou a ser promulgada pela Assembleia. No entanto, foi revogada dias após pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou o texto inconstitucional, visto que não seguia o modelo presidencialista da Constituição Federal de 1946. Para compreender o processo de adoção e posterior revogação dos elementos parlamentaristas da Constituição gaúcha, a presente pesquisa utiliza como fontes: os Anais da fase constituinte da Assembleia Legislativa; as publicações do Diário da Câmara dos Deputados e dos Anais do Senado Federal; os jornais Correio do Povo (RS), Diário de Notícias (RS), O Estado de S. Paulo (SP) e O Globo (RJ). Seguindo as regras de organização da “análise de conteúdo” de Laurence Bardin, as fontes foram distribuídas em três grupos principais: Assembleia Legislativa, Congresso Nacional e Imprensa. Assim sendo, esta comunicação procura apontar caminhos para a utilização do método de “análise de conteúdo” no trabalho com as mensagens, considerando os processos de pré-análise, categorização e codificação das fontes.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

AUTOMOBILISMO, DITADURA E IMPRENSA: A COBERTURA DA CONSTRUÇÃO DO AUTÓDROMO DE BRASÍLIA E DO GRANDE PRÊMIO PRESIDENTE MÉDICI DE FÓRMULA 1

Eduardo Santos Costa
(Graduado em História UFSM)

A presente pesquisa parte da investigação da cobertura do Jornal dos Sports e da Revista Manchete sobre a construção do autódromo de Brasília e sua inauguração, onde foi realizado o Grande Prêmio Presidente Médici de Fórmula 1. Através da análise dessas fontes jornalísticas e tendo como marco teórico a nova história política e a história política dos esportes, busca-se compreender as motivações e os discursos políticos presentes nesse evento, assim como observar as maneiras com as quais a ditadura civil-militar usou para promover-se. Logo, o discurso assumido na imprensa é que o autódromo estava entre os mais seguros e modernos do mundo. O projeto do autódromo era de Oscar Niemeyer e sua construção se daria para a realização da prova dos 1000km de Brasília, uma vez que as avenidas da cidade já não comportavam a competição devido ao crescimento da mesma, sendo proibida em 1970. A primeira inauguração do autódromo foi no ano de 1972, na data de aniversário da cidade. Porém, só foi concluído em 1974, quando as estruturas de segurança foram finalizadas. Durante sua construção, contou com conselhos técnicos do piloto Emerson Fittipaldi, em uma evidente tentativa de capitalizar a popularidade que o mesmo possuía. Para marcar essa segunda inauguração, o autódromo foi sede de uma corrida de Fórmula 1 extracampeonato com o nome de Grande Prêmio Presidente Médici, em que o ditador se fez presente. A intenção era que o autódromo pudesse receber provas oficiais da categoria, o que nunca veio a se concretizar.

LUIS A. COMPAGNONI NO JORNAL *PIONEIRO*: ENTRE O INTEGRALISMO E AS ENCÍCLICAS PAPAIS DE 1891 E 1931

Erick da Silva Porto
(Graduando UCS)

Cada vez mais presente é a necessidade de estudar a formação e as influências do pensamento autoritário e conservador brasileiro. Após o fim do Estado Novo varguista, a Ação Integralista Brasileira - na ilegalidade desde 1938 - passa a se reorganizar no Partido de Representação Popular (PRP) e passa por um processo de rearticulação de diversos aspectos de seu discurso. A presente pesquisa propõe analisar a influência que a ala mais conservadora da Igreja Católica tem no pensamento de Luis Alexandre Compagnoni - integralista desde a década de 1930 - em seus escritos no Jornal *O Pioneiro* de Caxias do Sul. Abordaremos os escritos a partir da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), relacionando-os com as Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII e *Quadragesimo Anno* (1931) do Papa Pio XI. As hipóteses apresentadas são de que o discurso oficial da Igreja Católica do período forneceu base importante para a construção discursiva de Compagnoni, visto que o mesmo era membro do PRP, partido que herdou o movimento e parte considerável da ideologia integralista; e que o movimento integralista utilizava das ideias da Igreja Católica para a constituição de sua perspectiva espiritualista de mundo.

A NEW REPÚBLICA DE BOB CUSPE: A CANDIDATURA DO PERSONAGEM PUNK COMO CRÍTICA AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1985)

Me. Iberê Moreno Rosário e Barros
(Doutorando PUC/SP/UAM)

Captar as compreensões da realidade e reinterpretar de maneira humorística é um dos maiores desafios de cartunistas que navegam pelas temáticas políticas. Encontrar o limiar entre a notícia, o cotidiano e o absurdo é um exercício constante realizado por esses artistas. A revista *Chiclete com Banana*, publicada entre os anos de 1985 e 1990, figura como parte de um debate nacional acerca da produção de uma nova identidade republicana e democrática. O grupo paulistano simultaneamente: dialoga com as críticas e reflexões, muitas vezes acadêmicas, que circulam nos jornais e revistas; consomem quadrinhos, tanto de massa como *underground*; além da integração com a vida cultural paulistana. Isso faz com que o coletivo traga em sua bagagem outros movimentos contraculturais, alcançados graças a uma integração comunicacional fruto da globalização, conectando o grupo paulistano com estadunidenses do movimento Beat e libertários do movimento francês de 1968. Nesse contexto busca-se, para o presente trabalho, compreender como o grupo representou tanto sua visão política como as críticas sociais das proposições apresentadas no período. Será tomada como ponto de partida a análise da primeira edição, utilizando trechos da revista que apontem tanto os contextos paulistanos e brasileiros daquele momento histórico, como as tensões internacionais que aparecem no mesmo período. Em busca de uma genealogia da *Chiclete com Banana* autores como Michel Foucault, Aimé Césaire e Nick Sousanis serão usados para criar o espaço de debate. O artigo faz parte do processo de pesquisa de doutorado e visa tanto compartilhar os resultados parciais como desenvolver novas reflexões com outros pesquisadores.

OS DEBATES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 1948: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS JORNAL DO BRASIL (RJ) E CORREIO DA MANHÃ (RJ)

Me. Leonardo Fetter da Silva
(Doutorando em História PUC/RS)

Dois acordos marcaram a política internacional em 1948, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A primeira, de caráter regional, se consagrou pelo seu pioneirismo no acordo internacional sobre os direitos humanos, mas foi a segunda, aprovada pela Organização das Nações Unidas, que consolidou o discurso e a defesa de tais garantias. Dessa forma, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar os debates, discussões e temáticas promovidas no Brasil pela imprensa com a aprovação dessas duas declarações de 1948, por meio dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro. Essa análise se torna possível a partir da compreensão do contexto político nacional com o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) – primeiro presidente eleito democraticamente após a ditadura do Estado Novo (1937-1945) – e o contexto internacional marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, as discussões dos direitos humanos frente aos horrores do Holocausto na Alemanha Nazista e, por fim, o prelúdio da Guerra Fria.

A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NA ARGENTINA: JOSÉ ARICÓ E A REVISTA PASADO Y PRESENTE (1963-1973)

Dr. Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira
(Pós-doutorando pela Unesp/Franca)

Ao longo das décadas, o pensamento de Antonio Gramsci recebeu inúmeras interpretações e fundamentou diversos projetos políticos no contexto italiano. Na América Latina, principalmente a partir dos anos 1960, a Argentina aparece como um dos primeiros países a dialogar efetivamente com as reflexões gramscianas. Diante disso, o presente trabalho pretende investigar como ocorreu a recepção de Gramsci na Argentina entre os anos 1960 e 1970. Para tanto, estabelecemos como recorte a trajetória do intelectual José Maria Aricó, figura fundamental para a difusão do pensamento gramsciano naquele país, tomando como fonte histórica suas intervenções no periódico *Pasado y Presente*, editado na cidade de Córdoba, em duas séries, entre 1963 e 1965 e em dois volumes publicados em 1973. Em torno da revista o grupo conhecido como os *gramscianos argentinos*, do qual Aricó fazia parte, atuou no sentido de estabelecer uma leitura da história argentina utilizando Gramsci como um referencial ao mesmo tempo histórico e político, produzindo imagens distintas daquelas elaboradas na Itália. Nesse sentido, pretendemos demonstrar como, a partir das questões políticas e históricas da Argentina dos anos 1960 e 1970, Aricó, por meio das páginas de *Pasado y Presente*, recria a imagem de Gramsci, conjugando-a com outras referências advindas da experiência revolucionária cubana. Com isso, não se trata de apontar o acerto ou a fidelidade da leitura de Aricó às leituras produzidas no contexto italiano, mas de marcar a dimensão histórica criadora dos processos de recepção capaz de elaborar uma determinada imagem de Gramsci em consonância com as questões que envolvem os debates políticos desenvolvidos na Argentina e também na América Latina.

A IMPRENSA CATÓLICA E SEU PAPEL CATEQUÉTICO, EVANGELIZADOR E POLÍTICO: ESTUDO DE CASO DO USO DA IMPRENSA PELA DIOCESE DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO

Ma. Pâmela Pongan
(Doutoranda UPF)

A imprensa, até o Concílio Vaticano II, era vista pela Igreja somente como ferramenta de transmissão da doutrina. É somente após este, que a Igreja passa a ver os meios de comunicação como necessários para aumentar o alcance da mensagem de evangelização no mundo. Deste modo a Igreja, em seus discursos, passa a abordar aspectos de outras áreas como forma de dar uma orientação aos fiéis, indo do cunho espiritual até o político-social. É a partir dessa perspectiva que Dom Agostinho José Sartori, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de meios de comunicação pertencentes e mantidos pela Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, sendo cinco emissoras de rádio e um jornal impresso, que juntos abrangiam toda a região Sudoeste do Paraná, território pertencente à Diocese, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social, político, econômico e espiritual. Através das mídias, Dom Agostinho expressava e transmitia suas ideias para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, não só no âmbito religioso como se espera de um

meio de comunicação de posse diocesana, mas principalmente questões políticas e sociais. Obviamente que ele tinha plena consciência do uso desses meios para tais fins, afinal, ao longo de toda a sua caminhada a frente destes se mostrou firme em suas palavras e ações. Assim, os fiéis acabaram sendo influenciados pelas opiniões de Dom Agostinho, que, além de ser a referência religiosa, era, para muitos, liderança social e política. Neste contexto, este artigo busca identificar e compreender o uso das mídias como propagação das opiniões e ideias de Dom Agostinho, além da influência destes ao povo sudoestino, pois tinham por intuito informar e formar os fiéis leitores.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PTB E DO TRABALHISMO COMO LUTA SIMBÓLICA ENTRE CORREIO DA MANHÃ E ÚLTIMA HORA (1951-1954).

Pâmela Chiorotti Becker Souza
(Mestranda em História PUC/RS)

A atual pesquisa, em andamento, pretende analisar como os jornais Última Hora e Correio da Manhã representam em suas páginas o PTB e sua doutrina, o Trabalhismo, entre 1951 e 1954, bem como reavaliar a proposta da historiografia tradicional de submissão da imprensa à aglomerados políticos e financeiros, pelo menos em relação a esses dois jornais. Objetiva-se, também, a comparação entre as representações formuladas pelos dois jornais – se as ditas representações permanecem iguais, variam ao longo dos três anos e 8 meses, distanciam-se ou se assemelham. O aporte teórico para essa análise se encontra através das teorias de lutas simbólicas e/ou lutas de representações, além do conceito de Representações Sociais, ideias essas amparadas em Bourdieu (1989), Chartier (1990), Jodelet (2001) e Hall (2016), respectivamente. Através desse aporte, deseja-se observar a imprensa como elemento ativo na construção da realidade, à medida que esses jornais tenham certo grau de relativa autonomia, hipótese da pesquisa. A metodologia é construída através de três etapas, 1) Pré-análise (coleta, primeira leitura flutuante, tabelamento), 2) Análise (leitura minuciosa, codificação e categorização) e 3) Interpretação dos resultados. Essa metodologia é inspirada na análise de conteúdo, sistematizada por Bardin (2004) e Moraes (1998). Alguns autores-chave para a compreensão dos objetos e do tema de pesquisa, bem como contextualização são: Gomes (1994), D’Araújo (1996), Bodea (1992), Skidmore (1982), Ferreira, Delgado (2019) e Ferreira (2005).

AS CAMPANHAS PELO PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1963)

Paulo Eduardo Fasolo Klein
(Mestrando Unisinos)

Em 1961 o parlamentarismo tinha sido implantado no Brasil de forma apressada depois da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros da presidência da República. O caminho constitucional é ameaçado por um golpe com o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart. Para conciliar as forças políticas e evitar uma guerra civil, o Congresso aprova às pressas um sistema parlamentarista no país, de forma que o presidente Goulart pudesse assumir, mas com poderes diminuídos. Na emenda constitucional que instaurou o parlamentarismo havia

a indicação de uma consulta à população para opinar sobre o sistema de governo que fora instaurado e após a pressão de diversos agentes políticos para adiantar a data prevista, um referendo foi marcado para janeiro de 1963. A única pergunta “Aprova o ato adicional que institui o Parlamentarismo?” acabaria por dar uma ampla maioria em favor da volta do presidencialismo e Goulart poderia exercer a presidência com os poderes originais desse sistema de governo. Entre as diversas formas para defender o presidencialismo ou o parlamentarismo, estavam as propagandas em jornais de grande circulação. O objetivo da pesquisa é mostrar os elementos presentes na publicidade veiculada no *Diário de Notícias*, jornal da capital gaúcha e entender de que forma ocorreu a disputa entre o parlamentarismo e presidencialismo naquele momento.

ENTRE O ESTADO E A IMPRENSA: MOVIMENTOS SÓCIO-RELIGIOSOS NO RIO GRANDE DO SUL - 1874 a 1938

Simone Pinho de Oliveira
(Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural UFPEL)

Este ensaio surge com uma observação desencadeada durante minha pesquisa, que buscou a transmissão memorial entre gerações dos participantes do movimento sócio-religiosos dos Monges Barbudos de Soledade e seus sucessores, movimento que desaparece no conflito com o Estado em 1938. Durante a pesquisa, traços muito semelhantes acontecidos em tempos e regimes políticos diversos no país, chamaram a atenção. Desta forma, ensaio aqui um paralelo entre a ação do Estado e a cobertura da imprensa sobre três conflitos envolvendo movimentos sócio-religiosos no estado do Rio Grande do Sul entre 1874 e 1938, abrangendo tanto o período imperial como o republicano. Ao longo do tempo histórico no Brasil, a História Política e a imprensa, percorreram caminhos que se entrecruzaram e entrelaçaram, e não raro convergiram em direção aos interesses de poder e domínio, onde os subalternos eram os agentes a serem controlados. Entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, a imprensa esteve em boa parte ocupada na reafirmação do discurso e do poder dominante, em especial, quando surgiam alterações sociais, que mesmo remotamente pudessem significar modificações na estruturação social vigente. Assim, traço aqui um paralelo, entre estes três eventos e a atuação da imprensa, não só como meio de informação da sociedade, mas principalmente pelo posicionamento francamente legitimador dos agentes políticos e repressivos do Estado, sobre as populações camponesas envolvidas nos movimentos e nos conflitos, cito: os Mucker do Ferrabráz, entre 1869 e 1874 na zona de colonização alemã no interior de São Leopoldo; os monges do Pinheirinho no interior de Estrela, em um período curto do ano de 1902 e os monges barbudos no interior de Soledade entre 1935 e 1938.

IMPRESSOS DE EXTREMA-DIREITA: A REVISTA *EL CAUDILLO* E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA (ARGENTINA, 1973-1975)

Taillan Rivail Ismael de Miranda
(Mestrando em História UFOP)

A revista *El Caudillo de la Tercera Posición* foi um semanário produzido por grupos politizados à direita do peronismo e publicado na Argentina entre 1973 e 1975, contexto de radicalização

política que precedeu o golpe militar de 1976 no país. Enquanto vetor da cultura política da assim chamada direita peronista, *El Caudillo* compartilhou representações anticomunistas, antiliberais, ultranacionalistas e conservadoras associadas com a prática da violência política. Neste trabalho, tratamos de analisar alguns aspectos do conjunto de valores, mitos, práticas e representações da direita peronista socializado por meio de *El Caudillo*, trazendo uma discussão sobre o que foi esse campo direitista que se desenvolveu ao redor da figura de Juan Domingos Perón e como seus agentes se comportaram, enfrentaram seus adversários ideológicos e significaram o contexto político de sua época. Desse modo, almejamos alargar a compreensão sobre o peronismo e suas várias culturas políticas, direcionando o foco para a cultura de extrema-direita que também o integrou, assim como almejamos oferecer uma pequena contribuição às pesquisas históricas que elegem, ou pretendem eleger, os impressos políticos de direita na América Latina como objetos/fontes, elucidando caminhos teórico-metodológicos a serem seguidos e possíveis temas a serem abordados em trabalhos acadêmicos sobre grupos extremistas de direita.

NEM UDENISTA, NEM ANTIVARGUISTA: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A UDN NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1951-1954)

Me. Thiago Costa Juliani Regina
(História PUC/RS)

Esta comunicação pretende apresentar os resultados de minha dissertação de mestrado, na qual procurei analisar como parte da imprensa carioca, por meio dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, representou a atuação da União Democrática Nacional (UDN) frente ao Segundo Governo Vargas (1951-1954). A partir desse tema e objetivo central, procurei entender como esses impressos perceberam o papel e as táticas adotadas pela UDN em face das propostas políticas de Getúlio, que tentou contar com o apoio da agremiação em várias das iniciativas saídas do Palácio do Catete, a despeito do partido ter se constituído como principal força de oposição ao seu governo. Por conseguinte, balizei o estudo das representações sociais sobre a UDN em três tópicos: a composição do “ministério da experiência”; a Reforma Administrativa; e, o processo de criação da Petrobrás. A escolha destes acontecimentos se sucedeu em função da extensa participação do “partido do Brigadeiro” nas discussões sobre eles. Em todos estes casos, além de fazer parte dos debates, a UDN foi também objeto deles, dado que as controvérsias se deram em torno da linha de ação que o partido deveria adotar diante dos planos do governo. Também busquei identificar que tipos de concepções foram mobilizados discursivamente tanto para descrever o que os periódicos julgavam ser atribuição do partido, quanto para retratar seu posicionamento acerca das questões de relevo em disputa no debate público. Ademais, a partir do reconhecimento destes princípios, sob os quais os três diários construíram suas representações, procurei identificar quais tendências eram compartilhadas entre os impressos e entre estes e a UDN, em particular sobre o tema da participação política nos projetos governamentais para o desenvolvimento econômico.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

O CARÁTER DENUNCISTA DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA E O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR DE MELLO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE *O GLOBO* E *O ESTADO DE S. PAULO*

Thaíze Ferreira da Luz
(Doutoranda em História PUC/RS)

A década de 1980 representou um momento estratégico na organização da imprensa brasileira, seja pelas mudanças introduzidas no perfil dos profissionais do jornalismo e ao papel que jornais e revistas passaram a desempenhar principalmente nos processos políticos ocorridos no país, como também, na alteração significativa da natureza profissional da imprensa brasileira e sua relação entre mídia e política. Alguns exemplos dessa relação são os eventos mais importantes do processo consolidação da democracia no Brasil e a luta pelos direitos dos cidadãos, representados em acontecimentos políticos com grande mobilização popular, como por exemplo, o movimento *Diretas Já* (1984) ou o *impeachment* de Fernando Collor (1992), mostrando a capacidade da mídia não apenas em acompanhar esses eventos, mas como “formadora de opinião” e interferindo na deflagração desses processos. Dentro desse cenário, é natural que a imprensa da década de 1980 assumisse uma postura diferente dos anos anteriores, ainda mais após o término de uma série de restrições e limitações que foram implementadas no regime autoritário, como a própria censura aos veículos de imprensa, seja ela prévia ou não, o que determinou o fechamento de algumas folhas e o crescimento exponencial de outras, como o caso de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Assim, os jornais analisados nesse trabalho tornaram-se importantes formadores de opinião, utilizando-se da legitimação que lhes foi dada pelos próprios pares e pelo público leitor, levando “a informação” de forma objetiva e seguindo os preceitos do jornalismo moderno na tarefa diária de dar a notícia, construindo a auto imagem de agentes legítimos para representar os “interesses do público”, com uma participação mais denunciante e fiscalizadora.

ST 13 - EXPERIÊNCIAS, CRÍTICAS E FRONTEIRAS ENTRE OS CORPOS

Coordenadoras

Priscilla Almaleh (UNISINOS)

Daniela Adriana Garces de Oliveira (PUCRS)

Numa sociedade opressora, gerada dos ventres corrompidos pelo estupro dos grupos originários e escravizados e estruturada nas desigualdades raciais e sociais, o GT Estudos de Gênero - ANPUH/RS busca trabalhos que dialoguem com as novas teorias epistemológicas e críticas, que signifiquem e respeitem a importância da subjetividade perante a objetividade enrijecida das disciplinas nascida no humanismo do homem branco e hétero. Todavia, também dialogaremos com as múltiplas temporalidades e teorias que perpassaram os estudos de gênero dentro dos espaços acadêmicos. Assim, estruturamos esse simpósio a partir de um conceito chave, criado pelas teóricas e ativistas feministas, a experiência. Donna Hawaray (1995) explica que os saberes localizados são moldados e passados a partir da oralidade e na capacidade de experienciar, sendo assim, nos propomos a ouvir e discutir pesquisas que tornem a investigação também uma experiência corpórea. A subjetividade torna-se uma das alternativas para a já explícita exclusão dos grupos que ainda são denominados como subalternos e marginais pelos pesquisadores, afastados da ciência, fato que muda, um pouco, com as múltiplas temáticas que foram se constituindo a partir de 1960. Todavia, perante a maioria dos espaços acadêmicos, a visibilidade fora, e continua sendo, marginal e o armário acaba sendo lugar dessas investigações que tratam/trataram sexualidades e gênero. Atualmente vemos uma crescente resignificação nos estudos e, apesar dos movimentos fascistas ao redor do mundo, as pesquisadoras/es se unem para explicar que não há uma desassociação entre a cientista/o e a pesquisa, pelo contrário, são as nossas experiências que moldam nossos olhares, vivências e pesquisas. São essas fronteiras que desejamos ultrapassar, com trabalhos que pensem, repensem e vivam as experiências e críticas dos estudos sobre os diferentes grupos: mulheres, homens, negras, negros e LGBTQI+, com trabalhos voltados as diferentes dimensões sociais que moldam os seres humanos como atrizes e atores de suas próprias histórias.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E INDICATIVOS DE GÊNERO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE DISCURSOS CARACTERIZANTES DE PAPÉIS FEMININOS EM LIVROS DIDÁTICOS (1970-1975)

Anderson Emanuel Bezerra Nunes
(Mestrando UFPE)

Partimos de um ponto relativamente óbvio: existe uma clivagem de gênero pontuando toda a vivência feminina, projetando nas mais diversas esferas sociais os papéis ditos “corretos”. Aqui, especificamente, temos por objetivo analisar nos discursos presentes em livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC), circulantes na cidade do Recife, os indicativos e estereótipos de gênero envolvendo os lugares sociais que deveriam ser ocupados pelas mulheres durante parte dos Anos de Chumbo (1970-1975). Para isto utilizamos o método da Hermenêutica da Profundidade (THOMPSON, 2011) e as ideias de gênero em Saffioti (1985) e Scott (2016). Através desses princípios teóricos foi possível observar a relação dialética presente entre a doxa dos papéis de gênero, consolidados em um tempo longo, e os reforços e tendências de mudança em nossa fonte, os livros de EMC de Pereira (1972) e Garcia (1974). Cientes do caráter doutrinário desses livros e do profundo conservadorismo acerca dos papéis de gênero no regime ditatorial de 1964, foi possível observar no estudo as permanências e mudanças retóricas sobre esses papéis: especificamente em relação a ocupação feminina dos espaços público e privado. Em um período de expansão de mão-de-obra feminina ocupada em trabalhos fora do lar, os discursos analisados passaram, em parte, a buscar “conscientizar” os leitores e leitoras desta nova perspectiva trabalhista. Todavia, muitas vezes, permanecendo com padrões machistas de gênero e ignorando as condições mais precarizadas, de duplo trabalho e menor remuneração, envolvendo o labor feminino.

“POIS ESSE SERVIÇO ALÉM DE PERIGOSO É PROIBIDO.”: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA ABORTIVA DE JULIETA DOS ANJOS (CANDELÁRIA, 1932)

Bárbara Gonçalves Hessel
(História UFRGS)

Em 30 de abril de 1932, a parteira brasileira Anila Richthofen é recolhida à prisão da cidade de Candelária, pela acusação de provocar o aborto, que levou à morte de Julieta dos Anjos, de cor preta, doméstica, casada, aos 22 anos de idade (termos do original), em conformidade com o artigo 300, §1, do Código Penal de 1890, que condenava à prisão e cassação da licença, houvesse “[...] ou não a expulsão do fructo da concepção”. Posteriormente, o corpo de Julieta passaria por auto de necrópsia, sem concluir se havia ou não o aborto sido provocado, reservando aos depoimentos dos envolvidos à investigação evidências mais dedutíveis. Com base nesses depoimentos, o presente trabalho propõe questionar, em perspectiva, de que forma a racialização influenciou no processo-crime por aborto de Julieta dos Anjos por Anila Richthofen. Esta abordagem integra parte de um projeto mais amplo que, neste momento, focará na interpretação através do conceito de “precariedade estrutural” de Sidney Chalhoub e, como

proposta pela autora, o da “estabilidade estrutural”. Nosso objetivo é demonstrar e problematizar a discrepância no destino de ambas envolvidas no aborto, perante a construção do racismo científico na cena pública. Algo que se perpetua na atualidade, em casos similares, sendo uma pauta urgente e independente em disputa pelos movimentos sociais feministas.

EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADES: O IMAGINÁRIO DA IDENTIDADE NA NORMA CISHETEROPATRIARCAL E AS SEXUALIDADES NO ENSINO BÁSICO

Ma. Beatriz Floôr Quadrado
(Doutoranda em Educação Unilasalle)

Pós Dra. Denise Regina Quaresma da Silva
(Docente PPG Educação Unilasalle)

O trabalho tem como temática as relações e sociabilidades acerca de gênero e sexualidades no âmbito escolar, especialmente nos anos finais do ensino básico, junto aos estudos sobre identidade e sexualidades ligadas aos estudos feministas, queer e decoloniais. Através de relatos próprios experimentados na educação básica como professora de história no município de Sapucaia do Sul, no que se refere as sexualidades; e, em conjunto com o estudo de conceitos que visam romper com as normatizações, busca-se problematizar as construções identitárias arraigadas a heteronormatividade no cotidiano educacional que se perpetua até mesmo nas formas de combate as discriminações de gênero, sexualidades e raça. O objetivo é analisar o debate acerca das sexualidades e os limites entre currículo, família e sociedade. Compreender como diferentes discursos e silenciamentos movem as desconstruções e regulações de direitos, sociabilidades e práticas pedagógicas. Este trabalho atende as realidades e imaginários no contexto histórico-social do Brasil e no contexto em que se insere o ensino em Sapucaia do Sul, RS. E como estudos e conceitos sobre identidade e a teoria queer, bem como uma visão decolonial para a prática no ensino aprendizagem podem auxiliar para romper de fato com as estruturas hegemônicas, eurocêntricas e eliminatórias de sujeitos na educação.

PESQUISA AÇÃO EM CONTEXTO DE PANDEMIA: UM RECORTE DA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+

Cauê Rodrigues
(Mestrando Ciências Sociais Unisinos)

Dra. Laura Cecília López
(Docente PPG Saúde Coletiva e Ciências Sociais Unisinos)

O presente trabalho é um recorte do projeto de dissertação a ser desenvolvido durante o mestrado em Ciências Sociais, visando compreender como o cenário de pandemia de COVID-19 afeta a saúde e os cuidados com a manutenção da vida da população LGBT+ residente em um bairro periférico da cidade de São Leopoldo. Este estudo é parte do projeto guarda-chuva

“Equidade de gênero e políticas do cuidado em contexto de pandemia: pesquisa-ação em territórios da cidade de São Leopoldo”. Longe de um viés universalizado e deslocado do espaço-tempo, este trabalho propõe o ato de pesquisar e produzir conhecimento corporificado, localizado e político, trazendo o corpo cis branco, viado e brasileiro para discutir e refletir a partir da interlocução com autoras como Donna Haraway, Patrícia Hill Collins e Raewyn Connell, nesta possibilidade de produção. O cenário de pandemia de COVID-19 no Brasil é marcado por um Estado que (re)produz políticas de morte de amplos setores da população. Quando focalizamos em populações excluídas socialmente, percebemos um agravamento do sofrimento nesse período de pandemia. Embora não haja o interesse institucional em olhar para o sofrimento dessas populações, grupos não ligados ao sistema governamental possuem uma história de luta e resistência frente a essas violências, e é a partir deles que conseguimos ter acessos a informações que nos ajudam a compreender as dificuldades de cada população. Grupos como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e #VoteLGBT produziram pesquisas e boletins que mostram algumas das fragilidades as quais a população LGBT+ tem enfrentado. A partir da visão interseccional para os dados até então produzidos, este trabalho propõe uma discussão teórica que embasará a pesquisa ação a ser realizada.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES MÉDICAS E JURÍDICAS NA NORMATIZAÇÃO DOS CORPOS: NARRATIVAS QUE DIFERENCIAM E GENERIFICAM O CRIME E A DOENÇA.

Dienefer M. Vianna
(Mestranda UFSM)

Este trabalho faz parte da pesquisa “Entre o crime e a loucura: as internações de sujeitos generificados no manicômio judiciário Dr. Maurício Cardoso” que está em desenvolvimento e tem como objetivo principal pensar o papel das instituições médicas e jurídicas na categorização compulsória dos corpos, operando para os produzir e normatizar. É importante ressaltar que essas instituições foram criadas na passagem do século XIX para o XX com objetivo de resolver o problema dos indivíduos considerados perigosos e que tiveram sua sanidade mental questionada, seus atos criminosos analisados e atestados como sem sentido racional ou passional. Todavia, podemos constatar através do estudo da historiografia sobre o tema, que o aprisionamento desses sujeitos não possuía intenções de tratamento e sim os condicionavam ao isolamento social. Para este evento temos como propósito pensar como as instituições constroem a diferenciação dos sujeitos em suas narrativas sobre seus corpos, diagnósticos e crimes. A partir da análise de 40 processos médicos-legais, com corpos generificados variados, observamos em uma primeira análise as categorias crime e diagnósticos e como elas são narradas nos processos. Destacamos: da tipificação dos crimes, homicídios, infanticídios, furtos, processos de lesão corporal, crime de receptação, um onde o sujeito é co-réu em crime de estupro e por fim um caso onde o sujeito é declarado como desertor/ preso de guerra e pederasta. Os processos contam ainda com um amplo leque de diagnósticos, chamando atenção para os casos de debilidade mental, hiperemotividade, histeria ou reação histérica e um caso de “homossexualismo”. Os processos que trazem esses diagnósticos apresentam longas narrativas sobre emoções exacerbadas ou desviantes, que levaram a práticas não comuns e aos atos criminosos assim apontados. Por fim destacamos que mesmo ainda em desenvolvimento, fica

evidente a relação das normas de gênero estabelecidas e dos discursos sobre as doenças, motivações e acusações feitas.

HISTÓRIA DA MISOGINIA - NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OBRA DE LAIA ABRIL

Gabriela Traple Wieczorek
(Mestranda em Artes Visuais UFRGS)

O presente trabalho tem a intenção de discutir as narrativas acerca da violência de gênero apresentadas no projeto de longa duração — que inclui instalações e exposições, assim como publicações — *A History of Misogyny*, idealizado pela fotógrafa espanhola Laia Abril. Inspirada em aspectos históricos e episódios midiáticos recentes de violências relacionadas ao estupro, aborto e feminicídio, Abril reúne artefatos ligados a essas violências, imagens autorais e relatos de sobreviventes com um recorte transnacional e interseccional com o intuito de demonstrar as falhas institucionais e estruturais que mantêm a dinâmica de poder permissiva de tais violências em diferentes países, religiões e ocupações. O projeto também abarca questões de saúde sexual e menstrual, assim como uma releitura da “histeria feminina” através de aspectos de saúde mental e uma lente feminista. O aporte metodológico é realizado a partir da relação do trabalho da artista com a produção teórica feminista, incluindo *Art/Trauma/Representation* de Griselda Pollock, *Violence Against Women: An Artistic Intervention* de Kathryn Douglas, *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, de Marcela Lagarde e *Escritos en los cuerpos racializados. Lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminicidio* de Karina Bidaseca. Tais cruzamentos buscam demonstrar os aspectos de denúncia e a criação coletiva de uma narrativa em dissonância da perpetuada pelas estruturas patriarcais vigentes, assim como o trabalho necessário para a manutenção da memória de vítimas e sobreviventes.

CORPOS INADEQUADOS? GÊNERO E A (IN)VISIBILIDADE QUEER NO CONTEXTO ESCOLAR

Lucas de Bárbara Wendt
(Pedagogia UFSM)

Este trabalho discute e problematiza as práticas pedagógicas excludentes que desvalorizam e marginalizam determinados corpos em alguns contextos da educação básica. Ao introduzir temáticas de identidade de gênero e o debate em torno das relações de poder e sexualidade no contexto escolar, desenvolvemos estratégias pedagógicas que contribuem para a superação de preconceitos e violências, além da valorização das diversidades sexuais e de gênero em sala de aula. Entendemos que estas temáticas estão presentes em nossa sociedade e nas culturas pedagógicas, moldando nossas formas de ser e pertencer a um determinado espaço, que segrega e exclui aqueles e aquelas que não se encaixem nos padrões impostos pela hegemonia dominante. Nesse sentido, cabe problematizar o ambiente escolar e os discursos e violências

que são produzidas nestes espaços a partir de discussões sobre desigualdade entre meninos e meninas sob a ótica binária dos corpos. Essa escrita é embasada pela teoria queer, bem como pesquisas relacionadas a gênero no âmbito escolar, atravessada por relatos de experiências de jovens que frequentaram a escola. Narrativas que batem de frente com as regras lineares e tradicionais, e buscam por espaços plurais ao trazerem presentes os desconfortos de estarem num corpo "impróprio", que é violado e vigiado todo o tempo, ainda visto pela sociedade e pela educação como inadequado. Como metodologia foram coletados relatos de pessoas que frequentaram a escola e a interlocução com observações atuais no PIBID nos anos iniciais de uma escola situada na região central do Rio Grande do Sul. Percebeu-se que debater questões de gênero trata-se de fomentar o debate acerca dos direitos humanos, constituindo o ato de humanização de si e do outro, abraçando as suas diferenças como parte inerente à condição humana, e não inadequado, construindo valores individuais e coletivos, e entendendo que a escola é um espaço para todos os corpos.

DONA LEONARDA MARIA DA SILVA VELHO: ASPECTOS DE UM ESTUDO DE GÊNERO NA CORTE IMPERIAL

Ma. Lucilia Dieguez
(História Social UFF)

O trabalho aborda a trajetória histórica de Leonarda Maria da Silva Velho, Dama da Corte Imperial, que nascera em 1754 na cidade do Rio de Janeiro, onde constituiu fortuna como negociante e como senhora de engenho até falecer na mesma cidade em 1825. Quando viúva, herdou os negócios do marido e demonstrou agir com firmeza perante sua rede de sociabilidade, construída no meio mercantil dos oitocentos. Dona de um patrimônio avaliado em 285:499\$677 réis à ocasião de sua morte, Leonarda foi um exemplo de proeminência feminina, não apenas na praça mercantil do Rio de Janeiro, cujo meio era predominantemente masculino, mas ainda na sociedade em que vivia. Contrariando a visão de que, as mulheres do XVIII e do XIX viviam somente para os salões e festas promovidas pelo Império, a biografada provou exercer os papéis a ela previamente destinados: o de mãe e o de mulher e, principalmente, o de uma relevante negociante, comprovado por sua documentação estudada e explicitado por suas deliberações em vida e ainda naquelas que seriam dirigidas após sua morte.

GÊNERO Y RELACIÓN EPISTOLAR: ANNA MELISSA GRAVES Y VICTOR RAÚL HAYA DE LA TORRE (1923-1926)

María Inés Valdivia Acuña
(UFRGS)

El presente trabajo tiene por objetivo dar a conocer las características de la relación política expuesta por intermedio de las cartas remitidas por Haya de Torre (1895-1979) a Anna Melissa Graves (1875-1964). En ambos casos, el escenario de las misivas será el exilio del político

peruano en México, Rusia e Inglaterra y la ampliación de la influencia protestante en América del Sur, expuesta por Graves. Entre 1923 y 1930 Haya de la Torre se constituye en uno de los líderes estudiantiles y políticos más importantes de la Reforma Universitaria y de la lucha antiimperialista. Respecto a Anna Graves, expresó el desarrollo del feminismo protestante y el discurso pacifista expuesto por las mujeres durante la década del 20. Nuestra propuesta analiza parte de la correspondencia emitida por él y plantea que existieron importantes tensiones entre los modelos de masculinidad y feminidad que nos permiten cuestionar la división clásica entre lo público y lo privado, además de referencias éticas diferencias en términos de género sobre lo político, en términos de responsabilidad o justicia.

“NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS”: O ABANDONO DE LAR EM AÇÕES DE DIVÓRCIO (PORTO ALEGRE – 1978/1980)

Ma. Marluce Dias Fagundes
(Doutoranda em História Unisinos)

A presente proposta de comunicação faz parte da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, da autora que se propõem a investigar, especialmente, os temas do divórcio e da violência de gênero. O divórcio aprovado, no Brasil, em 1977, pela Lei nº 6.515, possibilitou pela primeira vez que juridicamente o contrato de casamento fosse desfeito. Dessa forma, a violência de gênero, enquanto aporte teórico, é incorporada para compreender as ações de divórcio motivadas por práticas violentas contra as mulheres requerentes. No caso do Brasil, os estudos sobre violência de gênero estão relacionados à conjugalidade e as relações de gênero, muitas vezes retidas ao espaço doméstico. Os estudos feministas, que analisaram o fenômeno dessa violência, alertam para o fato da existência dela ser disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais. No universo documental do divórcio é possível identificar um padrão nos pedidos, o abandono de lar. O abandono voluntário, ou seja, aquele praticado por um dos cônjuges, sem justificativa ou motivo e sem a intenção de retornar ao convívio comum entre as partes. Nesse sentido, a proposta visa apresentar essas narrativas de abandono, enquanto narrativas de violências, pois o rompimento está carregado de emoções e subjetividades que afetam e reordenam as dinâmicas familiares. O objetivo dessa proposta, além de construir narrativas encontradas nas fontes judiciais, mobiliza um esforço de conceituação da ação de abandonar outrem vinculado aos estudos feministas e de gênero.

CATEGORIAS, CONCEITOS E TEORIAS EM QUESTÃO: OLHARES ECOFEMINISTAS E DECOLONIAIS

Natalia Ferreira
(Mestranda em História UFSC)

Este debate pretende articular a categoria de análise de “não-homem” que utilizo em minha pesquisa de mestrado, a fim de propor categorias alternativas decoloniais para a análise de violências de gênero, interseccionando-as com raça e classe. Para compreender esta categoria é preciso observar relações de espécie, tendo como enfoque a perspectiva ecofeminista que contempla a animalidade e as relações humano/não humano, entendendo-as como definidoras de e definidas por uma estrutura social patriarcal, racista, colonial. Neste sentido, o pensamento decolonial aliado ao ecofeminismo tornam possível a visualização da interseccionalidade das opressões, sua sobreposição e a complexidade dos aspectos que transpassam todas as esferas da vida de sujeitos inseridos nas culturas e tradições ocidentais, colonizadas. Fazendo uso de conceitos como o *referente ausente* de Carol Adams e o *carnofalocentrismo* de Jacques Derrida, compreendendo as dicotomias postas pela modernidade/colonialidade e observando o Tempo Presente como um irromper de urgências que convidam à união entre teoria e prática, proponho, além da subversão de categorias, teorias e linguagens modernas/coloniais, um fazer transgressor que visa construir novas sociabilidades e valorizar saberes outros; para tal, a educação é a ferramenta capaz de sensibilizar para a alteridade, construir uma ética do cuidado, uma contra-pedagogia da crueldade. As páginas da coluna Papo de Bar do jornal Município Dia a Dia, da cidade de Brusque, demonstram com clareza estas intersecções: para este recorte foi escolhida apenas uma página, do dia 31 de outubro de 2007, onde identifica-se classismo/racismo, especismo e sexismo. Analisa-se a linguagem usada pelo autor da coluna, homem branco, cisgênero, heterossexual e articulam-se os conceitos, categorias e teorias propostos neste olhar. O objetivo do debate é introduzir novas abordagens e reforçar a necessidade de pensar a relação com a natureza e a animalidade como produtos e produtores de subjetividades e relações sociais.

IMPRESSÕES BIO-GRÁFICAS DE CORPO-POLÍTICAS MARCADAS: PERSPECTIVAS SEXUAIS SUBALTERNAS

Me. Pedro Henrique Alves de Medeiros
(UFMS)

Este trabalho tem por objetivo descortinar e, por extensão, teorizar impressões bio-gráficas de corpo-políticas marcadas a partir de uma epistemologia Sul-Sul, de caráter descolonial, ilustrada pelo corpo performático, dissidente, fronteiro e indecível da cantora e *drag queen* brasileira Pablllo Vittar. Dessa feita, a proposta aqui delineada se justifica na medida em que Vittar desvela o horizonte crítico-epistêmico *outro* de que não resistimos porque somos *bichas*, mas, sim, re-existimos (MIGNOLO, 2017) politicamente à opressão e às marcas de poder hegemônico-coloniais incutidas, à revelia, em nossos corpos-*corpus* de *anthropos* (MIGNOLO, 2003), isso é, de supostos “outros” (SCHWARCZ, 2019). Ademais, o ensejo explicitado se

projeta, como condição epistemológica *sina qua non*, contra a narrativa universalista e monotópica da colonialidade que instituiu, por vias dos seus próprios critérios abissais (SANTOS, 2010), as categorias modernas de conhecimento, arte, corpo-*corpus*, sexualidade e gênero responsáveis pela criação de insígnias assimétricas e autoritárias de poder que desumaniza(r)am e sub-humaniza(r)am (KILOMBA, 2018) os corpos ditos “marcados” em relação aos “não-marcados”, sendo aqueles os ditos desviantes, inferiores e insubordinados, em outras palavras, tudo aquilo que não representa a nação heterossexista-patriarcal. Portanto, no que concerne ao recorte teórico utilizado, valer-se-á da perspectiva descolonial em face de uma metodologia eminentemente bibliográfica assentada nos autores Walter Mignolo, Silviano Santiago, Edgar César Nolasco, Grada Kilomba, Guacira Lopes Louro, Boaventura de Sousa Santos e Lilia Moritz Schwarcz.

PELOS OLHOS DE UMA MULHER: O SOCIAL E O PESSOAL EM “O QUINZE” (1930), DE RACHEL DE QUEIROZ.

Stéfani Oliveira Verona
(Mestranda em História UFPR)

Durante o século XX Rachel de Queiroz fez história ao ser a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Entre suas principais obras estão: O Quinze (1930), João Miguel (1932), As Três Marias (1939) e Memorial de Maria Moura (1992). Ela foi a vencedora do Prêmio Jabuti com a obra O Menino Mágico (1969), na categoria de Literatura Infantil, além de ter conquistado diversos outros prêmios ao longo de sua carreira. Levando em consideração o cenário literário majoritariamente masculino da primeira metade do século XX, meu objetivo é analisar a literatura feminina de Rachel de Queiroz em sua obra mais famosa, O Quinze (1930), na qual ela escreve sobre a seca nordestina do ano de 1915. Esse é o cenário da personagem Conceição, que aos 22 anos é tida como uma moça que gosta de estudar e não quer se casar. A personagem foi retratada com tendências feministas, então meu objetivo é também analisar as mensagens que a autora buscou passar aos leitores a partir da construção de seus personagens. Parto dos trabalhos da prof^a dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira e de Joanna Courteau, que analisam a obra de Rachel de Queiroz através do discurso e do feminino. Concluo que a obra O Quinze (1930) foi um marco importante na literatura feminina brasileira e que transmitiu através da oposição entre as personagens femininas e masculinas os anseios da autora quanto à condição feminina, algo que ela também explorou em seus romances seguintes. Rachel de Queiroz foi destaque ao conseguir harmonizar a relação entre os questionamentos do mundo interior da personagem principal e as aflições coletivas da seca nordestina, em contraste com os romances escritos por mulheres na mesma época que focavam majoritariamente na relação das personagens com elas mesmas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 14 - HISTÓRIA INDÍGENA

Coordenadores

Andressa de Rodrigues Flores (UNISINOS)

Amilcar Aroucha Jimenes (UNISINOS)

No compasso das demandas observadas a cada momento histórico, a História Indígena tem se estabelecido como um dos campos mais fecundos da produção historiográfica. Esforços que englobam os mais variados recortes temáticos e cronológicos, e de modo geral, marcados pelo exitoso diálogo com outras áreas relacionadas ao tema. Em especial, no Brasil de tempos recentes, de um lado destacam-se questões relacionadas aos patentes desafios dos povos indígenas em manter e aperfeiçoar conquistas logradas a partir da grande mobilização que ganhou visibilidade na década de 1980, do outro, os primeiros resultados colhidos a partir de novas discussões gestadas nos espaços acadêmicos, movidas pela tentativa de fazer emergir as potencialidades dos saberes produzidos no interior do universo ‘ameríndio’. Atenta a essas circunstâncias, a proposta deste Simpósio Temático foi elaborada com o intuito de recrutar pesquisas imbuídas em trazer questionamentos ao campo da História Indígena, em suas inúmeras dimensões. Isto inclui reflexões de valor teórico, metodológico e propriamente inclinadas a anunciar novos olhares a determinados fatos, processos e trajetórias de indivíduos e grupos relacionados a esse eixo de discussão.

INDÍGENAS E EPIDEMIAS NA FRONTEIRA NORTE DO IMPÉRIO DO BRASIL (1850-1863)

Acácio da Silva Coelho Neto
(História UESPI)

A comunicação tem como objetivo examinar como as epidemias afetaram a populações indígenas na fronteira do Brasil com as repúblicas da Venezuela e da Colômbia, entre 1850 e 1863. O século XIX foi um período de consolidação das fronteiras nacionais, nesse contexto, a retórica do “vazio demográfico” passa a ser fortemente presente nos discursos das autoridades provinciais da região norte do Império. Este discurso procurava passar uma imagem de que o avanço do Estado sobre os territórios dos povos tradicionais não era uma invasão, mas uma missão de povoamento e “civilização”, por meio dos aldeamentos indígenas. Pretendemos desconstruir tal ideia. As condições de saúde da população e a precariedade de braços foram dois grandes entraves às ideias de “povoamento” e de “civilização” na região de fronteira. É nosso objetivo compreender quais eram os locais mais afetados por essas epidemias e algumas estratégias utilizadas pelas autoridades administrativas para controlá-las, tais como a introdução de pesquisadores da saúde para estudar as especificidades do cotidiano dos povos indígenas. Com a chegada desses profissionais houve uma oposição entre os saber indígenas e o discurso médico, o que também pretendemos discutir nesse trabalho. Utilizamos como fontes, os relatos de viajantes, os relatórios de presidentes de província e os periódicos do Jornal Estrela do Amazonas.

“FAZER UMA GRANDE LAVOURA”: PRODUTIVIDADE E CONTRADIÇÕES NA AÇÃO INDIGENISTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL (1941-1967)

Me. Alex Antônio Vanin
(Doutorando em História UPF)

O presente trabalho tem por intuito discutir alguns dos objetivos da ação indigenista levada à cabo pelo Serviço de Proteção aos Índios entre as populações Kaingang e Guarani no Rio Grande do Sul durante o período de 1941 a 1967. Dentre as diretrizes que guiavam a política indigenista do órgão indigenista, a de promover a assimilação dos nativos do território brasileiro sem dúvida era a principal e se colocava em diversos âmbitos da ação do SPI, alinhando-se ao modelo nacional-desenvolvimentista de crescimento econômico do período. Nesse sentido, uma pretensa autossustentabilidade indígena era idealizada e justificava os esforços da empreitada estatal em instituir entre os nativos um hábito de trabalho entendido como produtivo, afim de instalar um sistema de produção baseado no cultivo de gêneros diversos e criação de animais, ambos assentados sob a exploração do trabalho indígena. A metodologia de pesquisa foi a análise qualitativa das fontes, essas compostas pela documentação dos postos indígenas do SPI no Rio Grande do Sul, armazenada junto ao Museu do Índio (RJ). Esse trabalho, embora se debruce sobre questões já exploradas em outras produções, visa aprofunda e expandir as

discussões em torno do indigenismo estatal brasileiro durante o século XX e, em específico, sua abrangência no Rio Grande do Sul.

OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E O “GIRO DECOLONIAL”

Dr. Amilcar Jimenes
(História Unisinos)

O chamado “giro decolonial” é um movimento que tem ocupado importantes espaços no pensamento acadêmico brasileiro, nos mais diversos campos de produção. Com uma proposta de vanguarda, tem demarcado sua contribuição ao lançar novos questionamentos às raízes do pensamento ocidental, estabelecendo novos marcos conceituais, raciocínios, e formas de abordar questões pretéritas e contemporâneas. Um dos aspectos sensíveis à discussão “decolonial” se dirige aos estudos sobre povos indígenas. A partir de profundas críticas a determinadas visões solidificadas sobre essa temática, a proposta decolonial se coloca como uma possibilidade de profundo diálogo com formas de pensamento evocados pelos próprios sujeitos da história. Reconhecendo a importância de todo esse movimento, esta comunicação objetiva levantar questões a respeito dos impactos do pensamento decolonial sobre o campo indigenista brasileiro, de como suas propostas têm mobilizado novos agentes e concepções, e sinalizado a emergência de um novo momento na relação entre indígenas e não indígenas.

ARTICULAÇÃO KAINGANG NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985)

Ma. Andressa de Rodrigues Flores
(Doutoranda em História Unisinos)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar um recorte do projeto de tese que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A temática da pesquisa em questão é a articulação dos povos indígenas, sendo o recorte espacial e temporal estabelecido os Postos Indígenas do Rio Grande do Sul entre os anos de 1968 a 1985. A problemática da tese consiste em investigar quais foram as formas de articulação dos povos indígenas durante a ditadura militar e identificar as lideranças indígenas e indigenistas que se destacaram naquele momento. Entre os objetivos, buscamos investigar o impacto das políticas indigenistas vigentes nesse período nos PI do RS. Debruçados sob o aporte teórico da Nova História Indígena, entendemos que “ao revelarem as atuações dos índios na História do Brasil, restituindo-lhes a condição de sujeitos, as novas interpretações são essenciais para desconstruir ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes em nossas sociedades” (ALMEIDA, 2017, p. 34). Nessa comunicação, pretendemos trazer o levantamento de fontes que abrangem a temática da pesquisa em questão, sendo elas de cunho institucionais, religiosas e periódicos. Nesse sentido, entendemos que “ser historiador exige que se desconfie

das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento” (BACELLAR, 2005, p. 64). Dessa forma, consideramos fundamental, além de compartilharmos sobre essas fontes, enfatizar suas respectivas problematizações e as perspectivas que pairam sobre as mesmas.

OBJETOS, FOTOGRAFIAS E OUTROS REGISTROS “ETNOGRÁFICOS” NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS TUTELARES, ESTÉTICAS INDÍGENAS E ACERVOS CULTURAIS NO CONTEXTO DO SPI

Benedito Emílio da Silva Ribeiro
(Mestrando em Diversidade Sociocultural)

Este trabalho objetiva ponderar acerca das práticas etnográficas do Serviço de Proteção aos Índios quanto a seleção e recolhimento de bens culturais indígenas (artefatos, cerimônias, mitos etc.), dando ênfase àquelas realizadas na Amazônia no século XX. Problematiza-se, também, os exercícios de musealização e patrimonialização dessas artes/estéticas indígenas pelo SPI, buscando suas circunstâncias históricas de registro e como tais acervos podem dialogar novamente com seus povos e culturas de origem. Empregou-se uma análise histórico-documental das fontes do SPI, de modo a problematizar os discursos e representações presentes nos relatórios, ofícios, telegramas, fotografias etc., enriquecida por diálogos com etnografias produzidas sobre aqueles povos e culturas indígenas, bem como trabalhos antropológicos sobre as artes ameríndias e os patrimônios culturais indígenas. Assim, a leitura das fontes permitiu caracterizar esses primeiros momentos de “documentação” etnográfica dos bens culturais indígenas, no contexto da Amazônia, situados entre as visões eminentemente exóticas do outro/índigena e as tentativas de estipular parâmetros científicos modernos para a formação de acervos culturais no âmbito do SPI, posterior Museu do Índio. Logo, observou-se os aspectos e condições de estudo, coleta e/ou registro dos artefatos, narrativas míticas, danças e festas ritualísticas etc. dos diversos povos indígenas amazônicos, assinalando o *modus operandi* e o processos de teorização antropológica/indigenista, na época, sobre aquelas sociedades (arbitrariamente) inventariadas pelos agentes do SPI. Ainda, buscou-se tecer algumas reflexões sobre a comunicação (ou não) com as expressões artísticas e patrimônios culturais indígenas no tempo presente, sinalizando para a necessidade em estreitar e potencializar os diálogos interculturais entre acervos musealizados, especialmente os etnográficos, e os povos indígenas, de modo a compreender melhor esses patrimônios dentro de suas lógicas socioculturais. Com isso, busca-se também (re)pensar e redimensionar o papel institucional e as práticas de extroversão e comunicação desses acervos culturais – aqui especificamente tratando dos arquivos e suas coleções documentais.

NAS CANOAS DA HISTÓRIA: FONTES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO AMAZONAS PROVINCIAL 1845-1910

Me. Bruno Miranda Braga
(Doutorando em História PUC/SP)

A comunicação apresenta aspectos históricos e historiográficos para a construção da História Indígena e do Indigenismo no Amazonas oitocentista, especificamente no segundo império. Partimos de uma leitura multidisciplinar na qual apresentamos com auxílio de outras ciências sociais possibilidades de escrita da história na qual os índios sejam os protagonistas da ação. No século XIX se criou no império do Brasil um discurso oficial de “ciranda étnica” na qual o brasileiro era o resultado da “união feliz” do branco, do negro e do índio, mas na prática, apenas o branco e suas práticas foram considerados e aceitos com satisfação. Neste século também na qual a intelectualidade tentava “definir o que era o Brasil”, diferentes povos indígenas estavam dispersos ao longo do território com suas práticas, vivências, e reinvenções cotidianas, dentro do poder imposto. Uma dessas regiões era a então Província do Amazonas, que abrigava diferentes grupos étnicos em seu espaço. Assim apresentaremos possibilidades de escrita da história indígena do Amazonas a partir das fontes que existem, como trata-las, lê-las, ouvi-las. Essas fontes em sua maioria não destacam a presença e o cotidiano dos índios, mas numa leitura densa, a contrapelo como sugeriu Walter Benjamin, preenchemos silêncios e vazios. Mostraremos assim, diferentes tipologias para a escrita dessa história, são imagens, periódicos, decretos, leis e regulamentos oficiais. Por fim, a comunicação se propõe a destacar o papel dos mais diferentes atores indígenas na construção da História Nacional e Regional. Enfatizamos a presença e atuação indígena e como a produção historiográfica os marginalizou e fez com que se fortalecesse a versão canônica e oficial da História na qual os índios pouco fizeram parte.

MUS E FEITICEIROS: ATUAÇÃO DE INDÍGENAS NA AMÉRICA MERIDIONAL (SÉCULO XVII)

Clara Martinez Falcão Pereira
(Mestranda em História UFRGS)

Dentre as particularidades da escravidão indígena, se sabe da atuação de nativos em redes de tráfico empreendidas pelos europeus. Em um contexto em que a escravidão era uma realidade tal como a evangelização, as populações indígenas tiveram que elaborar formas de se adaptar às situações, preservando também o que consideravam, nesse contexto, inegociável. Nesse sentido, consta-se nos registros jesuítas do século XVII o envolvimento de um grupo de indígenas na captura e venda de outros nativos na América Meridional. Nos documentos do período estes são chamados de mus que, ao que tudo indica, significa contratante e/ou mercador. Entretanto, estes mesmos sujeitos também são chamados de feiticeiros e xamãs e a eles são atribuídas práticas de cunho espiritual. Este trabalho busca compreender a forma como se organizavam esse grupo de indígenas denominados como mus e feiticeiros. Estes atuaram durante a década de 1630, na região das Missões do Tape (Missões Guaranis da Província do Paraguai) como intermediários no tráfico de nativos, aliados aos portugueses. Para isso, foram analisados documentos da Coleção de Angelis e relatos do padre Antônio Ruiz de Montoya.

Através dessa análise buscou-se perceber a heterogeneidade dos indígenas que se inseriram nesse negócio e levantar hipóteses sobre as intenções que os levaram a essa inserção. A agência das populações indígenas são demonstradas nesta pesquisa através da evidência de que esses grupos se colocaram como sujeitos históricos e agiram conforme seus interesses.

VISÕES DE FREI BERNARDINO DE SAHAGÚN ACERCA DAS DEIDADES FEMININAS ASTECAS EM *HISTORIA GENERAL DE LAS COSAS DE LA NUEVA ESPAÑA*, MÉXICO, SÉCULO XVI.

Daniela Rigon Ratochinski
(História UEM)

Após a conquista do México pelos espanhóis (1519-1521), iniciou-se uma nova etapa na dominação conhecida como “conquista espiritual”, que envolveu a catequização compulsória dos indígenas. Nesse contexto, ocorreu a atuação do frei franciscano Bernardino de Sahagún, que se tornou um grande estudioso do mundo asteca com o objetivo de melhor levar a cabo a empreitada catequizadora. Ele foi responsável pela formulação de um dos mais importantes impressos do período sobre a cultura dos astecas, a obra *Historia General de Las Cosas de Nueva España*, publicada em fins do século XVI. Apresentaremos nossa pesquisa de iniciação científica que analisa a obra de Sahagún, mais especificamente o livro I de *Historia General*, no qual o franciscano faz várias descrições das deidades astecas. O foco da pesquisa são as deidades femininas e o objetivo é compreender como elas foram explicadas pelo frei dentro do tema maior da religiosidade asteca. Analisamos essa fonte como produto de um dos mais importantes “intelectuais” do século XVI no México – aplicando-se o conceito para aquela época aos “expertos no manejo dos recursos simbólicos”, como propõe Jorge Meyers (2008). Buscamos compreender como a obra de Sahagún se relaciona com o contexto político-religioso da época da conquista e com a lógica católica da extirpação das “idolatrias” (GRUZINSKI, 2003), da qual ele era um representante.

“¿QUIENES SOMOS?”: A POLITICIDADE HISTÓRICA DO INDÍGENA BOLIVIANO A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO KATARISTA

Me. Guilherme de Moraes Andrade
(Relações Internacionais PUC/RS)

A apresentação se propõe a discutir a condição política do indígena boliviano ao longo da segunda metade do século XX, partindo de uma análise histórica do chamado movimento katarista. Operando nos limites entre os acontecimentos passados e seu recontar presente, a narrativa história pode ser abordada não somente em busca de compensar imprecisões, mas também, como coloca Hayden White, a partir de um exame de como sua adequação normativa (ou falta dela) estabelece novos vínculos entre distintos recortes temporais. O caso do movimento indígena boliviano é ilustrativo dessa dinâmica de reatualização dos significantes históricos, na medida em que, imerso nas contradições do capitalismo periférico e colonial, parte de uma posição superdeterminada para estabelecer um local de enunciação. Este,

precisamente por sua marginalidade, permite ao sujeito deslocar os referenciais de demarcação do sentido comum, inclusive em sua relação com o passado. Assim, o katarismo promoverá nas décadas de 1960 a 1980 mais do que um renascimento cultural. Ele vai colocar em evidência a continuidade e persistência da identidade e da memória indígena na Bolívia, a despeito dos apagamentos sofridos sob distintos governos. É exatamente nesse anacronismo, de algo que resiste onde já não lhe é mais permitido existir, que a subjetividade indígena reconhecerá em si uma politicidade que questionaria as fronteiras da cidadania boliviana de maneira inédita. Esta apresentação se inspira na abordagem de Jacques Rancière do problema da igualdade e da diferença para ir além da sociologização ou antropologização do movimento indígena, que o posicionam em função dos distintos conflitos de classe, mais uma dentre várias forças em choque, ou então para além das fronteiras do estado-nação, como uma exterioridade exótica. É na (re)contagem da comunidade, na verificação de uma igualdade radical entre os sujeitos, que a diferença vai emergir não como acomodação ou tolerância, mas como litígio e transgressão.

A CAPTURA DE CATIVOS ENTRE AS PARCIALIDADES PAMPIANO-PATAGÔNICAS E O PROBLEMA DO “CATIVEIRO” INDÍGENA

Me. Marcelo Augusto Maciel da Silva
(Doutorando em História Unisinos)

Desde os primeiros anos de contato entre os conquistadores europeus e as sociedades ameríndias que a tomada de cativos realizadas pelos indígenas ocupa espaço no imaginário ocidental. Nas regiões fronteiriças ao avanço colonial ser levado para o interior dos territórios aborígenes, em muitos casos, podia se tornar uma experiência sem volta. A partir de seus temores e interessados em elencar a prática como mais uma característica da barbárie que atribuíam às populações autóctones, os colonizadores acabaram por ressaltar o aspecto violento da ação. Violências à parte, tanto a captura como a possível permanência entre os indígenas tinham significados particulares para estes grupos. No entanto, talvez por ainda estarem muito imbricadas de generalizações eurocentristas as percepções sobre estes raptos seguem quase sempre unicamente norteados pela ideia da consequência de guerra. Além disso, como se as duas situações se relacionassem por um único sentido: o de possuir um cativo. Atendo-se às parcialidades que habitavam a zona pampiano-bonaerense e àquelas que ocupavam o norte da Patagônia, de finais do XVII a meados do XVIII, este trabalho se propõe a refletir sobre as diferentes consequências entre o ato de captura e as possibilidades (tentativas) de integração do cativo à vida entre os “índios”. Para o desenvolvimento desta reflexão foram examinadas autobiografias de ex-cativos, bem como interrogatórios de caráter oficial realizados com pessoas que haviam passado por esse tipo de experiência. Destes inquéritos uma primeira parte advém de trabalho apresentado por Carlos Mayo (1990) ao assumir cátedra na *Universidad Nacional de Mar del Plata*. Estas “*Fuentes para la historia...*” são oriundas do *Archivo General de la Nación*, onde alguns originais também foram consultados. O segundo conjunto foi extraído a partir da consulta à algumas das cópias (*ipisis literis*) da documentação do Conselho de Índias disponibilizadas pelo *Museo Etnográfico Juan Bautista Ambrosseti*, em Buenos Aires.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ONOMÁSTICA COLONIAL E RESISTÊNCIA: HISTÓRIA COMPARATIVA ENTRE O ALDEAMENTO DE ITAPECERICA E O POVOADO INDÍGENA DE HUMAHUACA (BRASIL E ARGENTINA, SÉCULO XVIII E XIX)

Marcio Marchioro
(Doutorando em História UFPR)

A comunicação de pesquisa pretende analisar registros de batismos, casamento e óbito das localidades de Itapecerica em São Paulo e de Humahuaca na Argentina durante os séculos XVIII e XIX. O objetivo principal é focar no estudo dos nomes e sobrenomes dos indígenas e mestiços que habitavam ou circulavam pela localidade, já que ambos os lugares são áreas de fronteira em que a migração é constante. Em Itapecerica vemos inicialmente uma forte tendência ao uso da onomástica portuguesa, mas com uma herança de sobrenomes, principalmente dos homens, oriunda do lado paterno, o que é incomum entre os colonos. Já em Humahuaca vemos a preservação de sobrenomes indígenas, enquanto os nomes, em sua maioria, têm origem hispânica. Para tecer comparações utilizaremos uma historiografia especializada na questão da onomástica e que aborda outras regiões do Império português e espanhol.

RETÓRICAS DA NACIONALIDADE: A EMERGÊNCIA DO INDIGENISMO A PARTIR DA REVOLUÇÃO MEXICANA

Nathália Alves Louzada Boaventura
(Mestranda em História UFMG)

Constituindo-se como a primeira grande revolução social do século XX, a Revolução Mexicana iniciada em 1910 incitou reflexões acerca dos problemas nacionais e provocou significativas transformações no país. No campo simbólico, destacaram-se o reconhecimento das particularidades latino-americanas e a valorização de um passado indígena, aspectos que fundamentaram uma marcante política cultural nacionalista e o fomento de uma identidade nacional que unificasse o país. As efervescências políticas e sociais, aliadas à forte presença de indígenas no processo revolucionário mexicano e no plano de ação política fizeram com que o debate sobre o lugar a ser ocupado por esses grupos se tornasse uma preocupação para o Estado e para os articuladores do novo ordenamento social. Desse modo, intimamente relacionado à Revolução, o indigenismo reinseriu-se nos debates intelectuais mexicanos, pautando-se por um discurso em defesa da incorporação dos povos indígenas à sociedade e por uma ideologia da mestiçagem. Apresentando-se como um dos fenômenos políticos, culturais e intelectuais mais relevantes da América Latina, o indigenismo mobilizou debates em todo o continente e impactou profundamente as artes plásticas, a literatura, a filosofia e a política. No México, a retórica indigenista e as políticas direcionadas a esses grupos ao longo do século XX constituíram-se como parte de uma ampla política de modernização da sociedade e foram essenciais para o processo de construção da nação e da identidade nacional. Essa apresentação dedica-se, portanto, a analisar a emergência do indigenismo mexicano nas primeiras décadas do século XX e como esse fenômeno foi estruturado política e historicamente a partir do processo revolucionário. Procuramos evidenciar os modos pelos quais esse discurso alicerçou

projetos de nação e instituiu uma prática política ao operar uma ressignificação de um passado indígena no imaginário mexicano.

CONQUISTA E TERRITORIALIZAÇÃO NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE: AS SESMARIAS DE INDÍGENAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII.

Dr. Rafael Ricarte da Silva
(História Social UFPI)

Esta pesquisa objetiva examinar como indígenas, coletiva ou individualmente, buscaram se apropriar de um sistema de concessão de terras (sistema sesmarial) que legitimava a retirada de seus domínios. Além da medição de terras para os aldeamentos indígenas, vistos dentro da política de dominação lusitana como necessários para o trabalho dos religiosos e o controle social e bélico dos índios, foram concedidas sesmarias para indígenas na Capitania do Siará Grande. Estas requisições ocorreram entre os anos de 1706 e 1734, período que compreendeu a *Guerra dos Bárbaros* e o processo de medição e demarcação das terras das ribeiras dos rios Acaraú e Jaguaribe. Procurou-se identificar e analisar as doações de sesmarias para os indígenas, esmiuçando suas justificativas, localizações, deveres e tamanhos das terras requeridas. Esta análise levou em consideração as seguintes problemáticas: Como os indígenas apropriaram-se de um sistema que lhes retirava seus domínios? Eram solicitações individuais ou coletivas? Qual o papel desempenhado pelos principais nos pedidos de terra? Quais justificativas estes elencaram em suas requisições? Quais deveres/exigências foram impostos/as pela administração colonial para a concessão e manutenção da posse das terras pelos nativos? Quais áreas do Siará Grande foram pedidas? As atividades a serem desenvolvidas eram as mesmas elencadas para as terras demarcadas das aldeias? Qual a extensão territorial das sesmarias? O corpus documental da pesquisa foi composto pelas cartas de concessão de sesmarias, registros de mercês do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e manuscritos avulsos do Conselho Ultramarino referentes à capitania. Ressalta-se que estas requisições de sesmarias pelos indígenas são reveladoras de como estes foram/são sujeitos ativos de sua história e da História do Brasil, apropriando-se de arcabouços jurídicos e discursos/argumentações apresentadas pelos agentes conquistadores.

Ecuador.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 15 - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO VETORES DE RESISTÊNCIA EM MOMENTOS DE CRISE

Coordenadores

Cinara Isolde Koch Lewinski (UNISINOS)

Rodrigo Luis dos Santos (UNISINOS)

O presente simpósio temático busca considerar a produção historiográfica acerca da memória e do patrimônio material e imaterial historicamente constituídos. Trata-se de pensar a patrimonialização como um processo em que a produção de lugares de memória está relacionada com os diversos usos que se faz do passado, que tanto pode ser vinculada a uma expressão de ordem hegemônica, como pode ser uma demonstração da afirmação das várias singularidades sociais. Neste sentido, propõe-se repensar sobre o que é lembrado e o que está sendo esquecido e permanece por trazer em discussão. Sendo assim, serão bem-vindos estudos interdisciplinares, como antropologia, museologia, sociologia, entre outros, que apontam vários caminhos de investigação sobre a constituição e narrativa de museus, arquivos memoriais ou que assinalam iniciativas de valorização das manifestações culturais e de participação comunitária, bem como trabalhos ligados a memória coletiva e social.

NOVA PRATA: HISTÓRIA LOCAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Cassiano Miglia Vacca
(Mestrando em História UCS)

O presente trabalho visa tecer análises acerca da História Local e a relevância da produção de recursos de aprendizagem em formato virtual contendo fontes e materiais históricos destinados a realização de oficinas para professores, tendo como recorte temático o patrimônio cultural do município de Nova Prata/RS. Busca-se a compreensão da História Local enquanto importante elemento de aproximação do conhecimento histórico no contexto escolar, contextualizando-o de forma mais significativa, bem como o entendimento da importância em abordar o patrimônio cultural e histórico da cidade a fim de ampliar e aprofundar saberes relativos ao local, num processo de reforço da própria identidade e exercício de cidadania. Neste sentido, considera-se a elaboração de recursos de aprendizagem em formato virtual e a sua utilização em oficinas destinadas aos professores do município como uma possibilidade de ampliação do acesso à história local, democratizando seu uso por parte dos professores e, com isso, dos discentes no contexto da sala de aula.

A BUSCA DE UM LOCAL PARA O CENTRO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA FERROVIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL – SÃO LEOPOLDO ENTRA EM CENA

Ma. Cinara Isolde Koch Lewinski
(História Unisinos)

A comunicação tem o objetivo de discutir a influência das ações do campo do patrimônio na salvaguarda dos bens históricos da ferrovia. Caracterizados como patrimônio industrial, parte dos remanescentes ferroviários brasileiros tiveram seus usos alterados com a perda de atribuições funcionais dos antigos imóveis da estrada de ferro e foram preservados. No processo de patrimonialização na década de 1980, alguns bens da ferrovia foram atribuídos um valor histórico para serem preservados pelo Preserve/fe. A estação ferroviária de São Leopoldo foi um dos recintos selecionados e, por isso, buscou-se a influência das ações da área do patrimônio no processo de escolha do local para ser salvaguardado e ser transformado no Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul. Tendo como referencial teórico a história cultural e levando em consideração as concepções sobre a definição de patrimônio preconizada pelos agentes preservacionistas do governo federal na década de oitenta, estudou-se as práticas e representações que o Preserve/fe usou na sua atuação para modificar o recinto ferroviário de São Leopoldo em um lugar de memória da estrada de ferro gaúcha.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A INVENÇÃO DO LEITO DE MORTE DE JULIO DE CASTILHOS

Ma. Doris Rosangela Freitas do Couto
(Museologia e Patrimônio Museu Julio de Castilhos)

A comunicação proposta visa difundir a pesquisa empreendida sobre o mobiliário apresentado no Museu Julio de Castilhos, a mais de oito décadas, como sendo do casal Castilhos, utilizado na residência que passou a abrigar a instituição e cuja narrativa de leito de morte do estadista teve ênfase desde o ano de 1932 com o intuito de criar uma aura para envolver e emocionar os visitantes. Ocorre que se descobriu que a móvel foi doada ao Museu pela família do Coronel Pedro Osório, charqueador e arroteiro, residente em Pelotas e do qual Julio de Castilhos foi compadre. A metodologia da investigação foi a pesquisa documental nos registros e correspondências do museu e a coleta de relatos orais de uma tetraneta de Julio de Castilhos e de uma tetraneta do Cel. Pedro Osório. A partir da descoberta, a móvel teve sua apresentação ao público revista e a história contada durante tantos anos passou a ser apresentada como uma invenção do diretor da época.

ARQUIVOS HÍBRIDOS DA LITERATURA: A MEMÓRIA FEMININA NOS DIÁRIOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MAURA LOPES CANÇADO E CAROLINA MARIA DE JESUS

Ma. Fernanda de Andrade
(Letras UEM)

Este trabalho tem em seu escopo a análise e a problematização da riqueza memorialística dos arquivos da literatura, por meio dos diários autobiográficos das escritoras Maura Lopes Cançado e Carolina Maria de Jesus, respectivamente, *Hospício é Deus: diário I* (1965) e *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Contemporâneas, as obras abarcam períodos comunais dos anos dourados do Brasil do século XX, narrando faces cruéis da exclusão feminina e/ou da opressão na luta autoral e pela sobrevivência, no hospício e na “favela”. Para tanto, baseado em Halbwachs (2006), pleiteia-se a importância individual e coletiva dessas memórias colhidas no território compartilhado das opressões sexistas, classistas e racistas, de seu tempo, grupo e espaço. Também aportado por Selligmann-Silva (2005), escrutina-se o papel fundamental da escrita diarística e demais gêneros autobiográficos na “literatura do testemunho” após a Segunda Guerra Mundial, cuja multivocalidade corroborou para tensionar novos paradigmas de historicização da memória no Ocidente. Por sua vez, a hibridez dos diários e suas especificidades, entre o real e o ficcional, entre o público e o privado, são estudadas em sua potência, enquanto arquivo privilegiado da memória, com o auxílio dos subsídios teóricos de Lejeune (2008) e Arfuch (2010). A partir de Assmann (2011), finalmente, entende-se a ficção como um recurso para recuperar o passado, não aquele factual, mas o que é revelado pela memória e passa a existir pela da literatura, que permite a sobrevivência da subjetividade e a consolidação da identidade feminina, bem como o seu papel na história.

AÇÕES PARA O PATRIMÔNIO – EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REMOTO NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS

Gabriel Castello Costa
(História Museu Julio de Castilhos)

O presente trabalho visa apresentar a experiência de estágio de educação patrimonial desenvolvida em formato remoto no segundo semestre de 2020, junto aos estudantes de graduação do curso de história da UFRGS. A dificuldade imposta pela situação de pandemia obrigou o museu a repensar outras formas de desenvolver estas atividades. Assim, adaptando as formas de levar o museu para o público geral ou escolar, preparamos a viabilização remota da realização do nosso programa de estágio em educação patrimonial, etapa fundamental na formação de docentes de história. Deste modo, nos mantendo ativos não apenas fisicamente, mas também nos meios de mídia possíveis de serem acessados neste momento, afirmamos nosso compromisso como espaço de referência histórica e laboratório educativo. No estágio, trabalhamos a possibilidade dos graduandos produzirem materiais de cunho informativo didático sobre os acervos do museu, a partir de temáticas exploradas a respeito de seus interesses pessoais. Para tanto, lhes orientamos por reuniões marcadas via ferramentas da web, e fornecemos imagens detalhadas de espaços, ações e acervos escolhidos do museu, assim como materiais disponíveis para pesquisa sobre e para estudo dos mesmos. As resultantes desta experiência foram dois trabalhos de interação por meio de questionários virtuais, via web, sobre as temáticas da história indígena e história afro-brasileira, que se utilizaram de imagens das peças do acervo do museu, apresentando perspectivas que demonstram e refletem como as mesmas carregam narrativas evocativas de memória e resistência para o questionamento do nosso contexto presente.

O SANTUÁRIO DA SANTA CRUZ DO MONTE SANTO, BA, COMO EXPRESSÃO DA RELIGIOSIDADE POPULAR E DE RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA SERTANEJA

Neffertite Marques da Costa
(Doutoranda em História PUC/SP)

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Natural e Paisagístico da Serra do Monte Santo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1983. O Santuário da Santa Cruz, formado pelas 25 capelas da via sacra, teve construção iniciada no final do século XVIII, pela ação do missionário capuchinho Apolônio de Todí, que instituiu a visita às capelas no Dia de Todos os Santos, passando a receber, desde então, grande fluxo de peregrinos para a festa religiosa celebrada em novembro, assim como na Semana Santa, além de peregrinações esporádicas. Um dos cenários do filme *Deus e o diabo na terra do sol*, do diretor Glauber Rocha, gravado em 1963 e lançado no ano seguinte, e utilizado na ambientação do local de origem do personagem Zé do Burro, na adaptação da peça *O pagador de promessas*, de Dias Gomes, para a minissérie de mesmo nome, gravada em 1986 e lançada em 1988, marca um território estruturado pela religiosidade popular, desde o movimento missionário de ocupação do sertão, razão pela qual foi visitado por Antônio Conselheiro, antes de fundar a

comunidade de Belo Monte, destruída em 1897. Alguns meses antes, Monte Santo havia se tornado a base de operações do Exército na chamada Guerra de Canudos. Considerando esses eventos que fazem parte da memória da localidade, a proposta é refletir sobre Monte Santo como um lugar de memória, conforme Nora (1993) e Le Goff (2003), construído a partir de uma intencionalidade pastoral para a produção de uma memória social religiosa, conforme Halbwachs (1990), e que assume contornos específicos nas práticas devocionais, por meio de uma memória coletiva do grupo de peregrinos. O trabalho considera ainda as relações entre História, memória e Nação, a partir da obra de Euclides da Cunha, para uma compreensão dos silêncios acerca de Monte Santo.

O DISCURSO CIVILIZADOR E AS REPRESENTAÇÕES INSERIDAS DA EXPOGRAFIA DE MUSEUS HISTÓRICOS SOBRE IMIGRAÇÃO

Dr. Rodrigo Luis dos Santos
(História Unisinos)

O objetivo deste trabalho é analisar como o discurso sobre processos civilizatórios, a partir da perspectiva de Norbert Elias (1993), está presente em museus históricos que contemplam, em seu escopo, aspectos da história da imigração no Sul do Brasil. Essas afirmativas, introjetadas objetiva ou involuntariamente na narrativa museal, estão alinhadas com uma ideia de pioneirismo, ordem, superioridade cultural e moral e de empreendedorismo. Neste interim, são constituídas percepções quase que míticas sobre as políticas migratórias e de colonização, não contemplando elementos socioculturais, políticos e econômicos historicamente ocorridos, elegendo pontos de enaltecimento e refutando tópicos considerados polêmicos. Deste modo, busca-se compreender como o discurso de civilização é aplicado, a partir da representação e contextos narrativos adotados por algumas destas instituições.

MUSEUS (VIRTUAIS) BRASILEIROS: CONSTRUÇÃO DE ACERVOS DAS MEMÓRIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

Ma. Tatiana Araujo de Lima
(Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais UnilaSalle)

Dra. Profa. Patrícia Kayser Vargas Mangan
(Docente UnilaSalle)

Ao se considerar os desafios desencadeados a partir da pandemia, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), houveram grandes repercussões sócio-culturais-econômicas. Essas incluem, no que tangenciou os desafios relativos ao isolamento e distanciamento social a que as diversas populações se depararam ao longo da passagem do ano de 2020. Nas diferentes intersecções propostas em meio à pandemia, muitos museus espalhados pelo mundo e, também no âmbito brasileiro, têm recolhido em diferentes ações interativas digitais, depoimentos em forma de imagens, sons, vídeos e objetos à respeito da experiência da pandemia. Desta maneira, instituições museais motivaram-se a desenvolver acervos diretamente relacionados às memórias da pandemia, tanto àquelas que já se encontravam

estruturadas, Museu da Pessoa (São Paulo) desde 1991; ou mesmo, surgiram, nas próprias demandas da pandemia, Museu Diários do Isolamento (MuDI), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É significativo frisar Halbwachs (2006), do quanto surge a necessidade de que haja um testemunho para um fato e que esse se torne memória coletiva; o que corrobora para reforçar ou enfraquecer, como também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação. Tal perspectiva nos serviria para refletir a respeito da complexidade dos testemunhos, tanto para os grupos que os compartilham, como pertinentes pelo que trazem de conteúdo de memórias do passado; como se moldam como propulsores privilegiados de um potencial de resistência, no que tange aspectos que pretendem mesclar e potencializar através de seus acervos. Tais memórias vinculadas às histórias de vida compartilhadas como memórias afetivas, nos trazem aspectos dos processos e desafios a que todos estiveram submetidos abruptamente em meio ao distanciamento social, como medo da morte a atravessamentos de cunho sócio-histórico-cultural-econômico. Este trabalho terá como objetivo o estudo dos processos de construção e divulgação destes acervos, tendo como foco museus brasileiros.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 16 - DITADURAS NO CONE SUL DO SÉCULO XX: LUTAS POLÍTICAS EM BUSCA DE DIREITOS

Coordenadores

Marcos Alesandro Neves dos Santos (UFSM)

Camila de Almeida Silva (UFSM)

Este Simpósio busca reunir trabalhos dos mais diferentes campos do saber, dedicados à investigação do tema sobre as ditaduras do Século XX no Cone Sul, em todas as suas dinâmicas, (seus antecedentes, a transição política, e sobre os processos de construção democrática) de modo especial, na relação com os Mundos do Trabalho (urbano e rural), pela luta por direitos, por memória e justiça, bem como sobre os usos públicos do passado (a utilização de referências históricas na contemporaneidade e o constante uso de anacronismos, que descaracterizam os fenômenos em suas especificidades, prejudicando assim análises mais amplas) e a história pública. Objetiva, também, analisar a classe trabalhadora durante as ditaduras civil-militares na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai e no Uruguai, sem perder de vista as importantes transformações sociais, econômicas e culturais desse período e seus desdobramentos, estando atento as especificidades das experiências locais e nacionais, verificando possíveis conexões entre elas. Em conjunto, busca-se tematizar a repressão e as resistências desse período histórico, além das relações de poder estabelecidas entre o Estado e as organizações políticas, partidárias, sociais, religiosas e demais aspectos sociais que façam parte do nosso recorte, com o intuito de proporcionar uma visão mais ampla do que está sendo proposto.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

“NÓS QUEREMOS QUE O SENHOR NOS VEJA”: FOTOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NAS MARGENS DE PORTO ALEGRE (1970-1975)

M^a.Alexandra Lis Alvim
(Doutoranda em História PUC/RS)

Na imensidão de informações visuais que o o Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito abriga (Fototeca Sioma Breitman/Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo) saltam aos olhos os conjuntos fotográficos que deslocam as lentes dos funcionários da prefeitura das áreas centrais para as crescentes áreas de subabitação. Se entre as caixas que abarcam as imagens da década de 1960 o tema é bastante presente, na década seguinte o tema torna-se muito mais frequente, especialmente absorvendo uma quantidade significativa das fotografias produzidas na administração de Guilherme Socias Villela, nomeado como prefeito de Porto Alegre em 1975. Nelas, sua imagem política é construída no corpo a corpo das visitas que realiza em distintos espaços da cidade que, desta vez, não se limitam ao espaço da cidade formal. A farta documentação imagética do Acervo permite elaborar a hipótese de que a modernização empreendida pelos grupos no poder durante a Ditadura Civil-Militar não pode ser dissociada do processo de segregação espacial que insuflou a construção da periferia nas margens da cidade. A recorrência dos temas das imagens parece ser sintomática da emergência de determinados temas na esfera pública, temas que necessitavam ser registrados imageticamente e difundidos pelos meios oficiais e pela mídia no período. As fotografias, deste modo, permitem a análise da função da fotografia como dispositivo de controle, legitimidade e propaganda da administração de Porto Alegre, bem como o caráter e a função do arquivo que juntas elas insinuam constituir. A partir delas, deste modo, pretende-se contribuir com outros enfoques aos estudos sobre as cidades brasileiras, enxergando a produção destes espaços como sintomático de outros diversos problemas historicamente emaranhados na História deste país, como raça, classe e gênero, e a negação de direitos com os quais uma grande parcela dos habitantes de nossas cidades frequentemente é privado.

TRABALHISMO E POPULISMO: UM DEBATE CONCEITUAL E A MATERIALIDADE DA PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Ma. Camila de Almeida Silva
(Doutoranda em História UFSM)

Em 1996 Angela de Castro Gomes já destacava que não importa as escolhas, escrever sobre o populismo sempre apresenta riscos (GOMES, 1996). Esse conceito, desde meados dos anos 80 vem sendo discutido e rediscutido, compondo um dos temas mais polêmicos das Ciências Humanas. Suas contribuições são evidentes e representam um intento para a compreensão da realidade brasileira num contexto político, econômico e social contraditório. Nesse sentido, a operacionalidade do conceito é posta em cheque por inúmeros pesquisadores, que buscam uma

interpretação alternativa para a mesma realidade. Sem negar as contribuições teóricas anteriores, mas à luz de novas produções sobre a classe trabalhadora, o trabalhismo enquanto um conceito surge para “retirar” do Estado o protagonismo enquanto direcionador exclusivo da História, para observar a classe trabalhadora como sujeito. Buscando superar a dualidade, apresentada nas teorias populistas, entre cidade versus campo e também da teoria do “desvio”, o trabalhismo vai negar um modelo revolucionário prévio e etapista a ser seguido como cartilha, de modo que, o trabalhismo vem entender os trabalhadores enquanto sujeito imersos em contradições, mas que acima de tudo, devem ser vistos a partir de um “horizonte de possibilidades”. Convém também destacar que de forma alguma pretende-se exaurir o debate em torno destes conceitos, para o objetivo aqui proposto serão elencados alguns autores que melhor exemplificam as teorias em debate e explorar os usos do trabalhismo na prática, em São Borja, um município no interior do Rio Grande do Sul, terra dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.

"NADA CONSTA": O ATESTADO DE IDEOLOGIA ENTRE A ABERTURA POLÍTICA E OS FREIOS AUTORITÁRIOS (1975 - 1979)

Carlos Eduardo da Silva Pereira
(Mestrando em História PUC/RS)

A presente comunicação visa demonstrar através do atestado de ideologia, como se articularam debates em torno dele durante o período denominado como abertura política. Para dar conta dessa análise serão utilizadas fontes diversas, que possam elucidar de forma panorâmica a inserção dos atestados de ideologia no debate público, seu papel no aparato repressivo e sua viabilidade (ou inviabilidade) dentro de um período de transição política. Além da combinação de fontes, a análise aqui elaborada partirá do princípio de que o atestado de ideologia possui um caráter institucional, portanto, possui sua importância enquanto mecanismo de controle político e social no sentido de solucionar "problemas" ocasionados pela infiltração de inimigos da ditadura civil-militar em órgãos públicos e privados. Dentro dessa perspectiva, serão levantadas questões em torno da governabilidade, do caráter da transição política, da articulação dos movimentos sociais no momento da abertura política e da inserção do atestado ideológico no período.

SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME! TRAVESSIAS, REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA NA PACATA JAGUARÃO

Darlise Gonçalves de Gonçalves
(Mestranda em História UFPel)

A presente comunicação, inserida no campo de estudos da História do Tempo Presente, aborda o período de 1964 a 1975, com um enfoque na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, mais precisamente, o município de Jaguarão. A partir desse recorte espaço temporal abordaremos as redes de mobilidade locais, compreendidas enquanto pequenos grupos que ao

se articularem dentro de uma rede de solidariedade teceram contatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Fazendo com que essa pequena cidade do interior se integre a uma ampla agenda de resistência, sendo de vital importância para o esquema de saída para o exílio de alguns quadros da militância contrária ao regime de 1964, como também para a troca de informações entre setores da resistência situados no país vizinho, possibilitando o intercâmbio de informações e a rearticulação entre estes. Essas redes também propiciavam a inserção no Brasil de militantes estrangeiros perseguidos pela escalada autoritária do Pachecato Uruguaio. Entretanto, na literatura pertinente embora sejam apontadas essas travessias, pouco ou nada se fala nestas enquanto atividades altamente complexas, e menos ainda são pensadas as articulações tecidas entre os atores sociais e seus esforços despendidos para o êxito dessa atividade. Contudo, essas narrativas de solidariedade e resistência, não se encontram dentre aquelas que constituem a memória oficial da cidade, circulando apenas entre pequenos grupos ligados de algum modo aos indivíduos que vivenciaram direta ou indiretamente esses processos. Sendo assim, a metodologia da história oral é fundamental no trabalho com essas memórias subterrâneas.

FEMINISTAS OU POLÍTICAS? MULHERES MILITANTES NA DITADURA CHILENA

Iasmin do Prado Gomes
(Mestranda em História UFOP)

A presente comunicação objetiva investigar como discussões entre componentes do movimento feminista chileno materializaram-se no semanário *Mensaje* durante o período da ditadura militar (1973-1990). Organizações de mulheres fundadas perante o cenário autoritário comandado por Augusto Pinochet assumiram caráter político, denunciando a violação dos direitos humanos desenvolvida pelo Estado e engajando-se na luta pela redemocratização. Paralelamente, salientaram opressões vivenciadas pelo gênero feminino em diversos segmentos da sociedade chilena, aqui destacamos as instituições de esquerdas. Afinal, ao mesmo tempo que, as ditas compartilhavam de ideologias em comum com o movimento feminista, corroboravam para a manutenção de ideais de feminilidade historicamente atribuídos ao sujeito mulher. Estes combatidos pelas agentes em questão. Estudos revelam que às mulheres eram destinados trabalhos domésticos dentro dos partidos políticos e que, companheiros de militância consideravam suas demandas subalternas, questões que nada acrescentavam à resistência socialista. Sob o slogan *Democracia en el país y en la casa* chilenas saíram às ruas delatando as desigualdades entre gêneros manifestadas nas esferas pública e privada. Feministas como Julieta Kirkwood, Josefina Rossetti e Alicia Frohmann desenvolveram questionamentos acerca da militância protagonizada por essas sujeitas, seriam elas feministas ou políticas? Deveriam compor partidos de esquerda? Se sim, como as inserir em um espaço estruturalmente dominado por homens? Por fim, como pautas feministas e democráticas estão relacionadas?

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A REPRESENTAÇÃO DAS MADRES DE PLAZA DE MAYO NO JORNAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (1977-1978): LOUCAS OU VÍTIMAS?

Laura Bittencourt Alves
(Graduanda em História PUC/RS)

A última ditadura militar argentina, conhecida como o Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), é facilitada pelo caos político e econômico do governo de Isabelita Perón. A crise de autoridade da presidente faz com que todas as forças armadas assumam conjuntamente o poder após um golpe de Estado. Diferentemente, contudo, de outros Estados de Exceção vivenciados nos diversos outros períodos de regimes militares na Argentina, que tinham por justificativa abandonar o Estado de Direito para dar fim às crises políticas, o Estado adotado pelo Processo de Reorganização Nacional assume um novo caráter. Esse caráter pode ser explicado pela Doutrina de Segurança Nacional e pela utilização do terror como método de estruturação e permanência no poder. Assim, os considerados subversivos representavam uma grande ameaça ao Processo, portanto deviam ser retirados de cena. Dessa maneira, estima-se que 30 mil indivíduos desapareceram nos sete anos de regime ditatorial, o que faz emergir um novo modelo de resistência e luta que marca a história da Argentina. A resistência inicia em 1977, quando um grupo de mães se une na Praça de Maio, em Buenos Aires, em busca de explicações sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos. Em pouco tempo, as *Madres de Plaza de Mayo* se fazem presentes na imprensa internacional por seu protagonismo na denúncia do Terrorismo de Estado e das violações de Direitos Humanos ocorridas na Argentina. Assim, o presente trabalho visa estudar a presença e representação do movimento *Madres de Plaza de Mayo* na imprensa brasileira, nos anos 1977 e 1978, especificamente no jornal Estado de São Paulo. Levar-se-á em conta que o veículo de informação era carismático às ditaduras civis-militares estabelecidas no cone-sul no século XX, o que influenciará sua percepção acerca do importante movimento argentino.

A CASA DOS ESPÍRITOS: TEMPORALIDADES, VOZES E RESISTÊNCIA

Me. Leonardo da Silva Claudiano
(Doutorando em História PUC/SP)

A presente comunicação tem o intuito de analisar as vozes e temporalidades que a escritora Isabel Allende registrou no romance “A Casa dos Espíritos” (1982), principalmente acerca de dois importantes momentos da história de seu país: a “*Vía Chilena*”, de Salvador Allende; e o golpe civil-militar, da Contrarrevolução de Pinochet. A saga da família “dell Valle Trueba”, núcleo central do romance, traz tempos sobrepostos que transitam por diversas representações sociais e políticas. No enredo, podemos distinguir dois países - insinuantes, um ao outro; impositivos, um ao outro: o Chile, de personagens trespassados pela vocalidade textual do realismo mágico, numa referência que reforça o contar e o lembrar como resgate e (re)pertencimento - é narrativa, tal qual a experiência benjaminiana, que envolve vários atores, do campo e da cidade, no intuito de tornar o relato inconclusivo, atemporal: leitura viva, de momentos que não se encerraram, de memórias em permanente (re)construção; e o Chile da repressão, onde a palavra escrita remete às verdades convenientes dos documentos

governamentais, nos quais carimbos e pontos finais produzem arquivos mortos. O embate é simbólico, entre a vocalidade e a escritura. Torna-se agudo no período de Salvador Allende; acentua-se no de Pinochet. A força militar busca reescrever a História, cercá-la com tanques e metralhadoras. Isabel Allende, no entanto, subverte as finalidades oficiais e a letra impressa torna-se memória repleta de polifonias vivas, resistências: é o diário de Clara que guarda as lembranças de um Chile em transformação; é o relato de Alba, presa e torturada, que nos traz o Chile que sobrevive. Como nota-se, ao estudo que nos propomos, a Literatura se apresenta como fonte fundamental. Por ela, vamos ao encontro dessas vozes duplamente silenciadas - tanto pela agressividade opressiva e fatal de coturnos e fuzis, quanto pela memória que se tenta espoliar.

O ESTADO NOVO E O GOVERNO DE AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO (1937 -1945)

Me. Marcos Alesandro Neves dos Santos
(Doutorando em História UFSM)

Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no dia 5 de novembro de 1894 em Serra Talhada. Após a sua formatura em Direito é nomeado promotor público da comarca de São Lourenço da Mata. Agamenon entrou no Partido Republicano Democrata (PRD), sendo eleito deputado estadual em 1933, em julho de 1934 e a convite de Vargas assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1936, já em janeiro de 1937, é nomeado interino do Ministério da Justiça, acumulando, assim, as duas pastas. Com o advento da ditadura Vargasista, foi designado interventor do Estado de Pernambuco, modelando o que viria a ser a gestão Estadonovista.

Os meios de comunicação da época, como os rádios e os jornais, serviam de suporte ideológico para os feitos políticos do interventor, que os alardeavam diariamente na Rádio Club de Pernambuco e no Jornal Folha da Manhã, subsidiados pelo governo justamente para propagandear suas ações. Pode-se compreender que o populismo foi um fenômeno político de característica urbana e que ganhou corpo com os processos de industrialização, urbanização, as migrações e a expansão das comunicações, caracterizando-se como um movimento urbano em contraponto do coronelismo que se estabelece de forma mais clara no meio rural (WEFFORT, 1978). A identificação das massas com o regime personalista e a sua consequente adesão, foi justificada por uma historiografia tradicional do início dos anos oitenta pela origem rural classes populares, sendo supostamente mais afáveis as questões paternalistas e em um estágio inferior no que diz respeito a consciência de classe em comparação aos trabalhadores urbanos.

ST 17 – AUTORITARISMOS E DEMOCRACIA NO BRASIL REPUBLICANO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS

Coordenadores

Vinícius de Oliveira Masseroni (UNISINOS)

Luisiane da Silveira Gomes (UNISINOS)

Fábio Roberto Wilke (UNISINOS)

O ST proposto tem como objetivo congregar trabalhos de matizes teóricos e historiográficos diversos sobre os períodos de autoritarismos, como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e democracias durante a experiência republicana brasileira. Por muito tempo, abordagens da história econômica e política dominaram a produção historiográfica sobre esses períodos. Tais perspectivas ainda têm resultados a agregar ao conhecimento histórico e, por este motivo, são bem-vindos no ST. No entanto, as diversas lutas políticas como as feministas, dos movimentos negros e dos movimentos LGBTQ+ forçaram os campos historiográficos a repensar o lugar desses “novos” sujeitos dentro da disciplina e do conhecimento histórico. Nesse sentido, o ST busca abrigar todos aqueles que, estimulados pelos novos ares historiográficos, buscam, por meio dos pensamentos feminista e/ou de gênero, e dos pensamentos negros, renovar as pesquisas sobre as relações sociais diversas desenvolvidas em períodos de democracias e autoritarismos dentro da sociedade brasileira durante o período Republicano. As perspectivas que contemplam uma dimensão comparativa, entre Brasil e países latino-americanos, em especial, também estão no escopo deste simpósio temático. Busca-se estabelecer um diálogo amplo, e que inclua desde perspectivas do Estado (relação com a sociedade e, em especial, a repressão estatal) até a sociedade civil; partidos políticos (de esquerda e direita); história sob a perspectiva de gênero; história dos movimentos étnicos em sua diversidade (negros e indígenas), serão bem-vindos, desde que com dialoguem com a proposta mais ampla do ST, História das democracias e autoritarismos do Brasil Republicano.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A PROFILAXIA MORAL E HIGIÊNICA: O DISCURSO HIGIÊNICO A SERVIÇO DA REPRESSÃO NO RIO GRANDE DO SUL DE VARGAS

Bárbara Beatriz Silveira Darski
(Mestranda UFRGS)

A presente comunicação busca compreender como se deu a política de implantação de medidas repressivas mais severas, mas travestidas de higiênicas e modernizadoras, contra imigrantes envolvidos em processos de expulsão no Estado do Rio Grande do Sul durante os anos 1928 – 1930. Preliminarmente observamos através de fontes levantadas que ocorreu um debate político aberto sobre o que o estado deveria fazer para garantir a “ordem pública” no RS, através de publicações de artigos em jornais de políticos e intelectuais porto-alegrenses. Acreditamos que a conduta, sabidamente autoritária de Vargas, ao longo da Era Vargas não se restringiu exclusivamente ao período em que este esteve à frente do executivo federal. Carneiro (1999) ao se referir ao Estado Novo, coloca que “Vargas, além de expressar o perfil de um autêntico estadista, era, por formação, um homem de índole autoritária e que, entre 1930 e 1937, procurou concentrar, cada vez mais, o máximo de poder nas mãos do Executivo” (p. 329). Em nossa análise, acreditamos que a forma como os processos de expulsão foram desencadeados no estado, bem como a introdução de novos instrumentos repressivos, podem demonstrar o viés autoritário do governo Varguista já quando este foi Presidente do Rio Grande do Sul. Nesta comunicação, pretendemos analisar os debates públicos ocorridos sobre a temática e aventar algumas hipóteses sobre seus desdobramentos repressivos no período já citado.

CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA COMPARADA: OS GOVERNOS MAURICIO MACRI (2015-2019), MICHEL TEMER (2016-2018) E AS DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE A VENEZUELA

Bruno Natan Lima
(Mestrando UEL)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, de maneira comparativa, as concepções de democracia exprimidas pelas culturas políticas argentina e brasileira do tempo presente. Seu enfoque encontra-se fundamentalmente nas representações discursivas feitas pelos governos Mauricio Macri (*PRO/Cambiamos*) e Michel Temer (MDB) da crise que enfrenta a Venezuela, cotejando-as, em suas mudanças e permanências, com os governos progressistas do *Partido Justicialista (PJ)* e do Partido dos Trabalhadores (PT), que os sucederam. Para tanto, recorre-se sobretudo às contribuições da História do Presente, da História Comparada e da História Política, em especial ao conceito de Cultura Política, conforme empregado por Serge Berstein. Discursos oficiais, artigos e entrevistas concedidas pelos mandatários e seus chanceleres, bem como protocolos e suas aplicações, constituem as principais fontes deste trabalho. A democracia aparece como um conceito importante para as culturas políticas hegemônicas dos dois países estudados desde as redemocratizações levadas a cabo na primeira metade da década de 1980, o que também se expressa no processo de integração regional que se segue. Não obstante, tal integração tem momentos distintos, como uma maior preponderância do regionalismo aberto na década de 1990 e sua crítica a partir de 2003, com a ascensão de Néstor Kirchner, na

Argentina, e Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil. Tal período também assiste a uma significativa aproximação diplomática com a Venezuela, admitida como membro pleno do Mercosul em 2012. A princípio, as críticas a respeito do regime venezuelano parecem encontrar uma convergência considerável nos governos Maurício Macri e Michel Temer. O mesmo bloco que admitiu o país andino cinco anos antes, o suspende em agosto de 2017 por meio da aplicação do Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no Mercosul. Este exercício comparativo busca generalizações e causas comuns entre os dois objetos, mas também desembaraçar o terreno das falsas semelhanças.

REDEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTO LGBTQ+ E CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - O CAMINHO FEITO ATÉ O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Edhilson Dantas Alves
(Mestrando PUC/SP)

O Movimento LGBTQ+ brasileiro teve seu início em maio de 1978, período em que a ditadura civil-militar caminhava para um eventual momento de abertura democrática. Possui três ondas que iremos trabalhar com objetivo de dar voz tanto ao movimento gay quanto ao movimento lésbico e feminista que somaram nessa luta social, inflando o primeiro até que houve divisões internas. Durante os vinte e um anos de existência, a ditadura hétero-militar, possuiu momentos distintos, inclusive em sua relação com a sociabilidade LGBTQ+. Em linhas gerais, nos anos de 1964 a 1967, na primeira fase, houve intensa perseguição ao sindicalismo organizado, às esquerdas, movimentos populares e intelectuais - mesmo momento que se dava o início a uma nova fase do entretenimento e diversão dirigindo ao público homossexual (GREEN e QUINALHA, 2019, p.19). Já na segunda fase, na década de 1980, houve muita fragmentação e, com o surto da aids, novos desafios. Por outro lado, também se nota que, diferente do que houve nos Estados Unidos, a resposta do movimento à epidemia existiu e foi essencial para que, na década seguinte, houvesse uma resposta estatal. Na terceira onda, iniciada na década de 1990, já contamos tanto com um sistema único de saúde, garantido na Constituição de 1988 - ou Constituição Cidadã - quanto investimento políticos para conter o vírus. Esses três pilares se envolvem e constroem a maior política pública voltada para a população LGBTQ+ que o Brasil já teve em sua história, criada em 2004. Com diversos tópicos que envolvem direitos e cidadania, foi resultado de lutas que atravessaram décadas, possuindo a Constituição como sua matriz. Entretanto, e infelizmente, ainda pouco conhecido dentro e fora do meio acadêmico.

A CARTA-TESTAMENTO DE VARGAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Me. Fábio Roberto Wilke
(História Unisinos)

Neste artigo coloco em interação os conceitos de cultura política, memória e patrimônio, interpretando-os em um recorte espaço-temporal que se estende de 1930 a 1945, no Brasil, período em que Getúlio Vargas esteve à frente do poder político nacional. Para isso, utilizo sua carta-testamento, que consiste em um documento escrito e legado intencionalmente para a

posteridade como um auto testemunho de sua vida e ação política, e que foi transformada em patrimônio pelo Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, argumento que a carta, transformada em monumento e que resguarda aspectos materiais e imateriais, pode ser entendida como um lugar de memória que realiza a síntese de um dos legados deixados pelo primeiro governo Vargas, qual seja a questão do trabalho.

AS ELITES POLÍTICAS E JURÍDICAS DO PIAUÍ NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964

Me. Francisco José Leandro Araújo de Castro
(Doutorando em História UFF)

Este artigo é desdobramento da pesquisa que venho desenvolver no âmbito do Doutorado em História Social, pela Universidade Federal Fluminense. Neste texto em particular, analiso algumas das práticas de *adesão e acomodação* de grupos civis no estado do Piauí ao golpe de 1964 e à ditadura, por meio de notas de jornais. Aqui, refiro-me mais detidamente a membros do judiciário local que, por conta de suas visões de mundo, de sua formação bacharelesca conservadora, dos seus interesses pessoais, mas, sobretudo, por compartilharem de uma *cultura política autoritária* em comum, buscaram se adaptar aos ditames da “nova ordem” aberta pelos militares. No texto utilizo, como fonte, algumas notas publicadas em jornais de grande circulação no Piauí, como *O Dia*, onde pude perceber uma série de moções de aplauso, boletins e outros gestos de celebração ao golpe e aos militares, vindos de parcela do quadro judiciário desse estado. Sob o ponto de vista historiográfico, esse tipo de análise, a meu ver, se faz pertinente, por mostrar que um regime autoritário, como fora a última ditadura brasileira (1964-1985) se sustentou não simplesmente pelo poder coercitivo dos militares, mas também pelo amplo apoio de grupos civis.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO NAZISTA NO AUTORITARISMO BRASILEIRO: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O ESTADO NACIONAL DE FRANCISCO CAMPOS

Geovana Klaus Magalhães
(Graduanda Unisinos)

A década de 1930 viu uma efervescência de pensamentos autoritários e fascistas, influenciada pelo contexto histórico, político e social no período do pós Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Este trabalho é um estudo em andamento que pretende dedicar-se ao estudo do pensamento autoritário brasileiro, em formação em tal período, através da obra *O Estado Nacional: Sua Estrutura. Seu Conteúdo Ideológico* de Francisco Campos – intelectual e jurista do país com grande influência nos anos 1930 sob o governo – que discorre sobre suas ideias e teorias para o futuro do Brasil, com caráter autoritário. A partir disso, tem-se a intenção de investigar se o pensamento autoritário nazista oriundo da mesma década e que foi um dos principais motores desta, possui influência no que é apresentado em *O Estado Nacional*. Para isto ser realizado, também serão estudadas as ideias nazistas, utilizando-se de conceitos e abordagens referentes à história política enquanto referencial historiográfico.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dra. Lidiane Friderichs
(Docente UFPel)

Essa comunicação visa debater como se efetivou a construção teórica e ideológica em torno do Neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1980. Com a redemocratização política o país passou a vivenciar, mais intensamente, as disputas antagônicas em torno de modelos de governo e sociedade. Nesse âmbito as direitas políticas do Brasil se reorganizam, em sua maioria, em torno da defesa do livre mercado e passaram a efetivar uma série de medidas e projetos para divulgar-lo tanto para as classes dominantes, como para a sociedade em geral. É justamente essa construção discursiva, que visava construir um consenso favorável as políticas neoliberais, que será analisada nessa comunicação.

“QUEM DISSE QUE SUMIU?” MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (PELOTAS: 1977-1985)

Ma. Luisiane da Silveira Gomes
(Doutoranda em História Unisinos)

A presente comunicação versará sobre as memórias de atuação estudantil universitária na cidade de Pelotas/RS durante o processo de redemocratização do Brasil, período este que se compreende entre os anos de 1977 a 1985. Para tanto, faremos um recorte de gênero, onde nos utilizaremos de entrevistas realizadas com mulheres que militaram no movimento estudantil na cidade. Sendo assim, nossa pesquisa se inicia com o ano de 1977, momento em que o movimento estudantil começou a se rearticular em todo Brasil e, na cidade de Pelotas, o ano foi marcado pela luta contra o Pacote de Abril, que acabou resultando na prisão de um estudante durante uma manifestação. Além do mais, ao longo do período analisado, notamos a ocorrência de inúmeras manifestações na cidade, as quais foram lideradas pelos estudantes. Diante do exposto, o trabalho busca, amparado pela história oral, refletir, através das memórias de atuação de ex militantes do movimento supracitado, acerca da inserção feminina em espaços majoritariamente masculinos, bem como discutir as posições que as mulheres ocupavam no seio deste movimento.

EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL: O SNI ATRAVÉS DA INFORMATIZAÇÃO E INTERESSE TECNOLÓGICO

Dr. Marcelo Vianna
(Docente IFRS)

Nosso trabalho propõe uma análise sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e seu progressivo envolvimento com o campo tecnológico, especialmente a Informática, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Guiado pelas ideias da Doutrina de Segurança Nacional, o SNI

acompanhou o processo de informatização experimentado pela sociedade brasileira nos anos 1970, o que levou o órgão progressivamente envolver-se no desenvolvimento de seus próprios recursos computacionais, a fim de aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Como uma fonte “profissional de informações”, o SNI movimentou um aparato tecnológico responsável pela sistematização e armazenamento de prontuários, fichas conceitos e demais documentos que demonstram um elaborado sistema de espionagem, de repressão e de inculpação da sociedade brasileira. Nossa intenção é discutir a organização tecnopolítica desse sistema, a partir do interesse tecnológico do órgão, o que levou até mesmo extrapolar suas premissas de ação baseadas no sigilo (“cultura de silêncio”). Ou seja, que o envolvimento tecnológico do SNI representava um projeto de continuidade de poder em meio ao processo de redemocratização, até mesmo levando alguns dos expoentes da comunidade de informações a intervirem abertamente no campo da Informática brasileira, com a criação da Secretaria Especial de Informática (SEI) em fins de 1979.

MULHERES EM DEBATE: A ESCRITA FEMININA NAS PÁGINAS DA REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA (1940-1945)

Veronica Vieira Martinelli
(Mestranda PUCRS)

No âmbito dos estudos históricos relativos ao período do Estado Novo, ainda são raras as pesquisas que buscam compreender a atuação de instituições civis nesse contexto e o papel dos intelectuais – homens e mulheres – associados a elas. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo desenvolver algumas reflexões acerca do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), organização civil que reuniu diversos intelectuais brasileiros ao longo dos anos de 1940 a 1945. Essa instituição tinha como veículo de imprensa a revista *Ciência Política*, que funcionava como um boletim mensal de divulgação das suas atividades culturais e intelectuais. Especificamente, este trabalho busca identificar a presença de mulheres intelectuais em um espaço institucional majoritariamente masculino. Também pretende aprofundar suas análises no sentido de compreender a escrita feminina para a revista do INCP, pois chama a atenção o fato de que em todo período em que a *Ciência Política* foi publicada, entre novembro de 1940 e junho de 1945, a análise de conteúdo demonstra que nos cinquenta e seis volumes do periódico, onze mulheres publicaram em suas páginas. Portanto, a partir da reflexão teórica sobre os resultados obtidos pela pesquisa nas fontes e com a abertura na dimensão da história social e no domínio dos estudos históricos sobre as mulheres, busca-se compreender quem eram essas mulheres em suas trajetórias individuais no contexto estadonovista, e quais os conteúdos que foram abordados em seus textos publicados na revista *Ciência Política*.

HISTORIOGRAFIA DA LUTA ARMADA CONTRA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Me. Vinícius de Oliveira Masseroni
(História Unisinos)

A produção sobre as organizações de luta armada, que tiveram lugar no final dos anos 1960 e início de 1970, teve origem ainda durante a Ditadura civil-militar (1964-1985), em especial com os artigos de autoria do historiador Marco Aurélio Garcia (2019), entre os anos de 1979-80. Após o término do regime de exceção, três obras foram tomadas como bibliografia básica

sobre o tema: do historiador e ex-militante do PCBR, Jacob Gorender (1987[2014]); a tese de doutoramento do também historiador e ex-militante do MR-8, Daniel Aarão Reis (1987 [1990]) e, por último, a tese de doutoramento do sociólogo Marcelo Ridenti (1990 [2010]). A partir dessas contribuições inaugurais, seguiram-se um sem número de estudos (teses, dissertações, capítulos, artigos) sobre as organizações de luta armada. Outros recortes foram, também, abordados como a temática do *exílio* (Rollemberg, 1999). Contudo, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, os pesquisadores passaram a se dedicar ao estudo de uma organização em específico. Isso terminou por gerar uma rica bibliografia sobre as mais variadas organizações de luta armada. Porém, não há trabalhos que reúnam toda essa produção de maneira sistemática, o que termina por resultar na dispersão e dificuldade para novos pesquisadores em tomar conhecimento do trabalho que já foi realizado por pesquisadores das esquerdas armadas brasileira. Nessa lacuna que buscamos inserir nosso trabalho, com base no levantamento sistemático de dissertações e teses (mas, também, capítulos, artigos e livros) que tiveram por objeto organizações (ou militantes) de uma organização armada em específico. Esperamos, com esse trabalho, dar real dimensão dos avanços e, eventuais, deficiências sobre a história das organizações *revolucionárias* brasileiras.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 18 - DIÁLOGOS SOBRE HISTÓRIA MILITAR

Coordenadores

Bárbara Tikami de Lima (UNISINOS)

Guilherme Nicolini Pires Mais (UFRGS)

Paola Natália Laux (UFRGS)

O presente simpósio temático tem como objetivo promover um espaço de ampliação do debate acerca da História Militar. Trata-se de uma área do conhecimento histórico até então pouco desenvolvida nos setores universitários brasileiros, que por anos via o assunto com receio e desconfiança. No Brasil, à medida em que houve um fortalecimento da história enquanto campo profissional também ocorreu uma intensificação dos envolvimento militares na política. A Ditadura Militar (1964-1985) impôs duras penas ao pensamento crítico da população brasileira que, no âmbito do conhecimento universitário, foi desencorajada de levar adiante pesquisas sobre as Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política - ponto problemático num regime autoritário. Por outro lado, nas organizações de historiadores/as ligados/as às sessões históricas das Forças Armadas, a produção historiográfica castrense permaneceu intensa. Contribuindo, assim, para que as sessões das Forças Armadas estendesse seu poder sobre o campo histórico, especialmente pelo controle dos arquivos (fundamentais para o ofício histórico) e pelo conhecimento técnico, natural da profissão militar. Por muito tempo essa produção historiográfica ficou restrita à modelos voltados aos aspectos técnicos da batalha e a construção de narrativas patrióticas, comemorativas e grandiloquentes acerca dos heróis nacionais (sobretudo homens) e das grandes batalhas. A partir da redemocratização, especialmente ao longo da década de 1990, quando aconteceu um distanciamento temporal da referida ditadura, que o tema volta a aparecer com maior vigor nos debates acadêmicos, expandindo-se nos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Cientes de que todo objeto historiográfico permeia diferentes áreas do conhecimento e que o campo da História Militar tem recebido diversas contribuições que abrem caminho para novas abordagens, metodologias e para o uso de fontes de pesquisa antes não observadas, este simpósio acolherá trabalhos que consideram as instituições militares e/ou os indivíduos que a compõe como parte de um todo social. Serão aceitos trabalhos que contemplem dimensões políticas (nacional e internacional); bélicas (questões estratégicas, logísticas e institucionais que dizem respeito à estrutura e funcionamento das Forças Armadas e policiais); culturais (a construção dos soldados; as invenções das tradições); as relações de gênero na caserna; bem como trabalhos que versem sobre a abordagem da ação militar pelo ponto de vista do sujeito que é alvo desta ação. Outrossim, destacamos que o estudo da história militar não implica em apologia ao militarismo, algo que as(os) coordenadoras(es) deste simpósio rechaçam de modo veemente.

AS PINTURAS DE EDUARDO DE MARTINO E O MUSEU NAVAL

Ma. Bárbara Tikami de Lima
(Doutoranda História Unisinos)

A presente comunicação, oriunda de artigo de mesmo título, analisa a relação entre a Marinha Brasileira e um grupo de pinturas produzidas por Eduardo de Martino (1838-1912), um artista que chegou à América do Sul como oficial da Marinha Italiana e renunciou a carreira militar para se tornar pintor. Assim discorreremos sobre a conjuntura final do século XIX, período em que as obras foram produzidas; a trajetória do artista e as diferentes possibilidades de aquisição das telas pela instituição militar brasileira. Outrossim, versaremos sobre o Museu Naval, local em que os quadros estiveram expostos, pois foi neste lugar de memória que eles, tal qual o próprio museu, atuaram como diferentes campos do discurso, centros de interpretação e arenas políticas.

“EL ENEMIGO ERA PORTUGAL”: AS ESTRATÉGIAS DAS FORÇAS ESPANHOLAS NAS GUERRAS DO SUL DA AMÉRICA, 1762-1777

Dr. Jeferson dos Santos Mendes
(História e Cultura do Brasil FLUL)

O presente trabalho busca analisar as estratégias desenvolvidas pelas forças espanholas durante as conquistas das possessões portuguesas na América do Sul durante o final do século XVIII. No decorrer dos desdobramentos da Guerra dos Sete Anos na Europa, em 1762, as tropas espanholas, comandadas por Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, tomaram a praça militar e mercantil de Colônia do Sacramento e os fortes de São Miguel, Santa Teresa e a vila do Rio Grande. Nos dezesseis meses de cerco à Colônia do Sacramento, os castelhanos reforçaram as guardas do bloqueio, apresaram embarcações portuguesas e alforriaram escravizados africanos. Com a capitulação da praça, as forças castelhanas avançaram sobre as possessões mais meridionais, que capitularam sem qualquer resistência. Com o Tratado de Paris (1763), a Colônia do Sacramento foi devolvida aos portugueses, mas a vila do Rio Grande e a Barra de São José do Norte permaneceram sob domínio espanhol. Treze anos depois, em 1776, as forças luso-brasileiras recuperaram para Portugal a vila do Rio Grande e a Barra do Norte. Essa “reconquista” gerou um esforço de retaliação de Espanha. Uma das maiores expedições organizadas pela coroa espanhola para o Atlântico Sul, novamente chefiada por Pedro de Cevallos, tomou para Espanha a Ilha de Santa Catarina e, mais uma vez, a praça de Colônia do Sacramento. Com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), assinado entre as cortes ibéricas, a Ilha de Santa Catarina foi devolvida aos portugueses e a praça de Colônia do Sacramento foi definitivamente incorporada ao território espanhol.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

O QUE A BRIGADA MILITAR TEM DE MILITAR?

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva
(UFRGS)

Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento. O objetivo da pesquisa é analisar as relações institucionais entre o Exército e a Brigada Militar, durante a Primeira República. Para essa comunicação, trago a discussão presente em um dos capítulos, onde questiono: o que a Brigada tem de militar? Esse questionamento se justifica na medida em que se observa, durante a Primeira República, um tensionamento entre Exército e as polícias militares estaduais. Esse tensionamento, num primeiro momento, aparenta estar ligado às demandas pela modernização do Exército e, conseqüentemente, realimento das forças políticas oligárquicas do período. Do mesmo modo, há também um esforço pelo enfraquecimento bélico das polícias regionais. Assim, os objetivos dessa comunicação são: 1) identificar quais são os elementos da Brigada Militar que permitiram que essa instituição se qualificasse como “militar”; 2) analisar a relação entre esses elementos e o Exército brasileiro; 3) questionar se a presença desses elementos está relacionada aos esforços pelo reordenamento das instituições militares na Primeira República. Para essa comunicação, as principais fontes analisadas são: Ordens do Dia da Guarda Cívica e da Brigada Militar, álbuns comemorativos da Brigada Militar e históricos oficiais da Brigada Militar.

MOTIM DE SOLDADOS NA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MARABITANAS – RIO NEGRO, 1769.

Leonardo Augusto Ramos Silva
(Mestrando UFPA)

A comunicação volta-se para a análise da participação de soldados pagos no motim da fortaleza de São José de Marabitanas ocorrido, em 29 de setembro de 1769, na capitania do Rio Negro. Este levante constitui o objeto desta proposta, antes de tudo, por estar conectado ao contexto das demarcações e da preocupação da coroa portuguesa com as fronteiras externas no noroeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII. A disponibilidade de registros sobre aquele “reboiço de levantamento” encontra-se disponível nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, nos avulsos do Pará e Rio Negro; no Arquivo Público do Estado do Pará, nos códices “correspondências de diversos com o governo”; e nos Anais da Biblioteca Nacional. Em termos historiográficos, a temática das revoltas militares durante muito tempo esteve em segundo plano nos estudos sobre a Amazônia colonial. Em âmbito regional o tema tem merecido uma significativa atenção dos historiadores que estudam o período, assim, este trabalho estabelece uma discussão a partir da perspectiva dos “Movimentos sociais na América portuguesa” (CAETANO, 2011; FIGUEIREDO, 2005; RODRIGUES, 2015), analisando as motivações e ações dos soldados amotinados seguindo os passos de seus comportamentos e, em diálogo com a “nova história militar” (CASTRO, 2004; VAINFAS, 2012), vislumbramos as tropas pagas na Amazônia colonial que eram compostas por homens pobres e livres (NOGUEIRA, 2000, VIANA, 2019).

UMA INVISIBILIDADE CONVENIENTE: ESPIONAGEM NAZISTA NO BRASIL

Lidiane Lima Schoenardie
(Graduada em História FACCAT)

A espionagem sempre fez parte do contexto das guerras humanas em diversos tempos e civilizações. Durante a Segunda Guerra Mundial, espões e espiãs agiram em nome de seus países para descobrir informações de seus opositores. Nessa conjuntura, o Brasil foi um cenário para a atuação das redes de espionagem nazista. Assim sendo, este trabalho tem por intuito apresentar e explorar os grupos de espionagem a serviço da Alemanha nazista atuantes em território brasileiro no governo de Getúlio Vargas, com o foco na participação e colaboração de mulheres. No decorrer da pesquisa foram analisadas fontes primárias como relatórios documentais alemães, registros da documentação brasileira compilados por Stanley Hilton (1983) e Priscila Perazzo (1999), reportagens da época no jornal *Correio do Povo*, assim como bibliografias sobre o assunto. Os resultados do estudo constataram que, apesar de haver a confirmação da participação de mulheres na espionagem nazista no Brasil, esta se demonstrou limitada. Todavia, associadamente ao objeto central desta investigação, descobriu-se que alguns espões homens utilizaram codinomes femininos. Considera-se, portanto que, por ser uma atividade exercida nas “sombras”, esta não segue uma lógica pré-determinada, adequando-se ao seu espaço e âmbito de atuação. Devido à abrangência e natureza deste tema, apresenta-se assim, um leque de muitas possibilidades para futuras pesquisas.

MULHERES E GUERRA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE DURANTE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

Ma. Paola Natalia Laux
(UFRGS)

O presente trabalho tem por objetivo trazer as discussões recentemente publicadas em formato de artigo na Revista *Semina*. Em seu escopo mais amplo, o texto aborda a atuação de mulheres no esforço de guerra da conflito contra o Paraguai, contudo, enfocando nas atividades desenvolvidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Através da análise de correspondências da direção da instituição militar com a Presidência da Província e de relatórios ministeriais e presidenciais, buscou-se discutir diferenças e semelhanças entre a contratação de mulheres para a execução de trabalhos manuais e as doações advindas de entidades e grupos femininos. A partir do enfoque no lugar social dos indivíduos, atentando para aspectos relacionados à condição matrimonial, econômica e os papéis sociais de gênero, por exemplo, identificou-se de que forma essas questões podem ter influenciado no tipo de relação (de trabalho ou não) estabelecida entre o Arsenal e as mulheres durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

“UM SÍMBOLO DO PODERIO NACIONAL A SERVIÇO DA PÁTRIA”: OS MILITARES E A HISTÓRIA, PASSADO E FUTURO NO HORIZONTE DA NAÇÃO

Ma. Priscila Roatt de Oliveira
(Prefeitura de Agudo)

Durante o Estado Novo, membros do Exército dedicavam-se a escrever uma História Militar, em que o passado da instituição era idealizado através da escrita dos eventos históricos, considerados como marcos do patriotismo das classes armadas pela constituição da nacionalidade brasileira. A produção de obras históricas era divulgada por intermédio de revistas militares como a Nação Armada e por livros lançados pela linha editorial da Biblioteca Militar. Possuindo duas perspectivas temporais marcantes: a idealização de um passado heroico, que deveria ser um modelo de contemplação e de imitação para os contemporâneos, e a construção de uma narrativa linear e contínua sobre a função das Forças Armadas na sociedade, que ignorava certos fatos, como as rebeliões internas e criava um discurso que mostrava a instituição de forma coesa e com um propósito social. O ensino do passado seria eixo para constituição do nacionalismo, os conhecimentos dos elementos comuns e integradores da população, das narrativas ancestrais sobre a pátria, dos feitos heroicos dos antepassados, possibilitariam a criação de uma nação consciente da sua brasilidade e coesa socialmente. Na década de 1930, os quartéis eram idealizados como forças disciplinadoras da sociedade, dentro do Exército, os soldados supostamente aprenderiam o respeito às hierarquias e à ordem social em benefício da coletividade. A educação cívica e o conhecimento do passado pelos militares eram concebidos como essenciais para o desenvolvimento de um sentimento patriótico em relação ao Brasil e suas instituições, dentro das Forças Armadas.

VIDA E COMBATE: A OCUPAÇÃO DO LIMES ROMANO E SEUS CONTRAPONOTOS COM O MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS NO BRASIL

Me. Rafael Cunha de Almeida
(Doutorando UFRGS; Instrutor ECEME)

O pensamento militar da Antiguidade Clássica identifica a estratégia da dissuasão na prevenção de conflitos, “Se queres a paz, prepara-te para a Guerra”, conforme o pensador romano Vegécio. A surpresa do leitor de Vegécio é expressa por J. B. Magalhães (2006), pois quem tenha apenas conhecimentos modernos encontra explicação para muita coisa que hoje ainda se pratica e usa, como no Manual de Estratégia do Exército Brasileiro, que vê dissuasão como uma forma intermediária entre a persuasão e a coerção, presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. O que representa para nós, hoje e no Brasil, a Roma Antiga, e para que estudá-la é demonstrado como não apenas útil, ao se conhecer parte de nossa herança cultural, mas mesmo absolutamente necessário (SILVA G.,2006). Questões geopolíticas romanas assemelham-se às brasileiras, como extensas fronteiras e território, ameaças difusas etc. Na Política Nacional de Defesa brasileira constam a estratégia da dissuasão, presença e monitoramento/controle de fronteiras, tendo a disposição de tropas e o planejamento de emprego paralelos com a ocupação e estratégias do *limes* romano, com soluções similares, bem-sucedidas ou não, sendo encontradas. Semelhanças com atuais políticas de Defesa, embora

distantes cronologicamente e geograficamente, confirmam SILVA G. (2006) pois o estudo do Império Romano apresenta um contraponto para avaliarmos e entendermos certas características do mundo atual e os processos em curso no presente, mantendo-se o distanciamento necessário e evitando anacronismos e comparações fáceis e enganosas. Conforme HANSON (2004), na longa evolução da arte de guerra ocidental existiu um núcleo mais ou menos comum de práticas que ressurgem geração após geração, algumas vezes aos pedaços, algumas vezes de maneira quase holística, indicando este estudo de História Militar para entendimento de perspectivas atuais.

O ESTADO NOVO E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ma. Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira
(Doutoranda Universidade Salgado de Oliveira)

O presente trabalho tem por finalidade analisar a construção de uma elite militar, no Exército Brasileiro, que fosse compatível ao novo modelo de ideal brasileiro forjado no governo de Getúlio Vargas. Teremos como recorte temporal os anos de 1937 até 1945, ou seja, o período denominado na historiografia brasileira de Estado Novo. O Exército Brasileiro buscava alinhar-se ao modelo cientificista da época, neste processo de formação de uma nova concepção de nação e dentro deste contexto, as Forças Armadas tornaram-se importantes pilares na manutenção da ordem e defesa dos interesses da nação, o que refletiu na sua preocupação com a profissionalização militar.

ST 19 – TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DEBATES E PERSPECTIVAS

Coordenadores

Lívia Amarante Gallo (UNISINOS)

Vicente da Silveira Detoni (UFRGS)

A atual conjuntura historiográfica é marcada por uma reflexão sobre o estatuto disciplinar da historiografia. Num contexto de uma sociedade formada por sujeitos cada vez mais plurais e que reivindicam narrativas sobre o passado como parte de sua luta por justiça e reconhecimento, o modelo de história-disciplina, assentado no unívoco e supostamente universal conceito moderno de história, dá sinais de esgotamento tanto como um instrumento de conhecimento quanto uma estratégia política. A contestação deste modelo, no entanto, não parte apenas de críticos que reconhecem nele uma matriz eurocêntrica que impregnaria mesmo a fala de sujeitos subalternos que necessitam narrar as suas experiências silenciadas, mas também a crise da autoridade deste saber institucionalizado parte de grupos reacionários “anti-establishment” que, sob a denúncia da presumida hegemonia de uma narrativa única e politicamente orientada partindo das universidades, exploram um perceptível distanciamento entre a produção dos “historiadores disciplinados” e os mais diversos públicos da história. O início do século XXI assistiu a uma progressiva democratização dos meios de se produzir histórias, seja pela inserção massiva das tecnologias digitais na vida das pessoas, seja pela inclusão de sujeitos historicamente marginalizados nos quadros das universidades. Esta profusão de vozes e textos sobre o passado, que disputam sobre significados e sentidos, e ocupam lugares assimétricos de enunciação, coloca em questão a figura do historiador enquanto um mediador necessário na forma como a sociedade se relaciona com passado e enquanto um árbitro que poderia regular as controvérsias ou intervir nos casos de negacionismos ou mentiras históricas. Neste simpósio temático, buscaremos reunir trabalhos de história da historiografia e teoria da história que possibilitem reflexões sobre a produção do conhecimento histórico ontem e hoje, valorizando questões como: as contingências que permitiram a disciplinarização/profissionalização da história; as experiências de tempo que possibilitaram e as mutações no tempo histórico que vêm possibilitando inovações nas narrativas historiográficas; os diferentes sujeitos produtores de conhecimento e os diferentes públicos que demandam esse conhecimento; figurações do historiador(a); a influência das mídias sociais na conformação de imaginações históricas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

HISTÓRIA, VERDADE E TEORIA NO PERÍODO INDEPENDENTISTA: REFLEXÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA E O PAPEL DO HISTORIADOR

Eduardo Sartoretto
(Mestrando UFSM)

O espaço de tempo compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, caracterizou-se como um momento de intensas mudanças no tecido social de parte da humanidade. Se observarmos a América durante esse período, constataremos uma enorme instabilidade política, econômica e social, reflexo das crises do Antigo Regime e das colônias ibéricas (DONGHI, 1985. p. 80-93), que acabou por resultar na incidência de inúmeros movimentos de cunho independentista, que culminaram na formação dos Estados Nacionais Modernos (SARTORETTO, 2017. p. 13-34). Devido à importância desses processos para a compreensão das sociedades americanas posteriores, os eventos vivenciados à época foram estudados de diversas maneiras, ao longo dos últimos 200 anos (CHUST; FRAQUEST, 2012. p. 17-26). Pensando nisso, o presente trabalho analisa as mudanças teóricas e narrativas ocorridas na historiografia ibero-americana, ao longo deste período; mapeando e organizando suas descobertas, em conformidade com as épocas de maior incidência/influência das diferentes vertentes de pensamento. Nesse processo, utilizar-nos-emos das colocações realizadas pelos autores Manuel Chust, Ivana Fraquest e Andréa Liz Dalfré (2011), para uma melhor organização do trabalho. Ainda, objetivando responder às questões: “qual é o papel do historiador contemporâneo na construção do conhecimento historiográfico sobre um assunto tão amplamente trabalhado? E quais suas possíveis contribuições e limitações?”, nos serviremos das discussões e análises sobre a relação entre História e verdade, propostas por João Carlos Reis, Jörn Rüsen; Franklin Rudolf Ankersmit; e Reinhart Kosseleck, bem como do esboço ontológico da analítica existencial da finitude do *Dasein*, elaborado por Martin Heidegger, em sua obra *O Ser e o Tempo*. Acreditamos que as ideias expostas por esses autores possam auxiliar-nos a explicar melhor nossas preocupações e considerações acerca da produção historiográfica como um todo, mas, principalmente, com relação à historiografia das independências ibero-americanas.

COMO FOI ESCRITA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL NO SÉCULO XX?

Me. Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos
(Doutorando UFRGS)

A presente comunicação tem como objetivo refletir e problematizar sobre como ao longo do século XX historiadores e historiadoras, além de demais interessados na história das ciências no Brasil criaram estratégias e metodologias específicas para pesquisar e explicar a história das ciências em território nacional, com ênfase no que posteriormente foi identificado ou chamado de ciências humanas e sociais. Nesse sentido, abordaremos teses, livros e artigos que influenciaram diretamente na constituição dessa área de estudo, observando seus fundamentos e pressuposto teóricos-metodológicos para construir diacronicamente seus respectivos argumentos.

DO POUCO DE CERTEZA QUE HÁ NA HISTÓRIA: USOS, FALSIFICAÇÕES E DIVULGAÇÃO DO SABER HISTORIOGRÁFICO

Jacson Schwengber
(Doutorando UFRGS)

Durante muito tempo, o lugar institucional e suas vozes autorizadas foram os únicos fiadores da veracidade — porque detinham o monopólio da técnica e dos veículos de divulgação. Uma revolução tecnológica criou fissuras nesse quadro. Jamais, desde a invenção da escrita, fora possível produzir, recolher, arquivar e divulgar tantas informações. Os canais de emissão se tornaram cada vez mais numerosos; os públicos receptores, mais amplos. Isso contribuiu para a emergência de múltiplas vozes e para a progressiva ampliação da livre expressão individual. Mas a dimensão da técnica é sempre multifacetada: houve acumulação e transmissão de saberes, assim como multiplicação das falsificações e da desinformação. Cada grupo produziu seus próprios fatos e versões sobre a realidade. Não se está falando aqui do contexto contemporâneo das novas mídias (rádio, televisão e internet), mas do momento de consolidação da reprodução mecânica dos textos. No período quinhentista já se buscava lidar com a disseminação dos boatos e das falsas notícias — nas fontes francesas encontramos a expressão *faux bruits*. Desde a invenção da imprensa, existiu quem percebesse que as técnicas tanto conformavam sensibilidades quanto serviam às demandas e aos desejos dos sujeitos. Para a historiografia, os desafios foram imensos: se fato histórico era equivalente àquilo sobre o qual se tem registro (testemunho), a proliferação de registros divergentes entre si colocava em questão a própria ideia de fatorialidade. Em 1689, Pierre Paulian escreveu: “em quem confiar; se de um lado se diz ‘sim’ e no outro se sustenta que ‘não’? Não se terá razão em colocar nosso tempo na época da descrença da História?”. Essa apresentação busca apresentar algumas das respostas dadas a interpelação de Paulian. Ela aborda como, desde o início da modernidade, os temas do verdadeiro e do falso e as formas de produção e de divulgação do saber histórico se converteram em elementos epistemológicos centrais.

DISCIPLINARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS (1884-1939)

Ma. Livia Amarante Gallo
(Doutoranda em História)

Após a Guerra Civil Americana (1861-1865), a escrita da história passou por uma transformação profunda nos Estados Unidos. De conhecimento amador, desenvolvido por membros da aristocracia do país, passou a ser um empreendimento disciplinado, levado à cabo nas recém fundadas universidades modernas, por pesquisadores treinados nestas instituições. Na pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo desde 2019 (desdobramento da minha dissertação, defendida no mesmo ano), busco compreender os caminhos da constituição da história como disciplina e campo profissional. Para tanto, tenho como objeto a *American Historical Association*, associação profissional de historiadores fundada em 1884. A partir da análise dos relatórios anuais da instituição, é possível identificar a construção do aparato institucional (profissionalização) necessário para que as pesquisas fossem feitas: criação de revistas, comissões para preservação de documentos, publicações de monografias,

premiações para melhores teses, publicações de manuscritos, etc. O processo de edificação dos pilares epistemológicos da disciplina são buscados nos discursos dos presidentes da associação, proferidos nos encontros anuais da AHA, momento em que estes primeiros historiadores disciplinados procuravam instituir as regras para a produção das pesquisas acadêmicas. A pesquisa tem como principal objetivo identificar as maneiras como um campo historiográfico disciplinado foi constituído para que este processo possa ser historicizado, havendo uma compreensão das contingências sociais que possibilitaram a constituição da disciplina como a praticamos hoje, para, a partir daí, ser possível uma reflexão séria e embasada sobre as demandas por história que temos hoje, momento social tão diferente do qual a disciplina foi fundada.

A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS DE CONHECIMENTO EM MICHEL FOUCAULT

Manoel Candeia das Chagas Neto
(Graduando UFRN)

O presente trabalho pretende refletir, desde uma perspectiva teórica, acerca dos processos de construção das categorias de “sujeito de conhecimento” e de “sujeito histórico”, em especial, por meio do exame das formas como esses representam e são representados em narrativas historiográficas da atualidade. Nesse sentido, o ponto de partida tomado é o texto “A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade” (1984), que se trata de uma entrevista concedida pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) pouco antes de sua morte. Interessa à pesquisa a análise dos processos de subjetivação que participam das experiências de investigação histórica, pois seu escopo consiste em verificar as interações entre os sujeitos ocupados da crítica historiográfica promovida em espaços disciplinares e as identidades socialmente conformadas pelos diferentes discursos de saber/poder. Essa reflexão se faz pertinente à medida em que a pesquisa mais ampla, na qual se insere essa comunicação, tem por objetivo analisar um conjunto de dissertações de mestrado produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em história do estado da Paraíba-PB. A seleção das dissertações, ora tomadas como fontes primárias, teve por critério a presença da noção de sertão/sertões como participante dos recortes temporal/espacial/temático/conceitual. Pretende-se verificar as relações entre o contexto de produção do saber histórico e questões de identidade, o que poderá, eventualmente, conduzir aos debates sobre o compromisso e importância social das humanidades e, ainda, sobre os limites e possibilidades de historiografias regionalmente delimitadas. Assim, tomamos como método essa experiência de leitura do texto de Foucault, dada a sua importância para o projeto de pesquisa mais amplo.

PODE O OFÍCIO HISTORIOGRÁFICO SER PENSADO A PARTIR DO DECOLONIAL? ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA EUROPÉIA E AMÉRICA LATINA

Me. Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho
(UNICENTRO)

Me. Flávio José Dalazona
(UNICENTRO)

A presente discussão tem por objetivo produzir uma reflexão acerca da relação que a prática historiográfica assume frente aos impasses da colonialidade na contemporaneidade. Entendemos que as teorias decoloniais constituem um campo fecundo de discussões para serem pensadas, com rupturas epistemológicas que se colocam na ordem do dia para a História-Ciência. A partir de uma ponderação metateórica sobre a disciplina e o que os estudiosos europeus definiram enquanto ofício, tomamos como ponto de partida as relações que envolveram a construção do saber historiográfico e que circundam a tríade: historiador/a, sociedade e historiografia. Enfim, situamos que o debate sobre a função social do/a profissional da História e as articulações que rodeiam a Teoria da História, especificamente sobre o papel daquelas e daqueles demarcados pela latinidade, ainda é latente.

LATÊNCIA ATÔMICA: AS MANIFESTAÇÕES INCONSCIENTES DAS BOMBAS ATÔMICAS EM GOJIRA E BOB ESPONJA

Me. Mario Marcello Neto,
(Doutorando UFRGS)

Este trabalho apresenta uma discussão sobre uma formulação teórica que permita compreender manifestações e discursos em que o referente a um evento passado não seja explícito, mas inconscientemente existente. Partindo da noção de latência, em sua definição dicionarizada, na qual é a relação entre o início de um evento e o tempo que ele se torna perceptível (WIKITIONARY), proponho discutir dois casos relacionados a bomba atômica. O primeiro é o filme japonês Gojira (1954), e o segundo é a animação estadunidense Bob Esponja (1999). A partir de uma discussão teórica pautada em Paul Ricoeur (2007), Umberto Eco (1985) e Jeanne Marie Gagnebin (2020) problematizo as formas como determinados eventos não se apresentam com uma referencialidade direta ao passado, mas trazem traços remanescentes períodos pretéritos que permanecem adormecidos no subconsciente e emergem a partir de determinados gatilhos (pessoais, subjetivos ou conjecturais e coletivos). Neste ponto faz-se necessário incorporar a reflexão psicanalítica a esta discussão, principalmente no que tange a operação do inconsciente coletivo e o recalque de eventos traumático (JUNG, 2000). Por isso, o filme Gojira, criado em 1954, popularmente conhecido pela versão hollywoodiana “Godzilla”, traz elementos fundacionais sobre como o caso dos efeitos radioativos causados pelos testes nucleares dos EUA no pacífico no mesmo ano em que o filme foi lançado foi um fator fundamental para que a latência das armas nucleares emergisse, trazendo uma referencialidade as bombas atômicas lançadas sobre o Japão em 1945. Em outra via, a animação Bob Esponja se passa num mundo ficcional da “Fenda do Bikini”, referência a região do Atol de Bikini, alvo de testes nucleares dos EUA na década de 1950. A relação subjetiva entre Bob Esponja e a bomba atômica permite compreender que determinados eventos do passado permanecem latentes, e emergem quando são ativados por determinados gatilhos.

INTELECTUAIS NEGROS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL (1968 – 1977): BEATRIZ NASCIMENTO, EDISON CARNEIRO, EDUARDO DE OLIVEIRA.

Me. Matheus Menezes Marçal
(Teoria da Literatura PUC/RS)

No período de 1968, início da ditadura militar no Brasil, e 1977, pleno auge da ditadura militar, período marcado pela tentativa de promoção da democracia racial no Brasil, três intelectuais negros do Brasil produziam questionamentos sobre os fundamentos da história e das humanidades no Brasil. O intelectual Edison Carneiro, em 1968, escrevia o texto *O negro como objeto de ciência*. A historiadora Beatriz Nascimento, em 1974, produziu *Por uma história do homem negro*, e o sociólogo Eduardo Oliveira de Oliveira, em 1977, escrevia *De uma ciência Para e não tanto sobre o negro*. A partir da leitura destes três textos, proponho uma análise sobre como os diferentes posicionamentos desses autores apontam que, desde este período, intelectuais negros tem apontado para: 1. Os limites do universalismo eurocentrico/branco. 2. A necessidade da reconstrução da metodologia histórica/das humanidades. 3. A produção de narrativas históricas com base na agência dos sujeitos/as históricos/as negros e negras dentro dos diversos contextos sócio-históricos nos quais estão inseridos. Com base na comparação entre os textos, podemos ainda perceber as diferentes formas de intelectuais negros se inserir nas discussões sobre questões como a identidade nacional e a história pública produzida sobre a população negra no Brasil.

REVOLVIMENTOS HISTORIOGRÁFICOS: “PROTOMÁRTIRES DO BRASIL”, USOS DO PASSADO E A HISTÓRIA COMO MITO

Miquéias de Medeiros Bezerra
(Mestrando em História UFRN)

Este trabalho pretende lidar com a problemática dos usos do passado pelo presente. Tenciona-se analisar como alguns vultos da historiografia brasileira e norte-rio-grandense, bem como alguns intelectuais de outras áreas do conhecimento humano, interpretaram e construíram a narrativa histórica a respeito dos eventos e sujeitos alusivos a acontecimentos ocorridos em Cunhaú e Uruaçu em 1645 (na antiga Capitania do Rio Grande), postulados como martírio e revisitados pelo processo de beatificação e canonização de personagens envolvidos nesses eventos pela Arquidiocese de Natal/RN, entre 1988 e 2017. Para tal finalidade, utilizamos cotejamento de vários textos historiográficos de estudiosos, letrados e intelectuais, tais como Varnhagem (1871); Capistrano de Abreu (1907); Tavares de Lyra (1921); Rocha Pombo (1922); Câmara Cascudo (1955); Herôncio de Melo (1937); Frans Schalkwijk (1986). Para realizar o exame dos textos desses intelectuais, auferimos proveito das contribuições metodológicas de Michel de Certeau, na sua obra *A escrita da história* (1975), sobretudo, de seu arrazoado concernente à história como mito e de sua operação historiográfica. Essa análise historiográfica se mostra pertinente em razão de santuários erigidos atualmente aos mártires de Cunhaú e Uruaçu irradiarem uma história, além de uma religiosidade. Para que os sujeitos envolvidos nos eventos conflituosos fossem postulados como mártires, bem como para que fossem beatificados e canonizados, lançou-se mão de uma fundamentação histórica, na qual vários historiadores e intelectuais foram agenciados e revolvidos, visando à defesa da tese de martírio e a necessidade de tornar os mártires oficialmente santos veneráveis, a partir de uma canonização. Supomos que boa parte da narrativa historiográfica elaborada por Varnhagem,

Capistrano de Abreu, Tavares de Lyra, Rocha Pombo, Câmara Cascudo, Herôncio de Melo foi manejada e aparece, por fim, cotejada, compondo a retórica pública dos santuários aos Protomártires do Brasil.

**(DES) COMEMORANDO AS EFEMÉRIDES NACIONAIS:
HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS CENÁRIOS
COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1988) E DOS “500
ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL” (2000)**

Pedro Henrique Batistella
(Mestrando UFRGS)

Tendo como objeto de estudo os eventos comemorativos do Centenário da Abolição da Escravidão (1988) e dos “500 anos do Descobrimento do Brasil” (2000) pretende-se estabelecer uma reflexão sobre a cultura de história (MELMAN, 2006) que emergiu junto ao processo de redemocratização. Para José Arruti e Luciana Heymann, (2012) a redemocratização no Brasil foi constituída por uma conjuntura de questionamento das narrativas constitutivas do Estado-Nação brasileiro, como os mitos da democracia racial e da miscigenação harmônica das três raças, por parte dos novos movimentos sociais que reivindicavam reparações históricas, sociais e o direito à memória. Nesse sentido, as datas comemorativas de efemérides nacionais podem ser analisadas não somente como um lugar de memória da nação, mas também como um cenário público e conflitivo de disputas pela gestão do passado nacional. Desse modo, parto do pressuposto que a comemoração de efemérides pode ser entendida enquanto ocasião pública em que “produções de história” (RUFER, 2009) são manifestadas por distintos atores sociais, como o Estado-Nação, os movimentos sociais, os historiadores (as), a mídia (RABOTNIKOF, 2009). Nesse cenário, variados usos políticos da memória e da temporalidade são enunciados no espaço público, a partir de lugares de enunciação assimétricos, estabelecendo-se formas de relações conflitivas ou compartilhadas. À vista disso, nessa comunicação tenho como objetivo apresentar considerações preliminares sobre as “produções de história” pelo Movimento Negro Unificado e pelo Movimento Indígena Brasileiro nos cenários comemorativos em questão, buscando verificar os pontos em comum e os tensionamentos do discurso historiográfico e dos discursos populares de passado, ambos os críticos às narrativas comemorativas oficiais. Para tanto, analiso os manifestos e os protestos públicos dos movimentos sociais, bem como entrevistas e intervenções de historiadores e historiadoras nos contextos comemorativos.

**A ESCRITA DA HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NOS
PRIMEIROS ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO
GRANDE DO SUL (1921-1940)**

Raphael Netto Jaccottet,
(Mestrando PUC/RS)

O presente trabalho visa analisar as representações dos povos indígenas produzidas nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), entre os anos de 1920 e 1940. Esta instituição possuiu grande relevância nas primeiras décadas do século

XX, sendo responsável pela produção historiográfica no estado antes da implementação da pesquisa acadêmica universitária da disciplina, e onde a temática indígena e missioneira foram frequentes. Tomando como objeto de análise os textos de Emílio de Souza Docca, intelectual influente dentro âmbito do IHGRGS, que publicou diversos textos abordando a temática indígena. Esta pesquisa busca compreender de que forma, e, em que situações estes personagens históricos aparecem nos textos, bem como analisar e interpretar como o autor, em diálogo com a instituição e a sociedade em que está inserido, imaginou o que seriam os indígenas e seu papel dentro da formação histórica e social do Rio Grande do Sul, assim como o diálogo, aproximações e distanciamentos, com as descrições e representações das populações indígenas produzidas em Institutos históricos e geográficos em outras regiões do Brasil, em um recorte temporal semelhante. Este trabalho procura também compreender em que medida as representações dos indígenas produzidas no IHGRGS podem ter contribuído para a formação do imaginário acerca da formação étnica da Rio Grande do Sul e para seu lugar na historiografia.

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL E ITÁLIA: UM BALANÇO BREVE DO SÉCULO XIX e XX

Ricardo Kemmerich
(Doutorando UFSM)

O Brasil, país multiétnico e de dimensões continentais possui uma população dinâmica e heterogênea. Dentre as principais correntes migratórias que formaram sua população, encontra-se a imigração italiana que se concentrou sobretudo ao longo do sudeste e sul do Brasil devido questões que vão desde a especulação da propriedade, o trabalho assalariado e a definição de novas fronteiras. Este texto tem como objetivo estabelecer uma breve discussão acerca da historiografia imigrantista italiana no Brasil e Itália sobre o século XIX e XX, ou seja, pretende-se estabelecer uma discussão a respeito do estado da arte a respeito da imigração italiana no Brasil e Itália bem como suas fontes e diretrizes de pesquisa produzidos ao longo dos últimos anos. Para tanto, foram sondados portais de pesquisa e produções acadêmicas de diversas Instituições no intuito de estabelecer um panorama que possa indicar as principais temáticas desenvolvidas por diversos programas de Pós-Graduação no Brasil de modo a orientar e fomentar novas pesquisas. Em prévia análise, vê-se que a produção historiográfica acerca do processo migratório italiano no Brasil encontra-se diretamente vinculado ao volume imigrante regionalizado, o que levou consequentemente, a investigações que exploram desde questões identitárias, políticas, religiosas entre outras, justificadas por um passado que exige um balanço para novas abordagens.

A HISTÓRIA ORAL PARA TRAZER À TONA ASPECTOS DA IDENTIDADE DOCENTE

Ma. Simone Gomes de Faria
(Doutoranda UFPEL)

Káren Laiz Krause Romig
(Mestranda UFPEL)

O ensaio é dividido em três momentos: primeiramente enfocamos acerca da história da História Oral para fornecer ao leitor um parâmetro geral enquanto campo de constituição; na sequência se conceitua a História Oral onde se ampara de Delgado (2006), Verena Alberti (2004), Meihy e Ribeiro (2011), Thompson (1992); Portelli (1991), ou seja, estas referências sustentam a linha de pensamento fundante sobre o que significa este aporte metodológico; nos momentos finais equaciona-se aspectos que podem amparar futuras investigações que se apropriem da História Oral na construção da identidade docente. Assim, o objetivo central do trabalho é o de incentivar aos pesquisadores da História da Educação a cercearem-se deste instrumento como um veio para detectar as singulares culturas das práticas escolares dos professores nas diversas instituições educacionais. O aporte metodológico é de cunho qualitativo tendo como fonte de análise as referências bibliográficas. Ademais, justificamos a análise desde porque a partir de 1980 as pesquisas incluem a História Oral como um potente campo para se aferir as experiências e as memórias de docentes rompendo o viés tradicional de narrativa para oportunizar que estes protagonistas deem voz as suas históricas que são particulares, infinitas e ininterruptas, bem como, oportuniza uma abertura para novas problematizações. Em linhas conclusivas, trabalhos que se amparem do método possibilitam que os pesquisadores da área atuem em duas operações epistemológicas: o de compreender e interpretar a identidade docente através de suas trajetórias de vida encetando aspectos dos itinerários dos professores ao longo de diferentes tempos e espaços escolares.

O TEMPO DO “ESPECTRO SAQUAREMA”: USOS DO PASSADO NACIONAL, NOVA DIREITA E MOVIMENTOS MONARQUISTAS NO OCASO DA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA

Me. Vicente da Silveira Detoni
(Doutorando UFRGS)

A comunicação pretende apresentar resultados provisórios de pesquisa sobre as noções de tempo e história contidas nos usos do passado nacional efetuados pela nova direita e pelo movimento monarquista no tempo presente. Através de análise preliminar do *corpus* documental, que compreende fontes impressas (livros, revistas) e digitais (vídeos, imagens, memes, “posts”), a pesquisa trabalha com uma hipótese inicial de que estes usos do passado tomam o conceito moderno de história como base de suas operações narrativas, ainda que o futuro imaginado não seja qualitativamente diferente do passado e presente. Compreende-se que, desta forma, estes usos buscam fornecer a restituição de um horizonte de identificação coletiva em um momento crítico de desarticulação das forças que organizavam a política no período da Nova República e em uma conjuntura mais ampla de “crise do futuro” como categoria temporal orientadora das sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo, entende-se que eles atuam como uma forma de contenção do fenômeno, em constante disputa atualmente, de

pluralização do conceito de História enquanto um singular coletivo. Assim, ao reivindicar elaborações sobre o passado nacional, estas novas forças de direita estariam também atuando no sentido de neutralizar a emergência de outras racionalidades como guias do conhecimento e da ação. A presença deste “espectro saquarema” manifestaria, portanto, disputas sobre o controle da ordem do discurso e da ordem do tempo no Brasil contemporâneo.



IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 21 - HISTÓRIA AMBIENTAL E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Coordenadores

Eduardo Relly (UNISINOS)

Marcos Rogério Kreutz (UNIVATES)

Janaíne Trombini (UNIVATES)

Através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-o às suas necessidades e interesses. A ocupação e a exploração humana de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, tornou-se uma marca do nosso tempo, desafiando, inclusive, as identidades ontológicas da natureza e do humano. Encontramo-nos, logo, sob a responsabilidade de encontrarmos um caminho de pesquisa que possa mapear o entendimento da complexa teia de relações que perfazem nossos ecossistemas e sociedades. A história ambiental como estudo das inter-relações entre os seres humanos e a natureza, tem recebido – visto a complexidade das questões acima levantadas –, contribuições de pesquisadores em todo o mundo; de fato, a pesquisa em história ambiental segue firme em diferentes ambientes acadêmicos e pauta temas contemporâneos como o Antropoceno, justiça ambiental e as mudanças climáticas. Com o objetivo de reunir diferentes profissionais na perspectiva da história ambiental e amplificar o espaço de debate sobre o tema, para este simpósio temático abriremos debates sobre o as pesquisas no campo da história ambiental e demais diálogos interdisciplinares. Assim, procuramos compreender os problemas, desafios, abordagens, orientações teóricas e metodológicas e convergências ligados ao tema meio ambiente com focos espaciais e temporais diversos.

FABRICANDO O SUBTROPICAL: HISTÓRIA CLIMÁTICA E OUTROS ANTROPOCENOS

Dr. Eduardo Relly
(Pós-Doc Em História Unisinos)

Esta apresentação propõe considerar a história climática como uma história ambiental de pleno direito. Parte-se da problematização do conceito de clima subtropical, que informa as territorializações do clima do sul do Brasil e territórios circunvizinhos. Ele foi concebido pela climatologia moderna sob aspectos quantitativos e vegetacionais, mas aspectos raciais e a invisibilidade das ecologias indígenas parecem marcá-lo igualmente. Nesse sentido, a história ambiental e científica da emergência do clima subtropical o coloca como um vetor de contextualização às narrativas do antropoceno.

ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA JÊ MERIDIONAL: CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES ANTRÓPICAS SOBRE O ESPAÇO NATURAL E A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO DAS PAISAGENS

Ma. Kelly de Oliveira
(Doutoranda Univates)

Refletindo à cerca das florestas e das comunidades indígenas, sobretudo aquelas pretéritas, é lugar comum associar ambas a uma visão romântica de harmonia, preservação e devido a monumentalidade das florestas subtropicais, a uma paisagem “virgem”, porque permeia a ideia de lugar “intocado pelo ser humano”. Entretanto, essas seriam visões distorcidas da realidade com relação ao nível de conhecimento que a maioria das pessoas possuem sobre o nosso passado. Quando ajustado o foco e observando a partir do espectro do tempo na longa duração, nos deparamos com uma profunda e intensa convivência humana com as paisagens, o que nos leva ao mote desta apresentação. O objetivo é destacar a complexa conexão homem/natureza e os efeitos antrópicos para a transformação da paisagem e a ecologia das espécies. No caso do Rio Grande do Sul, os resultados provenientes desse convívio podem ser rastreados de 12 mil anos atrás. Neste longo espectro de tempo, diferentes grupos cruzaram às terras gaúchas em busca de moradia, alimento, travaram inúmeros conflitos e estabeleceram fronteiras. Destacamos entre esses coletivos aqueles pertencentes ao troco linguístico Jê, antecessores dos Kaingang. Vestígios de sua presença datam desde o século III d.C., expandem-se entre A.D. 800 e 1.000 e atingem seu máximo expansivo entre A.D. 1.200 e 1.400. Estas datas também coincidem com os momentos de mudanças climáticas e ambientais que proporcionaram, por exemplo, o início da expansão da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta de Restinga. Observados através de uma lupa, percebemos que o que existe é um palimpsesto de paisagens e personagens, cujas modificações ao longo do tempo não são apenas resultados de eventos naturais, e sim o efeito da intervenção antrópica por meio do manejo da floresta, intencional ou

não, e o resultado da mobilidade destas populações que toda a vez que caminha, leva parte da floresta consigo.

OS CURTUMES E O AMBIENTE NATURAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A POLUIÇÃO INDUSTRIAL DOS CURTUMES (1980-1990)

Magnus Samuel Popp
(Mestrando La Salle)

Nos rios e os arroios da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos a presença de produtos químicos tóxicos altamente poluidores resultado do curtimento do couro, diminuíram a qualidade e a quantidade da água causando uma crise ambiental grave. Dentro deste contexto o presente trabalho pretende realizar algumas reflexões sobre o processo de poluição industrial dos curtumes dentro da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos e apontar os tipos de poluição dessas indústrias e quais estruturas se utilizaram para proteger a região da Bacia da poluição dos curtumes entre 1980 e 1990. Para empreender tal esforço, abordar-se-á a questão do ponto de vista da História Ambiental, na qual segundo Worster (1991) nos apresenta o ambiente como um agente ativo na história, visto que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural. A crise ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos engendrou uma importante mobilização social, institucional e política no final do século XX, tornando-se um caso exemplar para a análise dos impactos ambientais no Brasil em perspectiva histórica. A pesquisa parte dos autores Rückert (2007), Martins (2007) e Cabral (2007) sobre as questões ambientais e sobre o desenvolvimento industrial utiliza-se os autores Carneiro (1986), Coelho e Santos (2016) e Schemes (2006). A análise documental foi utilizada como metodologia e os documentos para tal análise foram as atas, estatutos, relatórios de projetos, folhetos, informativos, folders e jornais regionais com menções diversas a poluição dos curtumes e aos movimentos sociais que se contrapunham a esse processo. Conclui-se que a problemática ambiental relacionada às atividades industriais é resultado de vários fatores que como resultado gerou efeitos negativos da poluição industrial, o surgimento das leis de proteção ambiental não bastou e sim a pressão da sociedade civil que provocou uma conscientização de proteção da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos.

TERRAS INDÍGENAS NA MODERNIDADE: A RESTITUIÇÃO DE TERRAS EM TOMÁS DE MERCADO

Schaiane P. Bonissoni
(Mestranda Unisinos)

Este trabalho objetiva apresentar a teoria da restituição de terras (com destaque aos territórios indígenas), comumente trabalhada pela Segunda Escolástica (também conhecida como Escolástica Barroca, Escolástica Ibero-americana e Escolástica Tardia) a partir do pensador pré-moderno Tomás de Mercado. Para tanto, utilizar-se-á a obra “Suma de tratos y contratos” (1571) do próprio autor. A partir do conceito de operação historiográfica, cunhado por Michel de Certeau (1982), procurar-se-á compreender quais aspectos do pensamento escolástico

barroco (referente às universidades dos séculos XVI, XVII e XVIII) Mercado alterou, excluiu ou preservou.

A PRESENÇA DA “NATUREZA” EXTRA-HUMANA NAS MISSÕES JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAY, SÉCULOS XVII E XVIII

Ma. Tuani de Cristo
(Doutoranda Univates)

Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
(Univates)

Nas últimas décadas, a História Ambiental angariou espaço nas linhas de pesquisas das universidades brasileiras, construindo um leque diverso de temas na área que enriquecem o debate sobre a relação do *Homo sapiens* e o mundo biofísico, ao longo dos processos históricos. Apesar da diversidade de temas, o foco principal visa desconstruir a dicotomia natureza e cultura, demonstrando que ecossistemas e biomas não são de forma alguma instância separada da vida cotidiana. A História Ambiental tem realizado críticas contundentes a historiografia eurocêntrica que reproduz uma visão de que os europeus ocuparam espaços “vazios” ao desembarcar na América, ao contrário, o continente era repleto de vida humana e extra-humana. Pesquisadores demonstram que a Mata Atlântica, por exemplo, é um bioma configurado a partir das relações biofísicas e culturais das sociedades indígenas, evidenciando que os humanos e as demais espécies podem conviver sem comprometer a biodiversidade. Inspirados por estas inquietações, propomos analisar a participação da natureza extra-humana nos espaços missionais da Província do Paraguay, nos séculos XVII e XVIII. Quais as espécies são domesticadas? Quais as perturbações climáticas no cotidiano das missões? É possível perceber ações das espécies extra-humanas? Estas questões nortearam o tratamento qualitativo das Cartas Anuais de 1635-1636, de 1738 e o diário do padre Antônio Sepp (1951). Como resultados parciais, analisamos ações de ratões, formigas e gafanhotos nas roças missionais, assim como os indícios de perturbações climáticas, a exemplo da falta de chuva. Tem-se também diversas espécies domesticadas como o milho, mandioca, trigo e o gado vacum. Com base nos documentos foi possível observar que as missões foram espaços formados por uma diversidade de interações entre humanos e “natureza” extra-humana.

Ecuador.

514 43

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

ST 22 – MIGRAÇÕES HISTÓRICAS: HISTORIOGRAFIA, ABORDAGENS E FONTES

Coordenadores

Wellington Augusto Blume (UNISINOS)

Norton Neves (UNISINOS)

A história da migração é imprescindível para a compreensão das realidades nacionais e internacionais, sejam estas atuais ou passadas. Especificamente no Brasil, a migração se tornou um marco que consolidou e transformou a história do país, moldando, através dos processos imigrantistas, uma nova realidade para a população que vivia e que passou a viver em terras brasileiras. Sendo um tema tão vasto e rico procuramos oferecer um amplo espaço para debates e apresentações das pesquisas que estão sendo desenvolvidas ou já foram concluídas. Assim sendo, este simpósio temático visa reunir as mais diversas pesquisas sobre a temática das migrações históricas. O recorte temporal contempla o século XIX e o início do século XX, momento expressivo de migrações para a América Latina. O mote da discussão está centrado na produção historiográfica nesse campo de pesquisa, as abordagens que estão norteadando os trabalhos mais recentes e um debate acerca das fontes de pesquisa que vêm sendo utilizadas pel@s pesquisador@s.

**“NÃO O QUEREM PELA RAZÃO DA COR QUE TISNA SUA PELLE”:
MASCULINIDADE, RACIALIZAÇÃO E CONFLITOS INTERÉTNICO EM UMA
REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (CAXIAS DO SUL – 1898/1913)**

Norton Neves
(Mestrando em História Unisinos)

Este trabalho é o recorte de meu projeto de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, da UNISINOS, iniciado em 2019/2, na linha de pesquisa de Migrações, territórios e grupos étnicos. Meu projeto tem como objetivo apontar e problematizar a racialização e as diversas formas de masculinidades que coexistiam dentro das relações interétnicas entre indivíduos negros e imigrantes italianos e seus descendentes que viviam em Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra entre 1898 e 1913. Para tal, buscamos uma gama variada de fontes, tais como: jornais, relatórios provinciais, o código de postura de Caxias do Sul de 1893, relatos pessoais do imigrante italiano Julio Lorenzoni e processos criminais. Deste modo, buscamos entender como as masculinidades, honra e virilidade faziam parte dos costumes da vida de imigrantes italianos, e como estas eram, continuamente, defendidas dentro de conflitos que levavam a injúria, a violência física e até mesmo a morte de nacionais negros e imigrantes italianos e seus descendentes.

**AS DISCUSSÕES SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO A PARTIR DE
ABRANTES E ROSALES: UM OLHAR SOBRE A RACIALIZAÇÃO – BRASIL E
CHILE – SÉCULO XIX**

Me. Wellington Augusto Blume
(História Unisinos)

No presente estudo, estou interessado em analisar como Visconde Abrantes e Vicente Pérez Rosales construíram suas narrativas de imigração e colonização a partir de pressupostos racializados. Para tanto, utilizo como fontes de pesquisa as obras Memoria sobre os meios de promover a colonização (1846) e Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion (1854). Farei isso partindo do pressuposto de que pensar na racialização é refletir sobre processos sócio-históricos, por meio dos quais as categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas, significam e simbolizam conflitos e interesses sociais em referência a diferentes tipos de corpos humanos. E para o meu caso em específico, de pensar como certas expressões linguísticas foram construídas para legitimar hierarquias baseadas em uma ideia de raça. Essas, estão presentes na forma como Abrantes e Pérez Rosales descreveram os “imigrantes ideais”, qualificaram os europeus, refletiram sobre a sociedade da América Latina e descreveram suas características biogeográficas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

EM CARTAS ENVIADAS À POLÔNIA (1890/1891)

Geovana Carolina de Lima
(Graduanda em História UNIOESTE)

Dra. Méri Frotscher
(História UNIOESTE)

Essa pesquisa de iniciação científica (financiamento Fundação Araucária) tem seu enfoque em analisar o conteúdo de um conjunto de 13 cartas de imigrantes poloneses, escritas de várias localidades de Santa Catarina, entre 1890 e 1891. As cartas foram interceptadas na Polônia pela censura por parte das autoridades russas que dominavam parte do território polonês, com a intencionalidade de frear o fluxo emigratório. Com a iniciativa do historiador Ruy C. Wachowicz, as cartas foram traduzidas para o português por Francisco Dranka e publicadas no oitavo volume dos Anais da Comunidade brasileiro-polonesa. Devido à escassez de estudos sobre a imigração polonesa no estado de Santa Catarina, essa pesquisa foca nas cartas enviadas de Santa Catarina (no volume há também cartas enviadas do RS e do PR), na tentativa de dar visibilidade a esse componente étnico da imigração no estado e de explorar as suas próprias narrativas. As cartas foram escritas por diferentes remetentes logo nos primeiros meses de assentamento em suas colônias, e, por isso, podemos perceber que os assuntos recorrentes se referem à viagem, questões relacionadas às propriedades, ao árduo trabalho que precisava ser feito, às possibilidades de cultivo e de criação de animais, bem como ao clima e vegetação. As cartas buscam a manutenção dos laços existentes entre quem foi e quem ficou na Polônia, sendo uma das únicas formas de comunicação e desempenhando função primordial na vida dos imigrantes. A pesquisa tem como intuito fazer uma análise dessas “escritas de si”, perceber como esses sujeitos se constroem como e/imigrantes na narrativa, como buscam se adaptar ao novo ambiente, suas angústias e desafios. A pesquisa integra o projeto “Um estudo sobre cartas e diários de e/imigrantes: microhistória e conexões entre o local e o global”, coordenado pela prof. Méri Frotscher (Financiamento CNPq).

DA PRÚSSIA PARA O SUL DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O DIÁRIO DE VIAGEM DE P. SCHWARZER (1862-1864)

Jéssica Regina Duranti,
(Graduanda em História UNIOESTE)

Dra. Méri Frotscher
(História UNIOESTE)

Essa pesquisa de iniciação científica (Financiamento: Fundação Araucária) tem o intuito de analisar o diário do e/imigrante prussiano Paul Schwarzer (1844-1906), que se dirigiu sozinho para o Sul do Brasil em 1862, iniciado quando partiu do porto de Hamburgo e interrompido em 1864, quando se estabeleceu na colônia Brusque (SC), depois de permanecer na colônia alemã de São Lourenço (RS). Pretende-se analisar esta fonte enquanto uma “escrita de si”, a partir de suas condições da sua produção, focalizando, nesta comunicação, como este jovem autor constrói representações sobre os novos ambientes pelos quais passou, dando enfoque à sua ida, permanência e saída da colônia São Lourenço. No diário, Paul descreve sua experiência de

e/imigrante desde a embarcação, a viagem, a chegada ao porto de Rio Grande, a decisão de se fixar na recém fundada colônia de São Lourenço, que ocorre a partir das relações que estabelece com alguns passageiros; como foi o período que permaneceu na colônia, onde atuou como professor, ao mesmo tempo que celebrava cultos e cerimônias religiosas e ainda cultivava e criava animais em seu lote; e por fim, sua decisão de se mudar para Santa Catarina, para encontrar sua família que também emigrou depois, finalizando o diário quando obtém êxito em encontrar sua família, com a qual inicia o processo de estabelecimento na colônia Brusque. A pesquisa tem o intuito de explorar a narrativa que Paul constrói no decorrer do seu diário, analisando suas percepções enquanto um e/imigrante prussiano no novo ambiente, seu cotidiano, como descreve os habitantes da colônia, sua tentativa de inserção e adaptação, suas angústias e decisões. A pesquisa integra o projeto “Um estudo sobre cartas e diários de e/imigrantes: microhistória e conexões entre o local e o global”, coordenado pela prof. Méri Frotscher Kramer (Financiamento CNPq).

MIGRAÇÕES FORÇADAS EM TEMPOS DE GUERRA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM PORTO NOVO (SANTA CATARINA, 1942-1943)

João Vitor Sausen
(Mestrando em História UFSM)

Porto Novo é uma região histórica resultante de um processo migratório organizado pela Sociedade Popular a partir de 1926, localizada no espaço fronteiro do Brasil com a República Argentina e junto à divisa do estado de Santa Catarina com o estado do Rio Grande do Sul. Na atualidade corresponde aos municípios catarinenses de Iporã do Oeste, Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, mas o nome utilizado pela colonização ainda persiste como forma de identificação da espacialidade. A organização migratória, por sua vez, foi destinada a falantes de línguas alemãs que professassem a fé católica e foi baseada em modelos comunitários vigentes no estado do Rio Grande do Sul. Este modelo, por sua vez, passou a representar uma problemática a partir do Estado Novo brasileiro (1937-1945) e a participação do país na Segunda Guerra Mundial. Neste conflito, a condição de fronteira, somada ao fato de Porto Novo representar uma formação humana composta majoritariamente por elementos dissidentes das ideias nacionais vigentes, especialmente no que diz respeito à língua falada, tornou-se um elemento de atração de políticas estatais para garantir a “segurança” do espaço fronteiro. Com base nestas concepções, no presente trabalho iremos versar sobre dois processos migratórios decorrentes da contradição imposta pelo conflito mundial, visualizados em duas migrações forçadas, a primeira ocorrida em agosto de 1942 e a segunda em fevereiro de 1943. Esta investigação, por seu lado, é fruto de pesquisas realizadas no interior do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin, e se baseia em registros do período contidos em obras memorialísticas, o Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga e alguns esforços de História Oral realizados com vítimas dos processos ou seus familiares.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

TRAJETÓRIA E ASCENSÃO DE UMA IMIGRANTE: ANNA MARIA PAULETTI RECH (1876-1916) E A ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RIO GRANDE DO SUL

Karina Bortolanza
(Graduada Unisinos)

Uma camponesa italiana viúva, de 47 anos, mãe de sete filhos e sem futuro na Itália, emigra para um destino incerto no Brasil. Em solo brasileiro, ela cria seus filhos, abre o próprio negócio (pousada para tropeiros em Caxias do Sul) e também coloca em prática seus conhecimentos ligados à saúde, tornando-se parteira. A pesquisa almeja compreender a atuação feminina nas colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul a partir da figura de Anna Maria Pauletti Rech, que aqui chegou em 1876. Por meio dela, busca-se entender os lugares de atuação das mulheres, principalmente as viúvas, desquitadas e/ou solteiras, aquelas que não tinham ao seu lado uma figura masculina como chefe de família. Será utilizada a metodologia de estudos de trajetórias, com ênfase no protagonismo feminino e suas relações com o contexto social. Através do cruzamento de fontes como, por exemplo, periódicos, livros de batismos, documentos da Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas, tentaremos compreender melhor as relações da personagem com o contexto da época. Acompanhar o caso da imigrante Anna Rech permitirá que entendamos, também, as diferentes representações criadas para positivar o papel da mulher imigrante. Anna Rech teve uma estátua construída por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, na década de 1970, visando enaltecer a figura da mulher imigrante como mãe e batalhadora, que abandonou o local de origem para vencer em terras brasileiras. Por fim, ressaltamos a importância deste estudo para auxiliar na compreensão do universo feminino na sociedade formada por imigrantes no Rio Grande do Sul.

A PERTINÊNCIA DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS IMIGRANTES CHINESES

Maria Victória Ribeiro Ruy
(Mestranda UFPR)

Na presente proposta, intencionamos um estudo do processo de identificação de imigrantes chineses que chegaram ao Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, a partir de um conjunto de entrevistas de história oral realizadas, em 1997, para compor o acervo do Museu da Imigração de São Paulo. Nosso principal amparo teórico se dá a partir de Denys Cuhe, para quem a identidade é um processo contínuo (identificação) – portanto, não é estática, é afirmada ou reprimida pelo contexto e tem fins estratégicos para os sujeitos que a operam (ainda que essa estratégia nem sempre seja consciente). Nesta perspectiva, não interessa aos pesquisadores definir a identidade (uma vez que isto, a rigor, nem seria possível), mas compreender o processo de formação desta. Para tentar nos aproximar das especificidades da imigração chinesa ao Brasil elencamos, três obras para tal. Referência bibliográfica primordial para pensar migrações minoritárias ao Brasil, o trabalho de Jeffrey Lesser faz uma retomada das políticas de imigração ao país e uma análise importante da identidade nacional brasileira e das negociações dos grupos imigrantes para participar da “brasilidade”. Em busca de atualizar o discurso a respeito dos asiáticos nas Américas, acrescentamos a elaboração de Claire Kim, denominada de teoria da

“triangulação racial”. A autora formulou a teoria a fim de explicar como a suposta exaltação do intelecto e das carreiras profissionais das comunidades asiático-americanas, disseminada por parte de autoridades e vozes autorizadas, faz parte dos mesmos esforços que fixam os asiáticos-americanos como eternos estrangeiros e que inferiorizam negros, indígenas e outros grupos imigrantes, como os latinos. São poucos os trabalhos a respeito da imigração chinesa em específico, sendo a tese de Marcelo da Silva Araújo uma contribuição valiosa para o tema, ao pensar as identidades étnica e religiosa dos chineses que frequentam igrejas evangélicas no Rio de Janeiro.

RACIALIZANDO O BRANCO: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE BRANQUITUDE NA HISTÓRIA SOCIAL DO RACISMO E NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Marina Albugeri da Silva
(História UFRGS)

Esta proposta de comunicação oral é um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso, apresentado no segundo semestre de 2019, e das reflexões que vim desenrolando desde então. Naquele trabalho mobilizei o conceito de branquitude, à luz dos Estudos Críticos da Branquitude, para analisar a política de imigração e colonização no Rio Grande do Sul, entre 1875 e 1889. Essa noção tem como provocação fulcral deslocar o objeto de estudo da História Social do Racismo, romper com a forma epistemológica tradicional consolidada pelos estudos raciais da década de 1950 no Brasil, grandemente, centrados no negro e nos efeitos das categorias de raça e racismo sobre essa população. A partir disso se apresentam algumas indagações, como: o que esse deslocamento nos informa ou aponta sobre a constituição das noções raciais e sobre os modos de operação do racismo? Ou seja, como branquitude nos ajuda a compreender a estruturação das relações sociais e de poder e os mecanismos de reprodução do racismo. No meu trabalho voltei a análise para a política de imigração e colonização, a partir do Relatórios e Falas dos Presidentes de Província, afim de compreender como a branquitude foi gestada, mobilizada e significada naquele contexto. O projeto de imigração europeia estava informado por noções raciais que construíram um lugar de superioridade aos imigrantes europeus brancos, concomitante com a construção de um lugar de inferioridade, ou mesmo invisível, às populações negras e indígenas. Diante disso, surgem questionamentos sobre como esses trabalhadores imigrantes interagiram com esses projetos e as concepções raciais vinculadas e ratificadas por ele e reconstruíram suas identidades e lugares sociais no outro lado do atlântico. E em que medida é possível pensar a branquitude enquanto uma identidade racial compartilhada entre classes.

ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Natalia Fioravanso Vieira Brizola
(Mestranda em História UPF)

As migrações influenciam nas relações da sociedade, exigindo constante reformulação de conceitos e identidades. O sujeito moderno caracteriza-se pela fragmentação e

multiculturalidade simultâneas, compondo sociedades onde alteridade e reconhecimento do outro são imprescindíveis. Nas interações sociais e reconstruções identitárias - especialmente dos imigrantes, minoria no local de destino - os sujeitos buscam identificação com grupos, gerando aproximação ou isolamento na sociedade. É necessária uma conexão dos indivíduos com sua origem, para compreender o presente e promover transformações necessárias ao convívio social. O indivíduo precisa ser sujeito de si mesmo, considerando particularidades e etnicidades, para também a sociedade reconhecer seus direitos; ser diferente, mas ao mesmo tempo igual. A escola desempenha importante papel nesse processo de adaptação/integração/reconhecimento, de modo a minimizar discriminações ou preconceitos, um vez que Brasil possui constituição étnica e genética miscigenada.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E AS DISPUTAS NA COLÔNIA “MODELO”: A COMPANHIA COLONIZADORA METROPOLITANA E A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO NOVA VENEZA

Nathália Pereira Cabral
(Doutoranda em História UDESC)

Ao final do século XIX, foi vivenciado o que é chamado por muitos de “A grande Imigração”. Esta, foi resultado de inúmeras políticas por parte do governo no fomento de legislações que contribuíssem e facilitassem a entrada de imigrantes europeus no Brasil, sendo estes, vistos pelo estado e por parte da sociedade, como a via introdutória do trabalho no país e a possibilidade de “progresso”. Um dos locais constituído a partir dessas políticas foi a Colônia Nova Veneza, a qual será o fio condutor dessa presente discussão. Foram várias as tensões que esses fluxos migratórios acarretaram, tanto em uma questão sociocultural, quanto econômica, onde muitas vezes se confundiam e se perpassavam as ações realizadas pelo estado e pelas empresas particulares. Deste modo, essa pesquisa teve como principal objetivo, a partir das fontes consultadas e do referencial teórico estudado, analisar as migrações da segunda metade do século XIX, mas também perceber e investigar as tensões ocasionadas em detrimento do beneficiamento de empresas particulares, como a Companhia Metropolitana. Além disso, foi intuito também, problematizar os discursos que são naturalizados em regiões constituídas a partir da cultura italiana – neste caso Nova Veneza –, em que a partir do mito dos pioneiros, dos discursos dos memorialistas e da perspectiva tradicional, se constrói uma “história dos vencedores”, silenciando diversos outros grupos e pessoas.

ST 23 - REDUÇÃO DA ESCALA DE ANÁLISE E HISTÓRIA SOCIAL

Coordenadoras

Cibele Caroline da Rosa (UNISINOS)

Jéssica Fernanda Arend (UNISINOS)

Através do simpósio temático “Redução de escala de análise e História Social” visamos discutir produções historiográficas voltadas à História Social com a inspiração metodológica da Micro-História italiana, a qual objetiva a redução de escala de análise, o cruzamento nominativo e a preferência pelo singular frente o geral para a compreensão dos processos históricos. Entendendo a História como a ciência das perguntas gerais e respostas específicas, buscamos promover o debate em torno de temas como estratégias, formação de redes sociais e conflitos. São bem vindas as pesquisas em História Social que abordem proposições em torno das migrações históricas para o Brasil (séculos XVIII e XIX), relações em torno da terra, gênero e família. Através da micro-história pode-se desnaturalizar dados homogêneos e estatizantes, que colocam os sujeitos como determinados a partir dos grandes processos históricos. Também procuramos dialogar com as diferentes fontes consultadas durante as pesquisas, visando troca de experiências e discussão do uso das mesmas.

CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NOS ESTUDOS DE MIGRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Ma. Cibele Caroline da Rosa
(História UNISINOS)

A comunicação visa enunciar alguns dos aspectos abordados ao longo da pesquisa que teve como resultado uma dissertação de mestrado a respeito da migração açoriana para o sul da América portuguesa na segunda metade do século XVIII. As disputas pelas terras americanas entre as Coroas lusa e espanhola marcaram todo o período colonial americano, e a migração açoriana para o meridional brasileiro teve grande relevância para a manutenção das fronteiras entre os impérios ibéricos. No século XVIII, foram muitos os ilhéus que se propuseram a migrar para o além-mar, estabelecendo no então Continente de Rio Grande de São Pedro sua nova residência. As pesquisas de caráter macro demonstraram a relevância da migração açoriana para a consolidação do Rio Grande do Sul português, assim como evidenciaram o papel da Coroa portuguesa na manutenção das fronteiras conquistadas. No entanto, essas pesquisas não dão conta da complexidade de um processo migratório, dos anseios e necessidades dos migrantes, assim como de suas estratégias cotidianas. A dissertação de mestrado evidenciou tais estratégias a partir da inspiração metodológica na Micro-História, o que resultou em novas conclusões sobre o processo migratório de açorianos para o Sul da América portuguesa. Dessa forma, pretende-se apresentar as contribuições da metodologia micro analítica para pesquisas que possuem como foco o período colonial brasileiro, em especial o tema das migrações.

ESTRATÉGIAS ENTRE AS FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ALEMÃES NO FINAL DO SÉCULO XIX (VILA DE SÃO JOÃO DE SANTA CRUZ – RS)

Ma. Jéssica Fernanda Arend
(Prof.^a Colégio Cenecista João Batista de Mello)

Nesta comunicação irei trazer um recorte da minha dissertação que teve como foco de investigação as noções de justiça, racionalidades e estratégias entre os camponeses emigrantes da Alemanha instalados na Vila de São João de Santa Cruz (atual cidade de Santa Cruz do Sul localizada no Rio Grande do Sul) no final do século XIX. Para isso procurei seguir a trajetória de duas famílias, a primeira relacionada sobretudo ao mercado de terras e conflitos pela mesma e a segunda focada nos processos criminais de injúria e calúnia. Para o desenvolvimento desse trabalho utilizei metodologias da micro-história, sobretudo a redução da escala de análise e também o método indiciário. Pretendo comunicar sobre como utilizei alguns aspectos da micro análise e a utilização de fontes variadas, bem como discutir sobre as estratégias adotadas pelas famílias, seja para ampliação dos ganhos ou redução dos danos, suas escolhas frente a diversas situações e as relações construídas/reafirmadas ao longo das trajetórias estudadas.

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

NAS TRAMAS DO IMPÉRIO: ANTONIO DA SILVA VASCONCELLOS E SUA TRAJETÓRIA ENTRE O RIO DE JANEIRO E O RIO GRANDE DO SUL (1850-1889)

Me. Djiovan Vinícius Carvalho
(Doutorando em História UPF)

A “reinscrição” dos indivíduos na história permitiu a ampliação dos estudos biográficos, a partir do desenvolvimento de estudos que vocacionam não “grandes nomes”, mas personagens mais “obscuros, menores, subalternos”, que auxiliam, do seu modo, a dar luz às experiências sociais de uma época. Contudo, mesmo com a revisão de métodos, fontes e abordagens, não é tarefa fácil reconstituir a vida de todo e qualquer indivíduo, pois as informações sobre as “pessoas comuns” são até mais difíceis de serem localizadas. Nesse sentido, a comunicação propõe-se a acompanhar o “fazer-se” de um indivíduo específico, a saber, o comerciante Antonio da Silva Vasconcellos, seguindo o conjunto de ações desempenhadas por ele, visando compreender sua inserção social, práticas relacionais e as dinâmicas imperiais no Brasil. O português Antonio da Silva Vasconcellos, que imigrou em 1850, fixando residência, inicialmente, no Rio de Janeiro, migrou, em busca de fortuna, para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dez anos depois, residindo e construindo vínculos sociais, sobretudo, nas cidades de São Gabriel e São Vicente. O estudo, fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, objetiva lançar luz sobre certas práticas sociais, de ordem econômica, política e social, durante o período Imperial, a partir da construção de redes e vínculos e da ascensão ou manutenção de posições sociais de Vasconcellos. Além disso, a apresentação focará na reconstituição da história de vida de Vasconcellos e, conseqüentemente, de parte do tecido social no qual ele estava inserido, tendo em vista que o comerciante português Antonio da Silva Vasconcellos, manejou, assim como outros indivíduos, ao longo da vida, estratégias para ascender social, econômica e politicamente, utilizando-se de recursos e contatos para seu favorecimento.

DEBATENDO A NOÇÃO DE MEDIADOR: ANTONIO JOSÉ DE MELLO BRABO E A AMBIGUIDADE COMPLEMENTAR DE SUAS RELAÇÕES

Ernesto Pereira Bastos Neto
(Mestrando em História Unisinos)

No presente, existe uma reivindicação territorial indígena no centro-norte do estado do Rio Grande do Sul, cujos protagonistas narram histórias e memórias relativas à inserção dos seus ancestrais em redes assimétricas de relacionamento com outros setores da sociedade colonial. O núcleo comum dessas narrativas aponta para a figura de Antonio José de Mello Brabo (178? – 1882) como sujeito-chave na articulação desses diversos grupos, em função de vínculos que estabeleceu com populações indígenas e também com integrantes de setores médios e da elite da sociedade regional oitocentista. A análise da trajetória de Antonio, que foi oficial da Guarda Nacional, natural da Província de São Paulo, mas radicado na Serra do Botucaraí desde o período da Guerra Civil Farroupilha, indica que este indivíduo concatenava em torno de si pessoas das mais variadas origens e ocupações. Suspeito que essa rede multifacetada representou um capital relacional importante ao longo da vida deste indivíduo. Neste sentido,

o objetivo da presente comunicação é analisar o rendimento do conceito de *mediador* – que é debatido por diversos historiadores (as) que utilizam a micro-história como método – para o estudo da trajetória do referido Antonio José de Mello Brabo.

UMA ‘DONA’ ENTRE DOIS MUNDOS: ADMINISTRAÇÃO PARTICULAR, COMPADRIO E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE ENTRE CATIVOS E LIVRES (VIAMÃO, SÉCULO XVIII)

Me. Israel da Silva Aquino
(Doutorando em História UFRGS)

Este trabalho origina-se de uma pesquisa de mestrado defendida no PPG em História da UFRGS, que teve como objetivo estudar a formação de redes de apadrinhamento na freguesia de Viamão no período colonial. Buscamos avançar nas análises compreendidas na pesquisa original, investigando uma possível utilização do compadrio católico como estratégia de inserção e reprodução social no extremo sul da América Lusa. Para este simpósio, estabelecemos como recorte o exame de um conjunto de registros de batismo realizados ao longo de 43 anos, envolvendo a família extensa – filhos e netos, mas também escravos e administrados - da terratenente Ana da Guerra, filha e viúva de ‘conquistadores’ do Continente de São Pedro, e ao mesmo tempo descendente de índios carijós da região de Laguna. A análise das relações firmadas por estas gentes através do compadrio nos permitiu identificar que Ana da Guerra figurou como núcleo de uma rede egocentrada que logrou articular distintos estratos sociais daquela freguesia, conectando membros da elite crioula do Continente à sujeitos como escravos e colonos, com especial destaque para a inserção de um grupo de indígenas administrados nessa rede de relacionamentos. Trabalhamos com a hipótese de que tal expediente possa ter contribuído para consolidar uma posição de prestígio e destaque, que conferia àquela dona um patrimônio imaterial que complementava os recursos patrimoniais acumulados por sua família. A análise destas relações se deu a partir do diálogo com aportes da Micro-história e História Social, especialmente os escritos de Giovanni Levi e João Fragoso, além de empregar as ferramentas metodológicas da Análise de Redes Sociais. Os resultados desta investigação sugerem que o compadrio pode ter servido como um catalisador das estruturas de relacionamento firmadas naquela sociedade, sendo apropriado por indivíduos de diferentes estratos sociais a fim de responder a interesses distintos e complementares.

A PRODUÇÃO SOCIAL DE LOCALIDADES EM REGIÕES DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA

Dra. Maíra Ines Vendrame
(Docente PPGH Unisinos)

A presente comunicação tem por objetivo refletir sobre alguns aspectos apontados no livro recentemente publicado em inglês sob o título: *Power in the Village: social networks, honor and justice among immigrant families from Italy to Brazil* (Routledge, 2020). Utilizando fontes

documentais de origens diversas, com especial atenção para os processos-crime, analisou-se a constituição das comunidades rurais de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. A fundação das capelas, a constituições de bases agregativas e a reprodução de um modelo de vida camponesa permitiram a formação de espaços de direitos e deveres. O estudo de conflitos específicos entre imigrantes e brasileiros evidenciou a produção da localidade baseada em ações de busca por legitimidade de práticas culturais. Nesse sentido, pretende-se pensar a dimensão local como algo que é construído através de ações concretas, problematizando as dinâmicas de um determinado espaço, os privilégios e o reforço de fronteiras étnicas. Busca-se, preferencialmente, chamar a atenção para a necessidade de levar em conta a questão da localidade enquanto categoria de análise para se entender as práticas sociais nas áreas de colonização europeia no sul do Brasil.

FESTEIROS DEVOTOS: PAGADORES DE PROMESSA A SANTOS REIS NA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ

Ma. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha
(Doutoranda em História Unisinos)

O presente artigo procura construir uma narrativa que evidencie a funcionalidade da racionalidade dos festeiros devotos, pagadores de promessa a Santo Reis, nas cidades de Alto Longá e Boa Hora, ambas localizadas na região norte do Estado do Piauí. Utilizamos a metodologia da micro-história, direcionando nossos questionamentos acerca da construção histórica de sentimento religioso do festeiro devoto, do território no qual está inserido, as manifestações suas de fé de devoção, símbolos e significados do ritual do Reisado, os quais evidenciam comportamentos, hábitos, ritos e festas devocionais carregados de aspectos sagrados e profanos, imbricados por fatores históricos, atualizados pela memória de seus festeiros. Dessa forma, buscamos por meio de uma análise histórica identificar os fios e os rastros da celebração religiosa secularmente res-significada por seus devotos.

COLETÂNEA DE MEMÓRIAS PARA ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL

Nélton Ricardo Dias
(Mestrando ProfHistória/UNEMAT)

A historiografia ocidental centrada no modelo europeu e o ensino de História no Brasil passaram por mudanças significativas em sua metodologia, conteúdo e objetivos desde os seus princípios até a atualidade. Seus objetivos variaram desde o ensino moral e religioso, passando pela consolidação de sentimentos patrióticos e construção de valores sociais e econômicos, e finalmente, pela transformação social e pelo desenvolvimento do pensamento autônomo do sujeito na diversa realidade que o cerca. Ao se perceber o processo de construção da historiografia e seus usos ao longo do tempo, também se percebe as múltiplas possibilidades de como discutir a historicidade de cada sujeito em seu contexto. Assim, destaca-se a importância de trabalhos relacionados a memória e Micro História como subsídio, no nível escolar e acadêmico, para a construção e estudo da História e, de maneira especial, da História local.

“A PRODUÇÃO DA LOCALIDADE”: CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA À COMPREENSÃO DA INSERÇÃO DE IMIGRANTES EM ESPAÇOS URBANOS

Me. Octávio Becker Neto
(Doutorando em História Unisinos)

O presente trabalho tem como objetivo levantar discussão acerca do fenômeno de integração de imigrantes em espaços urbanos a partir do diálogo entre diferentes pesquisas que se ocuparam da temática. Pretende-se, nesse sentido, apreender as diferentes maneiras como o espaço e a sua produção foram abordados por essa historiografia e, ao fim, apontar para caminhos interpretativos possíveis a partir da utilização metodológica da micro-história italiana na compreensão da categoria espacial. Para tanto, propõe-se a observação do processo integrativo de um conjunto de alemães, imigrantes e seus descendentes diretos, em Santa Maria, a partir de práticas de apropriação do solo urbano na segunda metade do século XIX. Vê-se que a complexificação da análise é possibilitada pela incorporação do universo relacional do campo micro-histórico (GRENDI, 2009) ao exame da morfologia espaço-social.

ENTRE INSTITUIÇÕES E AGENTES: O USO DA VARIAÇÃO DE ESCALAS PARA A ANÁLISE DO CLERO PAROQUIAL NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL.

Rafaela Zanotto Casagrande
(Mestranda em História Unisinos)

Sob a alçada do Padroado Régio, o braço secular da Igreja católica exerceu uma dupla função, religiosa e imperial, no ultramar português. O reconhecimento de fronteiras e a manutenção simbólica dos espaços e pessoas, atravessavam, inevitavelmente, a esfera eclesiástica (PAIVA, 2000). Neste sentido, a análise da territorialização de uma diocese até suas periferias – ou seja, as paróquias –, pode auxiliar na compreensão das estratégias administrativas do episcopado e da Coroa para a consolidação de territórios ultramarinos e conformação da sociedade colonial (RODRIGUES, 2015; PAIVA, 2000; LIMA, 2014). Entretanto, as dinâmicas institucionais não podem ser precisamente compreendidas sem o conhecimento prévio dos seus agentes, que as constituem e as marcam (BULST, 2005). Este trabalho, resultado de um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado, busca discutir as potencialidades do uso da variação de escalas para a análise do clero paroquial que atuou no Rio Grande de São Pedro do Sul. Neste sentido, partindo do desenvolvimento da nossa análise prosopográfica sobre os párocos de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807, queremos refletir como a escala de observação variada pode revelar estratégias e condicionantes de recrutamento e reprodução do grupo em diferentes instâncias. Assim, o processo de busca onomástica, característico da construção da base de dados prosopográfica, incentiva uma observação mais aproximada das trajetórias desses atores, tornando possível a superação de alguns limites da construção de um perfil coletivo, passando a compreender, portanto, não só as suas tendências globais, mas também particularidades assentes em estratégias e intencionalidades pessoais, familiares e locais.

ST 24 – EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM DISCUSSÃO: ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO

Coordenadores

Matheus Batalha Bom (UNISINOS)

Vitor da Silva Costa (UNISINOS)

Bruna Letícia de Oliveira dos Santos (UNISINOS)

Este Simpósio temático tem por objetivo promover o debate acerca das experiências negras em contextos de escravidão e pós-abolição. Tendo em vista as inúmeras estratégias operadas pelas pessoas negras na construção de identidade, espaço de autonomia e cidadania ao longo dos séculos XIX e XX, pretende-se problematizar os significados da liberdade. Também, pensar o pós-abolição não só através de fronteiras cronológicas, mas conceitualmente, isto é, como um campo de estudos. Para isso, o Simpósio abrirá espaço para uma pluralidade de temas como história do trabalho escravizado e livre, relações entre negros(as) com outros grupos étnico-raciais, atuação política, obtenção de alforria; precariedade da liberdade; lutas abolicionistas; memórias do cativo; heranças africanas; trajetórias familiares; religiosidades, associativismo; cidadania; imprensa negra; interseções entre gênero, raça e classes.

TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE FAMÍLIAS NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO: A FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA (C. 1849-TEMPO PRESENTE)

Me. Vitor da Silva Costa
(História Unisinos)

Este trabalho pretende analisar a trajetória da família Baptista da Silva, uma família negra que alcançou prestígio social em Porto Alegre, durante as primeiras décadas do século XX. Buscaremos apresentar os mecanismos e estratégias de sociabilidade que possibilitaram a inserção e afirmação social da família Baptista da Silva, onde evidenciamos, a incursão em irmandades religiosas, projeto familiar em torno da educação e do trabalho, como uma das principais formas de mobilidade social. Esta pesquisa encontra-se estruturada por um número considerável de fontes documentais, dentre as quais destacam-se os periódicos *A Federação* e *O Exemplo*, o último, aponta as ligações de membros da família com a imprensa negra sul-riograndense e o protagonismo negro que desenvolveram a partir da imprensa. Além de problematizarmos a importância da família estruturada como importante aporte para a construção de redes de sociabilidade no pós-abolição, pretendemos investigar as dinâmicas que envolveram a formação desse núcleo familiar, efetuando assim, um recuo temporal para pensarmos a família durante o período da escravidão e as conexões existentes com a família senhorial. Ademais contaremos também com a contribuição de um dos descendentes da família, que através das memórias e do acervo familiar que mantém salvaguardado, buscaremos imprimir possibilidades e questionamentos em torno dos caminhos percorridos por esta família, no intuito de complexificar a trajetória de seus membros. Desta forma, o estudo aqui proposto, contribui para as pesquisas sobre famílias negras no período da escravidão e do pós-abolição, destacando relações familiares, redes de sociabilidades, protagonismo negro e relações de memória, como chaves de leitura para dimensionar as experiências sociais negras.

EXPRESSÕES OBJETIVAS DE AFETO – A PERSPECTIVA POLÍTICA DA AFETIVIDADE DE MULHERES NEGRAS

Ma. Bruna Letícia de Oliveira dos Santos
(História Unisinos)

Em minha dissertação intitulada “‘Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam’. Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas. (Comarca de Rio Pardo, século XIX)”, utilizei a ideia de expressões objetivas de afeto para nomear as estratégias de mulheres negras para libertar, ou manter os filhos junto de si. Este uso se deu com o objetivo de evidenciar a afetividade como elemento que movia ações em busca da liberdade, seja a estabelecida através da manumissão, tutela ou arranjos sociais que permitissem às mulheres e aos homens, também, manter os seus juntos. Reuni para sustentar a utilização dessa ideia os estudos historiográficos que vem pensando maternidades de mulheres escravizadas, Maria Helena Machado (2010; 2012; 2018), Camillia Cowling (2018), Lorena Telles (2018), Marília Ariza (2017), Marina Haak (2018), os colocando em diálogo com a perspectiva da dimensão histórica das experiências negras presente em Angela Davis (2016), bem como, com o feminismo negro. Na proposta que apresento aqui utilizarei a perspectiva de ativismo de mulheres negras apresentado

por Lucimar dos Santos (2019). Esta historiadora analisou ações de liberdade que chegaram à Corte de Apelações do Rio de Janeiro durante a década de 1870 e foram movidas por mulheres escravizadas. A luta destas mulheres, movidas por expressões objetivas de afeto, tensionou a estrutura do sistema escravista, configurando-se naquele momento como ação política em construções de liberdade, isso fica evidente nos trabalhos de Camillia Cowling e também no de Marina Haack. Dessa forma, objetivo trazer para o diálogo do simpósio as ações de mães escravizadas através da perspectiva histórica do afeto e das características do feminismo negro moldado desde o contexto escravista, o que nos permite observar a perspectiva política da afetividade de mulheres negras.

“BRANCOS, MIXTOS E PRETOS”: O PERFIL SOCIAL E RACIAL DO ALUNADO DA ESCOLA COMPLEMENTAR OLAVO BILAC NA DÉCADA DE 1930, EM SANTA MARIA/RS.

Alicia Quinhones Medeiros
(Graduanda UFSM)

Esta pesquisa busca refletir sobre o perfil social e racial do alunado presente no espaço educacional da Escola Complementar Olavo Bilac, localizado em Santa Maria/RS, nos anos de 1937 e 1938. A construção da análise sobre os perfis dos/as alunos/as se deu através do levantamento quantitativo de 1.967 matrículas escolares, análise de fotografias do contexto que se encontram no Acervo Histórico da escola e do uso da história oral. A partir da quantificação das matrículas e apresentação da amostragem de dados podemos perceber a presença de alunas e alunos classificados no documento como brancos, mixtos e pretos, assim como os diferentes arranjos familiares deste alunado, além de identificar as ocupações profissionais desempenhadas por seus responsáveis. A pesquisa se insere no campo de estudos do pós-Abolição, o qual proporcionou uma guinada nas discussões sobre a presença e resistência de indivíduos negros na sociedade brasileira após a abolição da escravidão. Com isso, podemos perceber as presenças negras no ambiente educacional ainda pouco racializado pela historiografia sul-rio-grandense.

RELAÇÕES CRUZADAS: ESCRAVIDÃO E GÊNERO EM UMA CASA DE POUCOS ESCRAVIZADOS

Me. Matheus Batalha Bom
(Doutorando em História Unisinos)

No ano de 1882, em Jaguarão, o escravizado chamado Libório, após ser avisado pela ama de leite da casa, a escravizada Petrona, que sua senhora precisava de ajuda, foi verificar o que ocorria de fato. A senhora Joaquina Mojano se encontrava no quarto com Carlos Augusto Sarmento. Este era um morador da casa e fazia alguns serviços para o marido de Joaquina, Julio Mojano, que estava ausente. A partir da chegada de Libório ao quarto, uma variedade de fatos e relatos foram surgindo. E, é justamente, com base nos depoimentos e possibilidades de análise do caso, que este trabalho se deterá. Dessa forma, o objetivo do estudo é problematizar as relações sociais em ambientes de poucos escravizados, onde senhoras e senhores tinham que exercer seu poder a base de complexas negociações. Além disso, será abordado como as

relações de gênero podiam operar em situações onde as senhoras ficavam praticamente sozinhas com seus escravizados, agregados, etc. Em contrapartida, será de suma importância pensar como as mulheres negras se comportavam e agenciavam suas vidas nessas cadeias de poder. Por fim, refletir como as mais variadas camadas de poder se comunicavam com as relações que envolviam gênero e escravidão.

OS ARRANJOS FAMILIARES NA TRAJETÓRIA DE RODOLFO XAVIER

Ma. Ângela Pereira Oliveira Balladares
(Doutoranda em História UFRGS)

O presente trabalho é um recorte temático da pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo junto ao PPGH da UFRGS, e que tem como foco a trajetória de Rodolfo Xavier, um nascido de ventre livre, com múltiplas identidades, que viveu no espaço urbano periférico da cidade de Pelotas-RS. O objetivo desta comunicação é fazer uma abordagem acerca dos arranjos familiares de Rodolfo Xavier (1873-1964). Ao apresentar as pessoas com quem Rodolfo vivenciou suas experiências familiares, busco pensar as contribuições e os significados dessas interações na sua formação enquanto sujeito. Nesse sentido, a família é considerada com um espaço privilegiado para compreender a pluralidade de seus membros em vista das múltiplas experiências de cada sujeito, além das interações que os concebem como coletivos. Como fonte nesta análise faço uso de entrevistas orais, fotografias, documentos cartoriais, jornais, registros eclesiásticos, todos disponibilizados em diferentes acervos. E também, os escritos de Rodolfo, não como um dado absoluto, mas pelo sentido atribuído por ele mesmo. Rodolfo Xavier esteve inserido num contexto a partir de uma relação dialética, tendo sido atuante, mas também sofrendo diversas influências. As suas vivências assumiram sentidos decorrentes das suas interações coletivas. Na trajetória desse nascido de ventre livre, que teve sua existência em uma sociedade estruturalmente racista e historicamente desigual, a família foi de extrema importância para a construção de relações pessoais de afetividades, que possibilitaram articular estratégias de existência, de resistência e de sobrevivência.

O DIREITO CONSUETUDINÁRIO E CONSTITUCIONAL SOBRE A PROPRIEDADE DA TERRA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO NO RIO GRANDE DO SUL

Me. Áxsel Batistella de Oliveira
(UPF)

Propomos analisar, neste estudo, a problemática acerca das dicotomias entre o direito consuetudinário e o direito constitucional sobre a propriedade da terra, com base em processos judiciais e administrativos referentes às comunidades remanescentes de quilombo que tem sua propriedade reconhecida no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, nosso recorte espacial e temporal se dá a partir dos processos administrativos e judiciais finalizados e que estão disponíveis para consulta pública no Incra/RS e nas comarcas da Justiça Federal do RS. Para desenvolver este estudo, utilizamos como fontes os Processos Administrativos do Incra e os Processos Judiciais de desapropriação por interesse social. Esses processos são referentes às comunidades que se encontram com os territórios reconhecidos por decreto presidencial e

também as que estão com a propriedade titulada, sendo que o primeiro tipo de processo é de responsabilidade de tramitação do Incra. Já o processo judicial ocorre em varas federais para realizar a desapropriação por interesse social e só inicia sua tramitação depois de o processo administrativo ser finalizado. Assim, buscamos contextualizar e analisar os conflitos acerca da propriedade da terra referente aos quilombolas remanescentes no Rio Grande do Sul, problematizando as dicotomias entre o direito consuetudinário e o direito constitucional, de forma a compreender a formação das comunidades quilombolas reconhecidos no Rio Grande do Sul com base no processo de ocupação da terra através do costume. Buscamos compreender como o conceito de propriedade da terra é concebido e aplicado nos processos judiciais e administrativos do Incra e os discursos usados para legitimá-lo, analisando as implicações da concessão de terras.

PERSEGUINDO A CULTURA NEGRA NO PIAUÍ OITOCENTISTA

Carla Patrícia Soares Costa
(Graduanda em História UESPI)

A presente comunicação é resultante do projeto de pesquisa PIBIC – UESPI Voluntário, orientado e pensando juntamente com a professora doutora Maria da Vitória Barbosa Lima, projeto este intitulado: “Cultura negra e cultura de resistência no Piauí oitocentista, século XIX”. Esta comunicação busca entender aspectos da Cultura Negra e da Cultura de Resistência gerada a partir da não acomodação dos escravizados a ideia de “escravo coisa”, no Piauí, século XIX. Entendemos que dentro do período da escravidão, os escravizados resistiram às amarras do sistema escravista. Buscamos identificar como era feita a repressão aos escravizados e como estes resistiam, pelas fugas, pelos jogos, pelas festas negras, pelo batuque, pelas vozerias, pela resistência cotidiana. Este trabalho se justifica pelo interesse em contribuir com novos conhecimentos e até reforçar os existentes, referentes à cultura negra de resistência, presente até aos dias atuais. Nosso estudo tornou-se possível pelo emprego desses mecanismos de análises: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise dos dados, digitalização dos documentos, abordagem qualitativa e explicativa, método indiciário de Carlo Ginzburg (1990) e análise de conteúdo. Deste modo, a pesquisa possibilitou percebermos que a resistência escrava e a repressão, senhorial e/ou estatal, se faziam presentes. Entre esses mecanismos repressivos podemos citar: posturas municipais, inspetores de quartirão, domínio senhorial. Assim como a resistência que se apresenta na burla das posturas municipais pela formação de “juntamento”, onde os escravizados mantêm relações sociais com libertos e pessoas livres. Os escravizados se socializavam e planejavam fugas sejam individuais ou coletivas, criando em fim uma cultura de resistência. Compreendemos a cultura negra enquanto cultura de resistência forjada em experiências históricas concretas, atentando para o substrato político que a preside, sob a orientação do pensamento de E. P. Thompson (1981).

IV CEHLA 2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE NO SUDESTE DO PIAUÍ (SÉCULO XIX)

Chayane Ramos da Silva
(Graduanda em História UESPI)

Esta comunicação tem como objetivo realizar o estudo sobre a escravidão e a liberdade, sobretudo, a jurídica dos escravizados em São Raimundo Nonato-Piauí. Para a sua realização utilizamos fontes bibliográficas e documentais. Estas consistem em cartas de liberdade (1876-1878), os Relatórios de Presidente de Província (1835 a 1889), o Recenseamento da Província do Piauí de 1872 e da Lista de Classificação de Escravos. Fundamenta teoricamente nossa pesquisa E. P. Thompson (1981), que ressalta que as relações históricas são construídas por homens e mulheres, num movimento constante, tecida através de lutas, conflitos, resistências e acomodações cheias de ambiguidade; e, Eric Foner (1988), na qual revela que a liberdade era um “terreno de conflito”, pois abria-se para diferentes interpretações, que por vezes eram contraditórias. Além de autores/as como Karasch (2000), João José Reis e Eduardo Silva (1989), Solimar Lima (2005), Nyanne Magna Ribeiro Viana (2018), entre outros/outras que nos revelam diferentes aspectos sobre a escravidão. Vale ressaltar que este trabalho faz parte do projeto “LIBERDADE REAVIDA: A PRÁTICA DE ALFORRIAR NO SUDESTE DO PIAUÍ (SÉCULO XIX)” submetido ao PIBIC-UESPI pela professora Dr.^a Maria da Vitória Barbosa Lima, vigência 2019-2020. No desenvolver da nossa pesquisa, podemos perceber no Recenseamento da Província do Piauí, em 1872, a quantidade de escravos em São Raimundo Nonato que consistem em 526, sendo 228 homens e 298 mulheres. Esses dados são interessantes quando analisamos a organização do trabalho dos escravizados e os diferentes tipos de alforrias na região. Concluimos que este estudo se propõe a revelar o protagonismo negro na região e é um referencial para levar a mais leitores, acadêmicos ou não, informações sobre a importância da temática e a possibilidade de gerar mais produções sobre São Raimundo Nonato-PI.

TRABALHADORES NEGROS E O PÓS-ABOLIÇÃO EM UMA CIDADE INTERIORANA: ALEGRETE/RS 1900-1905

Guilherme Vargas Pedroso
(Graduando em História UFSM)

Sabe-se que os estudos do pós-Abolição, no Brasil, têm ajudado a romper com o paradigma da ausência da população negra no mercado de trabalho, porém, ainda há muito o que ser feito. Nesse sentido, esta comunicação visa trazer primeiros resultados acerca de análises sobre os trabalhadores negros em Alegrete, no início do século XX, entre os anos de 1900 e 1905. Alegrete é um município do interior do Rio Grande do Sul que por muito tempo, durante o século XIX, comportou um alto número de sujeitos escravizados trabalhando em diferentes ocupações. Sabemos que a população negra não sumiu dos espaços de trabalho após a abolição da escravidão, sendo assim, a partir de fontes hospitalares – Livro de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete – procuramos traçar um perfil dos trabalhadores negros, bem como dos postos que ocupavam nos mundos do trabalho, afim de compreender o que as ocupações destes indivíduos dizem sobre o período pós-Abolição no Brasil.

NOTAS DE PESQUISA: UM ESTUDO RELACIONAL SOBRE AS IRMANDADES LEIGAS DE CACHOEIRA (DO SUL – RS, SÉC. XIX). EXPERIÊNCIAS, IDENTIDADES E DEVOÇÕES.

Henrique Melati Pacheco
(Mestrando em História Unisinos)

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas notas sobre a minha pesquisa de mestrado (iniciada em março de 2020), chamada “as cores da devoção: um estudo relacional dos lugares sociais, das cores e dos nomes inscritos em documentos oitocentistas de três irmandades leigas. Vila da Cachoeira, séc. XIX.”. Assim, pensando na proposta dos/a cordenadores/a do XXIV simpósio temático do IV CEHLA, estas notas descrevem uma pesquisa empírica realizada em instituições de arquivo, principalmente no Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHMCS), no fundo documental acervo das irmandades. Personagens principais: os livros oitocentistas e mais documentos soltos, produzidos, majoritariamente, pela Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos da Cachoeira e pela Irmandade Conjunta do Santíssimo Sacramento e N. Sra. da Conceição – Padroeira da Vila. Após a leitura e análise dos documentos do acervo das irmandades de Cachoeira do Sul (AHMCS), portanto, perguntamos: o que singulariza e unifica as experiências de diferentes irmandades leigas, que atuaram em um mesmo local de produção – dividindo a mesma Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição da Cachoeira (inaugurada em 1799)? Seguindo os rastros dos documentos, os fragmentos de singulares experiências sociais, refletimos: por que somente as Irmandades negras têm cor, nos documentos e na historiografia? Assim, torna-se possível elaborar discussões e hipóteses, trabalhar em aproximações conceituais entre a temática historiográfica das Irmandades leigas e os estudos do campo do pós-abolição, o pensamento de mulheres negras e os estudos críticos da branquitude. A ênfase é em uma análise relacional das experiências sociais passadas. A expectativa é colaborar nas discussões sobre história e historiografia, sobre os conceitos de “experiência”, “identidades” e “devoções”, enquadrando-os (sem fechá-los) a temática historiográfica das “irmandades leigas” brasileiras oitocentistas.

“ESTIVEMOS DESLIGADOS UNS DOS OUTROS, VIVENDO CADA UM PARA SI, ESQUECIDOS DOS DEMAIS”: EXPERIÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO DE BANCÁROS NEGROS NO PÓS - ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (1920-1940).

Ma. Jane Rocha de Mattos
(História PUC/RS e SMED Gravataí)

Os primeiros registros funcionais de trabalhadores negros do Banco do Rio Grande do Sul (atual Banrisul) remetem ao seu ano de fundação em 1928. Duas décadas depois, 1940 um grupo de contínuos forma um clube que agregou os trabalhadores negros desta instituição e que atuavam em várias agências bancárias da cidade de Porto Alegre e do interior. A presente comunicação objetiva apresentar as trajetórias profissionais e sociais de alguns dos fundadores desta associação anteriores aos seus ingressos nos estabelecimentos bancários e dentro destes, no período que compreende as primeiras décadas do século XX.

COSTUMES EM COMUM NA FRONTEIRA OESTE: CRIMES RURAIS E SOCIABILIDADES EM ALEGRETE E URUGUAIANA (1888-1910)

Me. Marcelo Bahlis
(História pela UFSM)

O presente trabalho é a continuação de uma pesquisa de mestrado que procurou analisar a sociedade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, com ênfase nos trabalhadores mais pobres, em um momento de avanço da mercantilização da propriedade, cercamento dos campos e perseguição às tradicionais formas de acesso à terra e ao gado. A partir da leitura dos processos-crime abertos contra a prática do abigeato, procura-se compreender as estratégias e lógicas sociais que estavam por trás dos crimes cometidos. Em alguns casos é possível perceber relações de reciprocidade que uniam famílias ou vizinhos compartilhando do furto de rês para alimentação ou mesmo para beneficiar-se de uma futura venda do gado. Tais exemplos estudados anteriormente, geraram alguns resultados. Foi possível perceber que os réus em sua maioria eram jornaleiros da fronteira oeste que, em boa parte dos casos, viviam com sua família, estabelecidos na região, mas também podiam ter vindo do prata e de outras partes do Rio Grande do Sul. Estes poderiam, em menor medida, ser ladrões de reses em tempo integral, mas boa parte utilizava-se do furto em momentos pontuais dentro das brechas nas relações de propriedade. A perseguição da justiça e da polícia se deu contra sujeitos que tomavam, em grande parte da amostra, uma cabeça de gado, neste momento de pós-abolição era menor a tolerância com tradicionais formas de acesso na região. Tais resultados têm ensejado novas perguntas sobre sociabilidades, vínculos e necessidades entre os trabalhadores da fronteira oeste.

UMA ABORDAGEM DE GÊNERO E ESCRAVIDÃO PARA SALA DE AULA: APROXIMAÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

Ma. Marina Camilo Haack
(Doutoranda em História USP)

Nos últimos anos pudemos acompanhar a propagação de ataques às ciências humanas, especialmente a História, que se tornou alvo de deturpações e negacionismos. Os historiadores e professores passaram a ocupar cada vez mais as redes sociais e outras plataformas online, na tentativa de atenuar os danos de sua prolongada ausência em tais meios. A academia, não injustamente, foi acusada de estar apartada de uma diálogo com a comunidade e o público não especializado, mas interessado em debates relacionados às diversas áreas do conhecimento. O custo disso foi a apropriação da extrema direita de assuntos históricos e sua utilização para fins de desinformação e propagação de fakenews. Talvez não seja mais necessário afirmar a necessidade da atuação de pesquisadores acadêmicos no combate aos negacionismos e deturpações, mas será que sabemos dialogar com o público não especializado? Será que conseguimos traduzir complexas discussões teóricas e análises metodológicas para alunos do ensino básico, onde a precariedade da estrutura escolar impõem desafios para os quais não fomos treinados em nossos cursos? Esta é uma proposta, um desafio coletivo e com certeza pessoal, para avançar nesse caminho de tornar acessível o que é produzido na academia,

abordando os documentos históricos utilizados em nossas pesquisas, neste caso especificamente questões de gênero e escravidão, ou seja, gênero, raça e condição jurídica, no ensino básico.

FRONTEIRAS DO CATIVEIRO: SIGNIFICADOS TRANSNACIONAIS DE LIBERDADE E ESCRAVIDÃO (BRASIL/URUGUAI, SEGUNDA METADE DO XIX)

Michele dos Santos
(Mestranda em História Unisinos)

Este trabalho tem como objetivo compreender as experiências das pessoas que viviam e trabalhavam na região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, como eram as relações de liberdade e de escravidão destes indivíduos, como funcionavam os mecanismos de tráfico ilegal e de reescravização assim como as experiências e vivências de homens e mulheres escravizados na região. Usando documentos judiciais, procuro entender as experiências sociais e políticas de domínio senhorial numa região de fronteira no século XIX, onde os países limítrofes como o Uruguai, já haviam abolido a escravidão. Tentar demonstrar a realidade tão pouco estudada destas experiências escravistas fronteiriças e do protagonismo dos indivíduos livres e escravizados, com a utilização de fontes jurídicas, assim também permitindo um exercício metodológico sobre essas fontes primárias específicas. Procuro entender os significados da liberdade em um contexto de fronteira, onde existem dois países com formas distintas de tratar a escravidão, um recém findando o tráfico atlântico e lidando com estas tensões e outro cuja abolição já tinha acontecido. Analisar como essas pessoas circulavam num espaço que representava possibilidades de liberdade, buscando compreender essas estratégias e os seus significados e demonstrando, também, através de fontes primárias e da micro história, que os homens e mulheres escravizados não se mantinham conformados com a realidade que lhes foi imposta, e que lutavam pelos seus direitos e sua liberdade.

GOLPES, FURTOS E TRAPAÇAS: LARÁPIOS E GATUNOS PELAS RUAS DE SALVADOR PÓS-ABOLIÇÃO (1889-1920)

Osnan Silva de Souza
(Graduando em História Universidade do Estado da Bahia)

Pretendo, através desta pesquisa, refletir e apresentar as ações dos indivíduos chamados de gatunos e larápios em Salvador durante a Primeira República. Num contexto do Pós-Abolição, período de forte repressão policial, controle e exclusão social em relação à população negra e pobre, quem eram esses sujeitos que desfiavam a lei e a ordem estabelecida, através de furtos, invasões de propriedades e golpes? Quais os motivos que os levavam à gatunagem e outros tipos de crime? Como e onde eles agiam? Como as autoridades, a imprensa e outros setores da sociedade se posicionavam diante dessas ações? São algumas das problemáticas levantadas neste trabalho. Mas onde podemos encontrar esses sujeitos, suas ações e outros elementos que foram necessários para a construção desta pesquisa? Nas Mensagens e Relatórios À Assembleia Geral Legislativa, documento que contém os Relatórios do Regimento Policial e os Relatórios

da Secretaria de Polícia; nos Anais da República; e nos jornais e periódicos da época – como A Notícia, Gazeta de Notícia, A Manhã, Correio do Brasil, A Hora, Cidade do Salvador, Pequeno Jornal, Leituras Religiosas, Revista do Brasil –, que nos trazem, além das conhecidas notícias,, imagens, queixas, reclamações, ofícios, cartas, poemas, versos e muitos outros elementos utilizados para estabelecer um exame metuculoso e travar um diálogo mais intenso com outros autores, cujas pesquisas têm proximidades com esta, em relação à abordagem, temática ou conjuntura histórica.

OPRESSÃO E EXCLUSÃO NAS MEMÓRIAS DE CAROLINA DE JESUS

Solange da Luz Rodrigues
(Doutoranda em História Unisinos)

O presente trabalho se propõe tecer algumas considerações sobre gênero, raça e classe na obra autobiográfica Diário de Bitita, de Carolina de Jesus entre as décadas 1920 e 1930, período registrado nesta obra. A importância deste trabalho se dá pela excepcionalidade da fonte documental, pois testemunha a subjetividade de uma mulher negra, escritora e pertencente às camadas populares. Como metodologia se utilizará uma revisão bibliográfica, pautando-se e adequando os conceitos de teóricos como Rachel Soihet (1997) Ângela Davis (1981), Carlos Ribeiro (1995), Kimberlé Crenshaw (2002) e Saara Silva (2018) entre outros. A partir das memórias de Carolina de Jesus será possível realizar uma generalização analítica e consequentes reflexões sobre a problemática da opressão de gênero, classe e raça presentes em seus relatos com o contexto social da época. Destaca-se a importância da reconstituição da memória da mulher negra, sua condição sociorracial a partir da reflexão da exclusão e da violência, ao mesmo tempo em que propicia a afirmação de um discurso feminino etnicamente comprometido na reescritura de identidade. Conclui-se que as ações sociais da autora/narradora e do grupo a que pertence não são particularidades dela e do grupo, mas sim, se ampliam além dos locais em que viveu e marcam a experiência de muitas mulheres negras e pobres do Brasil da primeira metade do século XX. Não que suas experiências espelhem a realidade, mas sim que contribuem na compreensão dos processos históricos que ela vivenciou.

O INVISÍVEL AO OLHAR E ANÁLISE DE CONTEÚDO: A INFERÊNCIA NA ESCUTA DO DOCUMENTO

Ma. Veruska Lauriana da Silva de Carvalho
(UFPI)

Este trabalho tem o objetivo de explicar a definição de análise de conteúdo e ao mesmo tempo a aplicação prática na fonte quanto à compreensão do Método e das Técnicas cambiada às análises de enunciação, proposicional do discurso e das relações. A fim de desmontar o organismo, explicar o funcionamento e reencontrar as mesmas ferramentas ou reconstruir o mesmo pilar. Qualquer que seja a forma do problema, em tese, análise de conteúdo é apreender ao mesmo tempo diversos níveis imbricados para elaborar uma interpretação final e fundamental dos objetivos em pesquisa. Pois, a mesma está desprovida de qualquer conjectura interpretativa antes do estudo formal do discurso. Para esse intento, tem-se em vista o texto a

ser analisado “Análise de conteúdo” de Laurence Bardin (2011) e a fonte “Carta-ofício” pelo remetente Antonio Rodrigues da Silveira Diretor Interino do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcantara, escola criada com o propósito de educar ingênuos, resposta em defesa de acusações solicitada pelo destinatário Francisco Bernardino Rodrigues Silva Presidente da Província do Piauí, em 1º de setembro de 1887. Nessa convergência dialética se propõe a apreciar as reflexões e ideias estabelecidas no artigo sobre o Método e as Técnicas quanto à análise de conteúdo através da lógica qualitativa.



IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americano

História, Democracia e Educação em Tempos de Crise

23, 24, 25 de Março de 2021

Local: Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Modalidade Virtual (plataformas digitais)



ISSN 2763-5317

IV CEHLA 2021

2021

HISTÓRIA, DEMOCRACIA E
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE